

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

UMA RELEITURA DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES NA
AGRICULTURA GAÚCHA NO PERÍODO 1970-80
Paulo Roberto Nunes da Silva
Orientador: Prof. Dr. Zander Navarro

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural como
quesito parcial de obtenção do
grau de Mestre em
Desenvolvimento Rural.

Porto Alegre, dezembro de 2001

RESUMO

Esta dissertação busca retomar o debate sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha, através da análise crítica dos três principais estudos produzidos durante os anos setenta a respeito daquele processo. A intenção da retomada deste debate é defendida a partir da construção da hipótese de que as categorias "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial", elaboradas no Projeto ACIIRS e, posteriormente, adotadas no estudo "25 Anos de Economia Gaúcha" e no "Projeto PERSAGRI", generalizaram uma interpretação distorcida da realidade agrária e agrícola gaúcha. Tal distorção explicita-se pela ênfase dada à idéia de que a "lavoura empresarial" seria um segmento produtivo caracterizado pelo uso destacado da mão-de-obra assalariada e pela separação entre o proprietário dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho. Ao mesmo tempo, pela acentuação do fato de que a "agropecuária colonial" era um segmento onde seu caráter de "unidade de produção não capitalista" a tornava uma unidade onde não haveria condições de acumulação de excedente. A análise dos estudos acima indicados (capítulos 2, 3 e 4) foi complementada por uma proposta metodológica onde se recorreu, por um lado, à tabulação modificada dos dados de mão-de-obra do Projeto ACIIRS, relacionados com os tipos de agricultura e as regiões de programação definidas pelo mesmo Projeto. Por outro lado, utilizou-se dados de mão-de-obra dos censos agropecuários tabulados de acordo com três grupos de municípios do Rio Grande do Sul, selecionados conforme os tipos de solo disponíveis e a estrutura fundiária. Tal proposta metodológica permitiu que se identificasse que a utilização daquelas categorias conduziu a uma superestimação do papel desempenhado pela relação de trabalho por assalariamento, representada pela "lavoura empresarial" e, ao mesmo tempo, a uma subestimação do papel da mão-de-obra familiar, representada pela "agropecuária colonial", no processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha.

ABSTRACT

This work seeks to resume the discussion about the developing process of the agriculture in the state of Rio Grande do Sul through the critical analysis of the three main studies produced in the seventies regarding this process. The intention of resuming the discussion is defended starting from the construction of the hypothesis that the categories “lavoura empresarial” (business farming), “pecuária tradicional” (traditional cattle breeding) and “agropecuária colonial” (colonial agriculture) — developed by the ACIIRS Project and later on adopted in the work “25 Anos de Economia Gaúcha” and in the PERSAGRI Project — led to misconceive both agrarian and agricultural reality in the state of Rio Grande do Sul. Such a misconception is exposed by the emphasis on the idea that “lavoura empresarial” would be a productive segment characterized by the significant use of labor force of minimum wage workers and by the separation between the owner of the production means and owners of the labor force. Meanwhile, the fact that the category “agropecuária colonial” was a segment whose “unit of production non-capitalist” nature would turn it into a unit with no conditions of surplus accumulation was stressed out. The analysis of the studies indicated above (chapters 2, 3, and 4) has been complemented by a methodological proposal that, on one hand, resorted to the modified tabulation of the ACIIRS Project data on labor force, related to the types of agriculture and the programming regions defined by the same Project. On the other hand, data on labor force from agriculture census have been used, which were tabulated in accordance with three groups of municipal districts of Rio Grande do Sul, selected according to the types of available soil and farming structure. It was possible to observe by this methodological propose that the utilization of those categories conducted to an overestimation of the role played by the relation work and minimum wage workers, represented by the “lavoura empresarial”. At the same time, it led to an overestimation of the familiar labor represented by the category “agropecuária colonial” in the developing process of agriculture in the state of Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO I - Desenvolvimento agrário gaúcho: antecedentes interpretativos	27
1. As leituras sobre o desenvolvimento agrário anteriores ao Projeto ACIIRS.....	27
2. Uma proposta de interpretação das transformações na agricultura do Rio Grande do Sul.	47
2.1 - Antecedentes	47
2.2 - O primeiro momento - a lavoura mecanizada de arroz irrigado	49
2.3 - O segundo momento - a lavoura mecanizada de trigo.....	53
2.4 - O terceiro momento - a lavoura mecanizada de soja e trigo em sucessão .	59
2.5 - Os três momentos enquanto um processo histórico articulado e cumulativo	63
CAPÍTULO II - O "Projeto ACIIRS": marco inicial interpretativo sobre o desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul.....	71
1 - Antecedentes	71
2 - A concepção teórico-metodológica do ACIIRS	74
3 - A interpretação dos resultados.....	90
4 - Considerações finais	111
CAPÍTULO III - 25 Anos de economia gaúcha: A agricultura do Rio Grande do Sul"	116
1. Antecedentes	116
2 - A formação econômica do Rio Grande do Sul	117
3 - Posse e uso da terra	123
4 - Agricultura gaúcha e economia.....	125
5 - A agricultura gaúcha e suas "funções" nos padrões de acumulação brasileiros	127

6 - A segmentação do sistema produtivo da agricultura gaúcha	131
7 - A periodização da evolução econômica dos segmentos produtivos da agricultura gaúcha	135
8 - A visão da expansão da mecanização	138
9 - O destino e utilização da mão-de-obra na agricultura gaúcha	141
10 - Considerações finais	144
CAPÍTULO IV - O Projeto "Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira" - PERSAGRI	156
1. Antecedentes	156
2 - A expansão da economia agrária e a lavoura capitalista da soja e do trigo - 1965/73.	159
3 - Considerações finais	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
BIBLIOGRAFIA	186
ANEXOS	191
ANEXO 1 -GRUPOS DE MUNICÍPIOS	191
ANEXO 2 – Regiões de Programação do Estado do Rio Grande do Sul.....	197
ANEXO 3 - Concepção Global e integrada do projeto	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação percentual na renda por subsetor e atividades produtivas - Rio Grande do Sul - 1957.....	41
Tabela 2- Distribuição percentual do número de unidades de produção por região de programação e por tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67	97
Tabela 3 - Distribuição percentual do número de unidades de produção por região de programação e tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano agrícola de 1966/67	97
Tabela 4 - Distribuição percentual do número de unidades de produção por tipo de agricultura e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67...	99
Tabela 5 - Distribuição percentual do número de unidades de produção por tipo de agricultura e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67...	99
Tabela 6 - Distribuição do número total de pessoas disponíveis e da população economicamente ativa (PEA) por categorias - Rio Grande do Sul - 1966/67....	103
Tabela 7 - Distribuição percentual da população economicamente ativa total por região de programação e por tipos de agricultura de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67.....	103
Tabela 8 - Distribuição percentual da população economicamente ativa por região de programação e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67	104

Tabela 9 - Distribuição percentual do número de assalariados (permanentes + temporários) por região de programação e tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67.....	106
Tabela 10 - Distribuição percentual do número de assalariados (permanentes + temporários) por região de programação e tipo de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano agrícola de 1966/67	106
Tabela 11 - Distribuição percentual do número de assalariados permanentes por região de programação e tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67	108
Tabela 12 - Distribuição percentual do número de assalariados temporários por região de programação e tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67	108
Tabela 13 - Distribuição percentual do número de assalariados permanentes por região de programação e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67	109
Tabela 14 - Distribuição percentual do número de assalariados temporários por regiões de programação e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67	110
Tabela 15 - Distribuição percentual dos assalariados permanentes e temporários por ano censitário e por estrato de área - Rio Grande do Sul - 1940 a 1980	144
Tabela 16 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria e ano censitário em municípios selecionados - Grupo I - 1970/75/80	150
Tabela 17 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria e ano censitário em municípios selecionados - Grupo II - Rio Grande do Sul - 1970/75/80.....	152
Tabela 18 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria e ano censitário em municípios selecionados - Grupo III - Rio Grande do Sul - 1970/75/80.....	153
Tabela 19 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria e ano censitário - Rio Grande do Sul - 1970/75/80	155

Tabela 20 - Taxas geométricas de crescimento do produto interno líquido para a agricultura, lavoura e pecuária - Rio Grande do Sul - 1939/75 (%)	160
Tabela 21 - Taxas geométricas de crescimento da área de lavoura, produção e preços pagos aos produtores de alguns produtos da lavoura - Rio Grande do Sul - 1965/73 (%).....	160

LISTA DE ORGANOGRAMAS E QUADROS

ORGANOGRAMAS

- Organograma 1 - Visão geral sobre as principais conclusões do Projeto ACIIRS sobre a distribuição e produtividade dos recursos terra, capital e mão-de-obra nas regiões de minifúndio e de latifúndio.91
- Organograma 2 - Proposta de utilização dos recursos mão-de-obra e terra de acordo com a potencialidade de uso da terra e tecnologia básica atual95

QUADROS

- Quadro 1 - Proposição de uso da potencialidade dos solos do Rio Grande do Sul de acordo com as classes e subclasses de capacidade de uso do solo e usos propostos.....94

Introdução

Faz parte da história econômica do Rio Grande do Sul o fato de ter ocorrido, em um período recente bem definido, um intenso e, às vezes, acirrado debate sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha, cuja preocupação era desvendar suas origens, sua complexidade, seus nexos e suas perspectivas. Esse momento privilegiado de produção de idéias e interpretações ocorreu nos anos sessenta e setenta, mas tais controvérsias perderam prematuramente o ânimo e o interesse observados durante aqueles anos, quando a discussão gerada por, pelo menos, três conjuntos de resultados de pesquisa animaram os meios técnicos do setor público e acadêmico do estado. De lá para cá, os trabalhos e os esforços de pesquisa centrados no tema perderam sua natureza abrangente e foram gradualmente conduzidos em direção à busca de interpretações de questões particulares ou agendas analíticas gestadas em ambiente no qual tratar questões regionais, sub-temas, ou atividades específicas vêm se concretizando como o objetivo máximo a ser alcançado. Este estudo procura recuperar, portanto, o debate científico dedicado à interpretação do desenvolvimento agrário no estado nos anos sessenta e até os primeiros anos da década de 1980, quando tais preocupações definharam.

Essa mudança de rumos está associada às transformações ocorridas na economia brasileira nos últimos trinta anos. A crise da economia brasileira e, em específico, do setor agrícola, que tem uma de suas origens no final do ano de 1973 com o primeiro choque nos custos agrícolas, causado pelo aumento brusco dos preços do petróleo, acirrou-se a partir do final dos anos 70 e, aos poucos, eliminou das pautas de trabalho das instituições públicas as preocupações com as questões estruturais, tornando prioritárias as avaliações de caráter conjuntural. O processo inflacionário que acompanhou essa crise acirrou ainda mais a tendência de

fortalecimento dos diagnósticos conjunturais, através do quais as sucessivas equipes econômicas buscaram encontrar soluções para as crises que se sucederam.

Ao mesmo tempo, o surto de crescimento e modernização da produção agrícola ocorrido durante a década de 1970, associado às condições políticas da época, contribuiu para que a questão agrária e suas especificidades estruturais, que haviam sido o centro do debate, ainda durante os anos setenta, fossem aos poucos se tornando um elemento dispensável para a interpretação das questões que surgiam no campo. Gradualmente, os problemas mais prementes do campo, norteadores das ações do setor público, passaram a ser a política de crédito, a política de preços, a infra-estrutura de comercialização e transporte, entre outros, os quais deveriam ser equacionados pelas decisões no âmbito das políticas públicas, implementadas ao sabor dos movimentos conjunturais.

Essa forma de interpretar apenas setorial ou conjunturalmente os problemas do setor agrícola acabou deixando no passado a preocupação com o entendimento das questões estruturais que afetam o processo de desenvolvimento agrário. Isso posto, indica-se que o objetivo deste estudo tem sua origem na intenção de retomar o debate sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha, buscando construir uma abordagem que permita analisar, com maior aproximação à realidade e riqueza interpretativa, as marcantes mudanças ocorridas no campo gaúcho durante a década de 1970. Essa intenção de retomada do debate sustenta-se na hipótese de que as noções básicas de interpretação da realidade da produção agrícola gaúcha então predominantes - "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial" - tenham sido erroneamente utilizadas para explicar essa produção e suas mudanças e, sendo isso verdade, essa interpretação tenha ficado distorcida. Portanto, o objetivo central deste estudo é efetuar uma releitura dos principais trabalhos que utilizaram essas noções como seu substrato conceitual fundamental e, através de sua crítica, extrair as evidências necessárias e suficientes para sustentar a hipótese de ter ocorrido um equívoco em sua utilização. Apenas a título de adiantar o papel dessas três noções no arcabouço teórico dos estudos aqui resenhados, aponta-se que elas deveriam representar a síntese dos sistemas de produção existentes na agricultura gaúcha. Através delas, estariam sendo explicitados os elementos técnico-organizativos dos processos produtivos e as relações sociais que neles ocorressem, a partir das formas de propriedade, de

exploração e de apropriação dos resultados. A seguir faz-se um apresentação desses trabalhos que serão separadamente analisados nos capítulos II, III e IV.

O primeiro deles recebeu o título de "Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Sócio-Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul" (doravante denominado, neste estudo, tão somente como ACIIRS) e composto de uma publicação em seis volumes. O ACIIRS foi institucionalmente realizado a partir do "Acordo de Cooperação Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) / Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) / Governo do Estado do Rio Grande do Sul" (Projeto ACIIRS) e, acredita-se, pode ser considerado como a primeira grande pesquisa empírica realizada pelo setor público a respeito da agricultura gaúcha. Aceitando-se como real o atual desmantelamento das ações dos órgãos públicos voltados para a interpretação sócio-econômica da agricultura, as quais observaram seu auge durante um período situado entre meados da década de 1970 e os primeiros anos da década seguinte, não será exagero caracterizar o ACIIRS como o mais amplo e ambicioso esforço conjunto do setor público no Rio Grande do Sul voltado à identificação dos problemas inerentes ao desenvolvimento agrário e agrícola no estado. Sob a responsabilidade técnica do IICA¹ e financiado com recursos do INCRA,² aquele Acordo permitiu a reunião de uma equipe de 50 técnicos de nível superior e 15 técnicos de nível médio, 3 técnicos do IICA com dedicação exclusiva e 5 assessores com tempo parcial responsáveis pelo relatório final do ACIIRS, publicado em 1973.

Apesar do pioneirismo e de sua importância, o ACIIRS é um texto praticamente desconhecido pela grande maioria daqueles que hoje tem a agricultura como seu objeto de estudo. Mesmo ignorado, diversos estudos produzidos posteriormente que analisaram o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha nos últimos trinta anos utilizaram a classificação genérica dos segmentos produtivos da agricultura gaúcha gerada na elaboração do ACIIRS - a "pecuária tradicional", a "lavoura empresarial" e a "agropecuária Colonial". A ampla utilização dessa tipologia, principalmente a partir dos anos setenta, teve sua origem não diretamente do texto do ACIIRS, mas através da grande divulgação nos meios técnicos e acadêmicos do estado do estudo "25 Anos de Economia Gaúcha" que será analisado no Capítulo III.

¹ Então o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (atualmente, o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola).

O "25 Anos de Economia Gaúcha" (doravante denominado apenas de "25 Anos") foi publicado em 1978 pela Fundação de Economia e Estatística e teve por objetivo apresentar uma análise do desempenho geral da economia gaúcha no período 1947 a 1973. O "25 Anos" tem importância incontestável no acervo sobre desenvolvimento agrícola no Rio Grande do Sul, por inserir-se como o texto que serviu de base para o debate das questões originadas do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha a partir de meados dos anos setenta e, de certa forma, até os dias atuais. O estudo "25 Anos" é composto de cinco volumes:

Volume 1 - Uma visão global da economia do estado;

Volume 2 - Aspectos demográficos e suas relações com a distribuição espacial do desenvolvimento econômico do estado;

Volume 3 - A agricultura e o seu papel na economia do estado;

Volume 4 - A indústria de transformação do Rio Grande do Sul;

Volume 5 O setor terciário: importância e evolução na economia do estado.

Desse conjunto de estudos será analisado, única e exclusivamente, em função dos objetivos deste estudo, o Volume 3 que foi intitulado "25 Anos de Economia Gaúcha - A agricultura do Rio Grande do Sul". Esse volume é composto de dois tomos, um dedicado à análise do setor agrícola gaúcho e outro contendo um anexo estatístico. O trabalho foi elaborado por uma equipe de técnicos da Fundação de Economia e Estatística lotados na então denominada Unidade de Análises - Setor Primário. Além da importância incontestável desse texto para o estudo do desenvolvimento econômico da agricultura gaúcha, a inserção do "25 Anos" neste estudo está vinculada ao fato de que foi através dele que foram tornadas conhecidas as categorias de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial" construídas no ACIIRS, anteriormente apresentado.

A idéia básica proposta pelos autores do "25 Anos" foi observar o processo de formação e desenvolvimento da economia gaúcha, buscando afastar-se de uma vertente recorrente dentro do serviço público estadual da época, cujo objetivo final

² Na época da formalização do convênio, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA) ainda não existia, sendo seu antecessor o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária)

dos estudos era usualmente gerar subsídios para o planejamento de políticas públicas. Assim, afirmaram que o objetivo não era produzir conhecimento para o planejamento do setor agrícola, através de um diagnóstico preliminar, motivado pelo imediatismo de conjuntura. Era, isto sim, buscar compreender o desenvolvimento agrário contemporâneo no estado, desvendando suas características principais, limites e tendências históricas. Julgavam seus autores que a vinculação direta entre a análise e o planejamento de uma realidade só conduziria ao fortalecimento de um círculo vicioso, onde, como então acentuavam, "planeja-se o que se conhece; conhece-se o que se planeja".

Aparentemente, essa posição explicitava uma crítica à visão oficial, interpretada como imediatista e sem o objetivo de encontrar os nexos formadores das questões mais amplas do ambiente agrário gaúcho. Assim, concluíam como equivocada a desvinculação do processo de produção de conhecimento do processo de planejar, pois esta complementariedade permitiria evoluir construindo novas idéias, hipóteses e conhecimentos.

Ademais, argumentavam os autores que as observações imediatas, às vezes superficiais de uma dada conjuntura, sem um processo de filtragem analítico, seriam capazes de mascarar a visão mais ampla de seus determinantes. Para eles, a determinação dos fatos conjunturais estava contida na evolução estrutural da realidade. Consideravam ainda que o avanço do conhecimento científico aplicado dependia do grau de conhecimento dos analistas e de sua habilidade em entender as reais tendências do objeto, afirmando que "só a teoria ilumina e clarifica", e dela surge a coerência dos dados analisados.

Mais tarde, em 1982, na apresentação de publicação, na revista "Ensaio FEE",³ de quatro importantes textos de interpretação da economia gaúcha, e que constam da bibliografia consultada para a elaboração do "25 Anos", a crítica àquela visão imediatista foi retomada. Agora, ao identificarem que a formação econômica do Rio Grande do Sul era muito pouco conhecida, explicitaram, como decorrência, o descaso para com a pesquisa, a precariedade do debate e a insuficiência do ensino acadêmico.

³ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Ensaio FEE. Ano 3, n.1, 1982, 160 p.

O abandono do estudo da história econômica gaúcha, segundo o documento, vinha sendo justificado pela necessidade de serem apresentadas soluções para os problemas imediatos da sociedade. A concepção estática e fragmentada da realidade, comum em uma época onde se afirmava que um *ethos* tecnocrático justificava que, na maioria das vezes, o planejamento resultasse como um simples esforço cumulativo e desconexo de intenções, desvinculado de qualquer possibilidade de atuação sobre o processo concreto de desenvolvimento. Na verdade, seria necessário levar em conta que o planejamento não poderia jamais inventar uma nova realidade. O planejamento poderia, tão somente, pensar formas de transformá-la e, para tanto, seria necessário primeiro conhecê-la e interpretá-la. O conhecimento da realidade, para os autores, visando à sua transformação, passava pela busca do conhecimento sobre o processo histórico de desenvolvimento de uma sociedade.

A partir dessa crítica, os autores definiram como ponto fundamental do enfoque escolhido e como tema central, que nortearia todo o estudo, a verificação da relação existente entre agricultura e acumulação de capital e a identificação do papel desse segmento produtivo na dinâmica de uma economia capitalista.⁴ A pergunta fundamental a ser respondida referia-se, portanto, à natureza dessa relação e qual o papel da agricultura na dinâmica de uma economia capitalista.

O último dos estudos realizados pelo setor público agrícola, analisado neste trabalho, foi idealizado no âmbito federal e buscava interpretar o papel da agricultura gaúcha no processo de desenvolvimento observado durante a década de 1970. Intitulava-se "Projeto Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira" (PERSAGRI) e foi publicado em agosto de 1978.

Naquela época estava sendo estruturado o "Sistema Nacional de Planejamento Agrícola", que já havia viabilizado, em alguns estados, as Coordenadorias Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPA_s). Essas tinham como objetivo encarregar-se da promoção de ações em busca do desenvolvimento do setor produtivo agropecuário estadual a partir de uma diretriz nacional. Sendo assim, a direção do Sistema estava

⁴ A noção de acumulação adotada foi descrita como sendo o "... o processo mediante o qual se dá a expansão de uma economia capitalista (...) viabilizada concretamente pela conversão de uma parte do excedente econômico em capital... (...) ...a acumulação de capital é a forma específica que assume a reprodução ampliada de um sistema econômico sob condições capitalistas de produção (...) quando a produção não mais se volta para o consumo, mas seu móvel passa a ser a criação

a cargo da Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, mais especificamente da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUPLAN), que era a unidade central do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola.

Visando à formação de técnicos que fariam parte do quadro do Sistema, a SUPLAN, juntamente com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), efetivou convênio com a Fundação Getúlio Vargas, através da Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) a qual, além de contribuir para a formação desses técnicos por intermédio do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA-EIAP), esteve encarregada da elaboração de um documento, denominado "Subsídios para uma Política de Desenvolvimento Agrícola".⁵ Esse documento refletindo o pensamento corrente na SUPLAN, constituiu-se no ponto de partida para a execução do PERSAGRI.

O documento apontava que a viabilidade de formular estratégias regionais de desenvolvimento para o setor agrícola requeria a realização de uma síntese interpretativa da evolução recente da economia brasileira com ênfase na agricultura. Essa síntese deveria permitir interpretar o papel da agricultura no quadro do desenvolvimento brasileiro e hierarquizar um rol de problemas a ele inerentes, indicando uma atuação potencial no campo da atividade de planejamento governamental. O CPDA-EIAP, à época, propunha-se a estudar a história da agricultura brasileira a partir de uma concepção interdisciplinar e, assim, integrou-se a esse projeto.

O texto que deu origem ao projeto apontava que o conhecimento histórico sobre a agricultura brasileira deveria indicar o seu papel preponderante na montagem do sistema colonial mercantil europeu e na lenta elaboração de um sistema produtivo interno, sujeito, portanto, às flutuações internacionais e também caracterizado, desde o seu início, pela concentração de renda e pela dificuldade de criação de um mercado interno. A agricultura brasileira teria uma função politicamente importante na industrialização do país, qual seja, a elaboração de

crescente e contínua de valor, o sistema econômico se expande graças ao crescimento permanente do capital" (FEE, 1978, p. 13).

⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Geral. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Fundação Getúlio Vargas. Escola Interamericana de Administração Pública. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Subsídios para uma política de desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro, 1977, 20 pg., mimeo.

formas de organização política e de "estruturas mentais brasileiras".⁶ Assim sendo, o processo de desenvolvimento da agricultura, na forma como se apresentou, seria a causa dos desequilíbrios internos expressos pelo desenvolvimento desigual das regiões e da formação de uma economia com vulnerabilidades vinculadas às conjunturas externas, sujeita a surtos inflacionários persistentes, com deficiências e inadequações no uso dos recursos naturais e com um setor público ineficiente.

O trabalho realizado no Rio Grande do Sul levou o título de "Projeto evolução recente do setor agropecuário do Rio Grande do Sul (1920-1975)" e foi organizado em quatro partes, a saber:

Parte I - A grande depressão (1920/39);

Parte II - A recuperação da economia agrária gaúcha e a expansão das lavouras capitalistas (1939/45);

Parte III - A crise (1956/65);

Parte IV - A expansão da economia agrária e a lavoura capitalista da soja (1965/73).

No entanto, tendo em vista os objetivos deste estudo, a análise a ser aqui realizada será centralizada apenas na Parte IV, as demais serão consideradas somente naqueles aspectos que forem evidenciados ao longo do estudo como importantes para o desenvolvimento das interpretações necessárias.

Em linhas gerais e em seus aspectos mais importantes que serão retomados no Capítulo IV, era essa a proposta elaborada como base para a realização do PERSAGRI. O trabalho foi conduzido por técnicos especialmente contratados aqui no Rio Grande do Sul e com a participação das instituições que atuavam no "Sistema de Política Agrícola", objetivando uma descentralização e a afirmação da participação regional e estadual no processo de planejamento, e assim visando lograr a compatibilização dos objetivos do desenvolvimento agrícola em seus diversos níveis.

⁶ Lembrando que essas formulações gerais inspiravam-se fortemente na interpretação de Francisco de Oliveira, cujo ensaio original foi publicado em 1972 e inspirou uma geração de cientistas sociais, informados pelo marxismo. Ver Oliveira (1976).

A partir desse breve resumo dos trabalhos a serem aqui utilizados, parte-se para a construção do problema de pesquisa estabelecendo alguns pressupostos. Em primeiro lugar, buscaram-se entender as transformações ocorridas na base técnica⁷ do processo de trabalho agrícola no Rio Grande do Sul como fruto de uma interação entre fatores histórico-estruturais originários da formação econômica do estado associado à conjuntura político-econômica vigente em cada época.

Assim sendo, pressupõe-se que o processo de ocupação do solo gaúcho, ao ser iniciado no passado pela região de fronteira com os países do Prata (onde predominam as coxilhas com campos) com a distribuição de grandes glebas que garantissem a ocupação portuguesa do território e, posteriormente, ter continuado (nas zonas de serra e planalto) com a ocupação por migrantes europeus fixados em pequenas colônias, acabou por determinar uma característica de decisiva centralidade. Essa marca foi a materialização de uma distribuição espacial da propriedade da terra apresentando regiões concentradoras de pequenos estabelecimentos, regiões concentradoras de médios e regiões concentradoras de grandes estabelecimentos, cujos espaços geográficos na cartografia gaúcha aparecem quase que perfeitamente delimitados. Em outras palavras, uma tendência à não coexistência de minifúndios e latifúndios, entendidas essas categorias não em seu sentido mais restrito referente à dimensão, mas em seu sentido mais amplo de espaços de produção, física, econômica e socialmente bastante diversos. Essa especificidade do estado do Rio Grande do Sul, quando consolidada, entende-se, configurou um determinado conjunto de condições objetivas econômicas, sociais e políticas de caráter diferenciado em relação às outras regiões do país, onde latifúndios e minifúndios, em seu sentido amplo, dividiram e disputaram no decorrer da história o mesmo espaço geográfico, criando conflitos violentos entre pequenos e grandes proprietários, não observados na mesma proporção aqui no Rio Grande do Sul. Assim, a dimensão e a potencialidade dos solos disponíveis nos estabelecimentos agrícolas, originárias desta forma de ocupação, determinaram a

⁷ A noção de "base técnica" é aqui entendida como sendo, de fato, um processo de longa duração, que pode ser no entanto, intensificado em períodos históricos condensados. Constitui-se de "(...) dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a "harmonia" da produção assentada na relação Homem-Natureza (e suas contradições), e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra "harmonia" (...) baseada no conhecimento e controle cada vez maior da Natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais de produção agrícola. A esta passagem se denomina industrialização da agricultura (...) O longo processo de transformação da base técnica - chamado de modernização - culmina, pois, na própria industrialização da agricultura". (Graziano da Silva, 1996, p.3, ênfase do autor).

adoção de diferentes sistemas de produção,⁸ sendo desenvolvidos três sistemas básicos na agricultura gaúcha.

O primeiro deles foi o da exploração da pecuária de corte extensivo, cujas origens remontam à chegada dos jesuítas no solo gaúcho, no início do Século XVII, quando foram introduzidas as primeiras mil e quinhentas cabeças de gado. Esse sistema evoluiu e consolidou-se no que hoje se conhece como "pecuária extensiva". Tais estabelecimentos constituíram-se a partir da distribuição das primeiras glebas de terra sob o sistema de sesmarias, no início do Século XVIII.

O segundo sistema de produção foi o da exploração de atividades agropecuárias intensivas em mão-de-obra, associando a formação de lavouras, estabelecidas geralmente em consorciação, juntamente com a exploração da pecuária de pequeno e médio porte nas regiões onde predominam hoje os pequenos estabelecimentos. Esse sistema pode ser considerado como sendo a primeira grande transformação no processo de trabalho agrícola gaúcho e começou a configurar-se no estado com a chegada dos primeiros colonos alemães em 1824, tendo continuidade cinqüenta anos depois com a chegada das primeiras levas de colonos italianos. É esse sistema que vai transformar-se no principal conjunto sócio-econômico que hoje se conhece por "agricultura familiar". São pequenos estabelecimentos agrícolas conduzidos fundamentalmente pela mão-de-obra da família, em princípio, para o consumo de subsistência, os quais, através dos tempos, passaram por um processo de diferenciação que deu origem a uma ampla variedade de combinações de atividades determinadas pelas condições de solo e clima, chegando a formas também variadas de integração ao mercado.

O terceiro sistema básico de produção foi o da lavoura em grande escala, mecanizada e tecnicamente organizada na utilização de insumos industriais, e que foi também o último sistema a se formar no estado. A constituição desse novo padrão agrícola pode ser considerada como a segunda grande transformação no processo de trabalho agrícola gaúcho, começando a substituir a força de trabalho humana ou animal pela máquina. Suas origens remontam às primeiras décadas do Século XX, centrado nas regiões de Pelotas e Cachoeira do Sul, com a formação da

⁸ Entende-se por sistema de produção, para os efeitos deste estudo, o conjunto de atividades desenvolvidas no estabelecimento agrícola, definido em função dos meios de produção disponíveis.

lavoura irrigada e mecanizada do arroz e posteriormente associou-se à expansão acelerada da lavoura de trigo mecanizada, na segunda metade da década de 1940. Por fim, consolidou-se durante a década de 1970 com a rápida expansão da exploração da lavoura mecanizada de trigo e soja em sucessão (cultivo de verão seguido de um de inverno na mesma área).

Como segundo pressuposto admite-se que a formação desses três sistemas básicos de produção pode ser razoavelmente delimitada geograficamente no Rio Grande do Sul, conformando regiões de predominância de latifúndios tendo como atividade predominante o primeiro sistema; regiões de predominância de médio e grandes estabelecimentos com grande disponibilidade de solos aptos à exploração de lavoura anual mecanizada e, por fim, regiões com predominância de pequenos estabelecimentos, não raro situados sobre solos com sérias restrições de uso. É nesse sentido mais amplo que se defende a idéia da não coexistência de latifúndios e minifúndios em um mesmo espaço geográfico e em um mesmo tempo histórico, na agricultura gaúcha. De certa forma, isso se configuraria como uma especificidade do Rio Grande do Sul, que, quando consolidada, levou à concentração de pequenos estabelecimentos em regiões de solos acidentados, entretanto não significou, necessariamente, uma concentração sobre solos pobres, com baixa fertilidade. Uma parcela dos solos das regiões concentradoras de pequenos estabelecimentos, apesar de serem acidentados e, conseqüentemente, apresentarem restrições à exploração agrícola, devido ao afloramento de rocha ou à excessiva declividade, não tiveram na fertilidade a sua principal restrição de uso.⁹

Claramente subentendida nessa percepção está, portanto, a idéia de que a capacidade de absorção de tecnologia e de integração econômica dos agricultores no processo de transformações, ocorrido durante os anos setenta, já estava previamente conformada pelos fatores endógenos aos estabelecimentos (tipo de solo, sistemas de produção, volume de capital acumulado, capacidade de gerenciamento da produção, entre outros) e foi apenas acentuada pelos fatores exógenos (crédito, preços, mercado, política agrícola, e outros) que se expandiram naqueles anos. O ritmo de crescimento e o nível de acumulação ocorridos no período estiveram, então, sob o ponto de vista privado, delimitados pela dimensão e

⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Sócio-econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul. Brasília, 1973, Vol. 1, p. 33-39.

potencialidades dos fatores endógenos acima abordados, os quais deram aos produtores a possibilidade de multiplicar a capacidade produtiva de seus estabelecimentos em magnitude proporcional à sua disponibilidade de acesso aos citados fatores exógenos.

Surgem, como terceiro pressuposto, as hipóteses principais deste estudo: a idéia que se contrapõe, em larga medida, ao senso comum e à ampla maioria dos estudos acadêmicos que analisaram o desenvolvimento agrário gaúcho no período contemporâneo. São leituras que usualmente emprestaram importância decisiva à ação intervencionista e centralizada das políticas de modernização da agricultura comandadas pelos governos do ciclo militar, notoriamente os governos Médici e Geisel. Sobrevalorizando a ação "externa" de tais políticas, normalmente essas análises ignoraram os processos históricos de formação dos tipos de propriedade e ocupação da terra e as opções produtivas que os recursos naturais existentes determinaram no período pré-modernização.

É importante destacar que está igualmente subentendido nesse último pressuposto que o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha é historicamente determinado. Ou seja, as relações sociais de produção, bem como os sistemas de produção a elas inerentes, são resultantes das características de ocupação do solo gaúcho e da apropriação dos meios de produção. Logo, essas características definidas como endógenas aos estabelecimentos agrícolas compuseram um importante e preliminar elemento ativo e definidor no processo de desenvolvimento. Ou, ainda mais explicitamente, dada a política agrícola concentradora, essas variáveis estruturais e endógenas acabaram por definir a forma e a intensidade com as quais as variáveis conjunturais foram assimiladas.

Assim, explicita-se que os elementos que serviram de substrato para as transformações na base técnica do processo de trabalho agrícola do Rio Grande do Sul, durante a década de 1970, já haviam sido tornados concretos, determinados que foram pela formação econômica e social do estado. A conjuntura político-econômica vigente no período sobre o qual centra-se este estudo foi, então, muito mais um "agente catalisador" que, por sua presença e atuação, exacerbou o ritmo de um processo de transformações que, de fato, já vinha ocorrendo.

A partir desses pressupostos e noções gerais e tomando por base empírica e estatística os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980, verificou-se que, ao longo daquela década, as transformações ocorridas na composição da mão-de-obra ocupada na agricultura gaúcha não haviam mudado significativamente o quadro observado no início do mesmo período. Considerando que as três categorias a serem analisadas neste estudo foram montadas pelo ACIIRS e utilizadas pelos "25 Anos e pelo PERSAGRI, fundamentalmente, com base na observação do emprego de mão-de-obra, estruturar-se-á este estudo também com base no emprego da mão-de-obra. A idéia é utilizar-se da mesma fonte de dados empíricos daqueles estudos para comprovar a hipótese de não aderência à realidade da época, já que esse é o objetivo deste estudo.

A explicitação dessa opção metodológica é importante porque foge ao objetivo deste trabalho apresentar uma forma de interpretação alternativa. Essa última opção certamente implicaria na necessidade de desenvolver-se uma argumentação a respeito da complexidade da sociedade capitalista e do caráter insuficiente de uma linha de raciocínio que se fundamentasse exclusivamente na existência ou não de relações de produção por assalariamento para afirmar o caráter capitalista do modo de produção na agricultura. Ratifica-se que o objetivo deste estudo é, única e exclusivamente, levantar o debate sobre a não aderência à realidade da época por parte das categorias "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial".

Com essa constatação, passou-se a questionar a aderência à realidade por parte das noções analíticas, então tão freqüentes, de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial". Assim, constrói-se a hipótese central deste estudo que pode ser dividida em três partes:

Na primeira, se tentará demonstrar que a formulação das noções "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial", lançadas pela primeira vez no âmbito do projeto ACIIRS, não tinha por objetivo a construção de uma interpretação teórica para o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura gaúcha;

Na segunda, se procurará justificar que as transformações do processo de trabalho na agricultura gaúcha, a partir de meados da segunda metade da década de 1960, não alteraram um quadro de distribuição do pessoal ocupado na agricultura gaúcha de forma a fortalecer a idéia de que a relação de trabalho por assalariamento tivesse se tornado a relação social predominante. Isso não significa dizer que essa relação não tenha crescido de forma importante. Significa, apenas, chamar a atenção para o fato de que as relações sociais de produção familiares continuaram tendo um papel importante e predominante em grande parte das atividades agrícolas do Rio Grande do Sul;

Na terceira, por fim, pretende-se apontar que a mão-de-obra assalariada, que cresceu efetivamente em todo estado durante a década de 1970, nunca esteve concentrada na lavoura em sucessão de soja e trigo, considerada como o paradigma da "lavoura empresarial". Busca-se indicar que a mão-de-obra assalariada esteve sempre vinculada de forma importante, em primeiro lugar, às regiões onde predominavam às atividades de pecuária extensiva e arroz e, em segundo lugar, as atividades e estratos típicos da chamada "agropecuária colonial".

Isso posto, justifica-se este estudo como uma forma de provocar a retomada do debate sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha naquele período, visando avançar na construção de um arcabouço explicativo alternativo para aquele momento de fortes transformações e contribuir para um melhor entendimento do papel desempenhado pela agricultura familiar no desenvolvimento agrário gaúcho e, também, na própria estruturação econômica estadual.

Ao fim, pretende-se situar brevemente o que deve ser tratado em cada um dos capítulos a seguir.

O Capítulo I é composto de duas partes; na primeira, pretende-se realizar uma breve abordagem a respeito da produção de conhecimento sobre o desenvolvimento da agricultura gaúcha nas três décadas anteriores aos anos setenta, inserida em um debate que tomou corpo em nível nacional colocando em discussão a "questão agrária brasileira". A intenção é, única e exclusivamente, observar como o conjunto de interpretações tratava os segmentos produtivos no setor agrícola gaúcho e como explicava suas especificidades. Com isso, se pretendem estabelecer os

anteriores que eventualmente tenham contribuído para a construção das noções, de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial", utilizadas como referencial explicativo do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. Os quatro textos que serão abordados na primeira parte do capítulo foram escolhidos por sua proposta de abordagem do setor agrícola a partir de um ponto de vista mais abrangente, tentando referir-se à suas ligações com a economia gaúcha e brasileira e afastando-se das abordagens de caráter mais específico.

Na segunda parte do primeiro capítulo, busca-se situar um marco histórico-estrutural da formação do processo de trabalho agrícola na agricultura gaúcha. Não se pretende, contudo, uma abordagem minuciosa e extensa, a intenção é antes introduzir uma base de informações que indiquem que as transformações ocorridas no período em estudo (os anos setenta) não foram o resultado, único e exclusivo, de um conjunto de acontecimentos externos que, seguindo uma lógica pré-determinada, teriam definido o padrão de mudanças no mundo rural do Rio Grande do Sul. Ao contrário, pressupõe-se que o ocorrido foi o resultado de um processo que, em seu limite histórico mais remoto, tem seu início ainda com a produção de alimentos pelos indígenas que aqui habitavam, antes da chegada dos europeus.

O Capítulo II inicia a análise dos textos que compõem a proposta de estudo deste trabalho. O primeiro deles trata do "Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Sócio-econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul (Projeto ACIIRS), que pode ser interpretado como a primeira grande proposta analítica realizada no estado a respeito da agricultura gaúcha. Não será exagero caracterizar o ACIIRS como o mais amplo e ambicioso esforço conjunto do setor público no Rio Grande do Sul voltado à identificação dos problemas inerentes ao desenvolvimento agrário e agrícola no estado. O ACIIRS foi realizado dentro do "Acordo de Cooperação Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) / Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) / Governo do Estado do Rio Grande do Sul". O ACIIRS foi o estudo que lançou pela primeira vez as categorias de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial", utilizadas como paradigma para a interpretação do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha que formarão a centralidade da hipótese deste estudo. É a partir dessas três categorias que se fará a interpretação dos textos aqui escolhidos para comporem esta proposta de estudo. Deve-se adiantar que apesar dessas categorias terem sido

utilizadas como paradigma para a montagem da interpretação do processo de desenvolvimento agrícola e agrário do Rio Grande do Sul pelos três estudos a serem analisados a seguir, elas não foram precedidas, nem no ACIIRS, nem nos outros dois, de uma fundamentação teórica que sustentasse sua aplicação à realidade. Esse aspecto faz parte da hipótese deste estudo.

A seguir o Capítulo 3 aborda o estudo "25 Anos de agricultura gaúcha - A agricultura do Rio Grande do Sul". O "25 Anos" representa um marco histórico no debate gaúcho sobre o processo de desenvolvimento agrário e agrícola gaúcho. Ele insere no debate uma proposta de embasamento teórico fundada na tradição marxista, lançada em um período em que a economia brasileira já havia atingido o ápice do "milagre econômico", naquele momento, o governo estava propondo uma retomada do crescimento e a sociedade começava a assistir o chamado "processo de abertura política". O "25 Anos" foi o estudo que trouxe as categorias criadas pelo ACIIRS ("lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial") para o âmbito do debate sobre o processo de desenvolvimento agrícola e agrário. A questão que surge na interpretação do texto do "25 Anos" é a utilização dessas categorias sem que fosse realizada uma crítica a respeito de sua capacidade de traduzir com o máximo de objetivação a realidade da agricultura gaúcha na época.

Por fim, analisa-se o projeto "Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira" (PERSAGRI). Primeiro cabe destacar que o PERSAGRI não perseguia o objetivo de efetuar um diagnóstico minucioso do setor agrícola como o ACIIRS, nem propor uma nova visão das relações agricultura/indústria, sob o ponto de vista da acumulação capitalista, como no "25 Anos". O PERSAGRI teve como objetivo gerar uma interpretação do papel da agricultura gaúcha no processo de desenvolvimento dos anos setenta que permitisse extrair subsídios para alimentar a ação governamental no campo do planejamento, sob orientação centralizada, das políticas públicas agrícolas. Tendo por base o caráter imediatista da proposta, o PERSAGRI, também, não propôs previamente uma abordagem crítica às categorias lançadas pelo ACIIRS, tendo apenas aceitado sua aderência à realidade. Entretanto, o PERSAGRI, aceitando a proposta das categorias do ACIIRS, faz uma descrição bastante elaborada de sua inserção no contexto da agricultura gaúcha.

Ao fim cabe destacar que a análise realizada aqui, nos capítulos II, III e IV, por ser feita a posteriori, não deve ser considerada como uma crítica destituída de sentido histórico que descola tais textos do ambiente sócio-cultural e político em que foram gestados. O momento em que eles foram elaborados continha suas especificidades, que definiam nos indivíduos comportamentos e atitudes inerentes à época. Apesar da repressão política levada a efeito pelos governos militares, indivíduos identificados com o pensamento de esquerda continuavam a pensar os movimentos da sociedade e, na medida do possível, a expressá-los dentro de uma tradição marxista. Não faz parte deste estudo interpretar essa forma de expressar esse pensamento. No entanto, é assim que devem ser interpretados os indícios de um pensamento marxista que afloram nos textos - apenas como fruto de uma época. É imprescindível considerar que tais indícios ainda estão impregnados pelo debate acirrado dos anos 60 em torno a Questão Agrária. Neles estão presentes as contribuições de Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, apenas para citar alguns nomes que compunham o pensamento de esquerda sobre a Questão Agrária naquele momento.

CAPÍTULO I - Desenvolvimento agrário gaúcho: antecedentes interpretativos

1. As leituras sobre o desenvolvimento agrário anteriores ao Projeto ACIIRS

A partir dos anos cinquenta foram publicados alguns trabalhos referenciais de interpretação do processo de desenvolvimento da economia gaúcha.¹⁰ São estudos produzidos por autores gaúchos que, supõe-se, poderiam inscrever-se no debate desenvolvimentista brasileiro, sob o esquema sugerido por Bielschowsky (1995).¹¹ Aqui não se introduz a interpretação do conteúdo político-ideológico de tais textos. Busca-se, única e exclusivamente, extrair a visão que os autores tinham a respeito do setor agrícola gaúcho naquele período e, especificamente, buscar indícios de aproximações às noções de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial". A abordagem aqui explicitada deve ser observada somente a partir desse ponto de vista. Neste capítulo tentam-se encontrar referências que apontem ou sugiram uma provável origem anterior para essas noções, tentando montar um arcabouço de idéias que possa ter dado origem às teses defendidas nos trabalhos escolhidos para interpretação.

Parte-se do pressuposto de que os trabalhos a serem analisados por este estudo foram gestados a partir das idéias oriundas da CEPAL, que faziam parte do pensamento desenvolvimentista que começava então a ampliar sua influência no

¹⁰ Os trabalhos aqui analisados são de autoria de Limeira Tejo; Otto Alcides Ohlweiler; Paulo Schilling; e Cláudio F. Accurso et alii (ver bibliografia).

¹¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995. 496 p.

Brasil. O período imediatamente anterior aos anos setenta foi frutífero no tocante à produção de debates sobre a questão agrária e agrícola brasileira e tal fato está fundamentado em diversos trabalhos que fogem ao objetivo deste texto. O que se quer apresentar é apenas um esboço do que poderia ser o fundamento do pensamento sobre o desenvolvimento agrícola no Rio Grande do Sul naquele período.

Bielschowsky interpreta o período do desenvolvimentismo brasileiro a partir da identificação de três correntes principais. Uma neo-liberal; outra desenvolvimentista não-socialista, dividida em desenvolvimentista do setor privado, desenvolvimentista nacionalista e desenvolvimentista não-nacionalista, e a terceira, a visão desenvolvimentista socialista. Para o presente propósito, interessam a corrente "desenvolvimentista nacionalista", à qual ligavam-se, de um modo geral, os economistas que exerciam seus cargos no setor público, e a corrente dos "socialistas", na qual inseriam-se os intelectuais vinculados ao antigo Partido Comunista Brasileiro. Ainda, segundo o mesmo autor, os socialistas eram os mais radicais, mas também poderiam ser interpretados como desenvolvimentistas, porque defendiam a industrialização planejada através da intervenção estatal (1995). Os socialistas foram considerados por esse autor como o segmento mais à esquerda do desenvolvimentismo, na medida em que viam o avanço do capitalismo no Brasil como uma etapa para a transição ao socialismo.

Esse autor entende o desenvolvimentismo como a ideologia de superação da pobreza e do atraso brasileiro através de uma industrialização planejada, articulado a um projeto maior de constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Essa pretensão de construir uma estrutura capitalista semelhante à dos países desenvolvidos era o elo de ligação comum entre todos os desenvolvimentistas brasileiros. O que os diferenciava podia ser destacado, principalmente, pela posição diante da questão do capital estrangeiro; pelo grau de intervenção do Estado; pela maior ou menor inclinação reformista; e pelo tratamento do problema inflacionário.

O desenvolvimentismo surgiu e consolidou-se entre 1930 e 1945, isto é, nos quinze anos que se seguiram ao colapso simultâneo da economia cafeeira e do poder hegemônico das oligarquias regionais. Bielschowsky (1995, p. 250-1)

identifica, naquele período, a formação de uma consciência desenvolvimentista em quatro elementos ideológicos fundamentais:

- a) gerou-se a consciência de que era necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais;
- b) consolidou-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida;
- c) ao mesmo tempo em que se desenvolveu a idéia de que o Estado era o guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional, ampliou-se o alcance, entre as elites empresariais, da idéia da intervenção estatal em apoio da iniciativa privada. Isso ampliava a idéia de planejamento como a solução ante à crise externa e à debilidade da estrutura econômica do país e do empresariado nacional;
- d) o nacionalismo econômico ganhou maior abrangência ao acirrarem-se o sentimento anti-imperialista, a idéia da necessidade de barreiras alfandegárias e de controle sobre os recursos naturais.

O suporte histórico para a "conscientização desenvolvimentista" surgiu, segundo esse autor, em primeiro lugar, através da formação de um vigoroso surto industrial com transformações na base produtiva; e, em segundo lugar, paralelamente a partir da construção de um amplo arcabouço de instituições de regulação e controle das atividades econômicas do país. Essas instituições reuniam, sob um formato corporativo, autoridades do governo, empresários, militares e técnicos civis, organizando-se em torno da defesa da economia nacional e de sua estruturação, de forma a minimizar a vulnerabilidade do país às crises internacionais. Tais arranjos eram a base para um movimento de conscientização da necessidade de um processo auto-sustentado de criação de riqueza com base na industrialização.

Essas instituições em conjunto constituíram-se no espaço de formação de uma elite emergente de técnicos e militares que buscava sua inserção no universo das

elites brasileiras. Esses novos personagens imiscuíram-se no vácuo político deixado pela Revolução de 1930 e aproveitaram para garantir sua participação na restrita esfera do poder decisório sobre os destinos nacionais. Bielschowsky admite que, se era possível observar aí a formação de uma ideologia de industrialização, não é possível afirmar que se estaria gerando, nesse período, um projeto de industrialização articulado e perfeitamente definido. Faltavam coordenação entre os órgãos, recursos financeiros e uma diretriz geral de política econômica que cobrisse, com um embasamento ideológico abrangente e definitivo, suas atividades pioneiras de planejamento econômico (1995, p. 253-9).

É em continuidade a esse quadro, já no fim da era desenvolvimentista e em meio a um debate que se estabeleceu em torno da questão agrária brasileira, que surgiram os primeiros textos discutindo o desenvolvimento da economia e, particularmente, da agricultura gaúcha.¹² O conjunto dessas análises é que será apresentado a seguir, como forma de contextualizar, dentro da maneira de pensar o desenvolvimento gaúcho, a realização posterior, na década seguinte, daqueles considerados como os três principais esforços de pesquisa e interpretação do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha no período que se inicia em meados da segunda metade da década dos sessenta e vai até o final da década de 1970. Tais estudos, o ACIIRS, a coletânea "25 anos de economia gaúcha" e o "Projeto Persagri", antes referidos, serão analisados a partir do próximo capítulo.

A primeira referência de tais estudos antecedentes é o de Limeira Tejo, que, em 1941, publica sua Contribuição à Crítica da Economia Riograndense, reeditada em 1982 pela Fundação de Economia e Estatística.¹³ Nesse trabalho encontra-se uma visão do papel do "exclusivismo pastoril",¹⁴ da agricultura e daquilo que ele chama de "economias familiares", originadas da "terra retalhada" formada na virada dos anos trinta para os anos quarenta do século XX.

O "exclusivismo pastoril" ("socialmente deficiente" e "economicamente anacrônico") seria o fator determinante da estagnação observada na região da

¹² Destaque-se como proponente principal deste debate, nos anos cinqüenta, a obra de Ignácio Rangel. Consulte-se, a respeito, seu livro Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

¹³ TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia Riograndense. In *Ensaios*. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre. Vol. 3. n. 1. 1982, p. 79/108 (Publicado a partir dos originais: Província de São Pedro. Porto Alegre, (1):81-90, jun.; (3)74-91, dez. 1941).

fronteira. Essa atividade, dadas suas características rudimentares e baixo emprego de mão-de-obra em grandes extensões de terra, faria com que a "circulação da riqueza" ocorresse em um ritmo e quantidade insuficientes para gerar a satisfação das "necessidades comuns". Dessa forma, a região da campanha seria sempre uma "zona de população rarefeita" e qualquer outra atividade que se estabelecesse não encontraria ali a mão-de-obra necessária, gerando o que ele chama de um círculo vicioso, no qual atividades complementares à criação de gado não subsistiriam pelo baixo potencial demográfico. Para Limeira Tejo, não tendo havido a distribuição da terra e não tendo surgido outras oportunidades de trabalho, a riqueza gerada na região contava com meios precários de circulação, limitando a "animação comercial". Ao fim, Limeira Tejo concluía que a criação de gado no estado àquela época já havia cumprido seu papel histórico.

Em contraposição, entretanto, nas regiões onde predominava a agricultura, LIMEIRA TEJO chamava a atenção para a melhor distribuição da terra e a maior concentração populacional. Observando dados populacionais e dados de arrecadação fiscal, ele chegava a conclusão que a região de agricultura tinha um "grau de intensidade do movimento econômico" quatro vezes superior à região da pecuária. No entanto, nem por isso, segundo sua avaliação, deveria ser a agricultura considerada como a atividade escolhida para substituir a atividade pastoril. Para ele, aquela informação significaria apenas que a atividade lavoura seria uma "força histórica de maior conteúdo civilizador". Naquele momento apenas o arroz teria assumido foros de grande lavoura e de forma que ele classificava de "artificiosa" e como conseqüência "das mais estranhas animações". Para Limeira Tejo, a lavoura de arroz teria se originado de uma "corrida de aventureiros", comprovada pela elevada proporção de produtores de arroz classificados como "estranhos, profissional e historicamente, às atividades exploradoras da terra".

A produção oriunda das "economias familiares", dirigida primordialmente para o consumo interno dos estabelecimentos, seria uma produção diversificada que dificultava sobremaneira a padronização dos artigos para a exportação, gerando problemas para esse segmento da agricultura. Essas "economias familiares" seriam a base para o que ele chamava de "admirável distribuição da riqueza" observada

¹⁴ Reconhece-se a existência de atuais divergências em relação à aplicabilidade da noção de "exclusivismo pastoril" à realidade da produção agrícola do Rio Grande do Sul dos Séculos XVIII e XIX. Afirma-se que o único objetivo aqui é registrar

nas regiões do estado onde predominava a lavoura. Para ele, a necessidade de expansão da produção através da absorção de novos padrões tecnológicos decretaria o fim das "economias familiares", que tenderiam a ser substituídas pelas grandes lavouras mecanizadas acabando com o "retalhamento da terra".

Por fim, Limeira Tejo menciona que a "invasão territorial do grande capitalismo", como ocorrera nas atividades algodoeiras do Nordeste, seria a decretação do fim das "economias familiares". Permitindo-se essa invasão, o processo de democratização poderia ser sustado.

O segundo trabalho analisado é o de Ohlweiler, intitulado Sobre o processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, publicado pela primeira vez em 1959.¹⁵ Fundando-se em abordagem do processo histórico do desenvolvimento capitalista no Brasil, originalmente contida na "Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil", divulgada pelo Comitê Central do PCB, em março de 1958, OHLWEILER publicou no ano citado o texto cujo objetivo era

analisar o processo do desenvolvimento capitalista, no Rio Grande do Sul, tendo em vista verificar até que ponto o processo regional se enquadra no esquema geral e, especialmente, determinar as formas peculiares do processo de desenvolvimento econômico regional (OHLWEILLER, 1959, p. 7).

O artigo reproduz uma visão geral da formação da economia brasileira onde, sobre uma sociedade semicolonial e semifeudal, as "forças do progresso" haviam aberto, desde o início do Século XX, um "caminho penoso para o desenvolvimento capitalista". No entanto, ao conflitar com os "elementos estruturais arcaicos" e com a "ação colonizadora do imperialismo", esse desenvolvimento não teria encontrado formas de ocorrer de modo uniforme, tanto no tempo "histórico quanto no espaço geográfico". Entretanto, OHLWEILER admite que o processo de desenvolvimento, até então observado, tinha um caráter indiscutivelmente progressista e vinha determinando importantes transformações econômicas e sociais.

Segundo o autor, no período decorrido entre 1940 e 1960, teria ocorrido um impulso industrial que capacitara a indústria nacional a atender a demanda interna com o que ele chamou de bens de consumo. Esse impulso incluía o aparecimento

a forma de interpretar a realidade do Rio Grande do Sul por parte de cada um dos autores escolhidos.

de importantes empresas baseadas no capitalismo de Estado (Petrobrás, Cia. Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores, Fábrica Nacional de Alcalis e a Cia. Hidrelétrica de São Francisco). Entretanto, o setor agrícola, apesar de ter apresentado certo desenvolvimento, apresentara um ritmo de crescimento muito mais lento do que a indústria.

O setor agrícola teria persistido na manutenção de relações de caráter "semifeudal" que contribuíram para que tivesse sido colocado um freio no "progresso da agricultura", sem impedir, entretanto, que fossem ampliadas as relações de assalariamento, aumentando o peso dos assalariados na população total e o fortalecimento de uma "burguesia interessada na independência e no progresso do País". O estancamento do progresso da agricultura, ao contribuir para a marginalização das "massas camponesas", teria dificultado a ampliação do mercado interno, retirando o impulso adicional que seria direcionado para a expansão industrial e, assim, mantendo o país na condição de subdesenvolvido.

O imperialismo teria levado as economias dos países subdesenvolvidos à "distorção" e à "asfixia". Distorção, porque, através dos monopólios estrangeiros, tenderia a transformar as economias subdesenvolvidas em meros apêndices produtores de matérias-primas. Asfixia, porque as conduziria à busca do lucro a qualquer preço, não raro como autêntica "rapinagem organizada". As pressões do imperialismo sobre o Estado brasileiro teriam resultado em condições de privilégio, relativamente ao capital nacional. Por isso, Ohlweiler concordava com a reivindicação imediata de uma política exterior independente, além de medidas de proteção ao capital nacional. No Rio Grande do Sul, o imperialismo estaria atingindo o setor agrícola através dos grupos estrangeiros que controlavam os segmentos da carne, fumo e trigo.

Quanto ao papel do Estado, Ohlweiler considerava que esse não deveria mais ser visto como um representante apenas dos latifundiários e setores capitalistas ligados ao imperialismo, mas, também, como um representante da burguesia, interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Tal avaliação,

¹⁵ OHLWEILER, Otto Alcides. Sobre o processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. In Ensaio FEE, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, Ano 3, n.1, 1982, p.5-40 (Publicado a partir dos originais da Revista Brasileira, Porto Alegre nos.17, 18 e 19, 1959).

entretanto, não o impedia de ver as contradições e compromissos de classe, dos quais se aproveitavam os segmentos reacionários internos e o imperialismo.

Em sua interpretação, o processo de trabalho agrícola no Rio Grande do Sul assentou-se em duas linhas clássicas: a criação extensiva de gado na grande propriedade e a pequena produção camponesa das zonas coloniais, ambas determinadas em dois momentos históricos diferentes, do processo de ocupação do solo gaúcho. A origem dessas duas vias de estruturação produtiva teria ocorrido em regiões e momentos distintos: a grande propriedade (a partir de 1728) teria avançado pelas regiões em que dominavam os campos de pastagens naturais, e a pequena propriedade (a partir de 1824) desenvolveu-se na região da Encosta da Serra, expandindo-se, posterior e gradativamente, na medida da "saturação relativa" dessa região, para o Norte e Noroeste do Estado. De outro lado, o autor chamou a atenção para o fato de que a pequena, a média e a grande propriedade "coexistiam em quase todos os municípios do Estado" (OHLWEILER, 1982, p. 16, grifo nosso).

Para Ohlweiler, a criação de gado teve início ainda ao tempo em que a população era eminentemente indígena, sob o controle de um Estado teocrático, politicamente ligado à Coroa espanhola e sob a administração direta dos jesuítas, tendo seguimento com a chegada dos primeiros bandeirantes, que vieram em busca de riquezas e do gado para ser conduzido ao centro do país. As primeiras estâncias teriam sido criadas a partir de 1728, dando início ao processo efetivo de posse da terra. A lavoura, tendo sido iniciada de forma ainda incipiente pelos indígenas, sob o comando dos jesuítas, teve seu começo efetivo vinculado à formação dos primeiros núcleos populacionais e à atividade dos migrantes açorianos, trazidos pela Coroa portuguesa para o povoamento do solo gaúcho (1749-1753). No entanto, a colonização com imigrantes alemães (iniciada em 1824) e italianos (1874) é que fez ressurgir com ímpeto novo a atividade agrícola. Segundo o autor,

"A implantação do regime da pequena propriedade rural, em uma extensa região, com a prática da agricultura intensiva, ao contrário da produção pastoril, permitiu o desenvolvimento de comunidades de intensa vida social e econômica. O surgimento de uma numerosa camada de pequenos proprietários rurais, ao mesmo tempo que completava o quadro dos elementos fundamentais da formação social do Rio Grande, vinha inserir no processo econômico em curso um fator da mais decisiva importância." (OHLWEILER, 1982, p. 11)

Para Ohlweiler a "pequena produção camponesa" operava com baixo nível técnico, dificultado em grande parte pela natureza acidentada das regiões onde se concentrava. O atraso técnico referido pelo autor teria levado a um estado de "saturação da economia agrícola" baseada na pequena produção camponesa e teria determinado movimentos em direção às novas regiões. Tendo sido assim, que ocorreu a migração gradativa dos colonos europeus para as regiões ainda não ocupadas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O autor também refere-se a uma pequena produção camponesa que desenvolvia uma atividade mais especializada geradora de matéria-prima para a indústria, inclusive com adoção de insumos industrializados. Ao descrever esse outro tipo de "pequena produção camponesa", Ohlweiler faz menção à superioridade da produção desse segmento da agricultura gaúcha em relação à produção pastoril da grande propriedade. Concluindo, ele dizia que, mesmo considerando as desvantagens em relação a solo e tamanho, a pequena produção camponesa foi quem criou as condições para uma atividade agrícola mais intensa, estimulando o crescimento da indústria e do comércio, diferentemente das regiões onde predominava o "exclusivismo pastoril".

Referindo-se ainda sobre a época em que escreve, o final da década de 1950, destacou o notável crescimento que vinha sendo observado na agricultura gaúcha, com a expansão das culturas mecanizadas do arroz e do trigo organizadas, segundo ele, à base de "empresas capitalistas" que faziam nascer uma "nova e forte camada de plantadores capitalistas" e o rápido fortalecimento da classe dos trabalhadores assalariados. Como mencionado anteriormente, para ele, esse avanço do capitalismo na agricultura gaúcha, dada a apropriação privada da terra, só pode ocorrer combinando, em proporções variáveis, métodos capitalistas de produção, conservação do monopólio da terra e arcaicas relações semifeudais. Isso é, concluía, que as lavouras mecanizadas que se expandiam, o faziam à base do arrendamento, sendo o preço deste determinado fundamentalmente pela renda fundiária ou, também, pela renda anual do capital investido, quando houvesse sido realizado investimentos nas terras. Salaria ainda que a renda fundiária estaria refletindo as relações existentes entre os trabalhadores assalariados, os plantadores capitalistas e os proprietários territoriais, e a expansão das lavouras do arroz e do

trigo teria sido uma das causas do aumento da renda fundiária, acarretando, por decorrência, um aumento proporcional do preço da terra.

Trata-se agora de esclarecer aquilo que Ohlweiler chamou "de penetração capitalista na agricultura". Em primeiro lugar, ratifica-se a sua visão de que a agricultura gaúcha assentou-se sob as duas "linhas clássicas" já mencionadas (a "criação extensiva de gado" e a "pequena produção camponesa"). Em segundo lugar, aponta-se que a atividade pastoril, explorada na grande propriedade, era pensada como mantendo importantes restos feudais¹⁶ e com um baixíssimo grau de penetração do capital. Aqui não fica explicitada qual era exatamente a noção de "baixo grau de penetração capitalista" utilizada pelo autor.

Em princípio, parece referir-se à criação feita em moldes extensivos nos grandes campos de pastagens naturais, considerada como um "método retrógrado de exploração", sem qualquer alusão às relações sociais de trabalho. Entretanto, mais adiante, refere-se ao fato de que o fazendeiro era obrigado a ter em sua volta uma numerosa "peonada", que não somente atendia às lides do campo, como formava a tropa com que o fazendeiro dava, nos primeiros tempos, sua contribuição aos conflitos de fronteira. Assim, não fica claro em sua análise qual era o tipo de relação social que se estabelecia entre "fazendeiro e peonada". Informe-se entretanto que, segundo ele, tal peonada foi perdendo sua condição de trabalhador junto ao fazendeiro, na medida em que os campos foram sendo "fechados" e o gado xucro foi desaparecendo. Esse processo teria gradualmente formado um conjunto de "camponeses sem terra", os quais periodicamente buscavam trabalho nas lavouras de arroz.

Ohlweiler esboça, inclusive, uma segmentação da população agrícola gaúcha de acordo com suas posições na estrutura social. Embora argumentasse que o tamanho da propriedade rural não fosse suficiente para caracterizar o tipo de relações de produção nela vigentes e, na falta de outras evidências empíricas mais precisas, propôs a seguinte segmentação, a partir dos dados do Censo de 1950, tentativamente correspondentes a diversos estratos de área:

¹⁶ Repetindo a interpretação então dominante no âmbito do PCB, os restos feudais são explicitados por Ohlweiler como sendo "...a parceria (meia, terça e quarta), a renda em dinheiro e outras formas usurárias de exploração dos camponeses, tais como empréstimos em dinheiro, entrega a crédito de sementes, fertilizantes e ferramentas, adiantamento sobre a colheita, etc" (OHLWEILER, 1982, p. 18).

- a) Camponeses pobres - seriam os 47.724 proprietários com menos de 10 hectares que não seriam capazes de manter suas famílias exclusivamente com o resultado do cultivo de seus estabelecimentos agrícolas e eram, por isso, obrigados a vender eventualmente sua força de trabalho (semiproletários);
- b) Camponeses médios - seriam os 183.772 proprietários de uma extensão de terra entre 10 e 50 hectares, suficientes para poderem viver da exploração das mesmas à base de seu exclusivo trabalho pessoal e seus próprios meios de produção;
- c) Camponeses remediados (burguesia rural) - estariam compreendidos entre os 47.762 proprietários de 50 a 500 hectares em condições de praticar uma economia mercantil baseada no emprego de trabalho assalariado;
- d) Grandes proprietários ou latifundiários - seriam os possuidores de mais de 500 hectares e somavam 7.473 no total;
- e) Camponeses sem terra - quase 1,8 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 56% da população rural. Neste contingente estariam incluídos peões, assalariados rurais, parceiros etc. Desse total, os parceiros, ou seja, os que recebiam como remuneração parte da produção, constituíam um conjunto de 44.331 pessoas.

Ohlweiler ainda relacionou 16.010 outros estabelecimentos que estavam sob a responsabilidade de arrendatários.

Finalmente, o autor concluiu que a economia gaúcha ajustava-se ao processo de desenvolvimento capitalista no âmbito nacional. Esse ajuste, entretanto, ocorria de forma a manter certas particularidades do desenvolvimento regional. O crescimento industrial gaúcho estaria ocorrendo, mas sempre paralelamente ao ritmo das atividades transformadoras originadas no âmbito da produção de bens de consumo originário de matérias-primas agropecuárias. Ou seja, o progresso das forças produtivas na agricultura é que condicionaria o ritmo de desenvolvimento da indústria. Ao fim e ao cabo, a saída para eliminar as limitações que entravavam a

economia gaúcha seria a mesma reclamada para o âmbito nacional, qual seja, uma saída democrática e nacionalista que afirmasse uma política exterior independente e um processo de desenvolvimento independente.

O terceiro texto abordado neste capítulo é intitulado Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul e foi escrito por Cláudio Accurso.¹⁷ O autor, professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, escreveu esse artigo com um objetivo principalmente didático. Pretendeu apontar, "numa visão orgânica", os caminhos para montar uma política econômica para o Rio Grande do Sul. O texto foi escrito em 1960, como uma continuação da dissertação de mestrado defendida pelo autor na Cepal (Chile), em 1958, estudo no qual ACCURSO examinava a economia gaúcha com base em dados históricos pesquisados entre 1939 e 1955.

A preocupação principal do autor inscreveu-se numa abordagem que superasse a visão, até então recorrente, que privilegiava casos muito parciais como, por exemplo, estudos do setor industrial, da pecuária, do arroz, sem uma inteligibilidade que permitisse uma visão conjunta e integrada da economia gaúcha. Até então, argumentava, as tentativas de elaboração organizada de políticas públicas restringiam-se aos chamados planos de obras, oriundos das divisões setoriais do setor público gaúcho daquela época. Dessa forma, ACCURSO, apontando a inexistência no Estado de um sistema de planejamento, se propunha a expor uma visão global da economia do estado.

Sua abordagem teórica estava fundada nos princípios oriundos da "visão cepalina" assimilados em sua passagem pela Escolatina, no Chile, provavelmente, como ele mesmo salienta, como o "primeiro economista gaúcho" a formar-se em desenvolvimento econômico na CEPAL e na Escolatina. A partir dessa abordagem, pretendia, de um lado, chamar a atenção para a má instrumentalização técnica do estado no tocante à elaboração de políticas públicas e à construção dos fundamentos necessários a essa elaboração. Por outro lado, e como corolário, indicar a falta de "racionalidade" desse mesmo estado, ao elaborar políticas públicas "ao sabor das pessoas que estavam ali no momento" e da visão de curto prazo que

¹⁷ ACCURSO, Cláudio F. Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. In *Ensaíos FEE*, Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, Ano 3, n. 1, 1982, p. 41-77.

se estendia, no máximo, à gestão de uma equipe de governo. É importante salientar que o autor faz referência à existência de, pelo menos, duas experiências anteriores que haviam tentado, a partir de uma abordagem marxista das relações capitalistas, essa aproximação a uma visão macroeconômica. Primeiramente, a interpretação de OHLWEILER, antes sintetizada e, adicionalmente, o documento, não publicado, produzido pelo antigo GAP (Gabinete de Planejamento, órgão da estrutura administrativa estadual), identificado pelo autor como a primeira instituição do governo do estado que reuniu profissionais de diferentes campos do conhecimento.

A partir desse momento, com exceção da gestão Peracchi Barcellos,¹⁸ teria começado a formar-se no Rio Grande do Sul os quadros e compromissos entre a ação do setor público e a economia gaúcha. Os documentos da área pública passaram a ter referência macroeconômica e ACCURSO salienta a importância de se indagar acerca da necessidade de colocar a economia como uma espécie de pano de fundo dos gastos e da orientação do setor público. Ele mesmo responde, apontando que atrás daquela necessidade havia uma preocupação em ordenar os recursos escassos que em grande parte vinham do Governo Federal e, assim sendo, fazia-se necessária a montagem de uma estratégia e ordenamento de prioridades, tanto para a sua aplicação, quanto para subsidiar o processo de reivindicação das elites locais.

A visão da economia gaúcha apresentada nesse trabalho estrutura-se na forma clássica dos setores de produção (primário, secundário e terciário). Inicialmente o autor aponta as posições destacadas que vinham assumindo os setores secundário e terciário, conduzindo a uma maior produtividade da economia. Ao mesmo tempo, essa transformação na posição dos setores apontava a redução da importância da agricultura, o dinamismo da economia gaúcha e uma relativa independência do Rio Grande do Sul frente às outras regiões do Brasil.

Para Accurso, à medida em que a renda aumentava, havia uma decorrente modificação da estrutura produtiva, alterando a oferta e buscando estímulos para uma demanda crescente e que também se diversificava, mas sem que o setor primário deixasse de exercer importante influência na economia gaúcha. O peso

¹⁸ Na gestão do governador Peracchi Barcellos, segundo o autor, foi fechado o GAP, os técnicos foram dispensados e voltou-se à "visão microscópica dos problemas". A visão macro teria sido retomada na gestão do governador Euclides Triches. O

destacado da pecuária no montante do valor gerado no setor agrícola gaúcho fazia com que o "continuado aumento da renda" não se traduzisse em modificações na forma de produzir. Isso porque a pecuária caracterizava-se como uma atividade de "baixa incidência de mão-de-obra" e, conseqüentemente, de baixa participação do montante de salários na renda gerada. Tais características prejudicavam a expansão, ou até mesmo, o surgimento de novas atividades manufatureiras, até porque o consumo das elites empresariais e proprietárias de terra, ao ser definido fora dos limites da economia gaúcha, também contribuía para essa dificuldade de expansão no setor industrial.

Com base em dados correspondentes aos anos de 1940 e 1950, o autor estima que o setor primário contribuía, ao tempo desse estudo, com 58% do contingente de pessoas empregadas e com 41% da renda gerada.¹⁹ Essa importância ainda marcante do setor primário determinava uma dependência dos demais setores da produção agrícola, levando Accurso a concluir que não era casual que as flutuações da economia riograndense fossem determinadas a partir do comportamento da agricultura. No tocante ao emprego, por exemplo, estimou que a taxa de incorporação de mão-de-obra²⁰ era de 1,5% para o setor primário, 4,7% para o secundário e de 5,0% para o Terciário, redundando em uma taxa média global para a economia gaúcha da ordem de 2,5%. Conclui-se, então, que esses dois últimos setores é que estavam absorvendo a expansão da mão-de-obra e os contingentes liberados no campo.

autor chama a atenção para o fato de que não faz juízo de valor dessa visão macro, apenas salienta a importância de sua existência naquele momento.

¹⁹ Não é informada a fonte dos dados de emprego. Os dados de renda são extraídos da Revista Brasileira de Economia, FGV, março de 1959.

²⁰ Não está indicada no texto a data à qual diz respeito a estimativa.

Tabela 1 - Participação percentual na renda por subsetor e atividades produtivas - Rio Grande do Sul - 1957

LAVOURA (26%)	%	PECUÁRIA (15%)	%	INDÚSTRIA (15%)	%
Trigo	26	Carnes	36	Alimentação	21
Arroz	20	Lã	17	Quim. E Farm.	11
Milho	19	Banha,presunto e		Vest. E calç.	10
Mandioca	7	Salsicha	17	Metalurg.	9
Feijão	5	Leite	15	Têxtil	7
Batata	5	Couros	4	Madeira	7
Uva	3	Ovos	4	Couros e Peles	6
Outros	15	Outros	7	Min.ñ Metálic	5
				Outros	24
TOTAL	100	TOTAL	100	TOTAL	100

Fonte: ACCURSO, 1982, p. 47.

É importante chamar a atenção aqui para a participação no montante da renda estadual, por parte das atividades produtivas que se enquadrariam na noção de "lavoura empresarial" - de acordo com a proposta dos "25 Anos", objeto de análise no capítulo 3 - e, portanto, entendidas como "lavouras capitalistas". Assim, a soma das rendas geradas pelas lavouras de trigo e arroz teria uma participação de 46%, sobre os 26% que corresponderiam a renda total do subsetor Lavoura, ou apenas, 12,0% sobre a renda total da lavoura no estado. Deve-se considerar, entretanto, que, pelo menos no caso do trigo, ainda seria lícito levar em conta que nem toda sua produção era realizada por unidades de produção que pudessem ser consideradas como capitalistas, uma vez que a participação da "agropecuária colonial" na produção de trigo, embora não quantificada, era entendida como importante. Essas informações permitiriam ter uma idéia da importância da "lavoura empresarial", ou "lavoura capitalista", para a economia do estado.

O texto de Accurso destaca a necessidade do estado em aparelhar-se para a produção e gestão de políticas públicas em busca da promoção do desenvolvimento e da aplicação ordenada dos recursos públicos, visando desviar-se do caminho até então seguido de fazer política assentado nos acontecimentos de curto prazo e amarrado às visões de cada equipe de governo. Em sua abordagem fundada na orientação teórica adquirida na CEPAL, analisa a economia gaúcha apontando a importância destacada do setor agrícola e sua influência sobre o caráter instável da economia. O peso destacado da pecuária, com seu baixo índice de emprego, sua baixa importância no montante de salários seria um dos fatores determinantes do lento crescimento da economia gaúcha.

O quarto texto, intitulado "Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul",²¹ foi publicado sob o patrocínio do Poder Legislativo riograndense, em 1965, a partir da iniciativa de criar a "Comissão Parlamentar Especial" que tinha como objetivo "estudar as causas do insuficiente desenvolvimento da economia gaúcha".²² A Comissão²³ contratou como assessores três economistas gaúchos,²⁴ que foram encarregados de elaborar um relatório que, partindo dos debates realizados no âmbito da comissão, permitisse identificar a trajetória seguida e as perspectivas mais prováveis da economia gaúcha,²⁵ no período de 1949 a 1959. Esses assessores, compilando informações a partir de dados secundários e utilizando os debates realizados, elaboraram o relatório sinteticamente introduzido a seguir.

Tendo em conta que esse texto tem por objetivo interpretar o processo mais amplo de desenvolvimento da economia gaúcha, é importante ressaltar, mais uma vez, que o objetivo, de realizar essa releitura, é apenas extrair a visão sobre o papel da agricultura nesse processo.

Os autores partem da constatação de que a agricultura e a pecuária gaúchas, na época, vinham há pelo menos dez anos apresentando indícios e "inviabilidade da continuação de seu crescimento extensivo". Essa inviabilidade só não tinha sido antes explicitada em virtude de uma conjuntura de preços favorável, que havia impedido que os produtores tomassem consciência de sua existência. A causa estaria ligada ao limite estrutural contido na concentração da propriedade da terra, o que tornaria inócuos os instrumentos tradicionais de estímulo à produção. A elevada participação do setor agrícola nos agregados de renda e emprego vinha fazendo com que seu "crescimento insatisfatório" viesse se refletindo sobre um setor industrial cuja estrutura era extremamente dependente da produção de um setor agrícola com essas características. A noção de "crescimento insatisfatório ou insuficiente" partia, de um lado, da análise comparada ao comportamento da economia nacional, que apontava uma economia gaúcha crescendo a taxas inferiores às da economia brasileira. De outro lado, os autores também verificaram

²¹ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico, n. 16, Ano 1965, 114 pg.

²² RIO GRANDE DO SUL. Op.cit pg 3

²³ Essa comissão foi composta pelos Deputados Nelson Marquezan, Arthur Bachini, Darcilo Giacomazzi, Getúlio Marcantônio, Darcy Von Hoonholtz, Antônio Mesquita, Ari Delgado e Seno Ludwig, sob a presidência do primeiro.

²⁴ Esses economistas foram Cláudio F. Accurso, Arnaldo Veras e Arthur Candal.

²⁵ RIO GRANDE DO SUL. Op.cit. p. 3.

essa insuficiência a partir da comparação das taxas de crescimento da economia gaúcha com as taxas de crescimento da população.

A "visão de desenvolvimento" dos autores os levou a identificar que as causas do crescimento insatisfatório ou insuficiente não eram externas, e sim de natureza estrutural, dando origem ao setor agrícola com as características evidenciadas pelos problemas de acumulação e, conseqüentemente, de investimento, num círculo vicioso que impedia um ritmo mais intenso de acumulação de capital. Segundo os autores, na medida em que a oferta de terras no estado foi se tornando mais rígida, os estímulos à produção iam sendo reduzidos em função da conseqüente diminuição da remuneração dos agentes econômicos, que se viam obrigados a incorporar os custos crescentes do arrendamento de terras. Por outro lado, a predominância do setor agrícola nos "países subdesenvolvidos" seria o fator que determinava que a poupança não estivesse ligada aos setores de vanguarda e mais dinâmicos e acabasse por gerar desequilíbrios entre os diversos setores produtivos.

Reconhecendo as dificuldades para coletar dados confiáveis para realizar uma análise mais aprofundada, os autores admitem a necessidade de identificar, classificar e agrupar os "vários tipos de empresas agrícolas", incluindo desde a "simples propriedade familiar", voltada para o autoconsumo, até as "empresas mais complexas e capitalizadas". Uma vez identificados tais tipos de empresas agrícolas, deveriam ser aferidas determinadas variáveis, a saber: relações com o mercado, grau de monetarização das transações, relações sociais, níveis de renda, grau e formas de representação das decisões econômicas.

Como resultado desse estudo os autores identificaram algumas características do setor primário gaúcho, que são esquematicamente listadas abaixo:

- a) permanecendo o "crescimento insatisfatório ou insuficiente", o Rio Grande do Sul acabaria por perder mercado de seus produtos para a concorrência advinda dos demais estados da Federação;
- b) a economia gaúcha continuaria a ter "forte dependência" do setor primário;

- c) permanecendo as disparidades entre as taxas de crescimento da população urbana e rural (5,6% e 0,9% ao ano, respectivamente), deveria ser agravado o problema de subocupação nos centros urbanos;
- d) a estrutura fundiária da época, associada a "valores tradicionais", dificultaria a diversificação da produção agrícola e evidenciaria um esforço para manter o processo extensivo de produção;
- e) os níveis de arrendamento indicariam forte rigidez na oferta de terras;
- f) a agricultura somente vinha crescendo extensivamente;
- g) a produtividade mantinha-se estagnada no setor agropecuário;
- h) a especialização da agricultura gaúcha em "quatro ou cinco produtos" expunha o setor às flutuações freqüentes;
- i) a pecuária de corte vinha perdendo espaço produtivo para a lavoura;
- j) a produtividade da pecuária gaúcha era baixa relativamente a outros países produtores (RIO GRANDE DO SUL, 1965, p. 58).

Tendo identificado tais pontos de estrangulamento os autores listaram algumas sugestões, sem as quais nada poderia ser mudado, segundo o diagnóstico realizado. Segundo o documento, a centralidade das ações de mudança decorreria do novo papel do Estado e sua capacidade de intervenção. Enfatizavam, por exemplo, a necessidade de organizar um eficiente setor de pesquisa econômica e levantamento de dados, inclusive com capacitação técnica que permitisse elaborar cenários e planejamento estratégico. Tal setor deveria, adicionalmente, beneficiar-se de uma racionalização administrativa que reunisse os demais órgãos de pesquisa em esforços de investigação convergentes e complementares. Finalmente, insistiam os autores quanto à urgência de instituir uma forte capacidade de planejamento no estado, único mecanismo capaz de definir tecnicamente as prioridades e ações que provocassem a retomada do crescimento da economia gaúcha.

No caso específico do setor agrícola, o estado deveria realizar uma atuação coordenada para alcançar alguns objetivos, como avaliar as reais possibilidades de

produção agropecuária, a reestruturação da pesquisa agrícola então existente e a criação de mecanismos de divulgação de novas técnicas. Para tanto, seria necessário realizar intensos esforços de investigação que produzissem conhecimento sobre o uso atual e potencial dos solos; estudos econômicos complementares capazes de permitir a avaliação de mercados para os produtos, qualidade das vias de acesso e de escoamento da produção e, finalmente, o cálculo de coeficientes econômicos que também permitissem avaliar em maior profundidade o comportamento dos produtores rurais, seus processos organizativos e escolhas produtivas.

Com essas informações, os autores acreditavam que seria possível determinar um conjunto de evidências acerca do meio rural gaúcho, como as áreas de concentração de minifúndios e latifúndio, o uso atual dos solos em relação ao uso potencial (e portanto a adequação ou inadequação de seu uso), a identificação de áreas marginais e potenciais para os eventuais programas de desenvolvimento e crédito e, finalmente, a localização de problemas de erosão e invasão de dunas, o que viabilizaria a implantação de novos projetos de manejo de recursos naturais.

Esse estudo, como se verá no capítulo seguinte, inspiraria largamente a análise do ACIIRS, que incorporará, em suas interpretações mais gerais e em suas propostas de políticas, parte significativa das propostas contidas no texto "Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul". Os focos centrais foram:

- a) conhecer as reais possibilidades de produção da área rural;
- b) reestruturar e manter um processo de investigação científica contínuo;
- c) criar um mecanismo de divulgação dos novos conhecimentos desenvolvidos (Rio Grande do Sul, 1965, p. 110).

No caso do primeiro item, seria necessário realizar:

- a) a identificação do uso atual dos solos de acordo com uma classificação de uso internacional;
- b) a identificação do uso potencial dos solos;

- c) estudos econômicos complementares capazes de permitir avaliação de mercados para os produtos, qualidade das vias de acesso e de escoamento da produção;
- d) a partir dos estudos econômicos referidos, o cálculo de coeficientes econômicos que permitissem avaliar o comportamento das propriedades agrícolas (Rio Grande do Sul, 1965, p. 110).

Com essas informações os autores acreditavam que seria possível determinar as áreas de concentração de minifúndios e latifúndios, o uso atual dos solos em relação ao uso potencial e adequação ou inadequação de seu uso, identificar áreas marginais e potenciais para eventuais programas de desenvolvimento e crédito e, igualmente, identificar a localização de problemas de erosão e invasão de dunas (Rio Grande do Sul, 1965, p. 111).

Partindo das constatações de Accurso no texto anterior a respeito do papel do estado na construção das políticas públicas e da necessidade do planejamento, este último texto, como se vê, avança na apresentação de propostas tendo, inclusive, uma parte dessas propostas sido integradas ao Projeto ACIIRS.

Concluída a resenha dos quatro estudos escolhidos para a formação de uma base de informações sobre como vinha sendo pensada a agricultura gaúcha e, em específico, como vinha sendo pensada a organização do seu sistema produtivo, busca-se, de forma sucinta, extrair uma visão panorâmica do conjunto das opiniões expressadas pelos autores.

Os dois primeiros estudos apontaram no sentido da existência daquilo que Ohlweiler chamou de "duas linhas clássicas", ou seja, que o sistema produtivo na agricultura gaúcha esteve, na sua origem, montado sobre a criação extensiva de gado e a pequena produção camponesa, o que Limeira Tejo denominou de "exclusivismo pastoril" e "economias familiares". Concluíram os dois primeiros autores apontando a pecuária extensiva como um fator determinante do menor ritmo de crescimento. A "lavoura capitalista" é apenas referida genericamente à lavoura de arroz no caso de Limeira Tejo, e também à do trigo no caso de Ohlweiler. Não há entretanto, maiores referências à sua origem. Assim, os estudos anteriores ao Projeto ACIIRS, com exceção de Ohlweiler, não apontam argumentos mais

consistentes no sentido da construção de categorias sociais que explicitassem uma intenção de caracterizar o processo produtivo e as relações de sociais de produção no campo gaúcho. Apenas Ohlweiler prevê uma maior capacidade de produção para a "pequena produção camponesa", desde que supere o seu atraso tecnológico. Já Limeira Tejo é categórico ao afirmar que as economias familiares não se adaptariam à qualidade da produção exigida pelos grandes monopólios.

2. Uma proposta de interpretação das transformações na agricultura do Rio Grande do Sul.

2.1 - Antecedentes

O objetivo precípua deste item é situar um marco histórico-estrutural da formação do processo de trabalho agrícola na agricultura gaúcha. Não se pretende, contudo, uma abordagem minuciosa e extensa, a intenção é antes introduzir uma base de informações que indique que as transformações ocorridas no período em estudo (os anos setenta) não foram o resultado, único e exclusivo, de um conjunto de acontecimentos externos que, seguindo uma lógica pré-determinada, teriam definido o padrão de mudanças no mundo rural do Rio Grande do Sul. Ao contrário, pressupõe-se que o ocorrido foi o resultado de um processo histórico, que, em seu limite histórico mais remoto, tem seu início ainda com a produção de alimentos pelos indígenas que aqui habitavam, antes da chegada dos europeus.

A partir de então, a "forma original" de produzir foi sendo transformada até atingir o que hoje se entende por produção agrícola no estado, seguindo a noção de sistemas agrários. O primeiro grande impacto nessa maneira "original" de produção agrícola ocorreu com a chegada dos jesuítas, que introduziram e difundiram técnicas trazidas da Europa. A seguir, numa sucessão de fatos, surge a criação extensiva de gado, que é a origem do grande estabelecimento agrícola atual (início do Século XVIII) e, posteriormente, a agricultura diversificada dos pequenos estabelecimentos, introduzida com a chegadas dos imigrantes alemães (1824) e italianos (1874). A criação extensiva de gado e a produção dos imigrantes foram considerados por

Ohlweiler como "as duas linhas clássicas através das quais se desenvolvem as atividades agropastoris no estado" (OHLWEILER, 1982, p 18).

Este item organiza-se a partir da proposta Chonchol ao considerar que a agricultura é um "sistema técnico-econômico e social" para produzir alimentos, no qual se associam três grandes componentes: o primeiro, "ambiental ou ecológico", é representado pela base física a partir da qual se articulam as formas de produção desenvolvidas pelo homem e compreende os tipos de solos, as classes de vegetação, as plantas disponíveis que são úteis ao homem, os climas, os tipos de fauna, o relevo. O segundo componente, "tecnológico", é constituído pelo conjunto dos instrumentos e meios de produção, as técnicas de seleção, os métodos de melhoramento da produtividade das plantas e as formas de colheita e de armazenamento dos produtos. O terceiro componente, "econômico e social", corresponde às formas gerais de distribuição e consumo dos produtos obtidos, às formas de organização social para a produção, à distribuição espacial da população, às formas de propriedade e controle da terra e aos diversos conceitos sobre racionalidade e ideologia agrária (CHONCHOL, 1994, p. 22).

Partindo-se desse enfoque geral, dois outros passos são importantes para construir uma proposta de interpretação do processo de transformações ocorrido na agricultura gaúcha durante a década de 1970. Inicia-se organizando uma periodização das transformações do processo de trabalho, sob o ponto de vista da mecanização da agricultura do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que se buscam contextualizar historicamente essas transformações sob o ponto de vista da conjuntura político-econômica.

Não faz parte dos objetivos deste estudo retomar detalhadamente todas as etapas de desenvolvimento da agricultura gaúcha, mas antes destacar, nesse processo histórico, tão somente os momentos de inserção da mecanização das atividades agrícolas, como elemento importante de liberação e formação de uma mão-de-obra especializada para o momento da grande expansão dos anos setenta. Ao final, como segundo movimento analítico, tentam-se traçar paralelos entre os diferentes momentos da evolução do processo de trabalho na agricultura, tentando encontrar um nexo que os una enquanto um processo histórico.

2.2 - O primeiro momento - a lavoura mecanizada de arroz irrigado

O processo de trabalho na agricultura gaúcha manteve-se até o início do Século XX sem transformações significativas. O produto agrícola era então gerado a partir de processos rudimentares, nos quais o trabalho humano apresentou-se potencializado apenas por instrumentos de construção artesanal ou oriundos de uma pequena indústria familiar incipiente. As importações complementavam essas fontes de oferta de instrumentos de trabalho para a produção da época. A comercialização dos produtos era realizada basicamente *in natura* ou com modesta agregação de valor em processos ainda primários de transformação e beneficiamento, como foi o caso das charqueadas e dos couros e do gado para abate, que eram comercializados no centro do país, além da produção em geral que abastecia os núcleos urbanos da época.

É importante realçar um elemento recorrente no processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha que a diferenciava, até então, dos processos observados em outras regiões brasileiras, os quais usualmente caracterizaram-se pela dedicação fundamental a um produto agrícola ou extrativo de alto valor comercial destinado ao mercado externo. O Rio Grande do Sul, ao contrário, "se insere na economia nacional como uma região produtora de meios de transporte, matérias-primas e alimentos destinados ao mercado interno e, em especial, para aquelas regiões cujo produto principal se destinava à exportação" (BESKOW, 1986, p. 23).²⁶ O Brasil vivia então um padrão de desenvolvimento usualmente intitulado como "primário exportador", como bem o definiu Tavares (1972, p. 29-30).²⁷

O primeiro período importante de substituição do homem pela máquina no processo de trabalho agrícola no Rio Grande do Sul remonta às duas primeiras décadas do Século XX, quando ocorre a expansão rápida e significativa da lavoura irrigada e mecanizada do arroz. Essa expansão esteve associada a diversos fatores, entre eles: a existência de recursos financeiros alocados a partir do comércio, indústria e da pecuária de corte; a adoção de uma política tarifária de penalização das importações de arroz por parte do Governo Federal da época; a expansão do

²⁶ BESKOW, Paulo Roberto. O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 1986, pg. 57-112. BESKOW, 1986, pg 23.

²⁷ TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro - Ensaio sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, p 29-30.

mercado consumidor e intermediador de arroz no Rio de Janeiro; a existência de uma infra-estrutura de transporte que permitiu o deslocamento da produção para o centro do País; o aumento das vendas externas no período da 1ª Grande Guerra, em função da escassez de alimentos na Europa.²⁸

Naquele momento, fruto de tais determinantes iniciou-se um processo deliberado de investimentos no setor agrícola, com parte dos recursos financeiros originados no setor urbano.²⁹ Visava-se fundamentalmente à organização da produção de arroz para atender ao mercado interno do estado e do país mas, com a eclosão da Primeira Grande Guerra, também cresceu para atender a da demanda internacional.

Esse importante surto expansivo da lavoura gaúcha assentou suas bases sobre o conjunto de relações da economia pecuária da época. A lavoura orizícola surgiu então como

... uma forma específica de grande produção, pois além das suas características - organiza-se em função de um processo de reprodução ampliada do capital, produzindo um grande volume, em extensas áreas de cultivo, utilizando predominantemente o trabalho assalariado e fazendo uso intensivo de meios de produção de origem industrial inclusive na irrigação... (BESKOW, 1986, p. 50).

O mesmo autor chega a referir-se, ainda, a um "complexo rural econômico gado-arroz", onde despontariam de forma clara as três classes, os assalariados rurais produtores do excedente econômico, os arrendatários capitalistas receptores do lucro e os proprietários fundiários receptores da renda fundiária.³⁰

A atividade orizícola fundou-se, então, sobre uma base de produção pecuária, servindo, inicialmente, como alternativa de renda nos momentos de crise da bovinocultura. Segundo ainda Beskow, autor do mais elucidativo estudo sobre a economia orizícola gaúcha nos períodos de crise da pecuária, a alternativa de arrendar terras para os lavoureiros de arroz sempre teria se apresentado com mais intensidade, em face de ser mais lucrativa a atividade rentista no cultivo do arroz do que de criador de gado e destaca que o processo de constituição da produção de

²⁸ BESKOW. op.cit.

²⁹ BESKOW. op.cit, p 48, "...a aplicação de vultosas quantias de capital na produção de arroz está associada a um certo nível de concentração de capital acumulado nas atividades de criação de gado e de produção industrial e exportação de charque e de comércio em geral no caso de Pelotas, e de comércio e criação de gado em Cachoeira do Sul.(...) ...não se deve desprezar os recursos financeiros aplicados na rizicultura acumulados nas profissões liberais mais rendosas - médicos e advogados principalmente."

arroz no RS não estaria associado a uma trajetória de diferenciação social da produção familiar agrícola - entendida no seu sentido clássico - em que uma parcela minoritária se transforma em capitalista e a majoritária em proletários. Nem tampouco corresponde à transformação do grande proprietário de terras em capitalista agrícola. Ao contrário, seria parte do processo mais geral de constituição da burguesia rural gaúcha, a partir de uma origem onde predominam as classes proprietárias e médias urbanas enriquecidas.³¹

Outro ponto importante destacado na formação da orizicultura gaúcha foi o fato de que no período 1906/1913 a economia brasileira estava passando por uma fase de acelerado crescimento, reflexo do plano de valorização do café - Convênio de Taubaté, de 1906 - causando aumento dos preços do café a partir de 1909, e uma melhora nas relações de troca do país com o exterior, aumentando a sua capacidade de importar e tendo reflexos altamente positivos na formação de capital na economia urbano-industrial e na diversificação da estrutura econômica nacional.³²

A economia brasileira da época apresentou um surto de expansão sem precedentes, ampliando as oportunidades de investimento para o capital estrangeiro e fazendo com que o volume de recursos externos que entrou no país à época não tivesse similar na história anterior. Segundo estimativas de Castro, citado por Beskow, o volume de capital estrangeiro que entrou no País entre 1903 e 1913 foi 81% superior ao volume internalizado nos 43 anos que transcorreram entre 1860 e 1902. Sob outro ponto de vista, a movimentação para os centros urbanos (com destaque para o Rio de Janeiro) dos migrantes europeus antes empregados na lavoura cafeeira formou um importante mercado urbano para os produtos agrícolas.

É importante salientar um outro aspecto destacado por Beskow, quando o autor refere-se à mão-de-obra necessária à expansão da lavoura e o acesso aos recursos de terra e água. Segundo esse autor, a região onde surgiu a lavoura mecanizada e irrigada de arroz gaúcha (municípios de Pelotas e Camaquã) possuía todas as condições para tal. Nessa região, situar-se-iam extensas várzeas, planas, úmidas e às margens da lagoa dos Patos, manancial d'água para irrigação e ao mesmo tempo uma via de comunicação para o porto exportador de Rio Grande . Essa região

³⁰ BESKOW, op. cit., 50.

³¹ BESKOW, op.cit.

³² BESKOW, op.cit., p. 54.

também localizava-se entre os dois maiores núcleos urbanos do Estado - Pelotas - Rio Grande e Porto Alegre - os maiores mercados consumidores urbanos e mais importantes eixos de acumulação e concentração de capitais do Rio Grande do Sul naquela época e próxima às regiões serranas localizadas nos municípios de Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul, Caçapava do Sul e também Canguçu, onde se concentrava uma agricultura minifundiária e policultora de alimentos, verdadeiro reservatório de força de trabalho.³³ Em síntese a conjuntura econômica do período e as características regionais foram bastante favoráveis à expansão da lavoura gaúcha de arroz.³⁴

O processo de constituição da lavoura de arroz no Rio Grande do Sul destaca-se, portanto, pela peculiaridade de expandir-se a partir de capitais acumulados nos polos urbanos das regiões de origem. Essa acumulação, realizada a partir de um surto de desenvolvimento urbano assentado fundamentalmente na atividade comercial, permitiu a liberação de recursos que fomentaram a atividade agrícola até então caracterizada pela preponderância da pecuária de corte. Chama a atenção o fato salientado por Beskow, quando enfatiza que a orizicultura não se constituiu a partir de uma diferenciação da agricultura familiar, mas pela formação de uma "burguesia rural" que se financiou a partir dos excedentes realizados na atividade comercial urbana. Tal fato, provavelmente, constitui-se em definida peculiaridade do processo histórico da formação da agricultura gaúcha, uma vez que os dois momentos posteriores a serem analisados caracterizam-se, fundamentalmente, por apontarem para a diferenciação da "agricultura familiar" como traço peculiar de sua expansão. Destaque-se, igualmente, que esse processo de transformações da atividade agrícola fundado na orizicultura, que posteriormente expandiu-se em direção às regiões central do Estado (Cachoeira do Sul) e da fronteira com Uruguai e Argentina (Bagé, Uruguaiana, São Borja), também é peculiar pelo fato de concretizar-se na hoje chamada "Metade Sul do estado", região onde predominam os latifúndios. Os dois processos posteriores, ao contrário, caracterizaram-se por apresentar como agente principal das transformações exatamente a agricultura familiar, traço característico da "Metade Norte" do estado, tais mudanças financiadas por recursos vinculados a políticas públicas que, direta ou indiretamente, buscavam desenvolver o setor agrícola.

³³ BESKOW, op.cit.

A título de conclusão, cabe ainda salientar que, no início do Século XX, a lavoura de arroz foi praticamente a única grande lavoura voltada para o mercado colhida no estado. Como se apontará no tópico seguinte, a lavoura de trigo só apresentaria sua expansão importante na virada da primeira para a segunda metade do Século XX. No momento do surgimento da orizicultura, com exceção da pecuária de corte, as demais atividades distribuíam-se entre a satisfação do consumo interno dos estabelecimentos agrícolas e a geração de uma renda monetária via entrega ao mercado de forma bastante rudimentar, através de intermediários comerciantes.

2.3 - O segundo momento - a lavoura mecanizada de trigo

No início, a atividade tritícola teve como característica o desenvolvimento espontâneo da cultura, isto é, não incentivado pelo Estado, cabendo a este apenas a regulação do comércio exterior de cereais e armazenamento destes.³⁴ Em 1857 ocorreu a primeira tentativa de adquirir e distribuir sementes com o objetivo de incentivar a produção. Meio século após, em 6 de março de 1918, o Decreto nº. 12.896 instituiu incentivos premiando com máquinas agrícolas os triticultores que alcançassem melhorias técnicas efetivamente comprovadas em suas lavouras. Logo após, nas safras de 1918 e 1919, foi concedido uma espécie de preço mínimo por quilograma de trigo posto no Rio de Janeiro.

Contudo, apenas a partir de 1937 foi que o Estado passou a exercer uma intervenção mais efetiva no setor, com a Lei 470, de 1 de junho de 1937. Essa lei determinava a criação de estações experimentais dedicadas a melhorar a qualidade dos cultivares utilizadas; estabelecia prêmios para agricultores que alcançassem produtividades superiores a uma tonelada por hectare; estabelecia transporte gratuito das sementes de trigo nas estradas de ferro e linhas de navegação, além de abatimentos de 60% no custo do transporte do trigo em grão e, finalmente, tornava obrigatório aos moinhos a moagem de pelo menos 5% de trigo nacional, em relação ao total de trigo estrangeiro beneficiado.

³⁴ BESKOW, op.cit., p.52-4.

³⁵ SILVA, Vera Martins. A regulação do mercado brasileiro de trigo. São Paulo: Editora da USP, 1992. (Campi; 9), p. 29.

Em 5 de janeiro de 1944, o Decreto-Lei 6170 criou o "Serviço de Expansão do Trigo". A partir da criação desse órgão, estruturou-se a comercialização do trigo, que iria vigir, com algumas modificações, até o início da década de 1990, quando é extinta toda a política de intervenção estatal na comercialização do trigo. Durante aquele período, a compra da produção tritícola nacional, sua distribuição aos moinhos, bem como a importação para complementar o consumo interno esteve totalmente estatizada. Era o Estado quem, agindo como um monopsônio, no lado da compra, e como um monopólio, no lado da venda, gerenciava a distribuição e estabelecia os preços de compra e venda da produção com o objetivo fundamental de subsidiar o consumo. Essa intervenção estatal observou diversos períodos de crise, gerados pelas inconsistências na aplicação da lei, permitindo variadas ilicitudes como, por exemplo, o grande desvio de recursos que ficou conhecido como "o caso do trigo-papel", ocorrido entre 1956 e 1958.

No Rio Grande do Sul, o trigo foi, até meados da década de 1940, uma atividade eminentemente desenvolvida por pequenos agricultores e para o consumo interno de seus estabelecimentos. Naquele momento, jogavam um papel importante os moinhos coloniais que até a década de 1960 recebiam e beneficiavam grande parte da produção de trigo gaúcha, formando com os pequenos estabelecimentos agrícolas um complexo agroindustrial de produção e beneficiamento bastante disseminado por todo Estado. Com o estabelecimento da legislação de quotas para o recebimento de trigo por parte dos moinhos e do subsídio ao consumo, a partir de 1962, os moinhos coloniais perderam sua razão de existir e, com isso, o trigo praticamente foi alijado dos pequenos estabelecimentos, na mesma medida em que o consumo de farinha de trigo subsidiada passou a ser um melhor negócio para o pequeno agricultor. Neste sentido, buscando outras alternativas, os estabelecimentos agrícolas que iniciaram a lavoura mecanizada de trigo no final dos anos quarenta, acabaram tornando-se os pioneiros da sucessão trigo/soja, a partir da segunda metade dos anos sessenta.

O processo de desenvolvimento da lavoura de trigo no Rio Grande do Sul, a partir do final dos anos quarenta, representa em linhas gerais a construção prévia de uma base material em máquinas e equipamentos,³⁶ em conhecimento sobre o

³⁶ A Lei 470, de 9 de agosto de 1937, o Decreto-Lei no. 6170, de 5 de janeiro de 1944; o Decreto-Lei no. 8873, de 24 de janeiro de 1946; a Lei no. 948, de 3 de dezembro de 1949, formaram a base legal que deu origem ao parque de máquinas da

processo de trabalho agrícola mecanizado e em formas de organização da produção e distribuição, os quais, posteriormente, abriram caminho à expansão da lavoura de soja mecanizada. A formação dessa base material explicita-se assim, em primeiro lugar, pela formação do parque de máquinas e equipamentos destinados à lavoura extensiva de sequeiro ainda incipiente à época, no Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, e em decorrência do mesmo fato, pela disseminação entre os agricultores gaúchos de capacitação em lavoura extensiva mecanizada de sequeiro. Em terceiro lugar, porque foi com o desenvolvimento da triticultura nas décadas de quarenta e cinquenta, que se expandiu o cooperativismo gaúcho que viria a atingir o seu apogeu com a expansão da lavoura de soja durante os anos setenta. Em quarto lugar, porque, ao formar com a soja a "dobradinha" de lavouras em sucessão em uma mesma área de terra, permitiu uma importante redução de custos fixos, fator decisivo na viabilização financeira das lavouras de sequeiro gaúchas.

O incentivo ao cooperativismo por parte do governos Federal surgiu na época como uma alternativa governamental para, congregando os produtores, superar as dificuldades historicamente encontradas com a lavoura tritícola. Assim, o Decreto nº. 41.490, de 14 de maio de 1957, reveste-se de importância porque estabeleceu a criação da "Comissão de Organização da Triticultura Nacional" (COTRIN). Essa comissão deveria realizar a divisão das regiões tritícolas do País em "zonas geoeconômicas" e promover a criação de uma cooperativa de produtores de trigo em cada uma dessas zonas, além de também encarregar-se da orientação e fiscalização das cooperativas em operação.

A partir da organização de cooperativas de produção, o governo visava concentrar a comercialização do trigo, reduzindo custos, maximizando o aproveitamento de investimentos em armazéns e infra-estrutura de comercialização.³⁷ O sistema cooperativo acabou por formar, também, a base para a criação, já na década de 1960, do sistema estatal de comercialização que terminaria vigendo até o início dos anos noventa. Foi através do sistema cooperativo, após a transformação da antiga COTRIN em COTRINAG (à sigla inicial acrescentaram-se

lavoura tritícola gaúcha. Essa legislação estabelecia facilidades para a importação de máquinas e equipamentos a preços de custo, com financiamentos facilitados e isenções tarifárias. A Lei 948, isentou de tarifas alfandegárias, durante cinco anos, a importação de máquinas para a produção agrícola e a indústria moageira de trigo, desde que não houvesse similar nacional.

³⁷ BENETTI, Maria Domingues. Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul - Uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrigo - 1957/80. Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística, 1982. 171 p.

os termos "e Armazenamento Geral") que o Estado formou a rede de armazéns sobre a qual organizou sua política de estocagem e distribuição do trigo nacional. A expansão da lavoura tritícola nos anos quarenta e cinquenta ocorreu em período no qual já se esgotara o modelo "primário exportador" e estava sendo gestado o modelo de "substituição de importações".³⁸ Esse destaque é importante porque a política de fomento à lavoura de trigo no Rio Grande do Sul pode ser inserida no contexto deste novo modelo. Müller (1998),³⁹ citando o relatório anual do Banco do Estado do Rio Grande do Sul correspondente ao ano de 1945, chama a atenção para a visão dominante naquele momento, em relação à vulnerabilidade da economia gaúcha então vinculando parcela importante de sua renda no mercado externo. O referido relatório alude ao que seria percebido como sendo de fundamental importância, qual seja, que a economia gaúcha voltasse sua produção para os mercados nacionais que, em qualquer época, são os escoadouros naturais e seguros da nossa variada economia rural e industrial.⁴⁰

Por outro lado, é interessante recorrer à argumentação utilizada por Müller (1979), quando o autor aponta que o período entre 1930 e 1964 pode ser visto como o tempo no qual se extingue o processo de articulação de várias economias regionais, que compunham a economia nacional, e se cria a economia brasileira integrada e regionalmente localizada, principalmente, no Centro-Sul do País. Ou seja, ao mesmo tempo em que se gesta o modelo de substituição de importações, transformações estruturais estão ocorrendo na economia como um todo. A agricultura está deixando de ser o centro mais importante como gerador de renda e como dinamizador do processo de acumulação e a indústria está assumindo este papel. Como se sabe, já em 1956 a contribuição do setor primário para a formação da renda nacional foi suplantada pela expansão industrial, indicando tendência irreversível de constituição de uma sociedade urbano-industrial (OLIVEIRA, 1987).

O mesmo autor, analisando a economia do Rio Grande do Sul, alude a que estaria começando a se formar no País o capital industrial oligopólico, sob a direção de empresas de grande porte que passaram a produzir internamente os bens que até então eram importados. Nesse momento, a indústria passava a assumir o papel

³⁸ TAVARES, op cit.

³⁹ MÜLLER, Carlos Alves. A história econômica do Rio Grande do Sul. Gazeta Mercantil - Rio Grande do Sul, Editora Grande Sul, 1998. p. 137 a 195

⁴⁰ MÜLLER.

de "motor do desenvolvimento-e-crise brasileiro". Nesse contexto, o estado não dispunha de condições materiais, geográficas e políticas para sustentar um pólo industrial de vulto (MÜLLER, 1979). Até os anos 50, a indústria gaúcha vinha se caracterizando como um segmento direcionado para a transformação de matérias-primas agropecuárias e produção de insumos e máquinas e equipamentos para a agricultura. O "modelo histórico gaúcho" mantinha características próprias, baseadas em atividades agropecuárias vinculadas às atividades industriais através do fornecimento de matérias primas e compra de máquinas e equipamentos de uma indústria metal-mecânica ainda incipiente. Sob este ponto de vista, a expansão da lavoura de trigo nos anos cinqüenta cumpriu um papel de estímulo econômico importante na economia agrícola gaúcha.

Apesar do comportamento instável da lavoura tritícola, alternando boas safras com frustrações, originadas pelas alternâncias climáticas e pelas deficiências genéticas dos cultivares utilizados, a produção desse cereal sempre teve um papel importante na formação da renda do produtor, por firmar-se como a única lavoura de porte e boa aceitação no mercado a ser plantada no inverno.

A fase de expansão dessa lavoura e de sua mecanização, ocorrida entre o final dos anos quarenta e meados da década de 1950, foi freada pelos acordos internacionais assinados pelo Brasil com os Estados Unidos ainda durante a década citada. Sob tais acordos realizaram-se transações que, ao aliviarem os estoques americanos, permitiram que os países do Terceiro Mundo importassem em condições extremamente vantajosas.⁴¹ Assim, os incentivos à produção vigentes no período aqui analisado acabaram sendo gradualmente anulados, sob o impacto das importações favorecidas. Os problemas da lavoura tritícola, a partir dos anos cinqüenta, entretanto, não descaracterizam o seu papel de formador de uma base material para a expansão da lavoura de soja. É provável até que esses problemas tenham se transformado em motivação adicional que favoreceu a adoção da sucessão trigo/soja.

Por fim cabe um comentário crítico a respeito da afirmação de Schiling quanto à lavoura de trigo ser "uma atividade nitidamente capitalista" (SCHILING, 1961, p. 82). Embora não existam informações disponíveis que permitam negar

⁴¹ SILVA, Vera Martins da. Op.cit.

peremptoriamente a afirmação de SCHILING, os dados censitários de 1960, oferecem indícios de que a lavoura tritícola deveria ser uma lavoura explorada fundamentalmente em estabelecimentos agrícolas com conotação fundamentalmente familiar, embora com contratação de mão-de-obra assalariada para complementação das necessidades do processo de trabalho.

A lavoura de trigo, no ano de 1960, estava concentrada nas regiões denominadas pelo Censo Agropecuário de Planalto Médio e Alto Uruguai, regiões típicas de pequenos e médios estabelecimentos, as quais concentravam, respectivamente, 30% e 19% da área total da lavoura no estado. Essas participações na área correspondiam, respectivamente, a 28% e 22% do volume total de trigo produzido.

As informações censitárias relativas às despesas com salários dão conta de que tais regiões não detinham os maiores gastos com despesas em salários. Ao calcular-se uma relação entre o gasto de cada região do IBGE e o gasto médio estadual em salários, verifica-se que as regiões tritícolas do Planalto Médio e Alto Uruguai situavam-se, de fato, entre as mais baixas relações do Estado apresentando 0,7 e 0,3, respectivamente. Em oposição, as regiões típicas de produção de arroz e pecuária de corte eram as que detinham as mais altas relações, a saber: Serra do Sudeste, 5,4; Encosta do Sudeste, 2,5; Depressão Central, 2,4; Litoral, 1,2 e Campanha, 0,9. Os gastos com salários representavam, na média do Estado, 19% por cento das despesas totais, enquanto que, na região do Alto Uruguai, eram de 8,7% e, na região do Planalto Médio, eram de 11,8%. Os dados censitários que indicam o número de estabelecimentos que informaram contratar mão-de-obra assalariada em 1960 apontam que na Zona Fisiográfica do Alto Uruguai e do Planalto Médio, respectivamente 7,1% e 13,4% dos estabelecimentos contrataram assalariados, enquanto que, na Zona Fisiográfica da Campanha, esse percentual atingiu a casa dos 42,2%. Dessa forma, existem indícios de que o assalariamento, embora existisse na lavoura tritícola, estava longe de ser a relação de trabalho mais importante.

Verificando-se sob o ponto de vista do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, ratifica-se que as regiões concentradoras da produção de trigo no Estado, em 1960, não eram as que detinham o maior contingente de

assalariados. Pelo contrário, a Zona Fisiográfica orizícola da Encosta do Sudeste e a Zona de pecuária de corte da Campanha eram as que apresentavam o maior índice de estabelecimentos que informaram contratar mão-de-obra assalariada, saliente-se que tais tendências foram novamente apontadas nos censos de 1970, 1975 e 1980.⁴²

Assim, apesar do trigo poder ser caracterizado como um lavoura "moderna" para a época, na medida em que utilizava insumos industriais e tinha suas principais operações realizadas com tratores, há indícios de que a relação de trabalho principal era a que se estabelecia entre o Responsável e os Membros Não Remunerados da Família, de acordo com a classificação dos censos agropecuários. Em outras palavras, uma relação familiar.

2.4 - O terceiro momento - a lavoura mecanizada de soja e trigo em sucessão

Alguns fatos econômicos marcantes para a compreensão das transformações ocorridas durante a década de 1970 na agricultura gaúcha devem, para os objetivos deste trabalho, ser sucintamente retomados a partir dos anos cinquenta mais precisamente durante o governo de Juscelino Kubitschek (55/60), quando o poder público passara a atuar no sistema econômico do País, alocando todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro (IANNI, 1977).

O "Programa de Metas" do Governo Kubitschek tinha por objetivo transformar a estrutura econômica brasileira e reformular as condições de interdependência com o capitalismo mundial, assentando os alicerces para a implantação da indústria de base. Dessa forma, consolidou-se no país um setor industrial dinâmico, motor do processo de desenvolvimento que determinou a retomada, posteriormente, do ritmo de expansão, já no período 1968-73. Essa retomada ocorreu, portanto, porque estava fundada na existência de um parque industrial já instalado, o qual

⁴² De acordo com o Censo de 1960 o contingente de 160.631 homens assalariados estava assim distribuído pelas Zonas Fisiográficas: Litoral 4,6%; **Depressão Central 23,8%**; Missões 8,9%; **Campanha 14,5%**; Serra do Sudeste 4,5%; Encosta do Sudeste 10,5%; Alto Uruguai 7,7%; Campos de Cima da Serra 4,8%; Planalto Médio 8,7%; Encosta Inferior do Nordeste

apresentava, no final dos anos sessenta, um alto índice de ociosidade. Ociosidade essa oriunda do período de estagnação pelo qual passou a economia brasileira no início dos anos sessenta. Tal fato, permitiu que o surto de crescimento ocorresse sem que fossem necessários, no primeiro momento, novos e vultosos investimentos em meios de produção, propiciando uma diluição dos custos fixos e a recuperação quase imediata das taxas de lucro.⁴³ Ou seja, tendo atravessado um período de crise político-econômica no período 1961-68, a economia brasileira chegou, na virada para os anos setenta, com algumas condições estruturais favoráveis para permitir a vigorosa recuperação que foi então denominada de "milagre econômico brasileiro".

Esse surto expansionista assentou suas bases sobre um tripé representado por uma conjugação de interesses entre os capitais nacionais, os estrangeiros e o Estado. A participação do Estado constituiu-se em importante elemento para o entendimento da política econômica desenvolvida para o setor agrícola durante o período em questão. Essa participação pode ser visualizada a partir do estímulo governamental às exportações agrícolas, cuja expansão estava indicada por uma conjuntura de mercado internacional caracterizada pelo repentino crescimento da demanda por proteaginosas. Esse caminho, via mercado externo, foi usado como uma das saídas encontradas pelo Estado para gerar o suprimento de divisas necessárias à importação de componentes e de bens de capital próprios à arrancada da atividade industrial.

Outra faceta do apoio do Estado pode ser percebida na busca da expansão do mercado interno para a indústria de bens de consumo durável, inclusive no setor agrícola. Esse segmento, fundado nos grandes oligopólios estrangeiros que aqui aportaram, assumiu a ponta do setor industrial, sustentando uma das características do período, que foi o grande crescimento da demanda por bens desse tipo.

Esse modelo de desenvolvimento exigia um sistema de financiamento mais ágil e moderno. Dessa forma, foi promovida pelo Estado a modernização do sistema financeiro nacional. A partir de 1964, os militares no poder fizeram surgir as bases institucionais do sistema financeiro que sustentou o modelo de desenvolvimento

9,1%; Encosta Superior do Nordeste 2,9%. O que ratifica o fato de que havia uma concentração de mão-de-obra assalariada nas Zonas de arroz e pecuária de extensiva de corte.

então desenhado. Segundo Tavares (1972), o desenvolvimento do setor financeiro nacional ocorreu em duas etapas. A primeira ocorreu a partir de 1965, com a expansão e diversificação das relações de débito e crédito entre os setores dinâmicos da economia, superior à expansão dos meios de pagamento e a segunda, iniciada em 1968, com a estruturação efetiva de um mercado de capitais. A reforma do sistema financeiro abriu assim um novo horizonte para o financiamento do setor produtivo como um todo, destacando-se que o mercado para a produção de bens de consumo durável foi concretizado tendo como ponta de lança o crédito direto ao consumidor.

Com relação especificamente ao setor agrícola, foi criado o "Sistema Nacional de Crédito Rural", em 1965 que viria a ser o braço financiador da acelerada expansão das lavouras para a exportação. Delgado, referindo-se ao período 1967-76, descreve o papel do crédito agrícola subsidiado dizendo que esse subperíodo é marcado por um crescimento inusitado das aplicações reais de crédito, bastando, para ilustrar tal afirmação, indicar que, entre 1969 e 1976, o índice de valor real do crédito rural concedido passou de 100 a 444. Esse aumento corresponde ao crescimento geométrico no período 1969-76, de 23,8% a.a., que é várias vezes superior ao crescimento real do produto agrícola, situado em torno de 5% a.a. (DELGADO, 1985)

Além do crédito, o Estado teve papel preponderante na expansão da infraestrutura para escoar e armazenar a produção, além de introduzir a agilidade e ampliação dos serviços públicos vinculados ao setor agrícola, como os serviços de pesquisa agrícola e extensão rural. Todos esses fatores contribuíram para o surto de crescimento rápido da lavoura de soja no Rio Grande do Sul, que teve início por volta de 1968 e o apogeu em 1973. A participação da soja no valor bruto de produção da agricultura do Rio Grande do Sul passou de 6,8%, em 1968, para 42,47%, em 1973 (FEE). Por sua vez, a área colhida cresceu de 557 mil hectares para 2.218 mil hectares, no mesmo período. Este notável crescimento continuou até 1980, quando foi alcançado o recorde histórico de área colhida na lavoura de soja,

⁴³ GUIDO, Mantega. Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro. In Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pg.53.

com 4.032 mil hectares.⁴⁴ A título de avaliação da repercussão econômica desse crescimento verificou-se que a taxa média anual de crescimento do produto interno líquido, medido através dos custos dos fatores durante o período 1968-1973 alcançou 8,8%.⁴⁵ A título de avaliação comparativa, o mesmo indicador havia apresentado uma taxa média anual de crescimento igual a 4,7% durante o período 1950-73 e de 5,8% durante o período de 1947-56, quando ocorreu a expansão e modernização da lavoura tritícola mencionada anteriormente.

No bojo desse crescimento intensificou-se também a maior vinculação da agropecuária gaúcha aos setores industrial, financeiro e comercial; expandiu-se o mercado agrícola para a indústria de máquinas e de insumos; além de ocorrer a retomada organizativa do cooperativismo, que havia sido estancada com a crise da lavoura tritícola do final da década de 1950. Essa extraordinária expansão acabou por consolidar, da mesma forma, um processo crescente de urbanização das necessidades de um segmento crescente de produtores agrícolas.

A intensificação do processo de mecanização da lavoura neste período foi expressivo e abrangente. Pelo menos em duas operações, na lavração e na gradagem, o seu uso generalizou-se.⁴⁶ Em primeiro lugar, isso foi possível graças à expansão da frota de tratores adquiridos com financiamento a juro subsidiado e à multiplicação de atos de revenda de máquinas e equipamentos usados entre os agricultores. Em segundo lugar, pela difusão do aluguel de máquinas que se tornou prática muito comum. Nesse último caso, viabilizou-se a redução dos custos fixos para os proprietários de tratores, assim permitindo o acesso ao progresso técnico por parte dos que os alugavam, independente da sua escala de produção e da disponibilidade de recursos para investimento.

⁴⁴ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Duas décadas da produção e do produto da agropecuária Rio Grande do Sul. 1964-84. Tomo 3, - Anexo estatístico. Série: SIAGRO - Rio Grande do Sul; Volume I. Porto Alegre, Agosto, 1986.

⁴⁵ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. 25 Anos de Economia Gaúcha. Vol. I.

⁴⁶ Entende-se por generalização a introdução, no decorrer da década de 70, das operações de lavração e gradagem mecanizadas na quase totalidade das lavouras de grãos realizadas sobre solos passíveis de mecanização, independente do tamanho do estabelecimento.

2.5 - Os três momentos enquanto um processo histórico articulado e cumulativo

Descritos os três momentos em que ocorreram transformações balizadoras no processo de trabalho agrícola do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista da mecanização, enfatize-se que esta é uma periodização meramente metodológica, para efeito de entendimento do processo como um todo, sob uma perspectiva histórica. Na realidade, é entendido como um processo único de desenvolvimento, onde cada momento é desencadeado levando em conta as condições objetivas acumuladas nos momentos anteriores.

O primeiro momento, entre 1909 e 1927, caracteriza-se fundamentalmente por ser o pioneiro na inserção com maior abrangência da mecanização nos trabalhos agrícolas, no caso, a lavoura irrigada de arroz. A lavoura de sequeiro só seria palco desse tipo de inserção acelerada da mecanização no segundo momento, a partir do final da década de 1940.

Nenhum dos dois primeiros momentos, entretanto, logrou determinar transformações de abrangência sócio-econômica tão ampla quanto o que se iniciou na segunda metade da década de 1960. Nesse período houve, relativamente aos períodos anteriores, uma maior intensidade e magnitude do processo de modernização da base técnica do processo de trabalho agrícola, atingindo um maior número de atividades. Não só a lavoura de soja modernizou-se, como também outras atividades agrícolas. Foram mecanizadas as operações de preparação do solo, numa parcela significativa dos estabelecimentos agrícolas, independente do tamanho da exploração. Houve também maior abrangência do consumo na produção agrícola de produtos industrializados, além de uma rápida urbanização dos hábitos dos produtores.⁴⁷

Entretanto, apesar da maior abrangência das transformações, relativamente aos períodos anteriores, esse processo de modernização não atingiu de forma homogênea o setor agrícola gaúcho nem se limitou à mecanização das atividades. Ele caracterizou-se pela difusão restringida e seletiva dessa modernização, deixando à margem um contingente de agricultores que engrossou os movimentos migratórios e criou as bases para a formação dos atuais movimentos sociais no campo.

Destacam-se aqui dois fatores de ordem histórico-estrutural, considerados fundamentais para a implantação do processo de transformações que ora se analisa. De um lado, a existência de extensa área, com clima e solos preferenciais para a cultura da soja, que se encontrava ociosa durante a parte do ano agrícola correspondente ao período estival. De outro lado, uma infra-estrutura de meios de produção empregados na lavoura de trigo, até então subutilizada durante o período hibernal. Essa infra-estrutura reunia todas as condições para ter seus índices de subutilização reduzidos, se implementada a exploração de uma lavoura em sucessão com o trigo. Na medida em que foram ativados os fatores conjunturais, antes mencionados, estavam dadas as condições para a ocupação desta capacidade ociosa de meios de produção.

Para o melhor entendimento do papel destes fatores estruturais, é preciso que se retomem alguns pressupostos. Em primeiro lugar, deve-se considerar o processo de ocupação do solo gaúcho. Em segundo lugar, é preciso abordar os aspectos relativos à distribuição dos solos, tanto sob a abordagem da estrutura fundiária, quanto de sua potencialidade de uso.

Se devidamente considerados tais aspectos, é provável que o senso comum a respeito da generalização de um sistema de monocultura, atingindo inclusive os pequenos estabelecimentos durante os anos 1970, não tenha sido uma realidade. Naqueles pequenos estabelecimentos onde ocorriam restrições ao uso do solo, essa condição teria determinado a continuidade ou até mesmo a ampliação de um sistema de produção com a exploração de mais de uma cultura diferente na mesma área e durante o mesmo período do ano agrícola. Assim, a expansão da lavoura de soja solteira teria sido um fenômeno predominantemente observado nos médios e grandes estabelecimentos, cujas condições de dimensão e solo o permitiam. Nas regiões de pequenos estabelecimentos com restrições ao uso do solo, os produtos de consumo interno teriam continuado a ser cultivados e, até mesmo, tendo a área cultivada ampliada com incorporação de melhorias tecnológicas.

Ao observar-se a descrição dos três momentos mencionados no início deste capítulo pode-se ver que em todos eles a atividade objeto da transformação foi uma

⁴⁷ Sobre uma interpretação das transformações ocorridas na agricultura gaúcha ver: OLIVEIRA, Péricles F.L. Desenvolvimento agrícola, força de trabalho e emigração rural no Rio Grande do Sul. Ensaio FEE. Porto Alegre, 6(1): 145-154, 1985.

lavoura extensiva. No entanto, no terceiro momento essa transformação não se restringiu unicamente à mecanização e à lavoura extensiva. Ela acabou por disseminar-se por outras atividades agrícolas e outros aspectos do processo de trabalho. A maior abrangência da mecanização engendrou novas atividades no meio rural, como patrulhas mecanizadas, serviços de mecânica, comércio de peças e equipamentos, entre outros. O processo reconhecido como "modernização conservadora", implementado sob o ideário da Revolução Verde,⁴⁸ acabou por atingir uma abrangência mais significativa, ultrapassando os limites do próprio trabalho agrícola propriamente dito. Nesse sentido, as transformações ocorridas não foram exclusividade da lavoura de soja, nem dos médios e grandes estabelecimentos e nem exclusivamente do rural. Elas repercutiram em diversas atividades, inclusive aglomerados urbanos muito vinculados à produção agrícola, e foram essas repercussões que diferenciaram o processo de transformações do período em estudo, em relação aos dois outros anteriores.

Aqui ressalta-se um aspecto importante da hipótese deste estudo com relação ao papel preponderante dos fatores histórico-estruturais. As características básicas para a proliferação das desigualdades sociais e econômicas também já estavam inerentes ao próprio processo histórico de formação da economia gaúcha. Os fatores conjunturais foram apenas os elementos que determinaram a intensificação desse processo. Isso ocorreu na medida em que a nova situação que se implantou trouxe consigo a necessidade de que os produtores apresentassem maior capacitação para enfrentar as exigências do novo patamar de desenvolvimento. Dessa forma, as condições objetivas, socioculturais e agroeconômicas, inerentes a cada produtor e à sua unidade de produção, diferenciados regionalmente, geraram formas também diferenciadas de integração ou submissão à essa nova situação.

Com base nessa abordagem, pressupõe-se a existência de um processo de diferenciação entre os agricultores gaúchos. Processo esse que compõe a gênese daquilo que é chamado nos textos que se analisará a seguir de "lavoura empresarial". Esse processo de diferenciação assenta-se no fato de que o

⁴⁸ Por "revolução verde" entende-se, neste estudo, como sendo o disseminado processo que difundiu, a partir dos anos cinqüenta, " (...) técnicas de criação de plantas, desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou este processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente (...) a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola (...)" (GOODMAN et alii, 1990, p.34).

crescimento acelerado ao mesmo tempo em que gerou um contingente de produtores que abandonou seu local de origem para dirigir-se à cidade ou à outra região em condições não raro desvantajosas, gerou um outro contingente de agricultores que, tirando partido da situação, melhorou suas condições econômicas e sua estrutura produtiva. Portanto, durante as transformações que ocorreram no processo de trabalho agrícola a partir do final da década de 1960, foi intensificada uma forma restringida e seletiva de difusão do progresso técnico,⁴⁹ o qual, por sua vez, intensificou a assimilação diferenciada desse processo e, em decorrência, acirrou a heterogeneidade sócio-econômica e tecnológica.

A diferenciação deve ser observada pelas alterações no nível das diferentes formas de organização do processo de trabalho, diferentes níveis de capacidade produtiva, diferentes ritmos de acumulação e, em decorrência, diferentes ritmos de desenvolvimento ou de transformações na base econômica do meio rural.

Ressalta-se que a ocorrência de uma série de fatores conjunturais sempre contribuiu para as transformações na base técnica do processo de trabalho. Contudo, e este é o ponto de vista que se quer defender, essa influência só pode ser exercida porque alguns fatores estruturais formavam uma base concreta "receptiva" à ação dos fatores conjunturais, criando condições para a formação de um novo patamar tecnológico que acabou por determinar alterações mais profundas na sociedade como um todo.

A partir dessas colocações, se pretende concluir que esse processo de diferenciação da "agropecuária colonial", ou melhor da agricultura familiar, engendrado a partir da ocupação do território pelos imigrantes europeus é a base para a formação do que aqui vai ser denominado de "lavoura empresarial". "Lavoura empresarial" essa que, em hipótese alguma, se limitou aos 50 hectares da "agropecuária colonial" que, como, se verá, ficará subentendido nos "25 Anos". A modernização das atividades agrícolas, através do emprego da mecanização e produtos industrializados de toda ordem, foi elemento que permitiu que a família de agricultores pudesse expandir suas atividades e o tamanho de seu empreendimento,

⁴⁹ A noção de progresso técnico é utilizada aqui dentro da acepção restrita à tradição marxista de avanço das forças produtivas. Considera-se pertinente a crítica que hoje se faz sob o ponto de vista das relações Sociedade/Natureza.

inclusive com a contratação de mão-de-obra externa para enfrentar os picos de ocupação da força de trabalho.

Um outro ponto a destacar nesse processo de transformações seria a tentativa de determinar os fatores que contribuíram mais decisivamente para que esse terceiro movimento de transformações assumisse a amplitude que assumiu. Porque os dois primeiros movimentos assumiram um caráter quase que pontual, explicitando-se a partir de uma única atividade (o arroz, no primeiro caso, e o trigo, no segundo), mas o terceiro período acabou por assumir esse caráter tão abrangente de transformações.

Se forem observadas as características conjunturais (já descritas acima) no plano mais amplo da sociedade brasileira durante o "primeiro movimento", há alguma semelhança em relação àquelas que vigeram durante o "terceiro movimento": expansão dos centros urbanos; a existência de recursos para o financiamento do processo; a entrada de capital estrangeiro; o crescimento do mercado urbano e o surgimento de uma conjuntura internacional favorável à expansão da orizicultura. No segundo momento histórico referido, essas condições não se repetiram em sua totalidade. No entanto, as políticas públicas, característica importante do terceiro movimento, foram dirigidas durante um período à exploração da triticultura à formação de uma estrutura cooperativa que deveria tornar-se o seu sustentáculo. Mesmo assim, nos dois processos as transformações não ultrapassaram o entorno da orizicultura e triticultura.

Supõe-se que o caráter amplo e intenso deste "terceiro movimento" não se explica somente a partir da agricultura, ou ainda a partir da economia gaúcha nem mesmo apenas a partir da economia brasileira. Esse caráter abrangente deve ser explicado pelas transformações mais gerais da sociedade capitalista na sua acepção mais internacional. Em outras palavras, o processo de modernização, que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1960 na agricultura do Rio Grande do Sul, é reflexo, também, das profundas transformações tecnológicas e culturais que revolucionaram a sociedade capitalista como um todo (repercutindo inexoravelmente sobre o rural, uma parte constitutiva desse todo), processo esse acelerado a partir da 2ª Guerra Mundial.

No entanto, aqui surge um tema desafiador: como estabelecer os nexos entre a mudança de comportamento de um agricultor no interior do Rio Grande do Sul e as transformações tecnológicas e culturais na sociedade capitalista, em sua acepção mais abrangente. Certamente as respostas a essa questão relacionam-se com as transformações pelas quais a sociedade brasileira começou a passar no mesmo momento, a partir de suas interações com o exterior e que fogem ao âmbito deste estudo, mas precisam ser sucintamente referidas para que se consiga estabelecer aqueles nexos.

Em primeiro lugar, o "terceiro movimento" também coincide com a notável expansão de um mercado nacional de produtos e insumos agrícolas, até então extremamente embrionário, considerado seu caráter oligopólico e globalizado como se conhece hoje, o que abriu diversos ramos de serviços afins pelo interior do estado, criando novas relações de comércio e serviços. Em segundo lugar, a expansão de uma indústria de eletroeletrônicos abriu espaço para a difusão das comunicações em locais antes isolados dos acontecimentos que se afastavam do plano local. Em terceiro lugar, a expansão das vias e meios de transporte, que veio associada ao carro chefe do "milagre econômico", que foi a indústria automobilística, acabou por aproximar significativamente o interior rural dos centros urbanos. Sem dúvida, a expansão e a maior capilaridade do sistema financeiro foi o elemento aglutinador das várias faces das transformações que ocorreram na sociedade brasileira dos anos setenta.⁵⁰

O que parece destacar-se como uma referência peculiar desse terceiro momento é a expansão do mercado, ao qual até então os estabelecimentos agrícolas haviam se submetido, e a conseqüente diversificação da divisão social do trabalho. O mercado até então circunscrito à demanda local e à submissão aos comerciantes das pequenas localidades do interior, subitamente começa uma rápida expansão que, até agora, tem sido delimitada muito mais pela precariedade da organização dos produtores, do que pelas possibilidades abertas pelas novas vias de comércio. O avanço das comunicações abrem um espaço imensurável para aqueles que conseguirem acompanhar seu tempo. Em outras palavras, o processo de diferenciação encontra novas vertentes, ao mesmo tempo em que amplia,

⁵⁰ Esse período tem sido razoavelmente analisado por diversos autores. Entre outros, consulte-se Munhoz (1982) e Delgado (1985).

também, as possibilidades de exclusão. Este parece ser o caminho das grandes transformações que passam a ocorrer a partir do final dos anos sessenta, naquilo que vai ser denominado pelos trabalhos aqui analisados de "agropecuária colonial".

É nesse contexto que se consolida a "lavoura empresarial" ou "lavoura capitalista", como insistiram os autores dos "25 Anos". Aqui se tentará desmistificar essa "lavoura empresarial" como sinônimo de "lavoura capitalista", no sentido da existência de um proprietário capitalista e um grupo de trabalhadores assalariados a ele vinculados. Os fenômenos da diversificação, da divisão social do trabalho, da mecanização das atividades agrícolas e do aumento do uso de insumos industrializados fez com que o pequeno agricultor, que até então estivera circunscrito à "agropecuária colonial" em pequenos estabelecimentos agrícolas, repentinamente pudesse começar a encontrar a possibilidade de abrir novos espaços para ampliar sua atividade e acirrar o processo de diferenciação. A dimensão do estabelecimento até então classificado como "agropecuária colonial" pode ultrapassar em muito o tamanho limite estabelecido em 50 hectares. Aqui não se vai estabelecer limites de dimensão para o que hoje se conhece como "agricultura familiar", não é nosso objetivo. O que se quer deixar claro é que certamente, essa "lavoura empresarial" contou e continua contando com expressivos contingentes da mão-de-obra familiar, não implicando, necessariamente, na expropriação de pequenos proprietários pura e simplesmente. O que ocorre é um processo de diferenciação que inicia com o imigrante e que termina com o grande proprietário das grandes lavouras de soja, trigo, e arroz e, mais recentemente, das grandes propriedades que exploram a pecuária com alta tecnologia e altos índices de desfrute que nada devem às melhores pecuárias do mundo.

Enfim, não se pretende apontar e discorrer a respeito de todas as faces dessas transformações, o que se pretende é apontar para o fato de que o "terceiro movimento" diverge dos dois primeiros pela ampla gama de transformações que ocorrem na sociedade capitalista em nível mundial e, em específico, nas sociedades brasileira e gaúcha. Foram mudanças que, no seu todo, acabaram por, como diz Marx no prefácio de seu livro Introdução à Crítica da Economia Política, engendrar transformações em "toda a imensa superestrutura". Essa parece ser a diferença fundamental entre o terceiro movimento e os anteriores.

A partir dos anos setenta, a complexidade das relações sociais no campo foi se ampliando aceleradamente em função de todas as faces da transformação que ocorria na sociedade como um todo.⁵¹ As diferenças entre a sociedade da década dos setenta, e as sociedades das décadas da 1920 e 1940 tornaram-se rapidamente tão profundas que sua assimilação, ou não-assimilação, por parte da população do campo acirraram os conflitos e as heterogeneidades que hoje se conhece. Não se pode, aqui, desconsiderar o caráter desse processo de desenvolvimento, apoiado pelas políticas públicas do pós-64, no âmbito da chamada "Revolução Verde". Enfim, o pós-64 conta uma história, parodiando Harvey,⁵² e tomando em conta as diferenças entre o rural e o urbano, de sinais de modificações nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo e nos poderes e práticas do Estado.

⁵¹ SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e pluriatividade. Tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia - Curso de Doutorado. Porto Alegre, 1999, 470 p.

⁵² HARVEY, David. Condição Pós-Moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola, 1993, p.117.

CAPÍTULO II - O "Projeto ACIIRS": marco inicial interpretativo sobre o desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul.⁵³

1 - Antecedentes

A origem do ACIIRS remonta ao Decreto 58.162, de 06 de abril de 1966, através do qual o Rio Grande do Sul passou a ser considerado uma das "áreas prioritárias de reforma agrária do Brasil". Nesse decreto também ficou estabelecida a futura elaboração de um Plano Regional de Reforma Agrária para cada área prioritária. Em consequência,

A 4 de março de 1967, o extinto Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) firmou com o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA, um 'Acordo de Cooperação para o Levantamento dos Recursos Naturais do Estado do Rio Grande do Sul' e, mediante 'termos aditivos', o prazo para a conclusão dos trabalhos foi fixado em 31 de março de 1971. Em 10 de junho de 1967, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mediante a assinatura de um 'Acordo de Cooperação entre o Governo do Estado com o ex-Instituto Brasileiro de Reforma Agrária', integrou-se ao Acordo, através da participação, na realização dos estudos, da Secretaria da Agricultura e do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (ACIIRS, vl.1, p.11).

O IICA, na ocasião da assinatura do Acordo, era o responsável pela execução do "Programa Interamericano de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária", também intitulado de "Projeto 206" do Programa de Cooperação da OEA. Nessa condição, vinculou-se ao estudo do Rio Grande do Sul, aportando os recursos destinados ao Brasil por esse projeto. Em 1970, tanto o IBRA, quanto o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), foram reorganizados, dando lugar ao atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que passou a ocupar o lugar do signatário original do Acordo.

⁵³ BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul. Brasília, Seis volumes, 1973

É importante destacar aqui, ainda que sumariamente, o contexto político na América Latina dos anos sessenta. A vitória alcançada pela Revolução Cubana em 1959 havia desencadeado, por parte dos setores conservadores do continente americano, estimulados pelos Estados Unidos, uma ofensiva para evitar que tal sucesso pudesse ser repetido, a partir da América Central, e estendendo-se sobre a América do Sul.

No entanto, é importante destacar um encontro entre presidentes latino-americanos e o presidente norte-americano em 1961, em Punta del Este, o qual originou a "Carta de Punta del Este". Esse documento demandava, entre outras propostas, a realização da reforma agrária como um dos caminhos para evitar a repetição do exemplo cubano em outros países da América do Sul. A Carta de Punta del Este referia-se especificamente "aos problemas criados pelos sistemas de posse e uso da terra para o crescimento e eficiência da economia e da justiça social"⁵⁴ e explicitava a convicção dos participantes de que a Reforma Agrária poderia contribuir para a estabilidade política da região.

Entre as ações originadas no encontro realizado em Punta del Este enquadrava-se o Projeto 206 do Programa de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Americanos, então sob a coordenação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. O Projeto 206 previa a colaboração entre os Estados Unidos e os governos da América Latina, visando à capacitação de pessoal e à realização de estudos dos diferentes problemas inerentes ao planejamento, execução, administração e avaliação de programas de reforma agrária e desenvolvimento rural.

Segundo Guimarães,⁵⁵ contudo, a estratégia agrária que vigiu no Brasil durante a década de 1970 teve dois momentos diversos. O primeiro correspondeu a divulgação do Plano de Ação Estratégica do Governo (PAEG), implantado em 1965, no início do governo da ditadura militar, que propunha, sob uma visão desenvolvimentista conservadora, a expansão do mercado interno, a continuidade da substituição de importações e a reforma agrária. O segundo momento foi exatamente a ruptura com a proposta inicial, numa guinada radicalizadora à direita, iniciada em 1968. A partir de então, segundo Guimarães, as metas prioritárias

⁵⁴ COMITE INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. Posse e uso da terra e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola. Brasil. Washington, 1966. (Publicado pela OEA). 649 p.

passaram a ser o "fortalecimento da empresa rural" no lugar da reforma agrária e a expansão "a qualquer custo" das exportações.

O segundo momento citado teria sido simultâneo a outro encontro entre os governos sul-americanos e o governo dos Estados Unidos, dessa vez ocorrido em 1967, também em Punta Del Este, e que deu origem à "Declaração dos Presidentes Americanos", que deslocava a reforma agrária do centro das cogitações políticas para uma posição inteiramente secundária.⁵⁶ No Brasil, a "Declaração de Brasília", também de 1967, afirmava a natureza secundária da reforma agrária e centralizava esforços numa política de desenvolvimento agrícola totalmente voltada para a geração de excedentes exportáveis.

Nesse sentido, a proposta de trabalho do ACIIRS sobressaiu-se pela aparente contradição frente à proposta político-econômica colocada pelo segmento dominante. Um tema pendente, portanto, que não é objeto deste estudo, seria entender como um trabalho que propunha a distribuição da propriedade da terra como fator de alteração do *status quo* da agricultura gaúcha pode desenvolver-se durante o período mais sombrio da repressão militar no país. Nesse sentido, destaca-se que o Acordo assinado, em suas considerações explicitava que

" ... é de grande importância para a programação da Reforma Agrária e a coordenação da Política Agrícola o conhecimento dos recursos naturais, sócio-econômicos e de infra-estrutura, ..." (ACIIRS, Vol. 1 , p. 101).

Portanto, o ACIIRS, de uma forma explícita, apresenta-se como uma ação do setor público agrícola, desenvolvida para permitir a ampliação do conjunto de informações necessárias para implementar as políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento econômico do setor agrícola gaúcho. Dessa forma, o IICA, através do seu Programa Regular e do Projeto 206, inseridos no Programa de Cooperação Técnica, da OEA, estaria habilitado a colaborar com os governos na capacitação de pessoal e no estudo e solução de diferentes problemas relacionados com planejamento, execução, administração e avaliação de programas de reforma agrária e desenvolvimento rural. Assim, fica caracterizado que, dentro de um contexto político de crescente repressão ao pensamento nacionalista e de esquerda,

⁵⁵ GUIMARÃES, Alberto Passos. Subsídios para a formulação de uma estratégia agrária. In Reforma Agrária, Ano VII, Nov/Dez 1977, n. 6, p. 3/10, Brasília.

⁵⁶ GUIMARÃES,. Op cit.

o ACIIRS desenvolveu um trabalho cuja proposta teórica era, pelo menos aparentemente, contrária à ideologia dos segmentos investidos no poder.⁵⁷

2 - A concepção teórico-metodológica do ACIIRS

O ACIIRS (a sua concepção está apresentada no anexo 3) inspirou-se em parte em um estudo que havia sido concluído pelo IBRA em 1967, intitulado Problemas de Base do Rio Grande do Sul,⁵⁸ que havia compilado informações a respeito dos entraves ao desenvolvimento no estado do Rio Grande do Sul, mas carecia de informações primárias sobre os problemas diretamente relacionados à formulação de um "Plano de Desenvolvimento de Reforma Agrária Integral" (ACIIRS, Vol.1, p.11).

O plano de trabalho do ACIIRS previa estudar a determinação das relações da estrutura agrária, dos regimes de posse e uso da terra e das formas de trabalho assalariado, a partir do uso atual da terra (isto é, 1965); o uso potencial da terra; a produção da pecuária e da lavoura das unidades de produção; o mercado, a comercialização e o suprimento de insumos; a organização e o associativismo rural e a disponibilidade de recursos produtivos (terra, capital e mão-de-obra). O objetivo geral do Projeto era

"...a identificação, quantificação, localização e indicação de soluções para os problemas originários do defeituoso regime de posse e uso da terra vigente no Estado..." (ACIIRS, Vol.1, p.25).

Os objetivos específicos, por sua vez, eram os seguintes:

- a. elaborar uma regionalização agropecuária do Estado e seu mapeamento com base em categorias de uso da terra e classes de capacidade de uso para cada categoria;
- b. investigar as relações existentes entre os aspectos de caráter sócio-econômico e institucionais, associados ao uso da terra;

⁵⁷ José Gomes da Silva faz uma crítica à ação do IBRA na época, chegando inclusive a colocar o órgão como um instrumento da "contra-reforma" e denominar sua ação como "literatice-fiscalista" (1971, p. 180).

⁵⁸ BRASIL. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Rio Grande do Sul. Problemas de Base do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Oito volumes.

c. formar equipes técnicas nacionais com capacidade interdisciplinar nas áreas de Geologia, Climatologia, Solos, Hidrologia, Estudos Sócio-econômicos e Infra-estrutura, com vistas a planificação e elaboração de projetos de desenvolvimento rural e reforma agrária;

d. mapear a potencialidade dos recursos naturais do Rio Grande do Sul;

e. concluir o levantamento e reconhecimento dos solos do Rio Grande do Sul em convênio com o Ministério da Agricultura (ACIIRS, Vol. 1. p. 25-26).

A partir da observação de tais objetivos verifica-se que o ACIIRS buscou uma abordagem da problemática agrícola gaúcha até então inédita pela sua abrangência e por sua abordagem histórico-estrutural,⁵⁹ aparentemente oriunda da proposta teórica dos estudos da CEPAL na América Latina, muito em voga na época. A partir dessa influência, todo o esforço analítico foi desenvolvido considerando sempre a sobreposição da visão dos recursos naturais com a visão sócio-econômica.

Com base nessa abordagem, foram realizados cinco levantamentos: o levantamento e mapeamento geomorfológico, o hidrológico, o agroclimático, o de uso atual de solos e, por fim, o levantamento e mapeamento dos solos em nível de grandes grupos. A metodologia desses levantamentos está exaustivamente descrita no primeiro volume do ACIIRS e não será aqui abordada, senão ligeiramente. Contudo, considerando-se o objetivo deste estudo, faz-se necessário um relato da metodologia empregada no levantamento das informações sócio-econômicas.

O ACIIRS realizou uma pesquisa sócio-econômica direta junto aos produtores rurais do Estado que, em suas fases de coleta, preparação e processamento, análise e publicação, se estendeu por quatro anos. A coleta de informações, iniciada em meados de novembro de 1967, e tendo como referência o ano agrícola correspondente ao período julho/1966-junho/1967, abrangeu a aplicação de 4.488 entrevistas diretas, via questionários, com produtores rurais e 1.900 entrevistas, também usando questionários, com assalariados rurais, totalizando 6.388 entrevistas diretas realizadas com produtores e assalariados. Apenas para informação geral, registre-se que o número de entrevistas obedeceu a um cálculo de amostragem, tendo por base o cadastro do INCRA.

Os questionários preenchidos com produtores, cabe salientar, representavam uma "unidade de produção", conceito diferente, portanto, de "imóvel rural", utilizado

⁵⁹ "O enfoque básico do estudo, tal como o define o objetivo geral do Projeto, é o da problemática estrutural do Estado, inserida em uma perspectiva histórica." (ACIIRS, Vol 1, p. 62).

pelo INCRA.⁶⁰ A "unidade de produção" é mais próxima do conceito de "estabelecimento agrícola" ao Censo Agropecuário do IBGE.⁶¹ A diferença básica entre os dois conceitos é que no caso do "imóvel rural" é levada em conta a propriedade da terra, e no caso do "estabelecimento agropecuário" do IBGE, considera-se a posse da terra.

A pesquisa foi realizada a partir de um cálculo amostral sobre o universo das informações do número de imóveis e área, fornecido pelo cadastro do INCRA. Os imóveis foram classificados em quatorze diferentes estratos de área e a listagem decorrente permitiu a realização do sorteio das unidades de produção por estrato, a serem incluídas na amostra (ACIIRS, vol.1). Em resumo, todos os dados do projeto utilizados na interpretação sócio-econômica da agricultura gaúcha estiveram fundamentados nas informações colhidas por aquelas entrevistas.

O estudo partiu de um conjunto de hipóteses gerais em diversos níveis de análise, a saber:

a) quanto à formação histórica do setor produtivo agropecuário:

A formação histórica da grande propriedade territorial, ocupando com pecuária as terras mais aptas para a atividade agrícola, precedeu e condicionou o surgimento, a localização, bem como as formas e graus de utilização da terra, dos demais tipos de estrutura fundiária e 'tenência', hoje existentes no Rio Grande do Sul (ACIIRS, Vol.1, p. 62);

b) quanto à evolução da agropecuária no Século XX:

O sistema de exploração, determinado pelo complexo latifúndio - minifúndio, resultante da maneira como se processou a ocupação do território, com a ocupação das melhores terras pelo latifúndio e o confinamento das unidades de produção dedicadas ao cultivo de uma série de linhas de

⁶⁰ O conceito de imóvel rural utilizado pelo INCRA está definido no artigo 4º da Lei no. 4504, de 30/11/1964 (Estatuto da Terra). "É o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja sua localização, que seja ou possa ser destinado à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de plano público de valorização, quer através de iniciativa privada."

⁶¹ O conceito de estabelecimento agropecuário de acordo com o Censo Agropecuário de 1980 é "...todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único Produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas. As áreas confinantes sob a mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas, ocupadas gratuitamente) foram consideradas como um único estabelecimento. As áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideraram-se também como estabelecimentos distintos as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros. Por extensão, as parcelas não confinantes exploradas em conjunto, por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo Setor e utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos agrários, animais de trabalho, etc.) e os mesmo recursos humanos (o mesmo pessoal), estando subordinadas a uma única administração (do produtor ou de um administrador)." (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 1980 - Rio Grande do Sul, Vol 2, Tomo 3, no. 22, 1ª parte, p. XXIV).

produção às terras menos aptas, foi incapaz de comunicar dinamismo ao Setor e à Economia como um todo, acarretando taxas insuficientes de crescimento do produto do emprego setorial e global (ACIIRS, Vol.1, p. 63);

c) quanto à estrutura produtiva:

Entre as Regiões de programação do Estado existem diferenças significativas quanto à disponibilidade, à utilização, à adequação de uso, à combinação (atual e potencial) e à produtividade (atual e potencial) dos recursos produtivos, bem como, quanto à produção e à renda e sua distribuição funcional, basicamente resultantes da forma diferenciada em que se configuram suas respectivas estruturas fundiárias, revelando-se, portanto, a nível de Estado, significativos desequilíbrios regionais. (ACIIRS, Vol. 1, p. 63);

Dentro de uma mesma região de programação, com importância relativa no contexto da Economia Primária do Estado, os grupos de unidades de produção - que se apresentam de diferentes formas integradas à Economia de mercado (satelizada) ou que praticam distintos Tipos de agricultura ou que possuem diferentes tamanhos - apresentam, entre si, diferenças significativas não só quanto à disponibilidade, utilização, combinação e produtividade dos recursos, à produção e à renda, mas também quanto as formas e graus de apropriação destes recursos e, conseqüentemente, da renda gerada no processo produtivo.(ACIIRS, Vol. 1, p. 64).;

d) quanto à análise social das famílias rurais:

Os movimentos migratórios no (e do) interior agrícola do Estado, são o resultado da forma particular de crescimento econômico regional e constituem um procedimento que radica, em última instância, no contraste entre necessidades de consumo e possibilidade efetivas de realização destas necessidades. (ACIIRS, Vol. 1, p. 64);

e) quanto à análise da comercialização em nível de produtores:

Os produtos agrícolas originários das unidades com características empresariais, por receberem maior apoio institucional, apresentam uma melhor estrutura de comercialização, manifestada pela maior participação no mercado em relação à oferta global e obtendo melhores preços relativos. (ACIIRS, Vol. 1, p.. 65);

f) quanto às tendências atuais da estrutura produtiva:

Se mantidas as tendências observadas, histórica e atualmente, da estrutura produtiva de o Setor Primário, (evidenciada e detalhada na análise da evolução histórica da agricultura e na análise da situação atual), os problemas de emprego, produtividade dos recursos, possibilidade de investimentos e concentração da renda tenderão a se agravar. (ACIIRS, Vol. 1, p. 65);

g) quanto às tendências atuais de mercado:

As projeções da demanda interna e externa revelam a possibilidade de expansão de certas linhas de produção, características de unidades empresariais, e latifundiárias principalmente trigo, soja e carne. (ACIIRS, Vol. 1, p. 65);

h) quanto às alternativas para uma política de desenvolvimento:

Os impactos positivos sobre a produção, a renda, a produtividade, o emprego e o nível de vida da população rural seriam maiores num processo de Reforma Agrária Integral, do que num processo de Modernização do Setor Agrícola. (ACIIRS, Vol. 1, p. 65).

O primeiro ponto a chamar a atenção em relação às hipóteses é a perspectiva histórica que informa a compreensão do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. A estrutura de propriedade da terra, os sistemas de produção e a incapacidade de comunicar dinamismo ao setor e à economia como um todo foram, segundo o ACIIRS, historicamente determinados, gerando taxas insuficientes de crescimento do emprego. Assim, o processo de ocupação do solo acabaria por definir também a heterogeneidade sócio-econômica que se estabeleceu entre os estabelecimentos agrícolas, entre as regiões, na adequação do uso do solo, na combinação do uso dos fatores e na produtividade etc. Dessa forma, a inserção dos estabelecimentos agrícolas no mercado também teria sido determinada por esse mesmo processo histórico de ocupação.

Isso posto, as conclusões a que chegaram os técnicos do ACIIRS pareceriam óbvias, se não fosse o ineditismo da proposição, particularmente no contexto político da época: mantidas as condições históricas do processo de desenvolvimento, as heterogeneidades tenderiam a se perpetuar. No entanto, mesmo mantidas as condições históricas, seria possível que estímulos de mercado pudessem gerar processos de expansão em determinadas atividades. Contudo, para que os impactos desse processo de expansão pudessem ser positivos e duradouros era imperativa a realização de uma Reforma Agrária.

Esse último aspecto das hipóteses do ACIIRS, aproximando-se quase de uma conclusão afirmativa, acabou por definir a execução de um segundo projeto no estado que configurou-se como uma continuação do projeto original⁶² e que foi realizado entre o final de 1972 e o final de 1978. Nesse novo projeto foram testadas as hipóteses de crescimento da agricultura gaúcha através da simulação de quatro alternativas indicadas a seguir:

⁶² RIO GRANDE DO SUL. Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário. Convênio entre o Governo do Estado, Ministério da Agricultura, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA, e Banco Regional de Desenvolvimento Econômico. Porto Alegre: Editora Palloti, 1978, diversos volumes.

1 - "a Alternativa I projeta as principais variáveis do setor agrícola baseando-se na tendência histórica sem a introdução de qualquer mecanismo de política que altere o comportamento sócio-econômico verificado no passado recente;"

2 - "a Alternativa II simula uma situação futura do setor agrícola, baseando-se, fundamentalmente, em duas políticas combinadas: reestruturação fundiária total e modernização tecnológica;"

3 - "a Alternativa III simula uma situação futura do setor agrícola, baseando-se, principalmente numa política de modernização tecnológica, sem considerar qualquer mecanismo que altere a tendência histórica do comportamento da estrutura fundiária;"

4 - "a alternativa IV consubstancia-se numa proposta de estratégia de desenvolvimento para o setor agrícola, levando em conta os subsídios recolhidos da análise das demais alternativas. Como proposta de estratégia, esta alternativa sugere objetivos a serem atingidos e os respectivos instrumentos para alcançá-los" (Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário, Vol. 1, p. 55-57).

Não é objetivo deste estudo tratar aqui minuciosamente desse segundo Projeto. Entretanto, é importante destacar sua existência para que se possa entender melhor a dimensão atingida pelo ACIIRS em sua ambição de organizar o pensamento sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. O Programa de Investimentos Integrados foi previsto no próprio texto do ACIIRS, onde foi indicada a "formulação de alternativas para uma política de desenvolvimento" que seria levada a efeito em conjunto com a Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul e o IICA com o objetivo de desenvolver um programa integrado de desenvolvimento da agricultura gaúcha.

Os técnicos do ACIIRS construíram uma detalhada metodologia para operacionalizar as hipóteses gerais descritas acima. Essa metodologia foi montada com base nas pesquisas bibliográficas e em outras fontes secundárias, abarcando séries históricas com dados a partir de 1920, organizadas ainda na fase de diagnóstico, e que foram utilizadas para a realização da análise da evolução histórica da agricultura gaúcha.

A análise do texto, se pudesse refletir um ponto de vista contextualizado pelos debates atuais sobre a questão das relações sociedade e natureza, não poderia deixar de salientar que, já naquela época, o ACIIRS deu destaque à necessidade de integrar aspectos ambientais, relacionando as famílias rurais com a estrutura física da natureza, considerando-as como autoras de sua transformação, através do

processo de trabalho (ACIIRS, Vol.1). Ao realizar o levantamento da capacidade de uso dos solos do estado, os técnicos do ACIIRS foram claros ao identificar que sobre a forma de utilização dos recursos naturais assentava-se a "capacidade e as esperanças de sobrevivência da humanidade", chamando a atenção para a "interdependência" entre os recursos naturais (fauna, flora, solos, águas). A "renovabilidade" desses recursos naturais, segundo eles, estaria condicionada por aquela interdependência e pelo fato de que os humanos, ao promoverem o aproveitamento desses recursos, interferem constante e intensamente com o equilíbrio natural, principalmente no que diz respeito à sua integridade e preservação.

Segundo o ACIIRS, a utilização adequada ou deficiente dos solos

"...tem sido identificada com a prosperidade ou o fracasso de sucessivas civilizações (...) destruído que seja o equilíbrio solo-água-vegetação, as relações entre os recursos, e entre eles e o clima, tornam-se críticas (...) o resultado de um tal processo pode conduzir a uma situação naturalmente irreversível em que o solo, desprotegido de vegetação, é desgastado a um tal ponto que se revela incapaz de permitir a regeneração da mesma (...) a recuperação de um solo nesse estágio poderá não ser viável, durante gerações, do ponto de vista econômico" (ACIIRS, Vol. 2, p. 67).

A seguir, os técnicos do ACIIRS enumeraram três "conseqüências desastrosas" do inadequado uso dos solos, a saber:

- (a) a substancial perda de sua capacidade produtiva, levando ao encarecimento da produção e empobrecimento dos produtores. A situação extrema é atingida quando estes abandonam suas terras;
- (b) a anulação dos valores representados pela terra, e pelos investimentos já feitos em inúmeros recursos de infra-estrutura, na região; e
- (c) os reflexos representados pela poluição de águas e pelo assoreamento de reservatórios destinados ao abastecimento e à produção de energia, tanto situados na região, como, em muitos casos, a grandes distâncias dela. E a perda de um volume físico de água cada vez maior (ACIIRS, Vol. 2, p. 67).

Ademais, chamaram a atenção para o fato de que

...não é somente o abuso do solo que apresenta aspectos negativos dessa magnitude...(...)... uma situação de contornos semelhantes, embora menos

séria, assim como o agravamento da situação descrita, pode ocorrer quando, ao lado de solos já depauperados e desgastados pelo abuso, e assim marginalizados, jazem solos inaproveitados dentro de sua verdadeira potencialidade produtiva... (ACIIRS, Vol. 2, p. 68).

Deve-se levar em conta que essas preocupações estavam sendo manifestadas no período imediatamente anterior ao processo de aceleração do uso indiscriminado dos solos gaúchos, que iria ter início na virada da década de 1960 para a seguinte, com a estupenda expansão da lavoura mecanizada de soja e trigo em sucessão. Assim, é relevante verificar-se que a devastação decorrente da expansão da lavoura sobre os solos do Rio Grande do Sul nos anos setenta, bem como em relação ao impacto sobre os próprios agricultores, foi devidamente apontada com antecedência por um trabalho realizado sob os auspícios do governo do estado, embora ignorado.

Isso posto, e obedecendo ao objetivo original de utilização conseqüente dos recursos naturais, o Projeto ACIIRS projetou a regionalização do estado (na ocasião constituído por 232 municípios) em nove regiões de programação (apresentadas no anexo 2), definidas por dois critérios principais, o comportamento da estrutura fundiária e a capacidade de uso potencial e atual (da época) dos solos.

Essa regionalização foi procedida, em primeiro lugar, pela capacidade de uso potencial dos solos, a partir do qual foi definido em um mapa, dez agrupamentos de municípios com percentagens semelhantes de classes e capacidade de uso. Posteriormente, esses dez agrupamentos foram realocados em três grandes grupos, a saber:

- a) o Grande Grupo I, constituído por aqueles municípios em que predominavam terras que permitiam uma agricultura intensiva (predominância de classe III e IVi⁶³);
- b) o Grande Grupo II, que agrupava os municípios com solos que permitiam uma agricultura anual intensiva com rotação de culturas protetoras do solo;

⁶³ Os solos caracterizados como da classe de capacidade de uso I, II e III (somados e considerados como III) são os solos considerados aptos para a exploração, segura e contínua, com lavouras anuais mecanizadas desde que empregadas técnicas de conservação de moderadas a complexas. A classe de capacidade de uso IVi, representa os solos que tem como principal fator restritivo à suscetibilidade ao alagamento. São os solos aptos à exploração com a lavoura de arroz.

- c) o Grande Grupo III, incluindo os municípios cujas terras tinham aptidão predominante para culturas perenes e pastagens, bem como terras impróprias para a agropecuária (ACIIRS, Vol. 1, p. 56-57).

Dessa forma, essa classificação dos solos do Rio Grande do Sul permitiu uma subdivisão em "adequadamente utilizados" e "inadequadamente utilizados", sendo que estes últimos foram novamente subdivididos em "uso inadequado por subutilização" e "uso inadequado por utilização excessiva". Esse mapeamento do uso atual dos solos é que foi sobreposto aos mapas de potencialidade do uso dos solos e de estrutura fundiária. Isso permitiu, através do cruzamento dessas informações, maior amplitude de dados a respeito da estrutura produtiva da agricultura gaúcha naquele momento e a definição das regiões de programação.

De outro lado, do ponto de vista da estrutura fundiária, os municípios foram agrupados com base no cadastro do INCRA e de acordo com a proporção de sua área ocupada com "pequenas" (até 50 ha) e "grandes propriedades" (maiores de 500 ha). Esse agrupamento levou em consideração quatro critérios:

- 1 - ... municípios, com alta predominância, em área, das grandes propriedades (cobrindo mais de 2/3 da área do município), porém com muito baixa ocorrência, também em área, de pequenas propriedades (cobrindo menos de 10% da área do município).
- 2 - ... municípios com predominância, em área, das pequenas propriedades (cobrindo mais de 50% da área do município) e nos quais a área das grandes propriedades cobre menos do que 15% da área do município;
- 3 - ... municípios mistos, com ocorrência sem predomínio acentuado, em área, de propriedades pequenas, grandes ou intermediárias (50 - 500 ha);
- 4 - ... municípios com predominância, em área, das grandes propriedades (cobrindo mais de 1/3 da área do município), porém com baixa ocorrência, também em área, de pequenas propriedades (cobrindo menos de 20% da área do município)" (ACIIRS, Vol 1, p. 57).

Assim, foram definidos em um mapa as dez regiões de estrutura fundiária, sendo que dois agrupamentos enquadrados no primeiro critério descrito acima; três agrupamentos no segundo critério; quatro no terceiro critério e apenas um agrupamento constituído por municípios que foram definidos pelo quarto critério.

Para o agrupamento dos municípios sob o ponto de vista do uso atual (em 1965) da terra, o ACIIRS fundou-se em informações sobre a composição do rebanho publicadas pelo Departamento Estadual de Estatística para o ano agrícola de 1967,

além de informações sobre uso da terra publicadas pelo Departamento de Cadastro do INCRA.

A partir da superposição dos mapas de regionalização por capacidade de uso e por estrutura fundiária foram determinados vinte agrupamentos de municípios homogêneos quanto a essas duas variáveis. Posteriormente, esses agrupamentos foram reagrupados com base nas informações a respeito do uso atual da terra. Dessa forma, foram elaboradas as nove "regiões de programação" que serviram de base geográfica para todas as análises, as quais, por sua vez, ainda foram subdivididas em 27 sub-regiões homogêneas, sob o ponto de vista do uso atual dos solos, cujas características permitiriam expandir a amostra da pesquisa de produtores rurais a todo o estado .

A divisão do estado em regiões, denominadas "regiões de programação" (ACIIRS, Vol. 1, p. 19), teve como objetivo a definição de unidades territoriais que se revelassem adequadas ao remanejamento dos recursos humanos e à alocação de recursos materiais (investimentos), caso fosse desencadeado um processo de reforma agrária no estado (ACIIRS, Vol. 2). Dentro dessas regiões, as análises foram realizadas com base na noção de unidade de produção. Não foi encontrada uma definição precisa do que seria uma unidade de produção. Pelo que se pode inferir, a partir da metodologia e da interpretação dos resultados, uma unidade de produção (UP) seria um estabelecimento agrícola onde ocorresse uma determinada combinação de linhas de produção (LPs) escolhidas entre vinte e três linhas de produção pré-definidas. Essa combinação foi montada a partir do seguinte critério:

admitindo-se a possibilidade de serem combinadas, simultaneamente, até 23 linhas de produção, ao nível da U.P., a combinação principal de LPs seria aquela em que as linhas de produção somassem, no mínimo, 70% do VBP, 70% das jornadas e 70% da área, cumulativa e simultaneamente, sobre o total do VBP, das jornadas e da área da própria UP, respectivamente. (...) Para tornar mais clara a explicitação deste critério, basta citar um exemplo: se uma unidade de produção explorasse, dentre as 23 linhas de produção possíveis, uma combinação, por exemplo, de gado de corte e trigo, que totalizasse mais de 70% do VBP, mas de 70% da área, porém, menos de 70% das jornadas, seria necessário agregar mais uma linha de produção que viesse a totalizar, também 70% das jornadas de trabalho da UP. Dentre as 21 linhas de produção restantes, seria escolhida, como a 3ª linha de produção da combinação, aquela que, na composição percentual do VBP, jornadas ou área totais da UP, apresentasse maior índice (por exemplo, a linha de produção Milho, cujas jornadas somadas às das duas outras LPs, atingisse aos 70% das jornadas totais da UP (se não somasse 70% das jornadas da U.P., o processo de cálculo continuaria até completar este percentual). Desta forma, a combinação principal de linhas

de produção seria, então, gado de corte, trigo e milho, desde que o VBP de gado de corte fosse maior que o de trigo e milho. Caso o VBP de trigo fosse maior que o dos demais, a combinação seria trigo, gado de corte e milho. Seguindo o mesmo procedimento metodológico, todas as unidades de produção foram tipificadas de acordo com a combinação principal de linhas de produção (ACIIRS, Vol. 2, p. 79).

Com essa metodologia, foram identificadas 2.300 combinações diferentes de linhas de produção para as 4.488 unidades de produção componentes da amostra, desde as que apresentavam combinações de mais de seis linhas de produção até aquelas, altamente especializadas, que trabalhavam com somente uma linha de produção. Esse elevado número de unidades de produção foi sucessivamente tipificado até a definição dos nove grandes "tipos de agricultura" formados pelas seguintes combinações de atividades:

- a) gado de corte e ovinos
- b) trigo, soja e milho
- c) gado de corte, ovinos/trigo, soja e milho
- d) gado leiteiro e suínos
- e) fumo, cebola e batata
- f) fruticultura
- g) arroz
- h) feijão, mandioca, outros cultivos para consumo, outros cultivos para insumos, (trigo, soja ou milho com mais de 5 linhas de produção), arroz com mais de 4 linhas de produção
- i) outros (florestais, hortigranjeira animal, hortigranjeira vegetal, cana-de-açúcar, forrageiras, animais de serviço).

Paralelamente, foram definidos os nove estratos de área em que ficaram distribuídas as "unidades de produção".⁶⁴ Definidas e classificadas as unidades de produção, o passo seguinte foi o de estruturar as variáveis que permitiriam a análise sócio-econômica das "regiões de programação" de acordo com as hipóteses

formuladas. As informações mais importantes para esse acompanhamento histórico foram obtidas a partir de uma pesquisa bibliográfica, realizada para levantar subsídios para a análise do processo de ocupação do território rio-grandense, da origem dos principais grupos étnicos e dos tipos de exploração resultantes.

Concluída essa preparação metodológica, foi iniciada a configuração das estruturas produtiva e sócio-econômica da agricultura gaúcha, a partir da classificação das UPs de acordo com o "grau de integração econômica". Essa "integração" foi medida através de três critérios. O primeiro critério foi o do grau de participação da UP no mercado de produtos. Esse critério foi operacionalizado através da classificação do Valor Bruto da Produção em ordem crescente e a repartição das UPs em três terços, de acordo com esta ordem crescente do VBP. Os intervalos definitivos de cada um dos terços foram determinados pelo valor do VBP na UP que correspondesse aos números de ordem limites de cada terço. Supondo, por exemplo, um conjunto de nove UPs, com VBPs que variassem de um a nove, o intervalo do primeiro terço seria determinado pelos VBPs com valores de 1 a 3; o intervalo do segundo terço ficaria determinado pelos VBPs de 4 a 6; e o intervalo do terceiro terço corresponderia aos VBPs de 7 a 9. Com essa metodologia definiriam-se os três terços dentro dos seguintes intervalos, neste exemplo específico:

1º terço - VBPs com valores até Cr\$ 3.510,00 (valores da época da pesquisa correspondentes ao Ano Agrícola 1966/67)

2º terço - VBPs com valores entre Cr\$ 3.510,00 e Cr\$ 16.130,00

3º terço - VBPs com valores acima de Cr\$ 16.130,00

Dessa forma, o grau de integração foi determinado simplesmente pelo montante do VBP, independente da identificação de qualquer tipo de relação de comércio que pudesse estar sendo estabelecida entre a unidade de produção e o mercado, e igualmente independentemente do tamanho e localização dessa unidade de produção.

O segundo critério de "integração" foi estabelecido pela variável "Composição Orgânica do Capital" (COC) com o objetivo de medir o grau de tecnologia utilizada

⁶⁴ Tais estratos eram: até 5 ha; 5 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 200 ha; 200 a 500 ha 500 a 1000 ha;

no processo produtivo.⁶⁵ A COC foi calculada através da seguinte fórmula: (Insumos e Serviços + Depreciação) / (Salários + Valor da mão-de-obra Familiar). Segundo o ACIIRS, essa fórmula estabelece uma relação entre Gastos de Capital e Gastos de mão-de-obra. Na teoria econômica, entende-se que o desenvolvimento da mecanização do processo de trabalho permite a produção de uma quantidade maior de mercadorias por trabalhador, num mesmo período de tempo determinado. Assim, a COC, sendo a razão entre a massa dos meios de produção e o trabalho necessário para mantê-los em uso, acaba por ser uma medida da produtividade do trabalho que o ACIIRS resolveu usar como uma medida do grau de tecnologia das UPs. Da mesma forma que no critério anterior, foram estabelecidos os três segmentos de integração a partir da ordenação crescente dos valores da relação calculada pela fórmula.

O terceiro critério de "integração" foi estabelecido a partir do número de jornadas de trabalho assalariado, resultando em duas formas de "integração" ao mercado de trabalho: a unidade de produção familiar e a unidade de produção não familiar. Segundo o disposto pelo projeto, assim se definiriam:

1 - a ...Unidade de Produção Familiar, que contrata, ou não, mão-de-obra assalariada, desde que esta não ultrapasse a 150 jornadas de trabalho assalariado por ano..." (ACIIRS, vol. 1, p. 76). Essa noção de Unidade de Produção Familiar certamente é bastante questionável, na mesma medida em que a contratação de 150 jornadas de trabalho/ano parece ser uma quantidade expressiva de trabalho assalariado, para que se possa admitir como "familiar" uma UP com essa característica;

2 - a Unidade de Produção Não Familiar, que contrata, sempre, mais de 150 jornadas de trabalho assalariado por ano (ACIIRS, Vol. 1, p. 76).

Antes de mais nada é preciso explicitar que não se consegue identificar ao longo do texto do ACIIRS uma definição direta e objetiva do que seriam essas categorias de análise. A contraposição entre "familiar" e "não-familiar" é encontrada apenas em passagens esparsas do documento. Associando-se essa contraposição ao exposto em uma outra passagem do texto onde é descrita a evolução da estrutura produtiva da agricultura gaúcha na época (ACIIRS, Vol. 2, p. 247-256), é que se pode inferir o que sejam as noções de "lavoura empresarial" ou "capitalista" e de "agropecuária colonial" no entender do ACIIRS.

1000 a 5000 ha; e, finalmente, mais de 5000 hectares.

⁶⁵ Observe-se que a concepção de adoção de tecnologia dos autores insere-se num referencial que se pode vincular a tradição implícita nos preceitos da Revolução Verde que serviu de modelo para a política agrícola brasileira do período. Por outro

A idéia era que a combinação desses três critérios determinaria a forma e o grau em que cada uma das unidades de produção estaria integrada à economia de mercado. Assim sendo, foram estabelecidas tabelas onde as UPs classificadas no primeiro terço seriam consideradas com um grau de integração "baixo"; as UPs classificadas no segundo terço ficariam classificadas com um grau de integração "médio"; e as demais classificadas com um grau de integração "alto".

Dessa forma, no texto sobre a evolução recente, o documento do ACIIRS sustenta que:

Na agropecuária gaúcha podem ser caracterizados três segmentos produtivos que se distinguem nitidamente entre si, quer pela combinação peculiar de fatores da produção que cada um apresenta, quer pelos tipos de agricultura a que se dedicam. Tais são: a pecuária tradicional, a lavoura capitalista ou empresarial e a lavoura e pecuária coloniais. (ACIIRS, Vol. 2, p 247-256).

Na operacionalização daqueles critérios, não foi feita, de fato, nenhuma avaliação das relações efetivas entre a agricultura e os demais segmentos, no tocante à distribuição dos produtos. Como se pode observar, os critérios não significavam, concretamente, alta integração à economia de mercado, mas, isso sim, que as UPs que apresentavam um alto VBP e uma alta relação gastos de capital/gastos cm mão-de-obra foram consideradas com "alto grau de integração" com a economia de mercado.

Os "tipos de agricultura" citados, segundo o ACIIRS, apresentavam diferenças nítidas entre si pelas proporções em que combinavam fatores de produção e pelos tipos de atividades às quais se dedicavam:

- a) "pecuária tradicional" se destacaria pela alta participação do fator terra no processo de produção, em comparação às dotações, relativamente pequenas, de capital e mão-de-obra. Essa última era predominantemente assalariada e utilizada nas atividades de criação de bovinos de corte e ovinos para a exportação e abastecimento interno, em grandes extensões de terra;

lado, observe-se igualmente a curiosidade representada pela utilização desta variável, pois a COC é categoria típica da teoria marxista, que compara a relação entre trabalho morto e trabalho vivo (nos termos deste modelo)

- b) "agropecuária colonial" teria por características básicas a alta participação da mão-de-obra no processo produtivo, relativamente à pequena participação dos fatores terra e capital. A mão-de-obra seria predominantemente familiar, trabalhando em pequenos estabelecimentos agrícolas dedicados à produção lavoureira tradicional (milho, mandioca, feijão, uva, batata, fumo, cebola e outros cultivos), associada à criação de suínos e gado de leite destinados ao autoconsumo familiar e secundariamente à exportação;
- c) "lavoura empresarial" se destacaria por uma combinação "mais harmônica" de fatores, no entanto, com uma participação mais elevada de capital. O assalariamento seria a relação predominante, enquanto a terra seria geralmente obtida por cessão temporária. Essa cessão ocorreria sob a forma de parceria ou arrendamento. Os estabelecimentos estariam predominantemente entre as médias e grandes propriedades mecanizadas, voltadas à produção de arroz, trigo e soja para exportação e mercado interno.

A identificação desses três segmentos foi acompanhada pelo cálculo do somatório dos VBPs de atividades eleitas pelo ACIIRS para a caracterização dessas categorias, sem maiores esclarecimentos sobre a seleção dessas atividades:

Lavoura empresarial = Arroz + Trigo + Soja

Agropecuária colonial = Outros⁶⁶ (lavoura) + Suínos + Leite

Pecuária tradicional = Bovinos + Ovinos

O ACIIRS realizou ainda um estudo sobre a comercialização de 14 das 23 atividades agropecuárias investigadas. Esse estudo, certamente, forneceu informações bastante relevantes a respeito da integração das UPs à economia de mercado. Primeiramente, verificou-se o destino da produção, por região de programação e por produto, para dez entre os 23 produtos classificados no trabalho. Cebola, uva, soja, trigo e lã foram os produtos identificados como sendo aqueles de maior vinculação ao mercado. Trigo, lã e uva, pela ordem, foram caracterizados

⁶⁶ Significa "outros cultivos da lavoura".

como sendo os produtos com maior vinculação ao sistema cooperativo, destinando, na média do estado, 86%, 79% e 74%, respectivamente, da produção a essa entidade compradora.

O trigo foi o produto que apresentou maior homogeneidade no estado como um todo, em termos de relação produtor/cooperativa. Dentre as nove regiões de programação (ver mapa na página 73), sete destinavam mais de 80% da produção tritícola para as cooperativas. A lã apareceu como o segundo produto em termos de vinculação ao sistema cooperativo, pois em quatro regiões de programação (5, 4, 9, 8) situava-se acima da média estadual em entregas de produção às cooperativas. Já a uva era a atividade cuja produção, na época, ocorria de forma concentrada na região 2, onde 79% da produção era entregue à cooperativa. As regiões 1, 3 e 7 participavam com 16% da produção e tinham sua produção entregue principalmente para a indústria.

A produção de soja, na época (1966/67), concentrava-se nas regiões 1 e 3 (55% e 33%) e 74% eram destinados à venda. Na média do estado, 54% da soja destinada ao mercado era entregue ao sistema cooperativo e 37% aos comerciantes. Na região 3, o sistema cooperativo recebia 76% da soja vendida, indicando a importância do sistema nessa região.

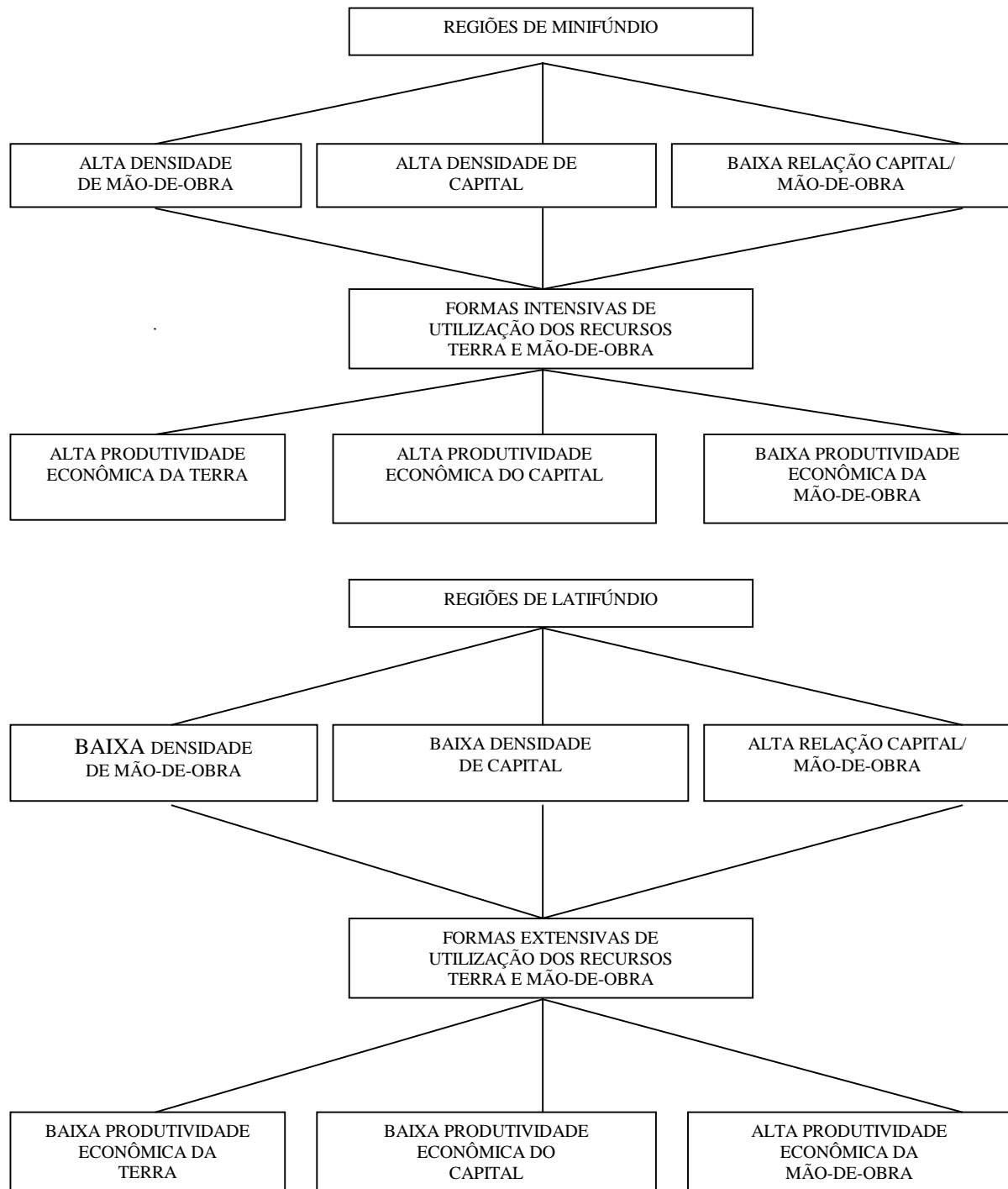
O que deve ser observado é que nos anos sessenta as relações agricultura e indústria eram bastante incipientes. Tanto a indústria de insumos como a de máquinas e equipamentos eram segmentos recém-instalados, assim como a organização do setor agrícola era igualmente embrionária. Considera-se que mesmo os segmentos da produção organizados em cooperativas não poderiam ser considerados integrados à economia de mercado nos moldes em que se conhece hoje. Na realidade, a noção de integração utilizada naquela época torna-se, à luz da realidade atual, uma idéia muito ambiciosa para descrever uma UP que, em 1966/67, vendia a maior parte de sua produção para o mercado, consumindo insumos e máquinas e equipamentos industrializados no seu processo produtivo, sem maiores vinculações jurídicas e financeiras com os segmentos a montante e a jusante.

3 - A interpretação dos resultados

A análise da agricultura gaúcha feita pelo ACIIRS parte de uma recomposição histórica do processo de formação sócio-econômica do setor agrícola gaúcho, passando basicamente pelos aspectos de sua estrutura fundiária, composição étnica e uso atual e potencial dos solos. Seu roteiro de análise individualizava cada uma das nove regiões de programação, enfatizando as variáveis grau integração ao mercado, tipos de agricultura e estratos de área. A seguir, foi feita uma análise das diversas variáveis sócio-econômicas (tabuladas por estratos de área), para o estado como um todo, onde era observada a situação atual dos recursos produtivos terra, capital e mão-de-obra; a combinação desses recursos produtivos; a distribuição da produção e da renda de acordo com a situação à época, e a produtividade econômica dos recursos. Para concluir, foram analisadas a comercialização dos principais produtos e aspectos sociais e organizativos das famílias rurais, sob o ponto de vista das migrações e da vinculação a sindicatos.

Não é intenção, no âmbito deste estudo, retomar tais análises em todos os detalhes presentes no original. O objetivo aqui é, introduzidas as linhas gerais do trabalho, retomar apenas alguns aspectos importantes para o desenvolvimento de argumentos que auxiliem a comprovação das hipóteses antes apontadas.

Organograma 1 - Visão geral sobre as principais conclusões do Projeto ACIIRS sobre a distribuição e produtividade dos recursos terra, capital e mão-de-obra nas regiões de minifúndio e de latifúndio.



Obs.: Níveis de produtividade estão associados à produtividade média estadual.

Um resumo das conclusões encontradas no ACIIRS pode ser visto a partir do Organograma 1, em que se observa o resultado das relações estabelecidas entre os recursos terra, capital e mão-de-obra. Ficam evidenciadas as heterogeneidades criadas pela interação entre a ocupação do território, a resultante estrutura fundiária

e a potencialidade existente do recurso terra, que a história agrária do estado acabou conformando. O resultado é a realidade inversa que se estabelece entre as regiões concentradoras de minifúndios e as regiões concentradoras de latifúndios, influenciando decisivamente sobre o nível de produtividade dos recursos.

Tal realidade inversa acaba por gerar um comportamento também oposto no tocante à produtividade econômica dos recursos terra, capital e mão-de-obra. Assim sendo, nas regiões de minifúndio, conforme se pode observar no Organograma 1, a resultante da interação histórica entre ocupação do território, estrutura fundiária e potencialidade do solo, dando origem a formas intensivas de utilização dos recursos, acabou por gerar alta produtividade da terra e do capital, ao mesmo tempo em que evidenciava uma baixa produtividade econômica da mão-de-obra. Já nas regiões de latifúndio, a resultante é inversa, ou seja, aquela mesma interação histórica, ao engendrar formas extensivas de utilização dos recursos terra e mão-de-obra, gerou baixa produtividade econômica da terra e do capital, porém associadas a uma alta produtividade econômica da mão-de-obra, segundo a interpretação do ACIIRS.

Essa situação, em conseqüência definiria baixos níveis de renda nas regiões de minifúndio, daí também decorrendo um baixo nível de acumulação e, conseqüentemente, baixos níveis de investimentos em tecnologia. Dessa forma, para o ACIIRS, o nível de tecnologia observado nas regiões de minifúndio era diretamente dependente da baixa renda e da capacidade reduzida de investimento. Ao mesmo tempo, o baixo nível de renda e as más condições de vida, associavam-se às altas taxas de crescimento da população, agravando a pressão e a "ação predatória" sobre o recurso terra. Era entendido pelo ACIIRS que, mesmo que diversos esforços governamentais fossem feitos no sentido de aportar recursos, dificilmente resultados positivos seriam alcançados, na medida em que o ponto de estrangulamento estaria na disponibilidade do fator terra, dando lugar a um "círculo vicioso da pobreza" que tenderia a influenciar negativamente a demanda de bens industrializados no nível da economia como um todo.

Uma das conclusões do estudo ressalta que a baixa utilização do fator terra, relacionada pelos autores à estrutura fundiária concentrada vigente no Rio Grande do Sul, seria um dos fatores a provocar desequilíbrios macroeconômicos, fundamentalmente no setor industrial gaúcho. Ademais, a concentração, a má

aplicação e a fuga acentuada de renda nas regiões de latifúndios seriam fatores igualmente responsáveis pelo nível de tecnologia observado na segmento da pecuária de corte. Segundo o ACIIRS, a inelasticidade da oferta resultante da baixa produtividade do setor agrícola foi um dos fatores a afetar historicamente a expansão industrial no estado, na medida em que a estrutura desse setor era composta do que o documento intitula de "indústrias tradicionais", que dependiam de 67% da oferta de produtos primários. Da mesma forma, os contingentes de agricultores que saíam do campo não encontravam emprego nesse setor industrial, cujo crescimento era restringido por essa característica do processo produtivo agrícola gaúcho.

Evidenciada a concentração da propriedade da terra, com a maior ocorrência de grandes estabelecimentos na chamada "Metade Sul" e, ao contrário, a maior ocorrência de pequenos e médios estabelecimentos na "Metade Norte", é também relevante ressaltar que a maior incidência de pequenos estabelecimentos coincide com a maior ocorrência de solos com excessiva declividade e afloramento de rochas. Dessa forma, é corroborada a primeira hipótese do ACIIRS, que afirma a vinculação entre a evolução histórica da agricultura gaúcha e seus sistemas de produção e o processo de ocupação do solo.

Com base nessas conclusões e considerando a economia do estado como "uma economia subdesenvolvida, onde o capital é o fator escasso e a mão-de-obra o fator abundante" (ACIIRS, Vol.5, p. 175), os técnicos do ACIIRS concluíram que o "máximo de racionalidade consistiria em combinar o pleno emprego da mão-de-obra disponível com um menor dispêndio de capital, este de elevado custo de oportunidade" (ACIIRS, Vol. 5, p. 175). Assim, tendo por objetivo determinar os níveis potenciais de absorção de mão-de-obra pelo setor agrícola, levando em conta a dotação de recursos naturais, propõem um esquema de ocupação partindo dos seguintes pressupostos:

1 - Adequação de uso da terra conjugada a graus diferenciados de absorção de mão-de-obra por hectare, isto é, implantação de linhas de produção que, além de corresponderem a formas e graus adequados de utilização da terra em relação à capacidade de uso dos solos, correspondam à formas mais intensivas de absorção de mão-de-obra nas melhores terras e menos intensivas nas piores.

2 - Adoção da tecnologia básica atualmente utilizada no processo produtivo. (ACIIRS, Vol. 5, p. 175).

Partindo desses pressupostos foi calculada a área a ser utilizada de acordo com os usos propostos para cada agrupamento de classes ou subclasses de capacidade de uso (uso potencial),⁶⁷ bem como o grau de combinação dos recursos terra e mão-de-obra. Os usos do solo podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Proposição de uso da potencialidade dos solos do Rio Grande do Sul de acordo com as classes e subclasses de capacidade de uso do solo e usos propostos

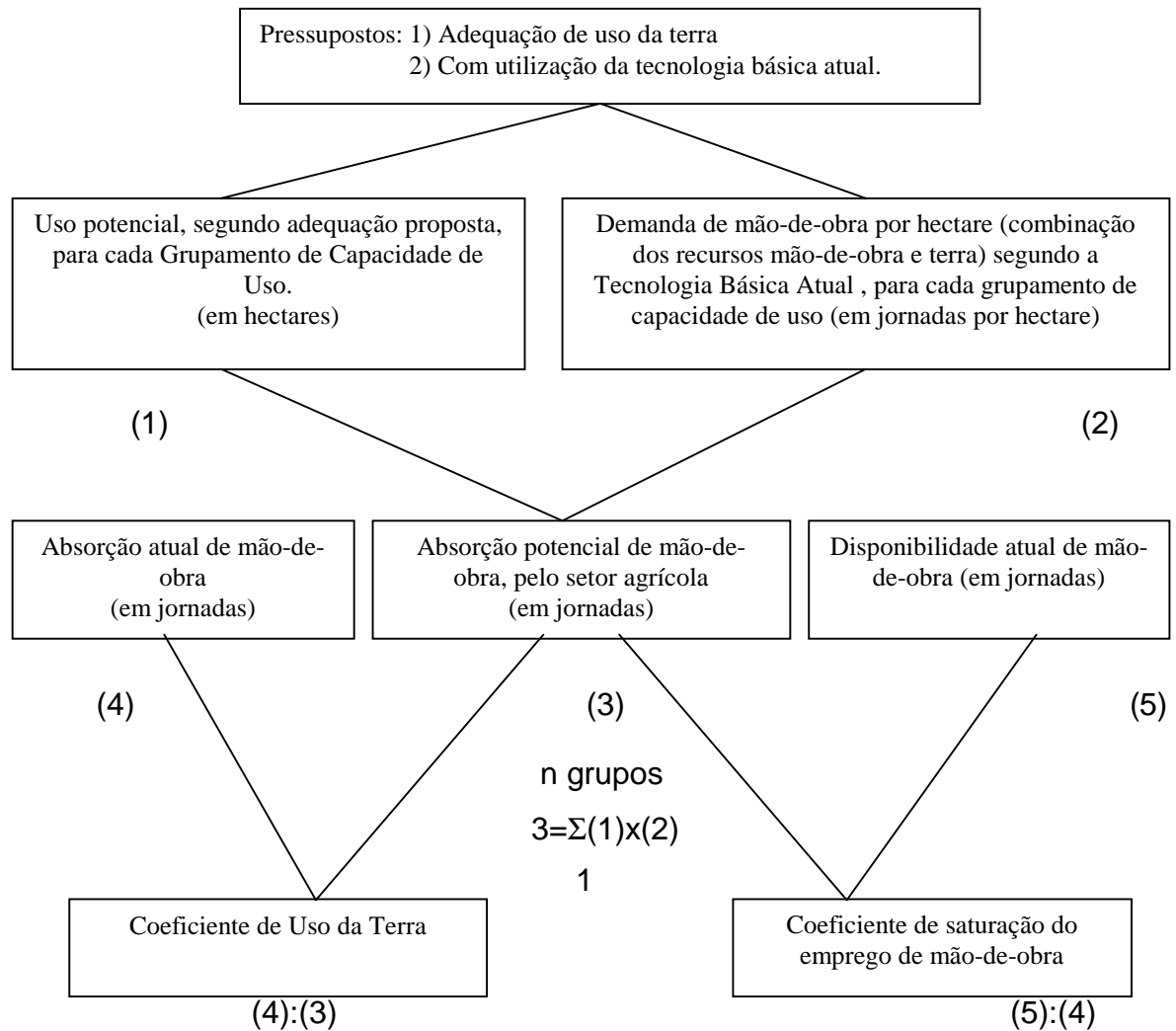
Proposição de uso da potencialidade dos solos do Rio Grande do Sul	Classes e Subclasses de Capacidade de Uso	Usos propostos
1	III+IVpt+IVe 1/3 da IVi	Culturas anuais, hortifruticultura e pecuária intensiva
2	30% da capacidade de uso (V+VIa+VIIt+VIaf+VIIm+VIpf+2/3 IVi)	Arroz irrigado
3	70% das capacidades de uso (V+VIa+VIIt+VIaf+VIIm+VIpf+2/3IVi)	Pastagem cultivada
4	VII	Mato e Pecuária Extensiva
5	VIII	Refúgio da fauna e flora.

Fonte: ACIIRS, Vol. 5, p. 177.

Então, com base nessa proposta de uso da mão-de-obra de acordo com a potencialidade do recurso terra eles montam a seguinte proposta indicada no Organograma a seguir:

⁶⁷ A especificação de cada uma das classes e subclasses de uso da potencialidade dos solos do Rio Grande do Sul está perfeitamente descrita no ACIIRS (Vol. 1, p. 35-39). As classes III e IVi já foram descritas anteriormente neste estudo. Apenas para entendimento do leitor descreve-se genericamente as demais, constantes deste Quadro 1. À classe IV correspondem os solos que não se prestam ao cultivo continuado e regular de culturas anuais pela presença de fatores físicos restritivos (pedra, declividade e outros). À classe V pertencem os solos não cultiváveis com culturas anuais e que podem, com segurança, ser usados para a produção de alguma espécie de vegetação (pastagens, silvicultura) sem restrições. À classe VI pertencem os solos que não se prestam ao cultivo anual, mas podem ser explorados com fruticultura, pastagens ou silvicultura, desde que tomadas precauções com as sérias limitações ao seu uso. As classes VII estão incluídos os solos que até mesmo para culturas permanentes impõem sérias restrições ao seu uso. Finalmente, os solos pertencentes a classificação VIII são terras não aptas para qualquer tipo de uso, podendo servir para refúgio da flora e da fauna, recreação e turismo.

Organograma 2 - Proposta de utilização dos recursos mão-de-obra e terra de acordo com a potencialidade de uso da terra e tecnologia básica atual



Dessa forma, a centralidade das análises do ACIIRS situava-se a partir da observação da distribuição do contingente de pessoas ocupadas no processo de trabalho agrícola. Buscavam relacionar essa distribuição espacial da força de trabalho com os tipos de agricultura propostos, com o objetivo de destacar a importância da força de trabalho familiar naquelas regiões onde, supostamente, teria predominado o assalariamento, como fio condutor do processo de "penetração do capitalismo no campo".

A análise a respeito da mão-de-obra agrícola no Rio Grande do Sul introduzida pelo documento resume-se a uma descrição quantitativa dos volumes de jornadas disponíveis e necessárias por região de programação, por estratos de área e por

tipos de agricultura. O objetivo era situar espacialmente a mão-de-obra no campo, sob o ponto de vista da sua disponibilidade e de seu uso.

Assim, tendo em vista o objetivo do presente estudo, qual seja, o de realizar uma releitura dos dados do ACIIRS, buscando uma interpretação consentânea com as abordagens atuais e, acredita-se, a melhor aderência com a interpretação que entende-se ser a realidade do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha, procedeu-se, a partir das tabelas publicadas, a uma nova tabulação dos dados do projeto ACIIRS. Os dados foram tabulados de forma a permitir, de um lado, uma melhor visualização da distribuição da mão-de-obra agrícola no espaço geográfico estadual. De outro lado, permitir uma visualização da distribuição espacial das unidades de produção, de seus respectivos tipos de agricultura e emprego de mão-de-obra. O objetivo desse procedimento é buscar estabelecer uma relação entre a distribuição espacial da mão-de-obra e as atividades específicas por ela desenvolvidas e, dessa forma, testar a aderência à realidade por parte das categorias "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial" de acordo com os dados do ACIIRS. Foi organizado então um conjunto de tabelas, nas quais são apresentadas as informações sobre a disponibilidade da mão-de-obra por região de programação e de acordo com as categorias definidas pelo projeto ACIIRS,⁶⁸ o número de unidades de produção e a sua distribuição de acordo com os tipos de agricultura.

O que se tentará demonstrar é que os dados coletados pelo projeto ACIIRS apontaram que a lavoura mecanizada e empregadora de mão-de-obra assalariada estava fortemente presente no segmento de pequenos estabelecimentos agrícolas caracterizados na época como "agropecuária colonial", e não no segmento chamado de "lavoura empresarial", como decorre do debate dos anos setenta. A partir daqui, busca-se primeiro mapear a forma como estava organizada a produção na agricultura gaúcha na visão do ACIIRS. Para tanto, utilizar-se-á inicialmente a distribuição percentual das unidades de produção e por tipos de agricultura apresentadas nas Tabelas 2 e 3. A primeira tabela chama a atenção para a distribuição das unidades de produção, segundo os tipos de agricultura, entre as nove regiões de programação e a segunda destaca a distribuição das unidades de

produção, segundo o mesmo critério, dentro de cada uma das regiões de programação. Essas informações auxiliam o entendimento da distribuição da mão-de-obra economicamente ativa quanto a sua ocupação no processo produtivo.

Tabela 2- Distribuição percentual do número de unidades de produção por região de programação e por tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67⁶⁹

Tipos de Agricultura	RP 1	RP2	RP3	RP 4	RP5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	TOTAL
1	3,4	5,4	9,1	17,1	20,6	3,0	5,9	13,7	22,0	57307
2	40,9	18,2	23,7	5,9	4,0	0,8	3,2	2,6	0,6	94222
3	11,6	5,4	25,5	14,5	10,9	1,3	7,3	10,1	13,5	13535
4	29,3	35,2	13,7	4,4	9,0	2,0	2,5	1,3	2,7	201904
5	1,6	54,4	0,9	2,3	32,8	7,2	0,5	-	0,3	37255
6	11,8	46,3	9,1	9,7	11,5	5,2	2,3	1,7	2,4	25920
7	7,6	18,0	0,0	15,2	52,1	2,1	-	1,8	3,1	14797
8	22,6	28,0	10,1	11,7	18,5	1,1	1,2	5,6	1,3	35090
9	23,3	28,8	8,4	11,0	13,4	2,7	2,4	6,9	3,3	54117
Total	23,7	28,5	13,0	7,8	13,5	2,4	2,8	3,9	4,5	534147

Fonte dos dados brutos:ACIIRS

Obs.: Totalização percentual sobre os totais de UPs por tipo de agricultura no estado.

Tabela 3 - Distribuição percentual do número de unidades de produção por região de programação e tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano agrícola de 1966/67

Tipos de Agricultura	RP 1	RP2	RP3	RP 4	RP5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	TOTAL
1	1,5	2,0	7,5	23,4	16,5	13,2	22,7	38,0	52,8	10,7
2	30,5	11,3	32,2	13,3	5,3	6,0	20,5	12,1	2,3	17,6
3	1,2	0,5	5,0	4,7	2,0	1,4	6,6	6,6	7,6	2,5
4	46,8	46,7	39,8	21,1	25,3	30,9	33,5	12,3	23,1	37,8
5	0,5	13,3	0,5	2,0	17,0	21,0	1,4	-	0,4	7,0
6	2,4	7,9	3,4	6,0	4,1	10,5	4,0	2,1	2,6	4,9
7	0,9	1,7	0,0	5,4	10,7	2,4	-	1,3	1,9	2,8
8	6,3	6,4	5,1	9,8	9,0	3,1	2,8	9,5	1,9	6,6
9	9,9	10,2	6,5	14,2	10,1	11,5	8,6	18,2	7,4	10,1
Total	126559	152444	69270	41763	71902	12861	14884	20613	23851	534147

Fonte dos dados brutos:ACIIRS

Obs.: Totalização percentual sobre os totais de UPs em cada região de programação.

Dessa forma, busca-se deixar bem clara as especificidades regionais quanto à forma de produzir na agricultura gaúcha. Na Tabela 2, observa-se que:

⁶⁸ As categorias em que o projeto ACIIRS distribuiu a mão-de-obra foram: familiares residentes;- assalariados permanentes;- outras pessoas residentes e dependentes não remunerados;- assalariados temporários;- dependentes de assalariados;- total de mão-de-obra disponível

⁶⁹ Lembra-se o leitor que os tipos de agricultura são nove, a saber: Tipo 1 (gado de corte e ovinos); Tipo 2 (trigo, soja e milho); Tipo 3 (gado de corte, ovinos/trigo, soja e milho); Tipo 4 (gado leiteiro e suínos); Tipo 5 (fumo, cebola, batata); Tipo 6 (fruticultura); Tipo 7 (arroz); Tipo 8 (feijão, mandioca, outros); Tipo 9 (outros - florestais, hortigranjeira animal, hortigranjeira vegetal, cana-de-açúcar, forrageiras, animais de serviço).

- a) o tipo de agricultura 2 (trigo, soja, milho) aparecia basicamente nas regiões de programação 1 (parte da Colônia Nova), 3 (parte da região do Planalto Médio) e 2 (parte da Colônia Velha);
- b) o tipo de agricultura 7 (arroz) aparecia de forma muito destacada só na região de programação 5;
- c) o tipo de agricultura 3 (gado de corte, ovinos/trigo, soja, milho) que representava uma unidade produção, que fazia a integração da pecuária de corte/lã com a exploração de lavouras, era o tipo que mais se destacava na região de programação 3, embora tivesse participações também importantes nas regiões de programação 7 (Campos de Cima da Serra), 8 (Encosta da Serra do Sudeste) e 9 (Campanha);

Já na Tabela 3, a perspectiva é a da distribuição das unidades de produção por tipos de agricultura, mas dentro de cada uma das regiões de programação, como segue:

- a) as unidades de produção que se dedicavam ao tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos) apareciam destacadamente nas regiões de programação 8 e 9;
- b) as unidades de produção que se dedicavam ao tipo de agricultura 2 (trigo, soja, milho), ou aquele que representava, na interpretação dos estudos aqui analisados a "lavoura empresarial", apareciam com mais destaque nas regiões 1 e 3. Embora também tivessem participação destacada nas regiões de programação 7, 2 e 4;
- c) chama igualmente a atenção que o tipo de agricultura que mais aparecia com destaque em todas as regiões era o tipo 4 (gado leiteiro, suínos). Considerando a época da pesquisa, isso provavelmente revela o caráter de subsistência dessas duas atividades. Principalmente o gado leiteiro, que ainda é, atualmente, a principal fonte de receita monetária mensal da grande maioria das pequenas unidades de produção.

Tabela 4 - Distribuição percentual do número de unidades de produção por tipo de agricultura e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Estratos de Área	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	TOTAL
0 a 5	12,1	26,1	9,0	19,1	13,4	19,9	16,7	30,9	23,7	20,2
5 a 10	11,2	22,7	12,5	19,7	22,1	19,6	18,4	16,4	21,7	19,2
10 a 25	19,3	39,2	24,5	43,3	36,0	37,2	35,2	38,2	36,4	37,5
25 a 50	20,7	6,9	19,1	13,6	22,5	22,1	10,1	9,3	10,6	13,7
50 a 100	11,6	2,9	17,8	3,5	5,5	0,8	7,1	4,0	5,1	4,9
100 a 500	18,7	2,2	12,8	0,7	0,5	0,4	9,8	1,2	2,3	3,6
500 a 1000	4,6	0,0	2,0	0,0	-	-	1,3	0,0	0,0	0,6
1000 a 5000	1,7	0,0	2,1	0,0	-	-	1,4	0,0	0,0	0,3
5000 e mais	0,1	-	0,1	-	-	-	0,1	-	0,0	0,0
Total	57337	94219	13530	201912	37255	25920	14767	35090	54117	534147

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual sobre o total de unidades de produção de cada tipo de agricultura no estado.

Tabela 5 - Distribuição percentual do número de unidades de produção por tipo de agricultura e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Estratos de Área	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	TOTAL
0 a 5	6,4	22,8	1,1	35,9	4,6	4,8	2,3	10,1	11,9	107659
5 a 10	6,2	20,8	1,6	38,7	8,0	5,0	2,6	5,6	11,4	102702
10 a 25	5,5	18,5	1,7	43,7	6,7	4,8	2,6	6,7	9,8	200156
25 a 50	16,2	8,8	3,5	37,7	11,5	7,8	2,0	4,5	7,9	73102
50 a 100	25,3	10,4	9,1	27,0	7,7	0,8	4,0	5,3	10,5	26318
100 a 500	55,3	10,9	8,9	7,3	1,0	0,5	7,4	2,1	6,5	19396
500 a 1000	83,2	0,7	8,6	0,6	-	-	6,0	0,2	0,8	3176
1000 a 5000	63,3	2,0	17,9	1,7	-	-	12,8	0,6	1,6	1573
5000 e mais	64,6	-	18,5	-	-	-	15,4	-	1,5	65
Total	10,7	17,6	2,5	37,8	7,0	4,9	2,8	6,6	10,1	534147

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual sobre o total de unidades de produção de cada estrato de área no estado.

As Tabelas 4 e 5 servem para ilustrar a distribuição dos tipos de agricultura por estrato de área, tanto na perspectiva de cada um dos tipos, quanto na perspectiva de cada um dos estratos tendo como referência o estado como um todo. Dessa forma, se pode ter uma idéia melhor de como estrutura fundiária e forma de produzir se relacionam. Deve-se chamar a atenção, entretanto, para o fato de que "unidade de produção" é sinônimo de "estabelecimento agrícola", no sentido censitário do termo. Em outras palavras, "unidade de produção" nada tem a ver com propriedade da terra, pois uma "unidade de produção" pode ser arrendada total ou parcialmente. Isso posto, fazem-se algumas observações a respeito da distribuição dos tipos de agricultura por estratos de área.

- a) tipo de agricultura 4 (gado leiteiro e suínos): saliente-se a significativa preponderância (37,8%) desse tipo sobre os demais tipos no estado. Ele pode ser considerado como o tipo que mais ocorre dentro da categoria "agropecuária colonial". Como já foi referido anteriormente o caráter de

suprimento das necessidades de subsistência e de geração da possibilidade de uma receita monetária mensal, no caso do gado leiteiro, justificam essa preponderância. No caso da suinocultura, certamente o fato de se constituir em uma importante fonte de abastecimento de carne e derivados para o consumo no estabelecimento (até a época da pesquisa, pelo menos) seria o fator determinante de sua significativa importância. Destaque-se ainda o fato de sua ocorrência quase que na totalidade entre os estratos de área até 50 hectares e com maior frequência no segmento entre 10 e 25 hectares. Deve ser considerado ainda que, até o ano da pesquisa (1966/67), a suinocultura gaúcha ainda não havia assumido o status de integração industrial e de tecnologia que hoje se conhece. Naquela época, predominava a criação do porco "tipo banha" com relativamente precárias relações com a indústria;

- b) tipo de agricultura 2 (trigo, soja e milho): esse tipo representa um dos dois seguimentos produtivos da "lavoura empresarial" e é o segundo tipo que mais ocorre no estado (17,6%). Destaque-se sua frequência expressiva no segmento de estratos de área entre 0 e 50 hectares (94,9%), esse dado se tornará importante quando relacionado com a ocupação da mão-de-obra assalariada;
- c) tipo de agricultura 7 (arroz): esse é o segundo tipo relacionado com a "lavoura empresarial" e tem uma frequência de apenas 2,8% entre todos os tipos de agricultura do estado. Já se havia chamado a atenção para a maior ocorrência desse tipo na região de programação 5 (parte da Depressão Central). Agora, atente-se para o fato de que 19,7% das unidades de produção que se dedicam a esse tipo de agricultura situavam-se no segmento com mais de 50 hectares, enquanto que a maior parte (80,3%) estava no segmento com menos de 50 hectares. Essa ocorrência entre os pequenos estratos não pode ser explicada a partir das informações disponíveis. Deve-se salientar, entretanto, que o plantio de arroz de sequeiro para o auto consumo era uma prática bastante comum até antes do grande salto de "urbanização" dos hábitos do campo no Rio Grande do Sul. Não foram encontradas informações no

texto que eliminassem a possibilidade de ocorrência nos pequenos estabelecimentos de lavouras de arroz de sequeiro;

- d) tipo de agricultura 1 (gado de corte e ovinos): esse tipo representa a categoria da "pecuária tradicional" e engloba 10,7% das unidades de produção do estado. Como o determinante econômico do tipo foi a variável VBP, a qual não define o grau de integração com o mercado, observe-se a distribuição quase que homogênea deste tipo de agricultura entre os estratos de 0 a 500, englobando 93,6% das unidades de produção identificadas como do tipo 1. Esse dado significa que a atividade de criação de bovinos que tem por objetivo o corte ocorre com certa frequência também entre os estratos menores. Certamente, o destino dessa produção é que deve fazer a diferença, na medida em que, provavelmente, a grande maioria dessas unidades de produção destinam essa produção para o consumo no estabelecimento e eventualmente para complementação de renda. Entretanto, ao mudar-se o ponto de observação, isto é, verificar-se a distribuição dos tipos de agricultura dentro de cada estrato de área observa-se a já conhecida concentração deste tipo nos estratos de área acima de 100 hectares. Com certeza estas são as unidades de produção enquadráveis na categoria "pecuária tradicional";
- e) tipo de agricultura 3 (gado de corte, ovinos/trigo, soja e milho): esse tipo começa a ter uma frequência mais destacada a partir das unidades de produção com mais de 50 hectares. É provável que ele possa ser identificado com aqueles estabelecimentos agrícolas onde começassem a se verificar, na época, as primeiras "integrações lavoura/pecuária". Aquilo que hoje se poderia associar ao aparecimento no estado de uma pecuária voltada para um aproveitamento mais intensivo do estabelecimento agrícola em busca de uma resposta econômica melhor. Poderiam ser os precursores da pecuária tecnologicamente mais avançada dos dias de hoje;
- f) os demais tipos (5, 6, 8 e 9) representam a grande maioria de pequenos estabelecimentos agrícolas que foram enquadrados na categoria de

"agropecuária colonial". Esses quatro tipos de agricultura, pela diversidade de atividades que os compõem, é de difícil caracterização. O processo de intensa integração agricultura/indústria a partir dos anos setenta provocou o processo de diferenciação dentro da categoria "agropecuária colonial". Assim sendo, a diversidade de situações econômicas e sociais deve ser considerada significativa dentro desta categoria, em função da atividade desenvolvida, de sua integração com o mercado, do avanço tecnológico observado a partir do crescimento dos interesses industriais, de sua localização espacial em relação aos centros urbanos etc.

Apresentado um quadro geral dos tipos de agricultura básicos existentes na agricultura gaúcha no final dos anos sessenta observe-se que a discussão da tese da penetração do capitalismo no campo, durante a década de 1970, teve na hipótese de um processo de assalariamento crescente e acelerado um de seus pontos principais de sustentação. O argumento central fundava-se na idéia de que as "relações arcaicas" encontradas na agricultura gaúcha seriam, à medida em que o processo de modernização avançasse, aos poucos substituídas pelo assalariamento. Aquelas que porventura permanecessem seriam, como já estavam sendo, subordinadas ao modo de produção capitalista, dinâmico e hegemônico, representado pelo assalariamento. O papel preponderante da agricultura conduzida fundamentalmente pela mão-de-obra familiar foi pouco destacado dentro do processo de transformações da agricultura gaúcha dos anos setenta, uma vez que as atividades a elas ligadas eram, supostamente, atividades "não capitalistas", integradas de forma subordinada ao modo de produção dominante. Seu papel tinha o caráter secundário de cumprir as "funções" de celeiro e de redutor do custo de reprodução da mão-de-obra no setor urbano/industrial.⁷⁰ Tal assertiva foi feita, sob o ponto de vista empírico, a partir da vinculação direta entre pequenos estabelecimentos e a denominada "agropecuária colonial", sem considerar as especificidades regionais e, fundamentalmente, as diferenças cruciais existentes quanto à disponibilidade de solos aptos à agricultura. Os dados do ACIIRS mostram essa especificidade e permitem destacar uma realidade significativamente diferente, como se poderá observar a seguir.

Tabela 6 - Distribuição do número total de pessoas disponíveis e da população economicamente ativa (PEA) por categorias - Rio Grande do Sul - 1966/67

Categorias	Pessoas Disponíveis (1)	(%)	PEA		
			(14 a 60 anos) (2)	(%)	(% (2)/(1))
Familiares Residentes	2.151.798	81,5	1.219.108	78,4	56,7
Outras Pessoas Residentes e ...	314.717	11,9	160.591	10,3	51,0
Subtotal	2.466.515	93,4	1.379.699	88,8	55,9
Assalariados	174.567	6,6	174.570	11,2	100,0
Permanentes	48.160	27,6	nd	nd	nd
Temporários	126.407	72,4	nd	nd	nd
Total	2.641.082	100,0	1.554.269	100,0	58,8

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

O ACIIRS calculou uma população rural total de 2,64 milhões de pessoas no ano de 1966/67 (Tabela 6), distribuídas em quatro categorias, subdivididas em "pessoas disponíveis e população economicamente ativa (PEA), esses últimos obedecendo ao critério de inclusão na faixa etária de 14 a 60 anos, conforme as categorias apontadas na tabela. Os familiares residentes economicamente ativos representavam na ocasião 78,4% do total da PEA, enquanto que os assalariados representavam apenas 11,2%.

Tabela 7 - Distribuição percentual da população economicamente ativa total por região de programação e por tipos de agricultura de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Tipos de Agricultura	RP 1	RP 2	RP 3	RP 4	RP 5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	TOTAL
1	0,8	2,5	6,1	20,0	16,4	6,4	20,9	26,5	48,1	9,5
2	23,5	5,1	31,8	10,6	1,7	0,2	16,0	10,7	1,2	13,1
3	1,1	0,0	5,6	5,4	2,9	1,8	8,2	9,5	8,0	2,8
4	55,0	50,6	42,1	19,5	27,4	33,0	36,2	13,6	22,2	41,4
5	0,2	16,0	0,8	4,0	15,4	20,9	1,5	-	0,3	7,6
6	1,8	11,8	4,9	8,0	4,1	10,3	3,9	2,1	1,2	6,2
7	0,6	1,7	0,0	5,0	19,1	18,5	-	1,2	12,4	4,7
8	5,7	3,0	2,8	9,9	7,5	0,9	1,6	8,3	1,9	4,8
9	11,3	9,3	5,9	17,6	5,5	8,0	11,8	28,1	4,7	9,9
TOTAL	359479	443804	208101	131570	205972	37630	41633	47089	78991	1554269

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual sobre os totais da PEA em cada região de programação.

⁷⁰ Conforme, por exemplo, o argumento contido em: RIO GRANDE DO SUL, Fundação de Economia e Estatística. 25 Anos de economia gaúcha: A agricultura do Rio Grande do Sul. 1978. 104 p. (a ser discutido no capítulo seguinte)

Tabela 8 - Distribuição percentual da população economicamente ativa por região de programação e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Estratos de Área	RP 1	RP 2	RP 3	RP 4	RP 5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	TOTAL
0 a 5	9,5	13,1	10,1	7,1	11,1	10,4	10,7	10,5	8,4	10,6
5 a 10	14,4	21,3	13,0	15,4	12,5	17,5	8,8	10,2	6,0	15,4
10 a 25	54,0	40,4	41,3	25,0	27,8	26,7	25,3	23,1	13,0	38,0
25 a 50	16,2	17,6	15,8	18,6	15,0	10,9	16,0	23,4	10,5	16,4
50 a 100	3,9	5,1	8,9	11,5	10,3	14,2	14,4	8,3	8,8	7,3
100 a 500	0,5	1,8	7,3	13,9	12,7	4,7	17,9	18,4	23,3	6,8
500 a 1000	1,5	0,5	2,4	3,3	3,6	7,4	2,0	2,7	8,2	2,3
1000 a 5000	0,1	0,1	1,3	4,6	6,0	8,1	4,6	3,2	19,1	2,8
5000 e mais	-	-	0,1	0,7	1,0	0,1	0,4	0,2	2,7	0,4
Total	359479	443804	208101	131570	205972	37630	41633	47089	78991	1554269

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual sobre o total da PEA em cada região de programação.

As Tabelas 7 e 8 demonstram a distribuição da mão-de-obra economicamente ativa na agricultura gaúcha (1.554.269 pessoas no ano agrícola 1966/67), de acordo com os tipos de agricultura e estratos de área em hectares. Em primeiro lugar, observe-se (Tabela 7) que o tipo de agricultura número 4 (gado leiteiro e suínos) era o que mais concentrava mão-de-obra,⁷¹ abarcando, de forma destacada relativamente às demais atividades, 41,4% da população economicamente ativa. O segundo tipo de agricultura que mais ocupava a população economicamente ativa, o número 2 (trigo, soja e milho) que representa a "lavoura empresarial capitalista". No entanto, era significativa a diferença que o separava do primeiro, pois concentrava somente 13,1% do contingente total da mão-de-obra dessa categoria. Em terceiro e quarto lugares, situavam-se, respectivamente, o tipo de agricultura 9 ("outros")⁷² e 1 (gado de corte, ovinos). O primeiro ocupando 9,9% e o segundo 9,5% do total de pessoas economicamente ativas.

A distribuição da mão-de-obra economicamente ativa por tipos de agricultura também pode ser observada em cada uma das regiões de programação separadamente (Tabela 7). Assim podem-se destacar:

- a) tipo de agricultura 4 (gado leiteiro, suínos): o primeiro ponto a destacar é a importância dessa situação produtiva pois, com exceção das regiões 4, 8 e 9, onde a pecuária de corte o superava, nas outras seis era o tipo que mais utilizava mão-de-obra. Observe-se que sua importância no

⁷¹ Lembrando que os tipos de agricultura foram definidos pelo critério de acumulação, a partir do qual pelo menos 70% do VBP, 70% da área utilizada e 70% da mão-de-obra disponíveis no estabelecimento, concentravam nas atividades definidoras de cada tipo específico.

⁷² Esse tipo engloba as atividades de florestais, hortigranjeiras animal, hortigranjeiras vegetal, cana de açúcar, forrageiras e animais de serviço.

emprego de mão-de-obra aumentava quanto maior fosse a concentração de pequenos estabelecimentos. Isso se pode observar claramente pela tendência decrescente de importância, à medida que se migra das regiões de pequenas unidades de produção para as regiões de médias e grandes.

- b) tipo de agricultura 2 (trigo, soja, milho): esse tipo era o que mais se destacava dentro da categoria "lavoura empresarial", de acordo os pressupostos dos textos da época. Entretanto, em nenhuma região ele conseguiu superar o tipo 4 em ocupação de mão-de-obra. Sua importância pode ser observada, em segundo, terceiro ou quarto lugar, nas regiões de programação 3 (31,8% do contingente da região), região de programação 1 (23,5 %) e nas regiões 4 (10,6%), 7 (16,0%) e 8 (10,7%).
- c) tipo de agricultura 7 (arroz): esse tipo é o segundo a ser vinculado à "lavoura empresarial" e aparecia com destaque na ocupação de mão-de-obra nas regiões de programação 5 (19,1% do contingente total da região), 6 (18,5%) e 9 (12,4%). A primeira região pode ser representada, aproximadamente, pela Depressão Central, a segunda pode ser associada ao Litoral do estado e a terceira engloba toda a região da Campanha. No entanto, sua participação na ocupação da mão-de-obra economicamente ativa no estado era de apenas 4,8% do total do contingente;
- d) tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos): esse tipo ocorria com maior destaque nas regiões de programação 9 (ocupando 48,1% do contingente da região), 8 (26,5%), 4 (20,0%) e 5 (16,4%). No estado, esse tipo ocupava 9,5% do total do contingente de mão-de-obra economicamente ativa do estado;

Sob o ponto de vista da distribuição da mão-de-obra por estratos de área (Tabela 8), os dados do ACIIRS, no âmbito do estado, destacam a concentração de 80,4% do contingente no grupo de estratos entre 0 a 50 hectares, com destaque para o segmento entre 25 e 50 hectares que apresentava a maior concentração da

PEA com 38,0%. Esse quadro de concentração nos estratos menores repete-se em todas as regiões de programação, com exceção da região 9, uma região típica de grandes estabelecimentos. Isto, obviamente, ocorre em decorrência da característica polarizada da estrutura fundiária e ratifica as hipóteses e conclusões do ACIIRS já apresentadas anteriormente. Se se levar em conta o estrato de área que engloba os estabelecimentos entre 50 e 500 hectares, segmento onde muito provavelmente deve aparecer com destaque a "lavoura empresarial", observar-se-á que aí estavam 14,1% da mão-de-obra economicamente ativa. Assim, no intervalo entre 0 e 500 hectares teríamos 1.253 mil pessoas economicamente ativas, ou 94,5%.

Tabela 9 - Distribuição percentual do número de assalariados (permanentes + temporários) por região de programação e tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Tipos de Agricultura	RP 1	RP 2	RP 3	RP 4	RP 5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	TOTAL
1	0,9	6,0	18,1	33,5	17,1	15,2	34,4	62,8	65,6	24,1
2	38,8	6,8	43,7	9,5	1,8	1,1	15,1	5,3	0,0	16,3
3	0,7	0,0	8,6	11,5	1,5	1,3	13,2	11,5	4,8	4,5
4	42,4	23,9	20,5	8,6	6,9	11,3	17,3	4,7	3,7	16,8
5	0,2	13,5	0,3	0,3	1,6	6,3	1,3	-	-	2,3
6	1,4	11,5	4,3	2,8	5,4	1,7	1,7	-	0,4	3,9
7	0,3	10,1	-	14,2	54,4	60,7	-	3,5	23,7	20,1
8	5,7	4,5	1,1	5,7	8,2	0,6	4,9	6,5	1,2	4,5
9	9,5	23,6	3,3	13,8	3,1	1,7	12,2	5,7	0,5	7,5
Total	27207	20387	30275	16589	37186	6819	4419	6550	25138	174570

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual por região de programação.

Tabela 10 - Distribuição percentual do número de assalariados (permanentes + temporários) por região de programação e tipo de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano agrícola de 1966/67

Tipos de Agricultura	RP 1	RP 2	RP 3	RP 4	RP 5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	TOTAL
1	0,6	2,9	13,0	13,2	15,2	2,5	3,6	9,8	39,2	42060
2	37,0	4,8	46,4	5,6	2,3	0,3	2,3	1,2	0,0	28505
3	2,4	0,1	33,0	24,2	7,1	1,1	7,4	9,5	15,3	7921
4	39,3	16,6	21,2	4,9	8,7	2,6	2,6	1,0	3,2	29350
5	1,6	67,9	2,5	1,4	14,6	10,6	1,4	-	-	4062
6	5,7	34,7	19,0	6,8	29,7	1,7	1,1	-	1,3	6776
7	0,2	5,9	-	6,7	57,7	11,8	-	0,7	17,0	35064
8	20,0	11,7	4,4	12,0	39,1	0,5	2,8	5,5	4,0	7801
9	19,9	37,0	7,7	17,6	9,0	0,9	4,1	2,8	1,0	13031
Total	15,6	11,7	17,3	9,5	21,3	3,9	2,5	3,8	14,4	174570

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual por tipo de agricultura no estado.

A Tabela 9 indica qual era o padrão de distribuição dos assalariados permanentes e temporários, dentro de cada região e para o total do estado, por tipos de agricultura. A Tabela 10 evidencia o padrão de distribuição da mão-de-obra

assalariada entre as nove regiões de programação, apontando as especificidades regionais. Em primeiro lugar, verifica-se na Tabela 9 que quatro tipos de agricultura destacavam-se pelo uso de assalariados no estado, pela ordem:

- e) tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos) que ocupava 24,1 por cento do contingente;
- f) tipo de agricultura 7 (arroz) que ocupava 20,1 por cento;
- g) tipo de agricultura 4 (gado leiteiro, suínos) que ocupava 16,8 por cento;
- h) tipo de agricultura 3 (trigo, soja, milho) que ocupava 16,3 por cento.

Isso posto, observe-se a distribuição regional dos contingentes empregados em cada um desses tipos de agricultura (Tabela 2.9). Em especial, saliente-se a distribuição regional do contingente empregado nos segmentos que foram chamados de "lavoura empresarial". Assim, começa-se pelos tipos de agricultura 7 (Arroz) e 2 (trigo, Soja, Milho), pois, 57,7% dos assalariados empregados no tipo de agricultura (Arroz) concentravam-se na região de programação 5, que é seguida pela região de programação 9 (17%) e 6 (11,8%). O tipo de agricultura 2 (trigo, soja, milho) destacava-se nas regiões de programação 3 (46,4%) e 1 (37,0%), mas nas demais sua participação era inexpressiva.

As atividades da pecuária de corte ficaram divididas em dois grupos. O tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos) é aquele que representa o segmento identificado como "pecuária tradicional", ou seja, a pecuária explorada de forma extensiva. O tipo de agricultura 3 (gado de corte, ovinos/trigo, soja, milho) já representava na ocasião uma pecuária que associava a atividade principal à exploração de uma lavoura de sequeiro, encaminhando o que hoje se conhece como integração lavoura/pecuária. O primeiro grupo concentrava assalariados na região de programação 9 e tinha participações importantes nas regiões de programação 3, 4 e 5. O segundo grupo concentrava o assalariamento nas regiões de programação nas regiões 3 e 4, embora também tivesse participação importante na região de programação 9.

Um dado interessante mostrado pelas Tabelas 9 e 10 refere-se à importância do tipo de agricultura 4 (gado leiteiro, suínos) na contratação de assalariados. Esse

tipo aparece em terceiro lugar na lista de número de assalariados contratados, com 16,8% do total estadual. E, o que é mais importante, 39,3% desse contingente estava na região de programação 1, que se destacava pela presença massiva de pequenas unidades de produção e outros 37,7% distribuídos entre as regiões de programação 2 e 3.

Tabela 11 - Distribuição percentual do número de assalariados permanentes por região de programação e tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Tipos de Agricultura	RP 1	RP 2	RP 3	RP 4	RP 5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	Total
1	0,7	26,0	48,4	51,2	22,8	25,2	49,6	90,7	80,0	47,2
2	75,8	-	30,1	4,6	1,2	-	4,2	-	-	12,2
3	1,4	0,3	13,2	18,3	0,6	-	17,3	2,5	3,6	6,1
4	18,9	34,4	5,8	-	1,2	4,5	16,3	5,7	0,9	6,2
5	-	-	-	-	-	-	0,4	-	-	0,0
6	-	-	-	-	15,6	-	-	-	-	3,2
7	-	6,7	-	16,4	44,9	70,3	-	1,1	13,9	17,7
8	-	-	-	0,3	8,3	-	-	-	0,5	1,9
9	3,2	32,5	2,5	9,1	5,4	-	12,2	-	1,0	5,5
Total	3701	3141	8902	4717	9910	1961	1695	2203	11930	48160

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual por região de programação.

Tabela 12 - Distribuição percentual do número de assalariados temporários por região de programação e tipos de agricultura - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Tipos de Agricultura	RP 1	RP 2	RP 3	RP 4	RP 5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	Total
1	0,9	2,4	5,5	26,4	15,1	11,2	25,0	48,7	52,6	15,3
2	33,0	8,0	49,4	11,5	1,9	1,6	21,8	8,1	0,0	17,9
3	0,6	-	6,7	8,9	1,8	1,8	10,6	16,1	5,9	3,9
4	46,1	21,9	26,7	12,0	8,9	14,1	17,9	4,1	6,2	20,8
5	0,3	16,0	0,5	0,5	2,2	8,9	1,8	-	-	3,2
6	1,6	13,6	6,0	3,9	1,7	2,4	2,7	-	0,7	4,1
7	0,4	10,7	-	13,4	57,8	56,8	-	4,8	32,5	21,0
8	6,6	5,3	1,6	7,8	8,2	0,8	8,0	9,8	1,9	5,5
9	10,5	22,0	3,6	15,7	2,3	2,4	12,2	8,5	0,1	8,2
Total	23506	17246	21373	11872	27272	4858	2725	4347	13208	126407

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual por tipo de agricultura.

As Tabelas 11 e 12 mostram a distribuição regional, por tipos de agricultura, do contingente de assalariados permanentes e temporários. Em nível de estado o tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos) concentrava 47,2% do contingente de assalariados permanentes. O tipo de agricultura 7 (arroz) empregava 17,7% dos assalariados permanentes, enquanto o tipo de agricultura 2 (trigo, soja, milho) ficava

com 12,2% dos assalariados permanentes no estado. Assim, mais uma vez os dados evidenciavam que as lavouras consideradas "empresariais" ou "capitalistas" não eram, de fato, as atividades que mais assalariavam no estado.

Os assalariados temporários, por outro lado, estavam, naquele período, distribuídos de forma menos concentrada. Em primeiro lugar na contratação de assalariados temporários estava o tipo de agricultura 7 (arroz) com 21,0% do contingente de assalariados temporários no estado. A seguir estava o tipo de agricultura 4 (gado leiteiro, suínos) com 20,8% dos assalariados temporários. Logo após destacavam o tipo de agricultura 2 (trigo, soja e milho) e 1 (gado de corte e ovinos) com 15,3% da mão-de-obra temporária. O tipo de agricultura 2 (trigo, soja, milho), identificado como a "lavoura empresarial", mais uma vez colocava-se em terceiro lugar na contratação de assalariados permanentes. As regiões de programação 1, 2 e 3, nas quais a participação das pequenas unidades de produção era muito importante, concentravam 49,1% dos assalariados temporários.

Tabela 13 - Distribuição percentual do número de assalariados permanentes por região de programação e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Estratos de Área	RP 1	RP 2	RP 3	RP 4	RP 5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	Total
0 - 5	-	13,3	0,8	-	-	-	0,4	-	-	1,0
5 - 10	4,3	-	3,8	0,0	-	-	0,9	-	-	1,1
10 - 25	20,1	12,1	3,8	-	0,2	-	-	-	0,8	3,3
25 - 50	13,1	14,1	3,1	0,3	0,1	-	11,0	5,8	2,7	3,9
50 - 100	-	10,5	14,7	5,8	22,2	5,2	8,4	-	2,6	9,7
100 - 500	3,3	26,0	18,3	30,9	18,9	9,1	39,1	53,7	18,9	21,1
500 - 1000	55,6	18,8	46,3	17,0	16,0	32,0	9,2	16,9	24,7	27,5
1000 - 5000	3,6	5,2	8,2	39,0	36,1	52,9	29,3	22,3	41,2	27,8
5000 a mais	-	-	1,1	7,0	6,6	0,8	1,6	1,4	9,1	4,6
Total	3701	3141	8902	4717	9910	1961	1695	2203	11930	48160

Fonte dos dados brutos:ACIIRS

Obs.: Totalização percentual sobre o total de assalariados de cada região de programação.

Tabela 14 - Distribuição percentual do número de assalariados temporários por regiões de programação e estratos de área - Rio Grande do Sul - Ano Agrícola de 1966/67

Estratos de Área	RP 1	RP 2	RP 3	RP 4	RP 5	RP 6	RP 7	RP 8	RP 9	Total
0 - 5	7,3	6,7	2,1	0,9	4,0	7,9	3,6	2,5	1,5	4,2
5 - 10	14,3	11,3	11,1	7,1	7,5	1,6	12,7	5,1	0,7	8,9
10 - 25	48,1	38,0	46,7	19,7	17,6	11,4	12,7	5,5	3,2	28,9
25 - 50	19,2	34,7	13,2	7,3	10,0	10,8	19,8	18,0	5,2	15,4
50 - 100	2,2	6,5	12,2	14,6	16,6	15,8	21,0	14,5	9,9	10,9
100 - 500	0,5	1,9	10,9	32,0	24,9	7,4	13,5	42,2	41,1	16,9
500 - 1000	8,1	0,0	1,5	8,0	5,7	25,9	2,9	5,8	10,1	6,1
1000 - 5000	0,1	0,8	2,1	9,3	12,6	19,2	9,9	5,7	26,4	8,0
5000 a mais	-	-	0,2	1,2	1,3	-	3,8	0,6	1,9	0,7
Total	23506	17246	21373	11872	27272	4858	2725	4347	13208	126407

Fonte dos dados brutos: ACIIRS

Obs.: Totalização percentual sobre o total de cada tipo de agricultura.

As Tabelas 13 e 14 indicam a distribuição dos assalariados permanentes e temporários de acordo com os estratos de área. Os assalariados permanentes, em nível de estado, apresentavam uma tendência a concentrar-se nos estratos acima de 100 hectares, sendo que 19,0% estavam no segmento entre 0 e 100 hectares; 48,6% no segmento entre 100 e 500 hectares e os restantes 32,4% situavam-se no segmento com áreas superiores a 1000. Em oposição, os assalariados temporários apresentavam uma distribuição menos concentrada. O segmento situado entre 0 e 10 hectares detinha 13,1% do contingente de assalariados temporários no estado; o segmento entre 10 e 50 hectares alocava o maior contingente de assalariados temporários no estado com 44,3%; as unidades de produção com áreas entre 50 e 500 hectares empregavam 27,8% dos assalariados temporários; e os restantes 14,8% estavam nas unidades de produção com mais de 500 hectares. Embora sejam visíveis diferenças regionais nessa distribuição que certamente estão associadas às características de solo e aos tipos de agricultura predominantes, observam-se que as tendências em nível de estado tendiam a se repetir regionalmente. Ao se verificarem os contingentes totais por região de programação, tanto para os assalariados permanentes, quanto para os temporários, ratifica-se aquela tendência. As regiões 9, 8 e 3, que apresentam as maiores concentrações de médios e grandes estabelecimentos, apresentam também os maiores contingentes de assalariados permanentes. Já os assalariados temporários aparecem em maior percentagem (21,6%) na região de programação 5 (parte da Depressão Central) que abarcava a maior parte da região orizícola do estado. As regiões 1 (parte do Alto Uruguai) e 3 (parte do Planalto Médio) situavam-se em segundo (18,6%) e terceiro

(16,9%) lugares em ocupação de assalariados temporários, ficando a região de programação 9 (parte da Campanha) com 10,4%.

4 - Considerações finais

A primeira constatação da análise que sobressai é a imensa riqueza de informações que os dados do ACIIRS permitem visualizar sobre a utilização da mão-de-obra e outros dados complementares. O detalhamento e a profundidade com que foram elaborados os estudos sobre potencialidade e uso atual dos solos no estado e o seu cruzamento com as informações sobre a estrutura fundiária e dados sócio-econômicos permitiram uma oportunidade inédita de observação sobre a realidade agrícola e agrária da época.

Essas informações apontaram um quadro geral que parece atualmente de alguma obviedade, mas desconhecido naqueles anos e importante de ser ratificado para os fins deste estudo. Verificou-se a concentração da população economicamente ativa nas pequenas unidades de produção agrícolas retratando, primeiramente, a concentração da propriedade da terra. Em segundo lugar, e como decorrência, definindo que a maior concentração de população economicamente ativa dedicava-se a uma diversidade de atividades, normalmente associada à agricultura familiar. De outra parte, ao se observar a distribuição da população rural de acordo com os "tipos de agricultura",⁷³ destacou-se uma nítida concentração no tipo de agricultura 4, definido pela preponderância da exploração das atividades de gado leiteiro e suínos, seguidos dos tipos 2 e 9, definidos, respectivamente, pela exploração de trigo, soja, milho no primeiro caso e, no segundo, pela exploração da atividade "outros" (florestais, hortigranjeiras animal, hortigranjeiras vegetal, cana de açúcar, forrageiras e animais de serviço).

Ao observar-se a distribuição da população total (2.151.798 pessoas na época) de acordo com as categorias de análise da mão-de-obra utilizadas pelo ACIIRS e seguindo os estratos de área e os tipos de agricultura, observaram-se importantes tendências. Em primeiro lugar, constatou-se que a imensa maioria da população total (81,5%) enquadrava-se na categoria de "familiares residentes" e que a

população assalariada atingia menos de 7% do total da população, sendo 1,8% de assalariados permanentes e 4,8% de assalariados temporários o que demonstrava a baixa concentração de assalariamento no total da população rural do Rio Grande do Sul no ano agrícola de 1966/67. Assim, comprovava-se, amplamente, a preponderância da mão-de-obra familiar sobre a mão-de-obra assalariada. A observação da distribuição da população assalariada (174.567 pessoas) de acordo com os tipos de agricultura e os estratos de área apontou que:

- a) nos cruzamentos entre regiões de programação e estratos de área, em nível estadual, os quatro estratos entre 0 e 50 hectares concentravam 44,1% da mão-de-obra assalariada, sendo que, praticamente, a metade estava no segmento de 10 a 25 hectares, configurando-se como a maior concentração de assalariamento entre os nove estratos;
- b) os restantes 55,9% da mão-de-obra assalariada, distribuíam-se entre os estratos de área acima de 50 hectares, com uma concentração de 28,7% no estrato de 50 a 500 hectares;
- c) consideradas as regiões de programação, a maior concentração de mão-de-obra assalariada (21,3%) ocorria na região de programação 5, compreendendo 23 municípios que se estendiam de Santa Vitória do Palmar a Cachoeira do Sul, abarcando a maior parte da lavoura arrozeira do estado;
- d) no cruzamento por regiões de programação e tipos de agricultura, a segunda maior concentração (9,4%) estava ocorrendo na região de programação 9 (basicamente a região da Campanha) e tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos);
- e) no caso da região de programação 5 e o tipo de agricultura 7, correspondente à preponderância econômica da lavoura de arroz, evidenciou-se a maior concentração de mão-de-obra assalariada (11,5%) entre todas as regiões e tipos de agricultura. O tipo de agricultura 2, correspondente à preponderância econômica das lavoura de trigo, soja e milho, aparecia em terceiro lugar (7,6%) na região de

⁷³ Os tipos de agricultura estão descritos no item "metodologia" do ACIIRS, tendo sido sintetizado anteriormente.

programação 3, abaixo apenas do tipo de agricultura 1 (9,4%), que correspondia à preponderância da atividade gado de corte e ovinos;

- f) - ainda no cruzamento entre regiões de programação e tipos de agricultura, destacou-se o tipo 2 (trigo, soja, milho), que detinha 16,3% da mão-de-obra assalariada, ficando em terceiro lugar, abaixo do tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos) com 24,1% e o tipo de agricultura 7 (arroz) com 20,1%;
- g) - chama também a atenção que o tipo de agricultura 4 (gado leiteiro, suínos) estava em quarto lugar entre os nove tipos de agricultura, detendo apenas 16,8% da mão-de-obra assalariada.

É importante não esquecer que essas informações foram pesquisadas na safra imediatamente anterior ao ano que marca o início do período conhecido como "milagre econômico" (1968-1973). Supostamente, fundando-se nos dados referentes às taxas de crescimento do PIB, tanto no nível nacional como no estadual, a safra 1966/67 teria sido a última safra antes do início do processo de acelerada "penetração do capitalismo no campo". A base do sistema de crédito que deu sustentação à produção agrícola durante o período do "milagre" já havia sido criada há pelo menos três anos antes, em 1965. Contudo, a importante conjuntura de mercado internacional favorável aos exportáveis agrícolas só começaria no início dos anos setenta. De qualquer forma, o importante a registrar é que os dados listados foram coletados no início do processo de recuperação da economia nacional, após o período de crise da primeira metade da década de 1960.

Situado esse marco, observe-se que grande parte do contingente de assalariados que supostamente seria, no contexto teórico da época, o principal elemento a referendar a "penetração do capitalismo no campo", já estava presente na agricultura gaúcha, como se viu na periodização feita com relação à mecanização da lavoura, apesar da preponderância da mão-de-obra familiar. Adicionalmente, estaria destacadamente inserido nos menores estratos de área da agricultura gaúcha, reduto da então denominada "agropecuária colonial". A região de programação 1, configurada por um conjunto de 65 municípios situados no entorno das margens do Rio Uruguai, acolhia 15,4% da mão-de-obra assalariada, sendo que

mais de 80% desta parcela estavam divididas entre os tipos de agricultura 2 (trigo, soja, milho) e 4 (gado leiteiro, suínos).

A região de programação 3, berço da expansão rápida da lavoura de soja e englobando um conjunto de 33 municípios, a grande maioria compondo a conhecida região celeiro do Rio Grande do Sul, naquela época detinha 311,4 mil hectares de soja, ou 10,7% do total da área ocupada com atividades agrícolas na região. Com essa configuração, tal região detinha 17,3% da mão-de-obra assalariada do estado, sendo que 91% dessa participação estava distribuída em quatro estratos entre 0 e 50 hectares e apenas os restantes 9% nos cinco estratos maiores de cinquenta hectares. Mais uma vez, transparece a importância dos pequenos estabelecimentos na contratação da mão-de-obra assalariada da época. Considere-se que o tipo de agricultura 2, no qual inseria-se a lavoura de soja, ocupava 44% da mão-de-obra dessa região. Assim, é possível inferir a situação da lavoura de soja, cultivo paradigma da "penetração do capitalismo no campo", que concentrava o assalariamento nos pequenos estabelecimentos. Ou seja, há evidências de que na realidade o assalariamento na lavoura de soja surgiu e expandiu-se com o que se poderia chamar de "diferenciação da lavoura familiar".

Cabe apontar que a região de programação 9, caracterizada pela preponderância da atividade gado de corte e ovinos e pela destacada presença do latifúndio, detinha 14,4% da mão-de-obra assalariada estadual, sendo que 65,6% desses estavam nos estabelecimentos que representavam o tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos), e outros 23,7% estavam no tipo de agricultura 7, o qual era definido pela preponderância da orizicultura. Nessa região, 92,7% da mão-de-obra assalariada concentrava-se nos cinco estratos acima de 50 hectares.

Por último destaque-se a situação da mão-de-obra assalariada na região de programação 5. Essa região sobressai-se pela importância da produção orizícola do estado, pois inclui dois municípios fundadores da lavoura, como Cachoeira do Sul e Pelotas e detinha, como se viu, 21,3% da mão-de-obra assalariada no Estado. Desse contingente, 54,4% estavam no tipo de agricultura 7, que era caracterizado pela preponderância da atividade orizícola. O tipo de agricultura 1 (gado de corte, ovinos) empregava 17,1% da mão-de-obra assalariada da região. Dentre os 37,2 mil assalariados dessa região, 26,7% eram empregados permanentes e 73,3% eram

temporários. Os assalariados temporários tinham sua maior participação na lavoura orizícola, que empregava 15,7 mil nessa categoria (ou 57,8% do total).

Para concluir, destaca-se o fato de que não há no ACIIRS referências teóricas à construção das categorias "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial". Infere-se que essas categorias tenham sido elaboradas a partir de uma abstração feita pelos autores fundados no que Ohlweiller chamou de "linhas clássicas" do desenvolvimento da agricultura gaúcha e também na proposição de Schilling caracterizando as "lavouras capitalistas" do arroz e do trigo. Ademais, vale ressaltar que na única passagem em que os autores fazem referência metodológica à inclusão de critérios de diferenciação entre unidades de produção "familiares" e "não familiares", é quando procuram classificar essas unidades de produção de acordo com seu grau de integração ao mercado. Nesse caso, simplesmente classificaram como "familiares" as unidades de produção que contratavam até 150 (cento e cinquenta) jornadas/ano. Em oposição, as unidades de produção que contratavam mais de 150 (cento e cinquenta) jornadas/ano foram imediatamente classificadas como "não familiares".

Portanto, não há na formulação dessas categorias condições de efetuar uma vinculação entre uma concepção teórica fundada na tradição marxista a respeito das relações de produção no campo gaúcho e a realidade da agricultura gaúcha (primeira parte da hipótese deste estudo). Esse, aliás, não era o objetivo proposto pelos autores do ACIIRS. Assim, não haveria convergência entre a concepção teórica e as informações contidas na realidade.

Reafirma-se a idéia de que os dados do ACIIRS apontam no sentido de que há fortes evidências de que a idéia da preponderância da mão-de-obra assalariada e de uma "lavoura empresarial capitalista" no processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha foi uma construção gerada a partir de um arcabouço teórico não confirmado empiricamente (segunda parte da hipótese deste estudo). Ademais, a distribuição da mão-de-obra de acordo com os tipos de agricultura, regiões de programação e estratos de área também não confirmam a idéia de que a lavoura mecanizada de soja em sucessão com trigo concentrasse de forma preponderante a mão-de-obra assalariada (terceira parte da hipótese deste estudo).

CAPÍTULO III - 25 Anos de economia gaúcha: A agricultura do Rio Grande do Sul"⁷⁴

1. Antecedentes

Em meados dos anos setenta, a conjuntura apontava para mudanças que começavam a reverter um período de crescimento econômico acelerado e forte repressão política, característica, em especial, do período 1968-1973. O Governo Federal, sob o comando do General Ernesto Geisel, dava início ao processo de abertura política e propunha uma retomada do processo de desenvolvimento através do fomento à indústria de base, lançando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A economia mundial estava saindo de um período de crescimento acelerado, que chegara a atingir a média de 4,9% ao ano, para os países mais ricos, no período 1950 a 1973. No Rio Grande do Sul, o setor agrícola, atingido pela conjuntura que sucedeu ao chamado primeiro choque do petróleo (setembro de 1973), já havia começava a dar indícios, via aumento dos custos, de que as elevadas taxas de crescimento começariam a arrefecer.

Nesse contexto e culminando com um período de produção de estudos que teve por objetivo interpretar o processo de desenvolvimento da economia gaúcha, foi lançado o trabalho que levou o título de "25 Anos de Economia Gaúcha" e foi realizado pela já extinta Gerência de Análises do Setor Primário, da Fundação de Economia e Estatística, do qual se tratará aqui apenas a parte que abordou o processo de desenvolvimento do setor agrícola.⁷⁵

⁷⁴ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. 25 anos de economia gaúcha - A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Vol. 3, 1978, 104 p.

⁷⁵ Doravante intitulado, neste estudo, sinteticamente como "25 Anos". Tratava-se, de fato, de uma coleção em três volumes, sendo o último deles, exatamente, dedicado à interpretação do desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul .

O "25 Anos" constitui-se em uma importante referência a respeito do debate sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. Ele representa a primeira proposta de construção de uma abordagem teórica do processo de desenvolvimento do setor primário, construída no âmbito do setor público agrícola do Rio Grande do Sul e que logrou alcançar amplo reconhecimento pelos meios técnicos e acadêmicos do estado. Sua elaboração ocorreu em um momento de transição entre um contexto de repressão total ao pensamento de esquerda e um momento em que, face à pressão exercida pelas oposições, começava a se esboçar o movimento de abertura política proposto pelos últimos governos da ditadura militar. Entende-se que o pensamento exposto no "25 Anos", ainda que contido pelas limitações políticas ainda existentes na época, representa a intenção de um grupo de técnicos da FEE de retomar o debate público do desenvolvimento da agricultura a partir de uma abordagem teórica que havia ficado amordaçada desde março de 1964. Deve-se ressaltar aqui que a releitura do texto do "25 Anos" deve, necessariamente, levar em conta todo esse contexto histórico. É a partir daquelas imposições da conjuntura política brasileira que se deve entender a abordagem proposta. Sem dúvida ela faz parte de uma época em que círculos restritos dos quadros técnicos do estado começavam, lentamente, a recompor um debate teórico numa perspectiva de esquerda. Também é dentro dessa perspectiva que se deve avaliar o seu impacto duradouro sobre o pensar o desenvolvimento agrícola no Rio Grande do Sul. Saliente-se, todavia, que aqui não se fará uma interpretação do texto tendo por objetivo uma crítica quanto ao seu conteúdo político ideológico. Isso não faz parte dos objetivos deste estudo. Toda a análise do texto estará centrada no volume três do "25 Anos" com o objetivo de entender, descrever e desenvolver uma abordagem crítica sobre a utilização das categorias "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial".

2 - A formação econômica do Rio Grande do Sul

Dentro da proposta inicial de trazer à luz as tendências históricas da economia agrária, este item parte descrevendo a formação do meio rural no Rio Grande do

Sul. O primeiro ponto abordado é o da formação da estrutura fundiária. Repetindo o que já havia sido feito no Projeto ACIIRS, o texto começa descrevendo o processo de ocupação pelos colonizadores portugueses e segue com a apresentação da política de ocupação com migrantes europeus, levada a efeito pelo governo brasileiro da época.

Essa descrição é aberta constatando o fato de que a coexistência de latifúndio e minifúndio teria impresso características próprias à estrutura fundiária gaúcha.⁷⁶ Entretanto, a idéia de coexistência carrega uma nítida dubiedade. Chama-se a atenção para essa dubiedade porque se acredita que a coexistência, no sentido da existência do binômio latifúndio/minifúndio, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, foi um fato recorrente em diversas regiões do Brasil, formando o substrato para o conflito pela propriedade da terra entre estes dois segmentos extremos da estrutura fundiária. Entretanto, como antes enfatizado, a evolução da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul carrega uma particularidade, qual seja, a associação entre o processo histórico de ocupação do território e as características geomorfológicas de seus solos criou uma situação onde latifúndios e minifúndios tenderam a ocupar espaços geográficos diversos e em momentos diferentes, dando origem a regiões de predominância de latifúndios e regiões de predominância de minifúndios, cada uma com características geomorfológicas e sistema produtivos diferenciados.

Reverendo-se a descrição do processo de ocupação, verifica-se que, segundo o "25 Anos", ele foi iniciado nas primeiras décadas do Século XVII, com a distribuição de imensas propriedades na região dos campos, limítrofe com o Uruguai e a Argentina, tendo por objetivo organizar a defesa do território. Essa forma de ocupação teve continuidade praticamente 150 anos mais tarde (em meados do Século XVIII), com a política de povoamento com colonos açorianos assentados em lotes de cerca de nove mil hectares (pequenos para a época), que ocuparam regiões próximas ao território onde atualmente situa-se Porto Alegre. Posteriormente, praticamente 70 anos após, já na segunda década de Século XIX, o governo brasileiro deu início à colonização⁷⁷ com imigrantes europeus, os quais foram

⁷⁶ Segundo os "25 Anos", latifúndio e minifúndio teriam sido "...instituídos quase simultaneamente no meio rural gaúcho..." (FEE, 1978, p. 27).

⁷⁷ "...O Governo Imperial Brasileiro sempre considerou a imigração indispensável à exploração do País. Logo depois mesmo da proclamação da Independência, quando expõe ao Parlamento a necessidade de povoar terras novas e funda a colônia de São Leopoldo, o Imperador D. Pedro I anuncia que apelará para agricultores livres, brancos mas não-portugueses, pois que a instituição da escravatura degradou o trabalho manual aos olhos dos luso-brasileiros (...) Durante todo o século XIX, colonizar é, de um lado, introduzir, com novos habitantes, mão-de-obra inexistente no lugar, e, de outro lado, empregá-la nos

assentados nas regiões com grande ocorrência de solos montanhosos, em colônias com vinte e cinco hectares.

A associação entre o processo de ocupação e o mapa geomorfológico do estado mostra que essa ocupação foi feita com uma nítida defasagem de tempo e, o que se deseja salientar, em espaços diferentes do território gaúcho, produzindo a tendência à não coincidência de pequenos e grandes estabelecimentos agrícolas na mesma região geográfica. Enquanto as grandes propriedades tenderam a ficar concentradas nas regiões de campos da metade sul do estado, as pequenas tenderam a se concentrar nas regiões montanhosas do norte do Rio Grande do Sul. O resultado foi a consolidação, nas primeiras décadas do Século XX, de uma estrutura fundiária concentrada, mas sem a coincidência destacada do binômio latifúndio/minifúndio, nas mesmas áreas geográficas do Estado.

Segundo o "25 Anos", a subordinação da agricultura gaúcha à economia dominante do centro do país teria sua gênese remontando à época da distribuição das sesmarias. Nessa época, o Rio Grande do Sul teria iniciado o fornecimento de animais de tração e abastecimento de carne aos pólos mineradores do centro do país, constituindo um fluxo de mercadorias que teria estabelecido a primeira relação entre a geração de produtos originados na região das Missões e as regiões de alto poder aquisitivo do centro do Brasil. Mais tarde, os excedentes das lavouras de subsistência, desenvolvidas pelos migrantes, teriam dado continuidade à função produtiva subsidiária ao atingirem os mesmos mercados, através da intermediação dos comerciantes. Dessa forma, tanto a "pecuária tradicional" da metade situada ao Sul, quanto a "agropecuária colonial" da metade localizada ao Norte, teriam se alternado através dos anos como supridores de alimentos e matérias primas agrícolas aos grandes centros urbanos brasileiros.

Dentro dessa relação de subordinação entre o Rio Grande do Sul e a economia nacional, desde a praga da ferrugem que atacou os trigais gaúchos no Século XIX, as elites políticas e econômicas locais teriam mantido um debate com as mesmas elites do centro do país a respeito da atuação do Estado Nacional no desenvolvimento da atividade produtiva agrícola gaúcha. Já naquela época, os

estabelecimentos agrícolas. Em todos os atos administrativos, na tribuna das assembléias parlamentares como na imprensa, a palavra colonização é assim entendida e usada exclusivamente (...)" (ROCHE, 1969, Vol. 1, p. 2).

produtores gaúchos reclamavam contra a concorrência do trigo estrangeiro, que teria desestimulado a produção gaúcha. Posteriormente, os interesses dos proprietários de charqueadas teriam substituído os interesses dos tricultores nesse debate. Nesse último caso, o caráter subalterno da produção gaúcha teria ficado vinculado aos conflitos, relativos à política fiscal, entre outros setores oligárquicos interessados na redução do preço do charque destinado aos escravos e às lideranças do Rio Grande do Sul, oriundas da região da pecuária, as quais buscavam o protecionismo alfandegário para seus produtos.

Mais tarde, o crescimento acelerado da economia cafeeira teria assegurado um novo mercado para a agricultura gaúcha, através do segmento da "agropecuária colonial". A abolição da escravatura e a abertura da imigração europeia teriam aberto um mercado de "bens salário" destinados a uma crescente força de trabalho livre que se expandia nos cafezais paulistas e nos centros urbanos maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro. Esse mercado teria se tornado o grande centro demandante dos produtos gerados nas colônias gaúchas. O importante a destacar é que, segundo o "25 Anos", essa relação entre o segmento ofertante ("agropecuária colonial") e o mercado era uma relação onde as condições foram fixadas pelo setor hegemônico (a cafeicultura), resguardando o seu interesse em assegurar o baixo custo de reprodução da força de trabalho e, assim, garantir preços concorrenciais no mercado internacional do café.

É importante lembrar que, na grande maioria das atividades agrícolas até aquele período histórico, eram mantidas relações incipientes com o mercado. O processo de produção, com exceção das poucas atividades mencionadas acima, mantinha débil vinculação com o comércio e a indústria, utilizando poucos insumos produzidos fora do estabelecimento.⁷⁸ Como relata Roche (1969, Vol. II),⁷⁹ o comerciante era o principal elo dos produtores com o mercado. Ele era o definidor dos preços pagos pela produção. Essa situação de relações precárias era fortemente influenciada pelo distanciamento entre o rural e o urbano, determinado em primeiro lugar pela precariedade dos acessos, em função da deficiente infra-

⁷⁸ Segundo o Censo Agropecuário, referente ao ano de 1960, apenas 9.803 estabelecimentos do Rio Grande do Sul (2,6% do total de 380.201 estabelecimentos) utilizavam insumos químicos. Provavelmente, eram, em sua quase totalidade, os estabelecimentos que se dedicavam à produção de trigo e arroz. Ao mesmo tempo, apenas 12.919 estabelecimentos (3,4% do total) informaram usar trator.

⁷⁹ ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora Globo: 1969, Vol 1 e 2.

estrutura de transportes e comunicação e, em segundo lugar, pela própria realidade da tecnologia de comunicações da sociedade da época.

Nesse contexto, os comerciantes estabeleciam preços de acordo com seus custos de transporte e seus objetivos em relação aos ganhos no processo de comercialização. Os pequenos produtores praticamente não tinham como barganhar e estavam completamente à mercê dos comerciantes. Torres⁸⁰ (1983, p. 79-85) recupera a descrição de Roche (1969) para explicar uma certa apatia da oferta, frente a um sistema de comercialização imperfeito, incapaz de colocar-se entre a estrutura de produção e a demanda final.

Não se sustenta empírica e logicamente, na história da agropecuária colonial do Rio Grande do Sul, a idéia defendida pelo "25 Anos", de que a "agropecuária colonial", intensiva em mão-de-obra e destinada a abastecer o mercado formado, em sua maior parte, por trabalhadores assalariados dos cafezais, teria que ser estabelecida em moldes "não-capitalistas" e assentada em bases concorrenciais, para garantir a atomização dos colonos frente ao capital.⁸¹ A agropecuária colonial gaúcha foi fruto do processo de ocupação e seu processo de trabalho foi engendrado através de uma história de luta das famílias rurais com a natureza para produzir sua existência social. Sua relação com o mercado foi, até a grande transformação dos anos setenta, a história de uma relação precária com os comerciantes, que eram os definidores dos preços. Dessa forma, torna-se frágil a possibilidade de estabelecer uma relação direta de subordinação entre a "agropecuária colonial" e os segmentos hegemônicos do centro do país, antes que se formasse o mercado nacional que começou a surgir a partir do final dos anos sessenta.

A formação da "lavoura empresarial", ou do segmento capitalista da agricultura gaúcha, teria ocorrido a partir do início da segunda década do Século XX com a formação da lavoura irrigada e mecanizada de arroz, realizada com a contratação de mão-de-obra assalariada e com capitais oriundos da acumulação nos pólos urbanos mais desenvolvidos da época. Posteriormente, teria sido ampliada com a expansão

⁸⁰ TORRES, João Carlos Brum. A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. In Revista Ensaios FEE. Porto Alegre, Ano 3, n. 2, p. 67-108, 1983.

⁸¹ Este argumento lembra, claramente, a chamada "tese da funcionalidade da pequena produção" (funcional à nascente industrialização do período), defendida por Francisco de Oliveira em "A economia brasileira: crítica à razão dualista. Editora Brasiliense. Seleções CEBRAP, n. 1, 2ª Edição, 1976, 134 p.

da lavoura mecanizada de trigo, já na segunda metade da década de 1940. O processo de expansão da lavoura capitalista, ao se defrontar com a totalidade do território gaúcho já apropriado, ocorreu apenas a partir da disposição de outros proprietários em ceder suas terras em troca do pagamento da renda fundiária. Essa renda seria, pois, a expressão econômica da propriedade da terra, representando um ônus para a acumulação. Recentemente, o processo teria se acirrado com a rápida expansão da lavoura de soja.

Deve-se chamar a atenção, contudo, para o fato de que a agricultura capitalista tinha pouca abrangência no quadro da agropecuária gaúcha da época. Para se ter uma idéia, segundo o Censo Agropecuário de 1960, dos 380.201 estabelecimentos recenseados que declararam a atividade econômica predominante, apenas 16.781 (4,4%) informaram o arroz e 14.605 (3,8%) declararam o trigo. Essas duas informações oferecem uma idéia do universo que Schilling, em sua análise da crise agropecuária, chamou de "lavoura capitalista". Na realidade, admitindo-se esse conceito, o conjunto numérico citado seria, no limite, o universo passível de ser assim definido. Ainda se poderia acrescentar, tentativamente, o que não foi feito nem por Schilling, nem pelo "25 Anos", um segmento de 33.725 estabelecimentos (8,9% do total de estabelecimentos recenseados), que declararam na época ter na pecuária bovina a sua atividade econômica predominante. A razão da hipótese de inclusão desse último segmento é que ele empregava, como se observou no capítulo anterior, um contingente importante de assalariados e, apesar de seu corte tradicional, no que respeita ao padrão tecnológico e à não monetarização de seus custos,⁸² era uma atividade que mantinha uma relação forte com a indústria frigorífica da época.

Outro aspecto central levantado pelo "25 Anos" é a noção de crise. Essa noção aparece em quase todos os trabalhos que abordaram o desenvolvimento da agropecuária gaúcha, naqueles anos. Foram verificadas as estatísticas de área, produção, rendimento físico e preços, a partir das quais foi calculado o valor bruto da produção e o produto interno líquido a custo de fatores (PILcf). Os períodos de queda ou estagnação na evolução dessas variáveis foram considerados, no texto do "25 Anos", como uma "crise". Entretanto, é preciso considerar que o nível das

⁸² BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO S.A. Estudo econômico da bovinocultura gaúcha. Editado pelo Banco Nacional do Comércio S.A., 1969

relações campo/cidade, ou agricultura/indústria, era extremamente incipiente na atividade agrícola como um todo, até o início da década de 1970, quando o quadro transformou-se rapidamente. Até aquele momento, apenas algumas atividades (trigo, arroz, carne bovina e lã) haviam permitido o desenvolvimento de algum processo organizativo entre os produtores, predominando uma relação bastante precária entre agricultores e a economia estadual ou nacional.

Assim sendo, a noção de crise, observada a partir do comportamento daquelas variáveis, é uma noção pouco identificadora da real situação vivida na grande maioria dos estabelecimentos agrícolas da época. Questiona-se, assim, a generalização da noção de crise do setor agrícola a partir, única e exclusivamente, da evolução de tais variáveis.

Na realidade, o que certamente havia era uma economia agrícola fundada em um processo de trabalho desenvolvido em sua grande maioria com métodos tradicionais, cuja dinâmica dependia de eventuais surtos expansionistas externos (como haviam sido, por exemplo, os casos do charque, do arroz e do trigo). Supõe-se que a grande maioria das atividades agrícolas tinha a dinâmica de sua atividade determinada pelo que se poderia chamar de "economia local ou regional", esgotando-se na dinâmica econômica do seu entorno, formada pela disponibilidade interna de recursos e pela avaliação que os comerciantes faziam a respeito do preço a ser pago a seus fornecedores.

3 - Posse e uso da terra

Segundo o "25 Anos", a penetração da forma capitalista de produção no meio rural do Rio Grande do Sul desvinculou a propriedade do uso da terra, permitindo uma transformação da estrutura de uso, sem que a estrutura de propriedade fosse alterada. Essa desvinculação teria ocorrido através do arrendamento, que acabou por consolidar-se como o caminho para o aumento da produção em um território já totalmente ocupado e privadamente apropriado. Esse arrendamento teria sido parte de uma relação que se estabeleceu nos momentos de expansão entre a "pecuária tradicional", nas mãos de proprietários de terras, e a "lavoura empresarial", nas mãos de capitalistas agrários empreendedores. Em outras palavras, os autores

referem-se a uma aliança econômica entre esses segmentos, viabilizada pelo padrão de acumulação nacional. O efeito da associação entre o uso de terras arrendadas e a adoção de tecnologia avançada modificou a estrutura do emprego no campo ao favorecer a utilização de trabalhadores temporários.

Utilizando dados censitários dos anos de 1940 a 1970, os autores do "25 Anos" verificaram um aumento da concentração da posse da terra nos estratos superiores, até 1960. Em contrapartida, nos estratos menores a tendência teria sido sempre a de fragmentação. A diferença estaria no caso do latifúndio, onde teria ocorrido apenas uma alteração do uso da terra, uma vez que o artifício do arrendamento havia permitido que toda a expansão da lavoura mecanizada tivesse ocorrido, sem que a estrutura de propriedade fosse alterada significativamente. A valorização das terras refletida sobre o preço do arrendamento poderia ter, inclusive, segundo o "25 Anos", permitido um provável aumento do grau de monopolização da propriedade da terra.

Para os autores do documento, a concentração da propriedade da terra teria sido resultado da "acumulação não-capitalista",⁸³ que teria sido realizada pelos grandes proprietários. Ao mesmo tempo, o processo de minifundização, causado pela expansão do capitalismo nos centros urbanos e pela "industrialização do campo", estaria a apontar as pré-condições de proletarização do pequeno produtor. No entanto, é preciso lembrar que os autores fazem referência às limitações dos dados censitários, os quais poderiam estar mascarando as conclusões. Na realidade, insistem em frisar que tais dados evidenciam o uso da terra e não a propriedade da terra. Acrescentam ainda a observação acerca da penetração da forma capitalista de produção no meio rural do Rio Grande do Sul, que estaria desvinculando a propriedade da terra do uso da terra, de modo que propriedade e uso não mais fossem simultâneas. Em outras palavras, quem tinha a propriedade necessariamente não detinha o uso, e vice-versa.

As transformações que estariam ocorrendo na agricultura gaúcha, argumentavam, ao conduzirem a mudanças na estrutura fundiária, através de um rearranjo no uso do solo e, conseqüentemente, ao aprofundamento do processo de

⁸³ Entende-se que a noção de "acumulação não capitalista" levada a efeito pelos grandes proprietários deve referir-se, no texto, à aplicação das receitas obtidas na pecuária na ampliação da propriedade da terra, e não para investimentos produtivos na própria atividade.

expansão do minifúndio e concentração da propriedade, estariam gerando tanto efeitos compatíveis como contraditórios com o desenvolvimento do sistema como um todo. Compatíveis, porque o fracionamento da "pequena propriedade", ao limitar as condições de reprodução do segmento, estaria forçando uma parte do contingente populacional a vender sua força de trabalho para a "lavoura empresarial", a expandir o exército industrial de reserva nos centros urbanos ou, então, a formar as frentes de expansão do sistema nas regiões de fronteira. Efeitos contraditórios, por outro lado, porque o aumento do grau de monopólio da propriedade da terra, ao induzir o aumento do preço do arrendamento, estaria gerando uma força contrarrestante à tendência de expansão da "lavoura empresarial" e, indiretamente, obstaculizando a redução do custo de reprodução da força de trabalho, via aumento do custo da terra.

4 - Agricultura gaúcha e economia

Uma vez definida a inserção da agricultura na economia, os autores assumiram que, no caso gaúcho, estaria ocorrendo um processo de acumulação com vinculações que ligavam nossa agricultura, ao mesmo tempo, à economia nacional e ao resto do mundo, ou seja, tinham clara a inserção do setor agrícola gaúcho em um conjunto de relações mais amplo, do qual era parte ativa a economia nacional. Estava explícita a interpretação que ressaltava que a dinâmica do processo de produção estava sendo ditada pelas leis do capital na economia brasileira. Leis que estariam obedecendo a um jogo de condicionantes gerados pelo embate entre o "capital interno" e o "mundo externo". Havia, portanto, uma clara alusão à articulação entre as economias regional (Rio Grande do Sul) e nacional, sendo esses dois âmbitos parte de um todo, onde a dominância era exercida pelas determinações oriundas da economia nacional. Em outras palavras, o padrão de acumulação era dado em nível dos capitais nacionais e estabelecia "diferenças" na estrutura organizacional da produção, além de "recomposições" na distribuição da renda.

Aquele jogo de condicionantes definia então a dinâmica que influenciava os movimentos de fundo endógeno (acumulação regional), associados aos movimentos de uma face exógena (acumulação nacional), que englobava o mercado externo.

Assim, as variáveis renda, emprego e investimentos no setor primário gaúcho eram uma síntese do "conflito/aliança" entre aqueles dois movimentos.

A economia foi interpretada pelos autores do documento a partir da visão kaleckiana de departamentos. O de bens de capital (Departamento I), o de bens de consumo durável (Departamento II) e o de bens de consumo não-durável (Departamento III).⁸⁴ Entre esses departamentos deveria existir uma "hierarquização", dada historicamente pela dinâmica da acumulação. Dentro dessa visão, os setores produtivos cumpririam "funções", tendo a noção de "função" o sentido de que "algumas partes do sistema produtivo respondem a outras, cumprindo um papel de viabilizar a acumulação nos setores líderes".⁸⁵ Esse sentido não impediu, entretanto, que os autores visualizassem a existência de um processo de acumulação "não passiva" nos setores "subordinados". Esse processo de acumulação, no entanto, tinha um caráter de "acumulação derivada", em virtude do comando estar com o centro hegemônico da economia, no caso a economia nacional. Essa subordinação não passiva ocorria no nível do mercado, uma vez que era na circulação que se concretizava a superioridade de uma acumulação sobre a outra.

Assim sendo, os movimentos de expansão e contração da produção agrícola gaúcha, da mesma forma que o cumprimento de suas "funções", ocorreriam sempre à luz de imperativos derivados do desenvolvimento da economia brasileira. Essa economia havia passado por dois padrões históricos de acumulação em períodos diferentes de sua história. Até 1955, havia prevalecido um padrão de acumulação calcado na expansão da produção de bens leves de consumo. A partir de então, o processo de acumulação teria sido comandado a partir de um padrão fundado na produção de bens duráveis de consumo.

⁸⁴ Difundida particularmente pela influente escola de economia de Cambridge (Inglaterra), a teoria kaleckiana observou grande receptividade entre os anos setenta e até meados da década seguinte.

⁸⁵ RIO GRANDE DO SUL, 1978, p. 8.

5 - A agricultura gaúcha e suas "funções" nos padrões de acumulação brasileiros

Para o "25 Anos", na mesma medida em que era responsável pela produção dos alimentos necessários à reprodução da força de trabalho, a agricultura tinha um caráter vital no processo de acumulação. Assim, durante o período de industrialização incipiente da economia brasileira, o setor agrícola teria refreado o caráter dominante do processo de acumulação. No entanto, no período histórico seguinte (o final dos anos sessenta e o período do "milagre brasileiro"), assim que esse caráter foi assumido pelo setor industrial, teria havido uma repercussão profunda no setor agrícola. Este teria assumido um papel subsidiário naquele processo em virtude da indústria passar a apropriar-se de uma parte do excedente da agricultura. Nesse segundo momento, a agricultura incorporou o cumprimento de "funções",⁸⁶ que foram assim descritas:

- a) a função de "rebaixar o valor da força de trabalho". Ao cumprir essa função a agricultura forneceria os alimentos necessários à reprodução da força de trabalho, reduzindo

o máximo possível o tempo de trabalho despendido na produção destes bens, pois quanto menor for o tempo médio de trabalho requerido à produção das mercadorias consumidas pela força de trabalho, tanto menor será o seu custo de reprodução (RIO GRANDE DO SUL, 1978, p. 14).

Essa função seria cumprida pela "agricultura capitalista", sendo viabilizada pela introdução de inovações tecnológicas, fruto da concorrência entre os vários capitais produtores da mesma mercadoria. Ao mesmo tempo, essa introdução de inovações levaria à liberação de mão-de-obra, fazendo com que a agricultura capitalista também contribuísse para o aumento do exército industrial de reserva;

- b) a função de "fornecedora de matérias-primas". Essa função possibilitaria a transferência de valor para a indústria, na medida em que o desenvolvimento da tecnologia industrial teria permitido impor tal subordinação a vastos segmentos do setor primário. Nesse sentido, quanto menor fosse o poder econômico das unidades produtivas de um

segmento do setor primário, tanto mais seria aprofundada a transferência de valor para as atividades fabris. A transferência de valor, portanto, seria refletida através da imposição, via maior poder econômico, de reduções nos preços a serem pagos pela indústria a esses segmentos;

- c) "liberar mão-de-obra para as atividades do complexo urbano-industrial" seria outra função. Aqui foi aplicada a noção de "exército industrial de reserva". Ao gerar uma população excedente oriunda da modernização de seus processos de trabalho, a agricultura contribuiria para a redução dos salários pagos no setor urbano por pressão de demanda de empregos;
- d) a função de "transferência de recursos financeiros para as economias urbanas", que, nos casos clássico,s foram decisivos para dar o impulso inicial a um processo de industrialização, não representando uma novidade;
- e) a "absorção de produtos industriais" seria outra função, assumida de duas formas distintas. Primeiramente, a população agrícola se transformaria em demandadora de produtos do Departamento III, produtor de bens de consumo não-duráveis. A outra ocorreria quando o processo de trabalho agrícola, ao modernizar-se, se tornasse absorvedor de produtos do Departamento I, produtor de bens de capital (máquinas e equipamentos) e do Departamento II, produtor de bens de consumo duráveis, ou dos insumos utilizados nas atividades da agricultura;
- f) finalmente, a função de "geradora de divisas", que também seria assumida de duas formas. Por um lado, ao gerar produtos de exportação, cuja venda funcionaria como fonte de captação de recursos no exterior, contribuindo para os investimentos, ou para o equilíbrio das contas externas. De outra parte, ao permitir a ampliação da produção

⁸⁶ A noção de função no texto dos "25 Anos" tem a seguinte interpretação: "...o sentido de que algumas partes do sistema produtivo respondem a outras, cumprindo um papel de viabilizar a acumulação nos setores líderes. Esse comportamento, é certo, não exclui também uma capitalização no setor subordinado..." (RIO GRANDE DO SUL, 1978, p. 8).

interna de produtos tradicionalmente obtidos no comércio externo, a agricultura contribuiria para o processo de substituição de importações e, também, para a economia das divisas geradas (RIO GRANDE DO SUL, 1978, Vol. 3, p. 14-15).

Essas funções deveriam ser entendidas como "tendências de longo prazo". Dessa forma, os autores alertavam para o fato de que elas poderiam não concretizar-se em sua totalidade. A ocorrência, ou não, dessas funções dependeria dos desempenhos conjunturais das economias, as quais poderiam exigir reversões de comportamento, acionadas por "forças contrarrestantes", ou por "estrangulamentos momentâneos". Assim, apesar de assumirem a noção de funções, na qual toda a agricultura, em qualquer tempo ou espaço, deveria assumir essas funções, teoricamente pré-determinadas, os autores fizeram questão de explicitar a possibilidade de que tais funções pudessem não ocorrer na magnitude e ordenamento enunciados. Por dedução, sua ocorrência dependeria, então, das condições conjunturais de cada tempo e espaço históricos.

Tais funções seriam cumpridas de forma diferenciada pelos segmentos produtivos na agricultura.⁸⁷ Segundo o "25 Anos", na agricultura dos "países periféricos", a emergência do capitalismo industrial em escala mundial teria reproduzido uma agricultura exportadora já em moldes capitalistas e, ao mesmo tempo, teria igualmente desenvolvido uma agricultura praticada em moldes "não-capitalistas", voltada para o abastecimento do mercado interno das colônias. Assim, era admitida a coexistência, no setor agrícola, de diferentes formas de organização da produção de tal forma que existiria tanto um segmento cuja produção tinha por móvel básico o consumo e a produção simples de mercadorias, quanto um segmento cujo móvel era a expansão do valor. Mas as "tarefas produtivas" não se distribuiriam homoganeamente entre o segmento capitalista e o "não-capitalista" (RIO GRANDE DO SUL, 1978, p. 15).

Nesse diferenciado cumprimento de suas funções, a "agricultura capitalista", através de acréscimos de produtividade e conseqüente diminuição do tempo médio de trabalho requerido para gerar os bens que formavam a cesta de consumo dos trabalhadores urbanos, reduziria o custo de reprodução da força de trabalho e

⁸⁷ Mais adiante se tratará da visão dos "25 Anos" a respeito desses segmentos na agricultura gaúcha.

impediria a escassez de bens salário, contribuindo, também, para reduzir o preço das matérias-primas para o setor industrial. Dessa forma, esse segmento responderia aos estímulos do mercado externo e da política econômica de forma mais imediata. O rebaixamento do custo da mão-de-obra para o capital poderia ser realizado via aumento do progresso técnico e, liberando mão-de-obra excedente para engrossar o exército industrial de reserva, pressionar os custos salariais para baixo.

Já a agricultura "não-capitalista" contribuiria sob diferentes maneiras para a redução do custo de reprodução da força de trabalho. Em primeiro lugar, através da troca de mercadorias no mercado, que não se efetivaria através de uma troca de equivalentes, uma vez que o tempo médio de trabalho contido no excedente físico vendido pelo agricultor é maior que o tempo médio de trabalho requerido para produzir as mercadorias por ele adquiridas com o resultado da venda de seus produtos. Em segundo lugar, porque ao adquirir os bens não produzidos no estabelecimento, esse pequeno produtor necessitaria contar com um determinado montante de recursos financeiros, oriundo do excedente produzido. O resultado agregado dessa necessidade poderia traduzir-se num excedente de oferta e, conseqüentemente, uma queda de preços e, portanto, ao invés de ampliar o montante de recursos a ser recebido, acabaria por reduzi-lo. Por outro lado, para a produção desse excedente o pequeno produtor tenderia a gerar famílias maiores para viabilizar o crescimento da força de trabalho no processo produtivo, mas parte desse contingente populacional acabaria formando um excedente que rumaria para as cidades. Tendo em vista que esse excedente seria alimentado pelos produtos de subsistência gerados no próprio estabelecimento, ele não se constituiria num custo para o segmento capitalista da economia, da mesma forma que o custo de reprodução da mão-de-obra dessa agricultura "não capitalista" também seria rebaixado pela produção de subsistência.

A "pecuária tradicional" cumpriria sua parte no esquema funcional ao fornecer circunstancialmente produtos para a exportação e transferir excedentes financeiros para as atividades urbanas. Os segmentos "não capitalistas" participariam de forma indireta no processo de produção da sociedade capitalista, através dos diferenciais de preços pagos e recebidos pelos agricultores ou, em outras palavras, através das transações no mercado.

6 - A segmentação do sistema produtivo da agricultura gaúcha

Da mesma forma que foram estabelecidas o que se poderia chamar de "instâncias macro" (economia regional e economia nacional) e descrito o seu comportamento, foi definido o que, em contraposição, se poderia denominar de "instâncias micro", ou seja, os conceitos que permitiriam a interpretação dos movimentos da produção, os quais foram buscados no Projeto ACIIRS, analisado no capítulo anterior. Dessa forma, resurgem no "25 Anos" as categorias de "lavoura empresarial", "agropecuária colonial" e "pecuária tradicional".

Foram estabelecidas vinculações entre essas três categorias e a proposta teórica do "25 Anos". Assim, a "agricultura capitalista" foi imediatamente vinculada ao segmento "lavoura empresarial" a partir de três pressupostos:

- a) esse segmento caracterizar-se-ia por uma produção cujo móvel seria a obtenção de lucro, fazendo uso, para tanto, de força de trabalho assalariada e de técnicas intensivas em capital fixo;
- b) obteria acesso às condições naturais de trabalho (a terra) através do arrendamento e se desenvolveria, primordialmente, em estabelecimentos com tamanho médio compreendido entre 50 e 500 hectares;
- c) dedicar-se-ia às lavouras mecanizadas do arroz, trigo e soja, cumprindo as funções de reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, poupar divisas (no caso do trigo), gerar divisas (soja) e constituir-se em mercado para os segmentos industriais de insumos e máquinas e equipamentos agrícolas.

Com base nesses pressupostos, a categoria "lavoura empresarial" foi identificada como sendo

...aquele segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção, isto é, com separação dos meios de produção do trabalhador, visa à contínua valorização do capital, para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (...) e do emprego de força de trabalho permanente e temporária, usando para a efetividade desta combinação terra própria ou arrendada... (RIO GRANDE DO SUL, 1978, Vol. 3, p. 88).

Esse segmento estaria assim cumprindo um papel de contraponto com os dois outros ("agropecuária colonial" e "pecuária tradicional") no sentido de evidenciar nitidamente a predominância de relações de assalariamento.

Por outro lado, a categoria "agropecuária colonial" foi associado às "unidades de produção familiares, não capitalistas", com base nos seguintes pressupostos:

- a) o móvel da sua produção seria alcançar as necessidade de subsistência de seus membros e a atividade produtiva seria geralmente desenvolvida em estabelecimentos próprios, com área inferior a 50 hectares;
- b) a diversidade de produtos gerados por esse tipo de estabelecimento permitiria cumprir simultaneamente um amplo elenco de funções, como já foi referido anteriormente.

Ao mesmo tempo, o segmento "pecuária tradicional", ao usar limitadamente o recurso terra como um fator decisivo do seu comportamento, revestir-se-ia de características "não-capitalistas". Nesse sentido, a sua resposta diante das modificações dos padrões de acumulação não seria "determinada", mas apenas "condicionada" por aquelas mudanças (RIO GRANDE DO SUL, 1978, Vol. 3, p. 93).

Nessa "instância micro", foi proposta pelos autores a abordagem teórica da subordinação de modos de produção "não-capitalistas" ao modo de produção capitalista dominante. Essa abordagem supunha que as formas capitalistas de produção poderiam articular-se às "não-capitalistas" (RIO GRANDE DO SUL, 1978), numa abordagem que se aproximava da proposta colocada pelo estruturalismo althusseriano, muito em voga no final dos anos setenta. Logo, coexistiriam tanto um segmento cuja produção tinha por móvel básico o consumo e a produção simples de mercadorias, quanto um segmento cujo móvel era a expansão do valor.

Para o "25 Anos" havia, então, uma parte da agricultura que não era regida pela lógica do capital, e o modo de organização da produção, peculiar a essa fração da agricultura, revestia-se de características específicas que a diferenciavam da produção em moldes capitalistas. Essa agricultura "não capitalista" teria como principal característica a propriedade da terra e dos demais meios de produção por parte do agricultor, configurando o "trabalhador proprietário". Assim, ao contrário da

agricultura capitalista, onde o trabalhador, por se encontrar dissociado dos meios de produção, comparecia apenas como assalariado, na agricultura "não capitalista", o trabalho seria predominantemente familiar e coordenado pelo pequeno proprietário. O móvel dominante da produção seria assegurar a subsistência da unidade familiar. O típico pequeno produtor agrícola produziria, deteria e consumiria os meios de produção necessários para a sua reprodução, o que significaria que esses meios de subsistência produzidos em moldes "não capitalistas" não assumiriam o caráter de mercadorias.

A "unidade de produção familiar", ao estabelecer "laços mercantis contínuos" com os compradores industriais, daria origem a um processo de apropriação por parte da indústria, de uma parcela do valor gerado na produção, em razão do maior poder econômico desta. Para o "25 Anos", essa unidade tenderia a desenvolver atividades de alta ocupação de mão-de-obra, o que se constituiria em um entrave para a produção capitalista. Na relação entre o oligopsônio industrial e as "unidades de produção familiar", a unidade agrícola tenderia a valer-se, cada vez mais, da tecnologia via uso de insumos e máquinas e equipamentos, buscando ampliar sua produtividade e suas margens. Em conseqüência, a generalização do uso de inovações tecnológicas conduziria a uma diminuição do tempo médio de trabalho requerido para a geração de seu produto e, conseqüentemente, do seu valor, decorrendo daí um aumento da apropriação por parte do oligopsônio.

A "unidade de produção familiar não-capitalista", quando em um contexto econômico dominado pelo capital, tenderia a ser "deformada" por tal dominação. Essa deformação consistiria na gradativa transformação de seu produto em mercadoria. A "agricultura não-capitalista" assumiria um caráter cada vez mais mercantil e sua inserção cada vez maior nos mercados possibilitaria a redução dos custos gerais de acumulação, na medida em que uma parte significativa da produção agrícola seria passível de geração, sem que o sistema arcasse com o ônus da renda da terra. Assumiria três variantes quanto à sua forma de atuação. O "pequeno-produtor autônomo", o qual, além dos bens para autoconsumo, também produziria um excedente físico que seria levado ao mercado e assumiria o papel de mercadoria. Ao contrário do produtor capitalista, que venderia sua produção para adquirir meios de produção, o pequeno produtor venderia seu excedente para

comprar bens de consumo, deixando de configurar-se, então, como parte de um processo de reprodução ampliada.

A outra variante seria a do agricultor que, a par de uma policultura de subsistência, desenvolve também a produção de uma mercadoria específica destinada ao mercado. Essa variante se diferenciaria da anterior por identificar um agricultor que estaria tendendo à especialização total e ao abandono da produção de subsistência. No entanto, ele ainda pertenceria à categoria, pois não só poderia realizar a reconversão à policultura, como ainda seria um produtor simples de mercadoria, ou seja, o resultado de sua produção poderia se destinar, principalmente, à obtenção dos meios de reprodução para sua família. O fato deles se especializarem totalmente não os converteria em produtores capitalistas. A variante assumida seria, tão somente, quanto à pluralidade dos bens produzidos e ao fato de que, não produzindo suas próprias utilidades, ele passaria a participar, de forma mais integrada, da divisão social do trabalho, contribuindo para a reprodução do segmento capitalista da economia como um todo.

A terceira variante, segundo o "25 Anos", poderia aparecer quando a parcela de terra disponível fosse exígua, não possibilitando uma renda que bastasse à manutenção da família. A exigüidade poderia advir tanto da partilha da propriedade por heranças sucessivas, quanto por cessão, por parte de um grande proprietário, de uma fração de seu estabelecimento ao pequeno agricultor. Neste caso, a família poderia ser compelida a vender sua força de trabalho fora do estabelecimento familiar, o que possibilitaria a identificação de uma das origens do trabalhador temporário (RIO GRANDE DO SUL, 1978).

Ao fim e ao cabo, a racionalidade da "agropecuária colonial" estaria contida na "tríplice característica" desse segmento produtivo:

- a) manter a propriedade para a sobrevivência;
- b) alcançar a monetarização de sua produção excedentária para o consumo de bens não-duráveis e, até mesmo, em certos casos, de bens duráveis e, finalmente,

- c) não ter condições de acumulação capitalista (RIO GRANDE DO SUL, Vol. 3, 1978, pg. 96).

Cabe destacar que o segmento "não capitalista", segundo o "25 Anos", também seria integrado pela "pecuária tradicional". Na realidade, o "pecuarista tradicional" apresentaria duas "racionalidades antagônicas". De um lado, como pecuarista, sua atividade estaria "impregnada de características capitalistas", pois assalariaria mão-de-obra e seu produto seria claramente uma mercadoria, sendo seu objetivo alcançar o "lucro mercantil". Teria ainda o objetivo de manutenção do monopólio da terra e sua reprodução ampliada se faria via aquisição de terras. De outro lado, contudo, ao configurar-se como grande proprietário, ele manteria traços de natureza nitidamente "não capitalista", pois ao deter extensas áreas de terra, a contínua transformação tecnológica do processo produtivo não se colocaria como uma necessidade inerente à sua reprodução enquanto tal.

Deve-se chamar a atenção aqui para o fato de que o avanço do progresso técnico no segmento da "agropecuária colonial" e na "pecuária tradicional" apresentava limitações em face dos pressupostos assumidos. Na realidade, ele só se faria presente naquelas vertentes onde o relacionamento com o mercado assim o exigisse.

7 - A periodização da evolução econômica dos segmentos produtivos da agricultura gaúcha

Descritos os três segmentos produtivos da agricultura gaúcha, segundo a visão do "25 Anos", cabe agora mostrar como foi interpretado o comportamento desses três segmentos durante o período de análise do estudo. Em primeiro lugar deve-se ter presente que o objetivo do "25 Anos" era interpretar a relação que se estabelecia entre agricultura, industrialização e acumulação de capital, tendo presente que a acumulação na agricultura gaúcha era subordinada aos padrões de acumulação estabelecidos na totalidade formada pela economia nacional, com sua inserção na economia mundial.

Tendo em conta essa premissa, os autores estabeleceram uma periodização, abarcando o período compreendido entre 1939 e 1975. Esse intervalo foi dividido inicialmente em dois períodos, denominados de "padrões históricos de acumulação". O primeiro estendeu-se até 1955 e foi sustentado na expansão da produção de bens leves de consumo, enquanto o segundo, lançado a partir daí, foi comandado pela expansão do setor industrial produtor de bens duráveis de consumo. Esses dois grandes períodos, relacionados ao processo de desenvolvimento da economia brasileira, foram interpretados à luz das especificidades do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha e seus principais segmentos de produção.

A "lavoura empresarial" teria tido um comportamento sempre crescente no período 1949/1975, com exceção dos anos entre 1956 e 1968, quando estagnou em função das alterações na política do Governo Federal para a cultura do trigo. Esse segmento foi tornado operacionalizável, para fins de identificação, no modelo utilizado, através do somatório do Valor Bruto da Produção das lavouras de arroz, trigo e soja. Foi a evolução dessa variável dentro do período em análise que permitiu, posteriormente, o cálculo do Produto Interno Bruto do setor agropecuário e os movimentos desse setor em cada conjuntura. Considerando o seu comportamento frente aos dois padrões históricos de acumulação, a "lavoura empresarial" teria cumprido seu papel de reprodutora da força de trabalho, via produção de alimentos a baixo custo nos períodos de 1949-56 e 1956-68. Essa subdivisão cumpre o papel de chamar a atenção para o fato de que, mesmo depois da mudança no padrão de acumulação em 1955, segundo o "25 Anos", a "lavoura empresarial" continuou a cumprir o mesmo papel desempenhado no período anterior. A partir de 1968 e até 1975, o papel da "lavoura empresarial", no segundo padrão de acumulação, teria passado a ser o de gerar e poupar divisas para a acumulação nacional.

Segundo o documento, enquanto nacionalmente o padrão de acumulação estava configurado pela produção de bens de consumo não duráveis, o Rio Grande do Sul manteve sua participação na manutenção e reprodução da força de trabalho urbana. O arroz e o trigo, com características capitalistas e estimulados pelo início da consolidação de um mercado nacional, contribuíram para aquela reprodução. A produção gaúcha de bens salário expandia-se, acompanhando o desenvolvimento da demanda e vinculado ao aumento do emprego urbano.

A virada do padrão de acumulação, na visão do "25 Anos", coincidiu com o final da política governamental que havia propiciado a expansão da triticultura e do cooperativismo no estado. O período inicial de criação de um novo mercado para os bens de consumo durável coincidiu também com a crise que atingiu a economia brasileira no período 1961-67. Gerou-se no Rio Grande do Sul, um período de instabilidade de toda a "lavoura empresarial", tendo por centro a profunda crise da triticultura, atingida pela inflação e as alterações na política de câmbio, além dos impactos dos "Acordos do Trigo Americano".

A partir de 1968, as exportações agrícolas teriam passado a cumprir um papel decisivo para a expansão dos segmentos de bens de consumo durável e bens de capital e foi nesse período que a soja teria passado à liderança do processo de acumulação da agricultura gaúcha e o trigo voltou a cumprir seu papel de poupador de divisas. As bases do surto de desenvolvimento da "lavoura empresarial" pós 1968 estariam fundadas, portanto, na mecanização intensiva a preços reais decrescentes e crédito subsidiado; nos insumos modernos a preços baixos e, igualmente, na absorção das terras da pecuária via arrendamento.

Esse período não seria, contudo, pleno de "pontos positivos". Na visão do "25 Anos", os problemas inerentes a ele seriam a "elevação espetacular" dos preços dos insumos a partir de 1973; a elevação do custo do arrendamento, e também a elevação dos preços dos derivados do petróleo após a crise de setembro de 1973.

Por sua vez, o texto trata da evolução econômica da "pecuária tradicional" a partir do período contido entre os anos de 1949 e 1956, quando essa atividade, depois de mais de dois séculos de história de abastecimento do mercado nacional com animais para corte, tração e, por fim, lã e charque, estaria perdendo definitivamente sua predominância no mercado.

Durante o período transcorrido entre 1956 e 1968, a "pecuária tradicional" seguiu o ritmo de toda a agricultura, apresentando-se praticamente estagnada. Entretanto, segundo o "25 Anos", se observado o sub-período de 1956 a 1966, seria possível verificar-se que esse segmento teria chegado a apresentar alguns anos de bom desempenho, animado por estímulos de preço. O que os autores destacaram é que no período, analisado em sua inteireza (1956 a 1968), o desempenho teria sido

caracterizado como de estagnação, com um crescimento médio anual de apenas 0,1% ao ano no efetivo do rebanho mais o abate.

A partir de 1968, o segmento da "pecuária tradicional", condicionado pelas modificações no padrão de acumulação em nível nacional, teria buscado abrir espaço nos mercados de altas rendas. Isso teria permitido que, no início, o segmento atingisse expressivas taxas de crescimento médio anual, compatíveis com o crescimento da economia nacional. No entanto, não teria perdido sua característica de instabilidade na evolução de seus preços. Após 1973, a "pecuária tradicional" foi sendo impactada pela perda do mercado europeu de carnes e a seguir, teria começado a sofrer a concorrência dos rebanhos do Centro-Oeste brasileiro, cujos proprietários adentravam o mercado brasileiro de carnes para as camadas de renda mais baixa. Esse novo obstáculo teria sido uma das causas que levaram à abertura das terras de pecuária ao arrendamento para lavoureiros de arroz e trigo.

Para o "25 Anos", a "agropecuária colonial" seria, na história do Rio Grande do Sul, a forma de resistência da agricultura gaúcha nos momentos em que a articulação com o padrão de acumulação do país fosse desfavorável ao estado. A lógica de seu processo de produção lhe daria as condições necessárias para que ela jogasse o papel de uma "fronteira de reserva". O caráter relativamente mais estável, quando comparada com os outros dois segmentos produtivos, estaria sendo permitido porque o lucro não fosse o único fundamento de sua existência, pois o substrato da produção colonial seria a subsistência e essa racionalidade lhe permitiria jogar o papel de fronteira de reserva. A observação do comportamento do VBP durante o período de 1939 a 1975 seria a evidência para que os autores identificassem que a "agropecuária colonial" só teria cedido espaço para a "lavoura empresarial" na liderança dessa variável a partir do início da década de 1970.

8 - A visão da expansão da mecanização

O argumento utilizado pelo "25 Anos", a respeito da expansão da modernização no processo de trabalho agrícola gaúcho, insistiu que esse avanço teria ocorrido *pari passu* com o desenvolvimento das chamadas "lavouras

capitalistas". Ou seja, o movimento de ampliação da modernização da agricultura gaúcha acompanhou a evolução da modernização, em particular, das lavouras de arroz, trigo e soja. O segmento capitalista, obedecendo à lógica da maximização da taxa de lucro, seria levado à inovação no processo de trabalho pela concorrência intercapitalista que estaria ocorrendo entre os produtores de um mesmo produto.

Já com relação aos segmentos "não-capitalistas", no caso da "pecuária tradicional", está explicitado que a lógica da criação extensiva, fundada, por um lado, no monopólio da terra que lhe permitia extrair a renda da terra e, por outro, na exploração extensiva dos rebanhos, dava origem a um "não interesse" em investir em inovações, uma vez que seu processo de trabalho praticamente não tinha custo.⁸⁸

No caso da "agropecuária colonial", pode-se entender que a tendência à inovação teria probabilidade de ocorrer apenas na chamada segunda variante. Em outras palavras, apenas naquele sub-segmento da "agropecuária colonial" que tenderia a substituir, gradativamente, sua produção de subsistência por uma produção especializada e crescentemente vinculada ao sistema industrial (como no caso das produções chamadas "integradas"). Mas, mesmo nesse caso, o excedente representaria apenas a capacidade de conseguir os bens industriais complementares à sua reprodução, isto é, o preço de seu excedente seria o da aquisição dos bens que não conseguisse produzir. Em outras palavras, o agricultor procuraria produzir o máximo que pudesse, apenas com o interesse de garantir a quantidade mínima indispensável de renda monetária. O aumento de sua produtividade seria determinado apenas pela necessidade de realizar uma renda monetária suficiente para adquirir o complemento de suas necessidades de subsistência.

É importante entender que, para o "25 Anos", no caso da "agropecuária colonial", a obtenção de outros bens de consumo, através da venda desse excedente físico no mercado, não teria um caráter decisivo para a reprodução da família rural e, por essa razão, em uma situação adversa, poderia prescindir de sua obtenção. Ao contrário, portanto, do agricultor capitalista que venderia sua produção

⁸⁸ A esse respeito, ver os trabalhos do Banco Nacional do Comércio (1969) e Torres (1983).

para adquirir, principalmente, os meios de produção necessários à expansão de sua lavoura, o pequeno produtor venderia para comprar bens de consumo.

Apresentada a perspectiva do processo de evolução do progresso tecnológico nos três segmentos produtivos da agricultura gaúcha, segundo o "25 Anos", é preciso deixar claro que o objetivo seguido pelos autores acabou gerando uma interpretação centrada basicamente na chamada "lavoura empresarial". Segundo o documento, teria sido nos médios e grandes estabelecimentos, que podiam produzir numa escala de produção compatível com a tecnologia disponível, que foi percebido com maior nitidez o processo de modernização da agricultura gaúcha. Dessa forma, o progresso técnico nos outros dois segmentos foi tratado apenas com relação aos eventuais impactos causados pelos reflexos da penetração naquele segmento dinâmico.

A partir dessas considerações, os autores passaram a tratar dos efeitos da introdução do progresso técnico sobre o processo de acumulação de capital, tanto agrícola como global. Esses efeitos apresentar-se-iam a partir de três aspectos: sobre a transformação das relações "não capitalistas" em relações capitalistas de produção; sobre a evolução do nível de emprego e salários e, adicionalmente, sobre a ampliação das oportunidades de investimento.

Sob o ponto de vista da transformação das relações de produção e do impacto sobre emprego e salário, à medida que se expandia a mecanização, parcelas menores da produção lavoureira do estado teriam passado a ser obtidas em moldes "não-capitalistas". Assim sendo, à reprodução da unidade familiar veio somar-se a produção do lucro, que, aos poucos, foi criando empregos assalariados, particularmente sob a forma temporária, acabando por gerar uma produção cada vez mais realizada em moldes capitalistas de produção.

É importante salientar que ficou explícito no trabalho que o impacto sobre o emprego não foi total e definitivo no tocante à destruição de postos de trabalho. Essa destruição não ocorreu totalmente porque o crescimento do estrato empresarial, preferentemente sobre áreas de pastoreio, substituiu uma atividade econômica menos intensiva em mão-de-obra, fazendo com que no curto prazo ocorresse uma ampliação na oferta de empregos agrícolas. Entretanto, a longo

prazo, a expansão da "lavoura empresarial" deveria ocasionar um obstáculo à reprodução da "agropecuária colonial", um local de reconhecido excedente de mão-de-obra que em parte poderia ser dirigido à "lavoura capitalista", como forma de complementação de renda. Isto ocorreria pela propensão desse segmento em absorver cada vez menos trabalhadores, induzindo uma tendência à redução da taxa de crescimento do emprego na agricultura.

Os efeitos sobre as oportunidades de investimento seriam sentidos, continua o documento, na mesma medida em que o crescimento do progresso técnico na agricultura induziria à ampliação da indústria de insumos e máquinas e equipamentos, bem como de todo um segmento de atividades associadas, como o comércio, as oficinas, os transportes, energia e pesquisa, entre outros.

9 - O destino e utilização da mão-de-obra na agricultura gaúcha

Segundo o "25 Anos", o movimento de acumulação de capital na indústria do Rio Grande do Sul, após a Segunda Guerra Mundial, teria ocorrido de forma a incorporar tecnologia poupadora de mão-de-obra e, na medida em que esse movimento foi transferido para o campo, a partir da década de 1950, esse quadro repetiu-se. A expansão do capitalismo no campo (caso do trigo), quando associada ao crescimento lento do emprego no segmento urbano-industrial, teria acabado por determinar uma concentração populacional crescente numa forma de produção "não-capitalista", a das pequenas propriedades familiares o que, em decorrência, teria gerado ainda mais a partição das pequenas propriedades e uma multiplicação dessas unidades em novas áreas. Esse efeito, conseqüentemente, teria conduzido à saturação e à expulsão dos excedentes de mão-de-obra em três direções: para as cidades do Rio Grande do Sul, para as outras regiões do país e, também para suprir as necessidades da "lavoura empresarial" da soja. Nas cidades, esse exército industrial de reserva contribuiu para o rebaixamento dos salários, enquanto que, nas fronteiras de expansão, acabou por se constituir em reserva futura para o sistema global. Para os autores, o processo de concentração populacional nas unidades de produção familiares era uma resposta desse segmento produtivo às exigências de mão-de-obra do sistema global e da "lavoura empresarial" em particular.

Seguindo esse raciocínio, a expansão do capitalismo rural-urbano e o processo de concentração populacional nas pequenas propriedades seriam dois fenômenos relacionados entre si, formando uma "solução compatibilizante" para o sistema. A concentração de população nas unidades de produção familiares seria uma resposta dessas unidades às exigências de força de trabalho feitas pelo sistema global e pela "lavoura empresarial" em particular. De acordo com o "25 Anos", dois fenômenos, um estrutural e outro conjuntural, teriam contribuído para que esses eventos ocorressem. O estrutural estaria ligado às reconhecidas limitações das possibilidades de expansão da ocupação na pecuária tradicional. Já o conjuntural estaria associado à conjuntura recessiva (de treze anos) ocorrida na lavoura de trigo.

Para expressar empiricamente suas conclusões teóricas, os autores lançaram mão dos dados do Censo Agropecuário de 1970. Através dele e usando a categoria censitária de "responsável e membros não remunerados da família", considerada como associada ao pequeno proprietário que trabalha segundo uma organização familiar de produção, concluíram que 96% do pessoal ocupado nos estabelecimentos com até 20 e até 50 hectares, em 1970, pertenciam àquela categoria censitária. Logo, consideraram estabelecida a correspondência entre a categoria censitária e o "pequeno produtor", comprovando o peso extraordinário da mão-de-obra familiar no agregado dessas propriedades.

O passo seguinte no processo de associar as deduções teóricas às evidências empíricas foi dado em direção à vinculação das linhas de produção aos estratos de área, buscando encontrar uma associação entre o tamanho das unidades produtivas e a natureza da produção. Dessa forma, buscaram comprovar que, exceto para o arroz, o trigo e o gado bovino, o restante da produção agrícola do estado tinha origem nos pequenos estabelecimentos. Entre os produtos mais importantes, evidenciaram que 60% do volume total de soja provinha de estabelecimentos com até 50 hectares. A produção de arroz estava concentrada (68%) nos estabelecimentos com mais de 100 hectares, enquanto que a de trigo convergia (67%) para as unidades com mais de 50 hectares.

A seguir, foram utilizadas comprovações empíricas em relação ao aumento expressivo da população agrícola ocupada na produção familiar entre os estabelecimentos de menor porte; à elevação particularmente expressiva do número

de hectares à disposição do pessoal ocupado nos estabelecimentos de 20 a menos de 50 hectares; e também em relação ao crescimento expressivo do assalariamento temporário identificado com as lavouras de arroz, trigo e da emergente soja. Tais evidências tinham por objetivo demonstrar a predominância da forma familiar de produção nos estabelecimentos de menor porte e a predominância do assalariamento temporário na "lavoura empresarial".

A concentração populacional na pequena propriedade seria fruto da ausência de criação de oportunidades de emprego urbano industrial. A queda do poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos do Brasil, no ano de 1960, seguida pela crise econômica do início daquela década, teria afetado a economia gaúcha, ao desacelerar a demanda pela maior parte das mercadorias produzidas no estado, particularmente a indústria voltada para a produção de alimentos e bens não-duráveis. Ao iniciar-se, no final da década de 1960, o período de crescimento econômico acelerado, observar-se-ia o arrefecimento do ritmo de crescimento da população nas pequenas propriedades do Rio Grande do Sul.

Assim, ao observarem os movimentos e a concentração espacial da mão-de-obra no estado, os autores acabaram por concluir que a "agropecuária colonial" oferecia força de trabalho para o setor capitalista da economia, fornecendo, também, contingentes populacionais para outras regiões do país. Dessa forma, o Rio Grande do Sul estaria contribuindo para o estabelecimento de lavouras de subsistência que funcionariam como ponta de lança da expansão do sistema em outras regiões do país. De outra parte, essas formas de produção, ao incorporarem novas terras ao conjunto econômico nacional e gerarem um novo contingente de produtores "não capitalistas" que auferiam renda e passavam a participar do mercado nacional, constituiriam uma demanda exógena ao modo de produção dominante. Assim sendo, na visão do "25 Anos", a "agropecuária colonial", tanto como ofertante de produtos agrícolas e mão-de-obra excedente, como demandante de produtos industrializados, formava um segmento econômico exógeno ao modo de produção dominante, ao qual se articulava de forma subordinada, cumprindo determinadas funções.

10 - Considerações finais

O arcabouço teórico do estudo aqui interpretado foi construído sobre o argumento central que indica que o capitalismo no Brasil, ao evoluir, foi subjugando a agricultura, moldando-a à sua própria imagem. Segundo o "25 Anos", a agricultura gaúcha teria começado a se "industrializar"⁸⁹ a partir do surgimento da lavoura de arroz irrigado no início do Século XX e teria se consolidado, mais tarde, com a expansão das lavouras de trigo e soja. Esse processo teria feito surgir o segmento "lavoura empresarial", um segmento norteado por relações capitalistas de produção onde ocorreria a separação dos meios de produção do trabalhador, com o objetivo de conduzir o processo de acumulação capitalista. A continuidade do processo de acumulação seria fundada no progresso tecnológico e no emprego de mão-de-obra assalariada.

No entanto, essa "industrialização" da agricultura não seria um processo homogêneo, pois segmentos produtivos persistiriam, mantendo "relações arcaicas, não capitalistas", gerando a subordinação desses segmentos ao segmento dinâmico e hegemônico que era o "capitalista". Enquadrar-se-iam nessa condição a "agropecuária colonial" e a "pecuária tradicional".

Tabela 15 - Distribuição percentual dos assalariados permanentes e temporários por ano censitário e por estrato de área - Rio Grande do Sul - 1940 a 1980

Discriminação	Anos Censitários					
	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Permanentes						
Estratos de Área	76.863	50.011	56.847	63.532	83.340	102.848
0 - 50 (%)	26,59	23,98	27,60	22,47	18,50	22,40
50 - 500 (%)	35,80	30,34	37,70	35,67	37,04	39,35
500 a mil (%)	38,01	45,68	34,70	41,86	44,46	38,25
Temporários	51.756	107.889	119.211	49.447	83.227	112.371
0 - 50 (%)	nd	33,58	38,54	50,54	45,86	44,47
50 - 500 (%)	nd	36,94	42,60	31,97	36,81	36,17
500 e mais.(%)	nd	29,48	18,86	17,49	17,33	19,36
Subtotal Assalariados	128.900	157.900	176.058	112.979	166.567	215.219
%	14,02	14,74	13,20	7,81	8,79	12,32
Total	917.442	1.071.404	1.334.035	1.445.994	1.893.935	1.747.230

Fonte dos dados brutos: "25 Anos" e Censos agropecuários de 1975 e 1980

⁸⁹ A respeito da noção de "industrialização" da agricultura ver as críticas de Veiga (1991, Parte III, p. 177-179).

A Tabela 15 corresponde a uma reprodução de dados censitários até o ano de 1970, extraídos das tabelas do "25 Anos", acrescidos de informações retiradas dos Censos Agropecuários de 1975 e 1980 para efeito de atualização, e mostra algumas peculiaridades não consideradas com a devida importância pelos "25 Anos". Em primeiro lugar, a distribuição observada mostra claramente a relevância da mão-de-obra assalariada no estrato de 0 a 50 hectares, considerado como "agropecuária colonial". Isto, aliás, já havia sido notado nos dados do ACIIRS. Observe-se que, no caso dos assalariados temporários, considerando-se o período 1940-80, o estrato de 0-50 amplia de forma significativa sua participação, enquanto que o estrato de 50-500 praticamente mantém sua participação e o estrato de áreas superiores a 500 hectares reduz sua participação. No caso dos assalariados permanentes, praticamente não há alteração nas proporções ao longo dos quarenta anos considerados. Note-se, entretanto, a participação não desprezível desse segmento de empregados assalariados nos estabelecimentos menores de 50 hectares.

Essas informações exigem que, no mínimo, sejam repensadas as categorias de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial" da forma como foram definidas no "25 Anos". É lógico que se precisaria considerar que o número de estabelecimentos considerados como pertencentes à "agropecuária colonial" é expressivamente maior do que os dois outros segmentos, o que por si só já justificaria o quadro observado. Contudo, destaque-se a importância desse segmento não só para a absorção da mão-de-obra familiar, mas também como fonte de emprego para a mão-de-obra assalariada.

Se o estrato de área de 0 a 50 hectares onde, de acordo com o "25 Anos", insere-se a "agropecuária colonial", é o segmento que mais emprega mão-de-obra assalariada e se também é o segmento onde houve o maior crescimento do contingente de assalariados temporários, é necessário repensar-se a aderência das três categorias à realidade da agricultura gaúcha. Se a "agropecuária colonial" assalaria de forma tão importante, o seu papel no contexto de uma sociedade capitalista precisa ser repensado. E ainda mais sendo um segmento onde a tendência de apropriação de sobretrabalho alheio por parte de seus proprietários, parece ter sido muito mais importante do que o que foi avaliado no "25 Anos", não podendo ser visto como um segmento que não visasse à acumulação de excedente. Além disso, deve-se também considerar que o próprio segmento de 50 a 500

hectares, em que se enquadraria a "lavoura empresarial", manteve praticamente inalterada sua participação no emprego de assalariados,

Outro fato a destacar na tabela anterior é que a participação relativa de assalariados no total do pessoal ocupado na agricultura gaúcha põe em xeque a correspondência do processo de "penetração do capitalismo no campo" ao uso do assalariamento como paradigma das relações sociais de produção capitalista no campo, como propunha o "25 Anos". No mínimo, precisar-se-ia de uma pesquisa bem mais aprofundada para identificar porque a proporção de assalariados no contingente total de pessoal ocupado na agricultura foi reduzindo-se durante os quarenta anos observados.

É evidente que a mecanização das atividades agrícolas foi liberadora de mão-de-obra o que, por si só, justificaria a redução do contingente empregado. Entretanto, os dados já apontavam em 1970 a necessidade de uma observação especial sobre o papel do assalariamento no estrato de estabelecimentos com até 50 hectares. Esse segmento já havia se sobressaído de forma preponderante na contratação de assalariados. Em outras palavras, a modernização das atividades agrícolas já vinha provocando um crescente assalariamento nos pequenos e médios estabelecimentos. Fato que se contrapõe às teses vigentes, naqueles anos, de que o segmento da "agropecuária colonial" era exclusivamente liberador de mão-de-obra para o segmento "lavoura empresarial".

O que a análise do "25 Anos" não considerou foi que a modernização das atividades agrícolas se, por um lado, liberou mão-de-obra nos médios e grandes estabelecimentos que se modernizaram, por outro lado, permitiu que os estabelecimentos que hoje seriam caracterizados como sendo a "agricultura familiar", e que poderiam certamente ultrapassar em muito o estrato de 0-50 hectares também foram relativamente modernizados, na medida em que a modernização significou a possibilidade de ampliar sua capacidade de trabalho por unidade de área. Ou seja, puderam participar significativamente do segmento que se expandiu produzindo soja e trigo em sucessão. A conclusão a que se pode chegar é que talvez tenha sido subestimado de forma importante o papel da hoje chamada agricultura familiar no processo de crescimento acelerado da lavoura de soja e trigo no Rio Grande do Sul.

Essa subestimação pode ter tido origem no fato de que a proposta teórica não considerou a possibilidade de ocorrência do processo que Lenin chamou de "diferenciação do campesinato" e que aqui se poderia denominar de "diferenciação da agropecuária colonial". Infere-se que, teoricamente, a diferenciação não foi considerada porque, por ser a "agropecuária colonial" um segmento "não capitalista", não se poderia levar em conta a possibilidade de acumulação de capital, ou de formação de excedente. Foi considerado que o excedente gerado nesse segmento era direcionado para a aquisição de bens de consumo e não de bens de produção e, conseqüentemente, sem possibilidade de avanços tecnológicos do tipo necessário para permitir pensar a expansão da soja e do trigo nesse segmento. Só os estabelecimentos caracterizados como integrados à indústria através da produção de frutas, aves e suínos é que eventualmente teriam essa possibilidade.

A questão fundamental a ser considerada aqui é a impossibilidade teórica vista pelos autores no sentido da não acumulação de excedente por parte da "agropecuária colonial". Ao impedir, teoricamente, a possibilidade da diferenciação, foi bloqueada a oportunidade de ver na "agropecuária colonial" a possibilidade de superação do obstáculo relativo à dimensão do estabelecimento, via acumulação e compra de terras, e sua participação importante no processo de surgimento da "lavoura empresarial".

Paralelamente, a utilização das noções de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial", originárias do ACIIRS, foi feita sem uma apreciação crítica com relação à sua construção original. Como se viu no capítulo anterior, a construção dessas categorias não teve no ACIIRS a preocupação de seguir rigidamente um modelo teórico que necessariamente explicasse as mudanças no meio rural a partir da lógica da sociedade capitalista. Não era esse o objetivo a ser seguido por sua metodologia. Os autores do "25 Anos" não consideraram, por exemplo, que no ACIIRS a divisão entre "unidade de produção familiar" e "unidade de produção não familiar" foi feita, única e exclusivamente, através do critério da quantidade de mão-de-obra assalariada contratada no ano. Assim sendo, todo estabelecimento que contratava menos de 150 (cento e cinqüenta) jornadas de trabalho/ano foi classificado como uma "unidade de produção familiar" e todo aquele que tivesse contratado acima desse parâmetro foi considerado uma "unidade de produção não familiar". E o objetivo dessa metodologia era, simplesmente, encontrar

uma maneira de medir o que eles chamaram de "integração ao mercado de trabalho".

A outra passagem em que há uma referência ao conceito de "lavoura empresarial" no ACIIRS é quando é descrita a evolução da estrutura produtiva da agricultura gaúcha. Nesse caso, a referência que é feita aponta que esse segmento é o que

apresenta uma combinação mais harmônica de fatores, todavia com a participação relativamente mais elevada de capital, sendo o trabalho predominantemente assalariado, enquanto a terra é geralmente obtida por cessão temporária, sob a forma de parceria ou arrendamento, sendo constituída, sobretudo, pela média e grande exploração mecanizada, voltada à produção de arroz e trigo/soja para a exportação e o abastecimento interno (ACIIRS, 1971, Vol. 2, p. 247).

Além desses dois critérios, foi ainda utilizado o critério da participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária. Para tanto, a "lavoura empresarial" foi vinculada à produção de arroz, trigo e soja. A "agropecuária colonial" foi identificada pelo conjunto de "Outros" (lavoura, suínos e leite), enquanto que a "pecuária tradicional" ficou com a produção de bovinos de corte e ovinos. Assim, a evolução da participação de cada um desses segmentos no VBP total da agricultura definiu o comportamento de cada um dos segmentos.

Dessa forma, identificou-se uma evidente precariedade no embasamento empírico que definiu a utilização dessas três categorias também na proposta teórica do "25 Anos". Assim, são questionáveis as afirmações reiteradas na ocasião sobre o caráter capitalista da lavoura de soja no Rio Grande do Sul. Os dados utilizados para comprovar o caráter capitalista da lavoura de soja e trigo são insuficientes para fundamentar tal afirmação. A utilização de dados sobre o nível de mecanização e a concentração das lavouras em estratos maiores do que 50 hectares não são suficientes, porque mascaram a existência e o peso da mão-de-obra assalariada nesse segmento produtivo.

De outra parte, a modernização do processo produtivo via mecanização das atividades agrícolas, por um lado, teve seu caráter perverso ao expulsar mão-de-

obra do campo, que se marginalizou nos centros urbanos. Por outro lado, teve igualmente o caráter de possibilitar aos agricultores familiares ampliar a capacidade de trabalho de suas famílias, viabilizando o trabalho em áreas significativamente maiores. E, com a expansão da dimensão dos estabelecimentos, ampliar a contratação de mão-de-obra assalariada, partindo, num processo de diferenciação, para o que se poderia chamar de uma agricultura familiar organizada sob uma lógica empresarial. Ou seja, um tipo de estabelecimento agrícola que expandiu a mecanização e os processos produtivos com alto consumo de insumos industrializados, passando a dedicar-se à exploração intensiva das lavouras de soja e trigo e, em não poucos casos, até mesmo do arroz.

Na proposição de seu modelo, os autores dos "25 Anos" parecem não ter se dado conta da disseminação do assalariamento naqueles segmentos "não capitalistas", a elevada participação relativa do assalariamento nos estabelecimentos com menos de 50 hectares e, também, não observaram que o maior contingente de assalariados estava nas regiões de latifúndio, onde predominava a pecuária de corte extensiva e as lavouras de arroz.

A partir desses pressupostos e tomando por base os dados dos censos agropecuários de 1970, 1975 e 1980, verificou-se que, ao longo da década de 1970, as transformações ocorridas na composição da mão-de-obra ocupada na agricultura gaúcha não mudaram significativamente o quadro observado no início do período. Com essa constatação, passou-se a questionar a aderência à realidade por parte das categorias analíticas de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial" utilizadas nos principais trabalhos de interpretação da realidade da agricultura gaúcha nos anos setenta.

A partir de um artifício de montagem de três grupos de municípios escolhidos pela potencialidade de uso de seus solos e por sua estrutura fundiária, buscou-se demonstrar que não só o contingente de assalariados no estado tinha uma relativamente baixa participação como, além disso, concentrava-se em atividades não relacionadas diretamente com o surto de desenvolvimento dos anos setenta, no caso específico, a lavoura de arroz e a pecuária de corte.

Não se está negando o crescimento do contingente de assalariados durante o período em estudo, o que inegavelmente ocorreu. O que se quer ressaltar é que esse contingente continuou a ser de participação pouco expressiva no total do pessoal ocupado nas atividades agrícolas do estado. Em contraposição, isto induz à indagação a respeito do verdadeiro papel da mão-de-obra familiar naquele processo de crescimento acelerado.

A primeira constatação será feita em relação a um grupo de trinta e três municípios gaúchos caracterizados pela predominância de pequenos estabelecimentos e pela inexistência de solos aptos à exploração da lavoura anual mecanizada,⁹⁰ espalhados fundamentalmente pelas regiões reconhecidas como Colônia Velha e Colônia Nova, onde a lavoura anual mecanizada tenda a ser encontrada em pequenas e raras "manchas" de solo apto à mecanização.⁹¹ Portanto, os municípios que foram incluídos nesse grupo apresentam sérias restrições à exploração intensiva de lavouras anuais. No entanto, a lavoura temporária é a principal atividade econômica e a pecuária de pequeno e médio porte destaca-se como a segunda atividade, caracterizando uma superutilização do fator terra bem captada no trabalho do ACIIRS.

Tabela 16 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria e ano censitário em municípios selecionados - Grupo I - 1970/75/80

Discriminação	1970		1975		1980		Crescimento no período (1)
	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	
Municípios SEM Solo III							
Pessoal Ocupado Total	132.270	100,00	143.805	100,00	142.795	100,00	0,77
Membros ã Remun.Família	126.906	95,94	138.714	96,46	135.422	94,84	0,66
Empregados Permanentes							
Número de Informantes	1.243	2,61	979	2,19	1.759	3,77	3,53
Número de Pessoas	1.848	1,40	1.697	1,18	3.463	2,43	6,48
Empregados Temporários							
Número de Informantes	1.541	3,23	1.425	3,18	1.903	4,08	2,13
Número de Pessoas	2.586	1,96	2.711	1,89	4.172	2,92	4,90
Número de Estabelecimentos	47.709	100,00	44.777	100,00	46.676	100,00	(0,22)

Fonte: Censos agropecuários de 1970/75/80.

(1) Taxa média de crescimento anual no período.

O pessoal ocupado nesse grupo de municípios cresceu a uma taxa média anual de 0,8% ao ano durante a década de 1970 e era formado, em sua

⁹⁰ Essa inexistência é medida pela não ocorrência, nesses municípios, de solos das classes I, II e III (Veja ANEXO I)

⁹¹ Os 33 municípios são: Nova Bréscia, Antônio Prado, Mariano Moro, São Marcos Paim Filho, Itatiba do Sul, Flores da Cunha, Putinga, Severiano de Almeida, Anta Gorda, Marcelino Ramos, Guaporé, Gramado, Maximiliano de Almeida, Garibaldi,

esmagadora maioria (96% em 1970, e 95% em 1980), pela categoria censitária "responsável e membros não remunerados da família", ou seja, o processo de trabalho esteve durante toda a década sendo realizado, quase que em sua totalidade, pela mão-de-obra familiar. Observou-se, contudo, um crescimento acelerado do contingente de assalariados. Os assalariados permanentes cresceram a uma taxa anual média de 6,5% e os temporários cresceram a uma taxa de 4,9%. Mas a mão-de-obra assalariada era, relativamente, um pequeno contingente em 1970 e continuou a sê-lo em 1980 e a estrutura básica de composição da força de trabalho não se alterou no período. Assim sendo, apesar do crescimento expressivo do assalariamento, que representava apenas 3,4% da mão-de-obra do grupo de municípios selecionados em 1970, passou a representar, 5,4%, dez anos depois.

Ao mesmo tempo, o número de estabelecimentos agrícolas que, nos anos censitários, informaram ter assalariados, não se alterou na mesma proporção do crescimento do contingente desses assalariados, pois cresceu a uma taxa média anual muito inferior ao crescimento das taxas relativas ao número de assalariados. Os estabelecimentos que informaram ter contratado empregados permanentes eram apenas 2,6% em 1970, aumentando para 3,7% em 1980.

O segundo grupo, de 18 municípios selecionados, foi o daqueles municípios com boa disponibilidade de solos aptos à exploração de lavouras anuais mecanizadas concentrados fundamentalmente na região do Planalto Médio.⁹² Esta disponibilidade foi medida pela existência de, pelo menos, 80% da superfície do município coberta por solos cultiváveis com lavouras anuais mecanizadas (categorias I, II e III),⁹³ desde que obedecidas algumas práticas de manejo visando ao controle da erosão. Pressupõe-se que esses municípios compõem um conjunto representativo da zona agrícola do Rio Grande do Sul onde se concentrou a expansão da lavoura de soja mecanizada na década de 1970.

Serafina Correa, Aratiba, Erval, Farroupilha, Carlos Barbosa, Iraí, Sobradinho, Alecrim, Viadutos, Barão de Cotegipe, Planalto, Alpestre, Nova Bassano, Caiçara, Vicente Dutra, Ilópolis, Cacique Doble e Parai.

⁹² Os 18 municípios são: Victor Graeff, Selbach, Coronel Bicaco, Tapera, Chiapeta, Santo Augusto, Pejuçara, Não Me Toque, Campo Novo, Caibaté, Colorado, Carazinho, Giruá, Passo Fundo, Campinas do Sul, Ajuricaba, Independência e Redentora.

⁹³ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola. Zoneamento Agrícola - Indicação de culturas e disponibilidade de solo a nível de municípios, Porto Alegre, 1978.

Tabela 17 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria e ano censitário em municípios selecionados - Grupo II - Rio Grande do Sul - 1970/75/80

Discriminação	1970		1975		1980		Crescimento no período (1)
	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	
Municípios COM Solo III							
Pessoal Ocupado Total	73.674	100,00	75.385	100,00	78.921	100,00	0,29
Membros ã Remun.Família	64.393	87,40	65.954	87,49	63.700	80,71	(0,11)
Empregados Permanentes							
Número de Informantes	1.620	5,92	1.833	7,73	2.616	11,09	4,91
Número de Pessoas	3.384	4,59	4.933	6,54	6.871	8,71	7,34
Empregados Temporários							
Número de Informantes	1.930	7,06	1.506	6,35	2.308	9,78	1,80
Número de Pessoas	4.580	6,22	4.323	5,73	9.945	12,60	8,06
Número de Estabelecimentos	27.352	100,00	23.720	100,00	23.599	100,00	(1,47)

Fonte: Censos agropecuários de 1970/75/80.

(1) Taxa média de crescimento anual no período.

Nesse grupo de municípios, caracterizado pela forte existência de solos aptos à exploração com lavouras temporárias mecanizadas, mesmo se considerado o extraordinário processo de expansão da soja nos anos setenta, a taxa de crescimento médio anual do contingente de pessoal ocupado cresceu apenas 0,8% ao ano. Isto evidencia uma pequena expansão da força de trabalho num momento de profunda transformação do processo de trabalho na agricultura gaúcha, muito provavelmente devido à expansão da mecanização das atividades, prática poupadora de mão-de-obra. Deve-se chamar a atenção para o fato de que apesar das características desse grupo de municípios, ou seja, com grande disponibilidade de solos aptos à lavoura mecanizada, e apesar do crescimento do contingente de assalariados, a percentagem do número de assalariados nesse grupo de municípios, em 1980, não chegou a 8% do pessoal ocupado total, enquanto a proporção de assalariados temporários atingiu 12,6%. Finalmente, a expansão do cultivo da soja durante a década de 1970, nesses municípios, foi acompanhada por um leve decréscimo do emprego da mão-de-obra familiar.

O contingente de assalariados nesse grupo de municípios apresentou uma expressiva taxa de crescimento médio anual, tanto no caso dos assalariados permanentes (7,3%), quanto no caso dos assalariados temporários, que cresceram à taxa anual média de 8,1%, ou seja, tais contingentes praticamente dobraram em 10

anos. Contudo, a grande maioria (81%) da força de trabalho continuou sendo estritamente familiar.

Os estabelecimentos que informaram ter contratado mão-de-obra no ano de pesquisa dos censos foi também um indicativo da preponderância da mão-de-obra familiar nesses municípios. Em 1970, apenas 5,9% dos estabelecimentos informaram contratação de mão-de-obra assalariada permanente. Essa proporção praticamente dobrou em dez anos, passando para 11,1% em 1980. Já a força de trabalho constituída por assalariados temporários, que era contratada em 7,1% dos estabelecimentos em 1970, teve essa proporção alterada para apenas 9,8%, dez anos depois.

A estrutura de posse da terra dos Grupos I e II possui uma elevada concentração de pequenos estabelecimentos. Enquanto no Grupo I os estabelecimentos com mais de 100 hectares representavam, em 1980, apenas 0,45% do total dos estabelecimentos do grupo, com uma média de 191,68 hectares, no Grupo II os estabelecimentos com mais de 100 hectares representavam 6,35% e eram em média 60% maiores, com um área média de 308,16 hectares. Tendo em vista que, com essas características, se estaria reportando basicamente às transformações ocorridas nos pequenos e médios estabelecimentos, decidiu-se constituir um terceiro grupo de municípios que representassem as transformações ocorridas, no mesmo período, entre os grandes estabelecimentos, conforme Tabela 18.

Tabela 18 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria e ano censitário em municípios selecionados - Grupo III - Rio Grande do Sul - 1970/75/80

Discriminação	1970		1975		1980		Crescimento no período (1)
	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	
Municípios COM Solo III							
Pessoal Ocupado Total	96.274	100,00	128.170	100,00	133.407	100,00	3,32
Membros ã Remun.Família	65.071	67,59	81.202	63,35	80.189	60,27	2,11
Empregados Permanentes							
Número de Informantes	7.361	20,64	8.765	24,89	9.938	28,23	3,05
Número de Pessoas	19.852	20,62	28.463	22,21	32.272	24,26	4,98
Empregados Temporários							
Número de Informantes	3.206	8,99	4.879	13,86	5.929	16,84	6,34
Número de Pessoas	9.104	9,50	16.901	13,19	19.074	14,34	7,68
Número de Estabelecimentos	35.672	100,00	35.212	100,00	35.207	100,00	(0,13)

Fonte: Censos agropecuários de 1970/75/80.

(1) Taxa média de crescimento anual no período.

Esse terceiro grupo de 17 municípios ao ser caracterizado pela existência predominante de grandes estabelecimentos agrícolas, também com boa disponibilidade de solos mecanizáveis, que se dedicavam fundamentalmente à pecuária de corte e à lavoura de arroz, inclui todos os municípios das regiões homogêneas do IBGE chamadas de Campanha e Triticulora de Cruz Alta.⁹⁴ Nesse caso, a atenção foi despertada pela importância incontestavelmente maior da mão-de-obra assalariada, comparativamente às demais regiões do estado. No entanto, mesmo com esse destaque, a maior parte da mão-de-obra ocupada continuava sendo familiar ao longo de toda a década. O contingente de pessoal ocupado total nesse grupo de municípios cresceu a uma taxa média anual de 3,3% e a mão-de-obra familiar cresceu a uma taxa média anual de 2,1%. No início da década, esse contingente de familiares ocupados representava 68% do total de pessoas ocupadas e chegou no final da década com uma participação de 60%. Portanto, o ritmo de crescimento não foi suficiente para alterar significativamente a proporção de mão-de-obra familiar sobre o total do contingente de pessoal ocupado.

Como se observa, foi nessa região, com atividade predominante de pecuária extensiva e lavoura de arroz, que, durante o período de maiores transformações no processo de trabalho agrícola no Rio Grande do Sul (1970-80) o assalariamento mais se destacou. Enfatize-se que o assalariamento foi sempre mais importante nessa região do que na região onde se concentram as lavouras mecanizadas de soja e trigo. Durante os anos setenta, esse grupo de municípios apresentou uma expansão média anual do contingente de assalariados permanentes da ordem de 5,0% ao ano, enquanto que o contingente de assalariados temporários crescia a uma taxa média anual de 7,7% ao ano. Em termos de proporção do total de pessoal ocupado, em 1970 os assalariados representavam 30,1% da força de trabalho total da região e chegaram a 1980 com uma participação de 38,5%. Comprova-se, portanto, a hipótese de que esse grupo de municípios não só era, em termos relativos, o principal reduto de assalariamento no estado em 1970, como continuou a ampliar sua participação relativa durante o período. Em 1970, esse contingente de assalariados era composto por 20,6% de empregados permanentes e 9,5% de

⁹⁴ Os 17 municípios são: Alegrete, Bagé, Cacequi, Dom Pedrito, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana, Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Santiago, São Francisco de Assis e Tupanciretã.

assalariados temporários. Em 1980 essas proporções haviam se modificado para 24,3% e 14,3%, respectivamente.

Tabela 19 - Distribuição do pessoal ocupado por categoria e ano censitário - Rio Grande do Sul - 1970/75/80

Discriminação	1970		1975		1980		Crescimento no período (1)
	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	
Total do Estado							
Pessoal Ocupado Total	1.446.813	100,00	1.893.935	100,00	1.747.230	100,00	1,90
Membros ã Remun.Família	1.314.904	90,88	1.702.714	89,90	1.502.023	85,97	1,34
Empregados Permanentes							
Número de Informantes	27.769	5,42	30.935	6,56	40.545	8,53	3,86
Número de Pessoas	63.573	4,39	87.963	4,64	111.030	6,35	5,73
Empregados Temporários							
Número de Informantes	22.826	4,46	29.774	6,31	39.155	8,24	5,54
Número de Pessoas	49.468	3,42	84.019	4,44	113.879	6,52	8,70
Número de Estabelecimentos	512.303	100,00	471.622	100,00	475.286	100,00	(0,75)

Fonte: Censos agropecuários de 1970/75/80.

(1) Taxa média de crescimento anual no período.

Finalmente, a Tabela 19 mostra a distribuição do pessoal ocupado no estado e serve apenas como parâmetro de comparação com os dados descritos para cada um dos grupos de municípios descritos anteriormente.

Sucintamente, o que indicam esses dados? Inicialmente, é inegável que existiu no Rio Grande do Sul, durante a década de 1970, um crescimento visível da mão-de-obra assalariada. No entanto, esse crescimento, apesar de ter sido significativo em termos relativos e absolutos na região de expansão da soja, não parece ter sido suficiente para tornar essa região o mais importante reduto de assalariamento do estado. Em momento, algum a região onde se expandiu a lavoura de soja foi a que manteve relativa e absolutamente o maior contingente de assalariados. Considerando-se o que foi escrito sobre esse processo, pode-se dizer que, aparentemente, a lavoura de arroz e a pecuária de corte extensiva, continuaram sendo os maiores absorvedores de mão-de-obra assalariada no Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO IV - O Projeto "Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira" - PERSAGRI⁹⁵

1. Antecedentes

Como se viu na breve referência a esse texto na introdução deste trabalho, o objetivo a ser atingido com a elaboração do relatório final do PERSAGRI sobre o setor agrícola do Rio Grande do Sul era subsidiar um projeto em nível nacional de condução de ações do setor público agrícola e de planejamento de políticas centralmente controladas a partir de Brasília. O diagnóstico da situação feito em nível nacional já havia detectado a impossibilidade de encontrar formas alternativas internas de desenvolvimento autônomo e integrado, dentro das determinações do sistema global. Em decorrência, teria se formado um círculo vicioso de crescimento cada vez mais voltado para a comercialização externa - "pólo gerador de riquezas" - e para uma economia de subsistência - "pólo criador de pobreza". Ainda de acordo com o estudo, a agricultura brasileira teria uma função politicamente importante na industrialização do país, qual seja, a elaboração de formas de organização política e a formação de "estruturas mentais brasileiras".⁹⁶

Assim sendo, os resultados desse processo histórico teriam conduzido a um país de "povoamento disperso", "população heterogênea", "ocupação predatória da terra", portador de "variados óbices estruturais à renovação tecnológica" e, por

⁹⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura. Fundação Getúlio Vargas. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Escola Interamericana de Administração Pública. Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Projeto evolução recente e situação atual da agricultura brasileira (1930-1975). Região Sul, Vol. V, Tomo IV, Rio de Janeiro, 1978, 297 p, mimeo.

último, teria dado origem também ao surgimento simultâneo de "formas arcaicas de relações de produção" relativamente modernizadas, característica e imperativo do próprio desenvolvimento industrial do Brasil. Ao fim, esse processo seria a causa dos desequilíbrios internos expressos pelo desenvolvimento desigual de regiões, populações e estratos sociais, contribuindo para a existência de uma economia vulnerável às conjunturas externas, sujeita à generalizada desigualdade social e econômica, inflação crônica, ineficiência e inadequação no uso dos recursos naturais e com um setor público ineficiente.

A partir da construção dessa problemática o estudo assumiu o pressuposto de que uma política governamental, voltada para o setor agrícola, deveria seguir um conjunto de objetivos globais. Sendo assim, a pesquisa empírica que seria realizada para construir o conhecimento a respeito do papel da agricultura no processo de desenvolvimento brasileiro deveria investigar as épocas em que cada um desses objetivos foram expressados no quadro geral político e econômico. Ademais, deveria descrever e interpretar os problemas a serem enfrentados e as possibilidades de realização efetiva ensejadas a cada um desses objetivos em cada momento histórico. Tais objetivos globais de uma política agrícola foram definidos, em particular, como sendo: atenuar a vulnerabilidade externa da economia, melhorar o nível de vida dos estratos populacionais carentes, manter o combate à inflação, induzir à maior eficiência do uso dos recursos da economia e a preservação dos recursos naturais e, finalmente, acelerar o processo de modernização do setor público nacional.

Informado por tais objetivos, o estudo a ser realizado em nível das principais regiões brasileiras deveria, necessariamente, elaborar um balanço dos conhecimentos da época sobre a evolução da agricultura nos seus diferentes aspectos econômicos, sociais e políticos, e propor uma avaliação das experiências recentes da atividade governamental e, como resultado, contribuir para a revisão dos objetivos até então propostos para o setor agrícola.

As indicações metodológicas do estudo estabeleceram que seriam elaboradas duas abordagens, uma nacional e outra regional, interdependentes e atentas às

⁹⁶ Lembrando, novamente, que essas formulações gerais inspiravam-se fortemente na interpretação de Francisco de Oliveira, cujo ensaio original foi publicado em 1972 e inspirou uma geração de cientistas sociais, informados pelo marxismo. Ver Oliveira (1976)

conjunturas externas que afetavam o setor agrícola. O enfoque nacional deveria conter uma visão geo-histórica do Brasil, na qual as regiões emergiriam como um resultado da incorporação do espaço no processo de formação da sociedade, da economia e do Estado brasileiro. Essa incorporação teria sido progressiva, lenta e nem sempre harmoniosa, dando origem a regiões que explicitavam características próprias originadas de suas próprias condições objetivas. Observe-se aqui a visão da importância das condições objetivas de cada região no processo de formação da realidade nacional. O enfoque regional foi explicitado como não sendo um método, e sim uma opção quanto à delimitação do universo de análise.

Já a abordagem regional deveria seguir um delineamento inicial onde já estavam definidas linhas de trabalho, a saber:

- a) na Região Norte, deveriam ser priorizadas as análises das frentes de expansão agropecuária;
- b) na Região Nordeste, a prioridade seria dada às políticas de irrigação;
- c) na Região Centro-Oeste, a linha central do trabalho deveria ater-se à interpretação da ocupação dos cerrados;
- d) na Região Centro-Sul, o abastecimento das grandes cidades seria o fio condutor dos trabalhos e, finalmente,
- e) na Região Sul, o estudo seria centralizado no cooperativismo e na agricultura de exportação.

Em linhas gerais e em seus aspectos mais importantes, era essa a proposta elaborada como base para a realização do PERSAGRI. O trabalho foi conduzido por técnicos especialmente contratados e com a participação das instituições que atuavam no "Sistema de Política Agrícola", objetivando uma descentralização e a afirmação da participação regional e estadual no processo de planejamento e, assim, visando lograr a compatibilização dos objetivos do desenvolvimento agrícola em seus diversos níveis.

Foram montadas seis equipes de análise e uma delas era o núcleo central, sediado no CPDA-EIAP e formado por um comitê de professores e pesquisadores

desse curso. As outras cinco representavam cada uma das regiões propostas, formadas por técnicos contratados nas próprias regiões, trabalhando com o apoio das unidades regionais de supervisão do "Sistema Nacional de Política Agrícola" (SNPA).

Salienta-se que, tendo em vista o objetivo do presente trabalho, a abordagem do PERSAGRI/RS será centrada especialmente na interpretação da Parte IV - A expansão da economia agrária e a lavoura capitalista da soja (e do trigo), que trata do período 1965/1973. No entanto, as demais partes serão utilizadas como referências gerais, quando necessário. O texto do PERSAGRI, em suas quatro partes, faz referências teórico-interpretativas importantes para a discussão dos conceitos utilizados para interpretar os segmentos produtivos "agropecuária colonial", "lavoura empresarial" e "pecuária tradicional", elementos decisivos para o objetivo deste estudo.

2 - A expansão da economia agrária e a lavoura capitalista da soja e do trigo - 1965/73.

As Tabelas 20 e 21 abaixo, são a melhor evidência empírica para resumir a visão que os autores do PERSAGRI/RS tiveram da agricultura gaúcha no período 1939/73. Elas demonstram por si só o que foi o processo de crescimento acelerado do último período, frente aos demais períodos que o antecederam, destacando a expressiva participação da agricultura e, particularmente, do subsetor lavoura. A lavoura em sucessão de soja/trigo foi considerada a "locomotiva" desse processo. É desnecessário, face à literatura existente e aos objetivos deste trabalho, introduzir maiores detalhes estatísticos para demonstrar os períodos de "recuperação da economia" transcorrido entre 1939 e 1956, o período de crise observado entre 1956 e 1965 e, por último, o período de expansão iniciado em 1965 e analisado no documento até 1973.

Tabela 20 - Taxas geométricas de crescimento do produto interno líquido para a agricultura, lavoura e pecuária - Rio Grande do Sul - 1939/75 (%)

PERÍODOS	PIL	AGRICULTURA	LAVOURA	PECUÁRIA
1939/56	4,65	4,80	6,93	1,40
1956/65	3,53	3,07	1,25	6,98
1965/73	6,94	8,10	10,86	2,54

Fonte dos dados brutos: PERSAGRI/Rio Grande do Sul (anexo estatístico)

Tabela 21 - Taxas geométricas de crescimento da área de lavoura, produção e preços pagos aos produtores de alguns produtos da lavoura - Rio Grande do Sul - 1965/73 (%)

PRODUTOS	ÁREA	PRODUÇÃO	PREÇOS
Arroz	0,98	1,19	0,36
Trigo	11,59	17,56	- 8,45
Soja	24,43	25,62	7,80
Milho	- 0,57	- 0,82	2,19
Feijão	- 1,23	3,22	12,48
Batata	- 0,66	1,07	4,43
Mandioca	1,89	1,94	8,03
Uva	3,78	4,73	0,28
Fumo	- 2,61	- 2,08	6,24
Cebola	2,83	2,97	0,31

Fonte dos dados brutos: PERSAGRI/Rio Grande do Sul (anexo estatístico)

Buscar-se-á, no contexto dos objetivos deste estudo, ter sempre presente a visão histórica explicitada ao longo do texto do PERSAGRI. Assim, sempre que necessário para explicar o comportamento do setor agrícola no último período, serão utilizadas as hipóteses e argumentos introduzidos na interpretação dos períodos que antecederam à expansão verificada nos anos 1965/73 e, ainda mais importante, o papel desempenhado pelos três segmentos produtivos utilizados para explicar a produção agrícola gaúcha.

Para os autores do PERSAGRI, transcorrido o acelerado processo de crescimento econômico agrícola, proporcionado a partir da expansão rápida da lavoura de soja nos anos setenta, um grande conjunto de mudanças, processos e tendências tornava-se irreversível. Essa afirmação, feita no início do segundo capítulo da Parte IV, sintetizava a importância dada aos acontecimentos do período 1965-73. Segundo os autores, a partir desse ponto da história gaúcha, o "isolamento" e a "indiferença recíproca" que até então haviam existido entre os três

segmentos produtivos ("lavoura empresarial", "agropecuária colonial" e "pecuária tradicional") estariam deixando de existir. Essas constatações foram demonstradas a partir das inferências feitas sobre a observação do crescimento significativo das chamadas "lavouras capitalistas", dentro dos limites das regiões de programação 1 e 3 do ACIIRS e pela expansão dessas mesmas lavouras sobre as área de "pecuária tradicional", através do arrendamento.

O ponto de partida para a abordagem do período 1965/73 foi o elemento desencadeador das transformações ocorridas, ou seja, as condições de expansão da "lavoura empresarial". Os autores afirmam que não pairam dúvidas sobre o fato de que a lavoura de soja desempenhou fundamentalmente esse papel acelerador e a consideram como a responsável pelo dinamismo observado.

Antes de mais nada, entretanto, é preciso que se explicita, também no caso do PERSAGRI, que a noção de "lavoura empresarial" percorre todo o texto, utilizada como sinônimo de "lavoura capitalista". Primeiramente, quando se referiram ao surgimento da lavoura de arroz no período 1920/39, os autores fizeram menção ao fato de que essa lavoura, estimulada por fortes estímulos de preços, já nascera como uma atividade tipicamente empresarial, sendo, portanto, na época em que foi examinada, uma notável e completa exceção no panorama agrícola do estado. A lavoura de arroz nascera em uma região caracterizada pela presença dominante de propriedades médias e grandes. O padrão técnico de cultivo era muito avançado para a época, especialmente porque utilizava adubos industriais em alguma escala expressiva, alguns implementos agrícolas e um complexo sistema de irrigação.

Em seqüência, os autores ratificam o caráter capitalista da lavoura de arroz, ao ser acrescentado que isso estaria ocorrendo ou em função da estrutura do processo produtivo, que dependia da compra dos meios de produção e da força de trabalho no mercado, ou devido à forte presença do crédito. Essa natureza também evidenciava-se em função da lógica operativa das unidades de produção, reguladas pela busca do lucro máximo e pela separação do capital e da terra (separando empresários rurais dos proprietários fundiários), separação essa que seria inerente ao modo de produção capitalista.

Para o PERSAGRI, no período 1939/56, a novidade principal no desenvolvimento da lavoura capitalista do Rio Grande do Sul foi a alteração da base produtiva da lavoura tritícola, que, progressivamente, deixou de ser uma cultura colonial de "segunda linha", para transformar-se num braço dinâmico do conjunto das "lavouras capitalistas". Com o desenvolvimento desse novo segmento capitalista na agricultura riograndense, foi o próprio quadro global da agricultura gaúcha que passou a modificar-se.

Essas modificações foram assim enumeradas:

- a) as modificações na estrutura do Valor Bruto da Produção agrícola, que gradualmente passou a ter no trigo o seu principal componente, passando de uma participação de 6,2%, em 1939, para 32,7%, em 1956. No final do período o montante do VBP do arroz e do trigo fazia com que a "lavoura capitalista" atingisse uma participação de 50,2% no VBP agrícola do estado, superando a "lavoura colonial";
- b) a expansão da lavoura tritícola significou o aumento da demanda de terras para arrendamento, contribuindo também para alterar os mecanismos de funcionamento da pecuária extensiva;
- c) o aumento significativo de "relações sociais modernas" no desenvolvimento agrícola, notadamente a extensão do assalariamento rural e do arrendamento;
- d) por fim, os autores referem-se ainda à substancial alteração no perfil tecnológico do setor, onde difundiram-se rapidamente a maquinaria e os insumos modernos (PERSAGRI, Vol. V, Tomo IV, p. 78 a 79)

Essa transformação, salientam, não teria sido possível sem a participação decisiva do Governo Federal. Efetivamente, referem-se ao fato de não haver a menor dúvida de que tanto no caso do trigo, como no do arroz, a participação do Estado havia sido decisiva. Especificamente em relação ao caso do trigo, em uma conjuntura que se seguiu à Grande Depressão do início da década de 1930, foi possível que antigos interesses governamentais promovessem a "autonomia nacional" na produção do trigo. Getúlio Vargas teria aproveitado a conjuntura para

dar continuidade à política de desenvolvimento da lavoura tritícola, que iniciara ainda quando fora governador do estado. Essa política teria sido iniciada em 1931 e se estendido até 1952, quando a baixa acelerada dos preços internacionais do cereal, associada à valorização artificial do cruzeiro, alterou a situação inicial.

É importante destacar a observação feita pelos autores de que, também como no caso do arroz, o impulso à constituição da "lavoura capitalista" teria sido exógeno, induzido por fatores alheios à dinâmica econômica local. Nesse caso particular, ademais, deve-se reconhecer que ele tem pouco a ver com a lógica imanente do processo de acumulação de capital então em aceleração no país. Mas se relacionaria diretamente com a lógica global, sobredeterminada politicamente, do processo de reprodução do capital. Os autores apontam que chamar a atenção para o papel do Estado no processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha não significava, necessariamente, que o desenvolvimento capitalista fosse um projeto nacional, levado a cabo por um Estado "miticamente poderoso" (PERSAGRI, Vol. 5, Tomo IV, p. 77). Para eles, o que ocorria era que em determinadas circunstâncias, como no caso da triticultura, naquele período surgiram determinadas condições de política econômica, como certos pontos de estrangulamento e certas possibilidades de solução, em relação ao balanço de pagamentos ou à política externa, que tornaram imperativa e óbvia a participação do setor público.

Aqui talvez seja importante destacar que, no caso da expansão da lavoura de soja a partir do final da década de 1960, os autores explicitaram claramente que esse segmento da "lavoura capitalista" riograndense desenvolveu-se menos devido às políticas públicas e mais em virtude das próprias forças do mercado, notadamente através dos mecanismos que articulavam mundialmente a demanda e a oferta de proteína vegetal. Deixam claro, também, que não desconhecem a importância das ações do Estado. Entretanto, chamam a atenção para a sua visão dos acontecimentos, na qual as condições de êxito desse modelo só muito parcialmente dependiam das decisões do Estado. De fato, foi principalmente uma evolução muito favorável da demanda externa e interna de bens agrícolas - evolução sobre a qual a política econômica implementada não influiu decisivamente - que sustentou o crescimento acelerado da produção e da exportação de bens agrícolas não tradicionais. Dessa forma, na visão do PERSAGRI, o Estado teve participação, diga-se de passagem, acessória no processo de expansão da lavoura de soja.

Definida essa participação secundária do Estado, segundo os autores do PERSAGRI, caberia então descrever os elementos determinantes daquele processo. Em primeiro lugar, são oferecidas fartas evidências de que a lavoura de soja foi a responsável pelo dinamismo da evolução observada no período 1965/73. Essa evidência levou os autores a questionarem os fatores que tornaram possível a ocorrência desse dinamismo. Esse questionamento determinou a distinção de duas ênfases analíticas básicas: a primeira que privilegiaria as características intrínsecas do processo produtivo e a segunda que definiria como caminho principal a definição dos "determinantes exógenos" do processo. Na primeira ênfase analítica, foi abordado o perfil técnico da produção e as relações de trabalho a ele associadas. Na outra, o caminho seguiria pela análise do movimento dos preços, dos mercados interno e externo, das políticas públicas, da capacidade empresarial pré-existente e da estratégia das grandes empresas multinacionais. No entanto, é evidente que uma explicação relativamente rigorosa da dinâmica de expansão da cultura tem que estar atenta à evolução combinada dessa dupla ordem de fatores. Na leitura do texto do PERSAGRI, ficou claro que o caminho seguido não privilegiou a primeira ênfase analítica.

Isso posto, busca-se interpretar a visão dos autores ao seguirem a segunda variante analítica. No âmbito dessa segunda ênfase, os argumentos incidiam sobre a explicitação dos fatores que possibilitaram, no nível micro-econômico, as decisões dos produtores de elevarem continuamente os seus níveis de produção.

A listagem desses fatores começa pela identificação de que o mercado externo foi o grande fator indutor da expansão da oferta de soja em grão por parte dos produtores gaúchos, no período 1965/73. A análise comparativa dos índices de preços da soja no mercado externo, com outros índices de preços no mercado interno,⁹⁷ permitiu aos autores concluir que até 1972 a variação das cotações no mercado internacional não foram importantes, a ponto de determinar as decisões de aumento na produção por parte dos produtores. Até aquele ano, as variações nas cotações da soja foram inferiores às variações dos demais índices. Concluem então que foi a extensão do mercado então aberto a variável fundamental para a

⁹⁷ São feitas comparações entre os pontos extremos de séries de índices de preços montadas entre 1965 e 1975. Nesse intervalo, os autores compararam as variações das cotações da soja no mercado internacional com as variações do Índice Geral de Preços (coluna 2, FGV), Índice Geral de Preços por Atacado (Col.12, FGV) e do Índice de Preços por Atacado dos Produtos Agrícolas (coluna 17, FGV).

explicação do surto de exportações verificado entre 1971 e 1972 e, conseqüentemente, depreende-se que a perspectiva de forte pressão de demanda é que foi o fator que definiu as intenções dos produtores. No entanto, naquele último ano, a evolução dos preços da oleaginosa passou a desempenhar um papel fundamental nas decisões de oferta. O índice de preços da soja no mercado internacional, à título de ilustração, evoluiu de 440 para 1065 entre 1972 e 1973. Observe-se que essa importante conclusão é feita sobre a observação de uma única inflexão importante nas séries estudadas. Não foi observado pelos autores, pelo menos nas tabelas publicadas, o comportamento dos preços até o ano de 1975, limite considerado para a análise do PERSAGRI.

Outro fator analisado foi a produtividade econômica das diferentes lavouras existentes no setor agrícola riograndense. Essa análise foi realizada a partir da observação da evolução da relação entre o Valor Bruto da Produção (VBP) das principais lavouras e a área plantada. O texto aponta que, no período analisado, os autores encontraram evidências de que culturas como arroz, trigo e feijão tiveram variações de sua produtividade econômica superiores às da soja. Concluem então que não se podia pretender que esse tivesse sido o fator determinante da expansão da sojicultura. Contudo, tentando verificar uma outra face da variável produtividade econômica, os autores observaram as variações das margens brutas de lucro das diferentes lavouras. Chegaram à conclusão de que a soja apresentava uma tendência de evolução da margem bruta de lucro nitidamente positiva, fortemente contrastante com o ocorrido com o trigo e o arroz, os quais teriam tido diversos anos de resultados negativos. Segundo eles, a soja teria passado a apresentar, a partir de 1970, "resultados positivos crescentes".

Observados esses dois fatores, os autores indagaram sobre os fatores que teriam determinado tamanha superioridade da soja. Que condições permitiram que a elasticidade da demanda da soja nos anos em questão aparecesse como quase infinita? Respondendo, argumentam que o fator aparente mais adequado para explicar tal superioridade teria sido relacionado às alterações na função consumo nacional de oleaginosas comestíveis ocorrida naquele período. Tal alteração, por sua vez, seria explicada pela significativa expansão do processamento industrial do grão de soja. Segundo tal argumentação, as compras industriais acompanharam *pari*

passu os aumentos de produção, atestando, inequivocamente, a elasticidade perfeita da demanda industrial frente aos aumentos das quantidades ofertadas.

Paralelamente ao crescimento da demanda industrial interna, a demanda para exportação também cresceu expressivamente no período, reforçando o estímulo ao aumento da produção. Acrescentam ainda que o sistema cooperativo, que se expandira com a lavoura de trigo a partir dos anos quarenta, teria sido um dos pilares importantes em que se assentou o processo de expansão acelerada da lavoura de soja. O sistema cooperativo teria funcionado como um mecanismo eficaz de ligação dos produtores aos estímulos de mercado. Exercendo as funções de intermediário financeiro e de difusor das novas técnicas agrícolas, as cooperativas teriam permitido a indução do processo de modernização do perfil técnico das atividades agrícolas. As bases de conhecimento tecnológico acerca do desenvolvimento de lavouras mecanizadas em terras de sequeiro, com farto uso de insumos industrializados, haviam sido assentadas quando ocorreu a expansão da lavoura de trigo nos anos quarenta e cinquenta e foram extremamente úteis no processo de expansão acelerada da soja.

O último leque de argumentos para explicar a expansão da oleaginosa no período em análise enfocou a ação do Estado através das políticas públicas. O PERSAGRI não ofereceu argumentos novos a respeito, apenas listou os diversos instrumentos de política agrícola e seus efeitos, já fartamente documentados. Apenas seria importante explicitar sua posição quando comparou os efeitos das políticas públicas com aqueles oriundos da ação do mercado, lembrando que já foi antes ressaltado que os autores definiam a ação do Estado como um fator de "segunda ordem" na determinação da expansão acelerada da lavoura de soja.

Todo esse processo trouxe transformações importantes para a lavoura gaúcha. Segundo os autores, ocorreram duas vertentes de transformações, uma na situação econômica global do estado e a outra na estrutura de classes da sociedade gaúcha. Sob o ponto de vista da situação econômica global do estado, os autores listaram os principais impactos:

- a) o aumento do fluxo de renda em função do acelerado crescimento da lavoura, concentrado no próprio setor, em atividades de mecanização,

infra-estrutura de armazenamento e beneficiamento de produtos, além de investimentos no sistema cooperativo;

- b) o aumento de renda, que foi drenado para o setor imobiliário, aplicações especulativas e aumento do "consumo conspícuo";
- c) além disto, uma outra parte teria sido drenada para o mercado externo via relações filial-matriz das empresas multinacionais integrantes do complexo agro-industrial.

De outra parte, quanto às transformações na estrutura de classes, os autores afirmaram que essa teria sido expandida, apontando inicialmente que a "burguesia agrária" teria sido fortemente ampliada no período. Acrescentaram, ainda, que essa burguesia nada tinha a ver com a "burguesia rural tradicional", pois sua base econômica seria outra e sua origem regional diversa. Seus hábitos identificáveis com os de quaisquer "novos ricos" seriam também particularizados. Tais afirmações, entretanto, não foram explicitadas com maiores detalhes.

Destacaram, ainda, a formação de uma fração urbana da nova burguesia rural, representada pelos executivos dirigentes e quadros intermediários do sistema cooperativista. Essa seria a vanguarda da classe social emergente, que se caracterizava por notável dinamismo empresarial, e era quem liderava o processo de formação de um setor agro-industrial unificado, capaz de constituir-se em uma frente de resistência regional ao domínio multinacional. Esse segmento foi inclusive identificado como parte de uma autêntica "burguesia nacional". A estratégia de desenvolvimento do cooperativismo gaúcho seria uma evidência de que suas ambições eram amplas. Em contraposição, chamavam a atenção para a formação de um "verdadeiro proletariado agrícola". No entanto, acrescentavam apenas que sobre ele pouco se conhecia.

O texto do PERSAGRI, ao analisar o período 1965/73, dedicou espaços especiais para a abordagem dos impactos da expansão da lavoura de soja sobre a "agricultura colonial" e sobre a "pecuária extensiva".

O ponto de partida é a repetição de que o binômio trigo/soja induziu modificações importantes na forma de estruturação do setor primário estadual.

Ressaltam, especialmente, o fim da "autarquização" relativa em que até então se vinha mantendo a agropecuária riograndense, acrescentando a existência de uma "infiltração" da "lavoura capitalista" nas pequenas propriedades típicas da região colonial do estado. Comprovam essa afirmação apontando as reduções de área nas regiões típicas de pequenas propriedades, em lavouras como as de milho, mandioca e feijão. Ao mesmo tempo, atestam os avanços de soja em zonas tipicamente minifundiárias.

Essa alteração na estrutura de produção das pequenas propriedades seria responsável por outras mudanças, como a monetarização do processo produtivo, a decorrente adoção de um perfil técnico de cultivo sofisticado e custoso, bem como o rompimento da "lógica autarquizada da unidade de produção colonial". Com essas alterações, as áreas minifundiárias coloniais teriam iniciado seu caminho para a especialização. O rompimento da lógica autarquizada teria significado que os pontos de contato entre os pequenos produtores e o mercado, que eram balizados pela venda da colheita e a concomitante compra de bens de consumo final necessários à sua subsistência, estaria deixando de existir. A partir daquele momento, o próprio processo produtivo das pequenas propriedades estaria tendendo a inserir-se na malha de interdependência do processo global de divisão social do trabalho. Em decorrência, a mercantilização estaria passando a ser um requisito para a reprodução não apenas da unidade familiar, mas também da unidade produtiva.

É importante ressaltar que os autores explicitaram, aludindo a uma citação do "25 Anos", que o segmento minifundiário gradualmente especializou-se, seduzido pela renda monetária do binômio trigo-soja. Por isso, para eles não havia ainda uma real capitalização. Isso porque a produção colonial não dependia da utilização de mão-de-obra assalariada. Deve-se lembrar que no Capítulo 3 dedicado ao "25 Anos", havia sido ressaltado o fato de que aquele texto também descartava a possibilidade de acumulação por parte da "agropecuária colonial". Entretanto, ainda baseando-se em outra citação do "25 Anos", o documento do PERSAGRI considerava a possibilidade de um movimento de concentração da posse da terra, no próprio seio do universo colonial. Essa concentração poderia estar sendo "induzida" através do movimento cooperativista. Esse argumento precisa ser melhor discutido, contudo, na mesma medida em que anteriormente foi admitido que a

"agropecuária colonial" não acumula, isto é, não capitaliza, no sentido estrito do conceito.

A tendência à especialização estaria também levando ao "aumento da vulnerabilidade" do produtor colonial. Esse aumento da vulnerabilidade estaria ocorrendo devido a alguns fatores, entre os quais os seguintes:

- a) ao diminuir drasticamente a produção de auto-consumo, reduziria a "margem de manobra" e a "retaguarda" do agricultor;
- b) porque a integração, praticamente completa, de todo o processo produtivo, faria com que o êxito da atividade passasse a depender dos mecanismos em ação no conjunto da economia, notadamente a evolução dos preços de venda e compra;
- c) porque a monetarização dos custos tornaria o retorno às atividades de subsistência, na hipótese de uma evolução desfavorável das decisões de cultivo especializado, consideravelmente mais problemático. Concluindo, os autores argumentam que nessas condições, torna-se possível imaginar a "quebra do produtor minifundiário".⁹⁸

Com relação à "pecuária tradicional" os autores consideraram que foi importante e intenso o impacto da expansão da "lavoura capitalista" sobre os espaços produtivos até então ocupados pelo primeiro grupo. No entanto, destacaram que, ao invés de referir-se a uma "infiltração", como no caso da "agropecuária colonial", seria o caso, agora, de referir-se a um "ataque frontal". Esse avanço estaria explicitado pela "perda" de 702.000 hectares (entre 1972 e 1975) por parte da "pecuária tradicional", em função da expansão da lavoura mecanizada de soja e trigo.

A tese defendida no "25 Anos" de que a "pecuária tradicional" não era uma atividade capitalista, no sentido rigoroso do conceito, isto é, regida inteiramente pela lógica e leis da sociedade capitalista, foi também assumida no PERSAGRI. O questionamento do caráter da lógica de produção na "pecuária tradicional" inicia ao ser encontrada a "enigmática" desvinculação das decisões sobre os abates, quando

comparados com a evolução geral dos estoques bovinos. Esse questionamento levou os autores a se indagarem sobre a racionalidade que comandaria as operações das unidades de produção do setor, tornando invisível esse "erro" nas decisões microeconômicas.

A explicação dessa racionalidade foi encontrada no "caráter dual"⁹⁹ da exploração pecuária em sistemas tradicionais e extensivos, como os que ocorreriam nas regiões dos campos gaúchos. A reprodução natural dos rebanhos e a decorrente avaliação do custo monetário de seu processo produtivo, associados ao recebimento por herança tanto da terra quanto do capital de exploração (os rebanhos) levavam o pecuarista, ainda que buscando maximizar a sua renda monetária, a ignorar os seus custos reais, os quais, pressupunham os autores, permaneceriam relativamente invisíveis. Dessa forma, a "renda esperada" pelo pecuarista seria determinada pelas expectativas de consumo que os volumes absolutos de rendimento, anteriormente obtidos, teriam tornado correntes e usuais. O que equivaleria a dizer que o pecuarista perseguiria não o lucro, mas um excedente monetário. Assim sendo, o pecuarista tomaria suas decisões visando maximizar a renda monetária (e não o maior lucro), assim tornando razoável a resposta de que a qualquer aumento do preço do quilo do boi vivo, reagiria com um aumento do abate.

Utilizando as informações do antes citado estudo do Banco Nacional do Comércio, os autores observaram que os custos fixos (não monetários e, por isso, "invisíveis") elevavam-se a dois terços do custo final, e seria, portanto, natural que a atenção racionalizadora do pecuarista se concentrasse, precisamente, sobre os custos variáveis, via de regra monetarizados e, nessa medida, os únicos a serem realmente percebidos como custos. De onde resultaria, obviamente, uma forte inibição à alteração do perfil tecnológico do empreendimento.

⁹⁸ "Quebra" no sentido da falência comercial usual e, também, no sentido do desaparecimento histórico dessa atividade econômica rural no Rio Grande do Sul

⁹⁹ De fato, essa tese não era originária dos "25 Anos", mas foi extraída de um estudo sobre a bovinocultura no Rio Grande do Sul, publicado em maio de 1969 pelo Banco Nacional do Comércio S/A Nesse trabalho, estava explicitado que "Entender irracional esta conduta talvez não passe de uma superficial apreciação, pois seria julgar com padrões de uma economia monetária uma atividade que se caracteriza justamente por estar fundada em padrões de outra ordem. Há um evidente dualismo na empresa pecuária atual, qual seja o de que sua produção está integrada numa economia monetária enquanto seus fatores de produção apenas em parte dela decorrem, o que leva o empresário a fazer apreciações distintas a seu respeito. Maximiza quanto pode a sua renda, porém não se motiva para minimizar custos, porque tem a sensação de já serem mínimos, uma vez que os toma como seus dispêndios monetários" (BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO, 1969, Parte II e III, p. 280).

Por último, cabe destacar que, apesar de adotar as teses do documento do Banco Nacional do Comércio sobre a pecuária de corte no estado, e reconhecer a validade de sua interpretação, o PERSAGRI introduz algumas críticas ao texto. Dentre essas, duas merecem ser salientadas. A primeira diz respeito ao arcabouço conceitual utilizado, que tenderia a obscurecer a relação social básica sobre a qual se ergueria a economia da pecuária extensiva. A segunda crítica discutia a validade da cobrança de um custo de oportunidade pela imobilização de valores em estoque de terra ou no estoque de bovinos, ou ambos. Isso só faria sentido, contudo, se houvesse para os pecuaristas, efetivamente, aplicações alternativas, o que, para os autores, nas circunstâncias então existentes, seria tudo, menos óbvio. As razões para tanto seriam a debilidade dos setores industrial e terciário; o fato de não existir no próprio setor agrícola outras alternativas para a terra de campo e, além disto, os preços então vigorantes para os imóveis rurais pressupunham, evidentemente, uma oferta de terras não dinâmica. Concluem que, inexistindo alternativas para outras aplicações, a idéia de que a terra exigisse uma remuneração específica tornar-se-ia abstrata e irreal.

3 - Considerações finais

Em primeiro lugar, cabe destacar que o projeto PERSAGRI não perseguia o objetivo de efetuar um diagnóstico minucioso do setor agrícola como o ACIIRS, nem propor uma nova visão das relações agricultura/indústria, sob o ponto de vista da acumulação capitalista, como no 25 Anos. O PERSAGRI tinha por objetivo, como se ressaltou, gerar uma interpretação do papel da agricultura gaúcha no processo de desenvolvimento dos anos setenta, que permitisse extrair subsídios para alimentar a ação governamental no campo do planejamento, sob orientação centralizada, das políticas públicas agrícolas. Portanto, nele não estava proposto nem a profundidade da tarefa empírica do ACIIRS, nem a ambição teórica do "25 Anos".

Nesse sentido, o texto do PERSAGRI não aprofundou o debate sobre as categorias de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial". Da mesma forma que no "25 Anos", a utilização dessas categorias de análise para a montagem de sua proposta de interpretação do processo de desenvolvimento da

agricultura gaúcha não foi precedida de uma avaliação crítica a respeito da adequação à realidade. O que o PERSAGRI apresenta de novo ao debate sobre os três segmentos produtivos é a visão de que a partir do ocorrido nos anos setenta, nada mais seria como antes, pois o "isolamento" e a "indiferença recíproca" deixariam de existir como até então havia ocorrido entre os referidos segmentos. Qual seria a significação de tais fatos? O que significou esse argumento no entendimento dos autores?

O processo de transformações ocorrido fez com que a expansão das "lavouras capitalistas" de trigo e soja provocasse mudanças, tanto no segmento da "pecuária tradicional", quanto no segmento da "agropecuária colonial". No primeiro caso, a expansão da "lavoura capitalista" (soja em sucessão com trigo) faria com que áreas de pastoreio passassem a ser utilizadas com lavouras temporárias mecanizadas, reduzindo a área da atividade gado de corte extensivo. Esse movimento da "lavoura capitalista" pressionando a área de pastoreio, contudo, não provocaria uma modernização da pecuária extensiva no sentido da manutenção da oferta, ao contrário, a tendência seria de ocorrer o que eles chamaram de "rendição dos pecuaristas" às atividades lavoureiras, ou reduzindo a oferta e forçando um aumento de preços, ou através do arrendamento de terras para as próprias "lavouras capitalistas", o que lhes permitiria manter os níveis de renda, mesmo com a redução da venda de gado.

No segundo caso, o da "agropecuária colonial, o fim do "isolamento" ou da "indiferença recíproca" ocorreria pela ocupação das áreas de lavouras chamadas de "coloniais" (milho, feijão, batata e mandioca, por exemplo) pelas "lavouras capitalistas". Essa, de certa forma, é uma questão nova, relativamente à abordagem observada no "25 Anos". Uma vez deslocada a "lavoura colonial", passar-se-ia a ter uma tendência à especialização que seria buscada pelos colonos em função de sua "sedução" pela renda monetária possibilitada pela nova atividade. Dessa forma, a monetarização, tanto da renda como dos custos, conduziria os "colonos" ao fim da "autarquização" do segmento e ao início de um caminho de interdependência com o processo global de divisão social do trabalho. No entanto, o que é importante, mesmo nesse caso, a "agropecuária colonial" continuaria não sendo um segmento produtivo que apresentasse acumulação de capital. Isto porque, ressalte-se o

argumento dos autores, esse segmento não dependeria da mão-de-obra assalariada.

De outra parte, saliente-se a abordagem que foi feita em relação ao papel do Estado no processo de desenvolvimento acelerado da agricultura gaúcha nos anos setenta. Para os autores do PERSAGRI, o Estado cumpriu um papel de segunda ordem naquele processo de desenvolvimento. O verdadeiro agente desencadeador do processo teria sido a evolução extremamente favorável da demanda externa de grãos oleaginosos, no caso a soja. O avanço da soja, sob essa interpretação do papel do Estado, no entanto, foi reconhecido como o elemento determinante das grandes transformações ocorridas durante aquela emblemática década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu, a idéia que motivou esse estudo partiu da constatação de que os estudos que buscaram uma interpretação crítica do processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha, a partir de uma abordagem preocupada com as questões histórico-estruturais desse processo, haviam deixado de ter destaque ainda no decorrer dos anos 80. Como se argumentou ao início, aos poucos a centralidade das análises sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha moveu-se para as questões conjunturais, para os problemas imediatos que surgiam a medida em que se aprofundava a crise da economia brasileira e que se tornava aparente o lado negativo do acelerado crescimento econômico do início dos anos setenta. Problemas que se acirravam à medida em que a crise da economia brasileira explicitava as dificuldades de sustentação da acelerada transformação do processo produtivo na agricultura, fundada no financiamento público subsidiado e em conjunturas de mercado atípicas.

A leitura dos principais trabalhos realizados durante o período mais produtivo sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha (os anos 70) e a identificação de inconsistências interpretativas centradas na utilização das categorias "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial" conduziu à construção do objetivo central deste estudo. Tal objetivo pode ser delineado como sendo uma releitura crítica dos principais trabalhos que utilizaram essas categorias como seu substrato conceitual para explicar a realidade agrícola gaúcha. Essa releitura crítica teve como fio condutor a extração de evidências que permitissem sustentar a hipótese de ter ocorrido um equívoco na utilização de tais categorias.

As principais abordagens escolhidas, emblemáticas naqueles anos, foram as seguintes: o Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Sócio-Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul, de 1973, que foi intitulado nesta dissertação de “Projeto ACIIRS”; o estudo realizado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), intitulado 25 Anos de economia gaúcha: a agricultura do Rio Grande do Sul, de 1978; e o Projeto evolução recente e situação atual da agricultura brasileira, de 1978, conhecido pela sigla PERSAGRI.

Partiu-se da análise desses três trabalhos, visando extrair as informações teóricas e as evidências necessárias para dar conta da verificação da hipótese da presente pesquisa, ou seja, este estudo deveria cingir-se à avaliação comparativa entre os modelos interpretativos então propostos e, particularmente, aferir a capacidade heurística e a validade teórica das noções-chave daqueles documentos, intituladas de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial".

Na realização da pesquisa, contudo, a leitura pormenorizada do Projeto ACIIRS fez com que surgisse a idéia de ampliar o objetivo original, introduzindo sistematicamente as proposições daquele projeto sobre o desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul. Essa opção nasceu da percepção de que o ACIIRS talvez tenha sido até hoje a mais ambiciosa e completa tentativa de explicar o “mundo rural” gaúcho, mas permaneceu quase desconhecido nos meios técnicos estaduais.

Essa mudança no plano básico da pesquisa fez com que, ao invés de se efetuar uma leitura dos textos exclusivamente dirigida para a construção da hipótese proposta, se optasse por igualmente realizar uma resenha crítica de cada um dos três estudos referidos. Não obstante o impacto na extensão da dissertação, pretendeu-se atender ao objetivo adicional de ampliar o conhecimento sobre o Projeto ACIIRS, em vista de seus impactos nos dois estudos posteriores e, principalmente, por ser, curiosamente, o documento responsável pela introdução de categorias analíticas (como as citadas acima) e uma compreensão geral acerca do desenvolvimento agrário no estado que tem prevalecido desde então. Essa influência decisiva do projeto e suas análises é surpreendente, em particular, por ter sido um extraordinário esforço de pesquisa que, como antes ressaltado, ficou quase relegado ao generalizado desinteresse, no tocante aos seus resultados e conclusões mais gerais.

O Projeto ACIIRS teve por objetivo geral a identificação, quantificação, localização e indicação de soluções para os problemas originários do regime de posse e uso da terra no estado do Rio Grande do Sul. Esse estudo, a partir da realização de entrevistas com quase cinco mil responsáveis por unidades de produção agrícola e pouco menos de dois mil trabalhadores, representou um destacado marco de conhecimento acerca do processo de formação e da situação da agricultura gaúcha. Foram realizados mapeamentos do uso atual e potencial dos solos e da estrutura fundiária e esses, devidamente superpostos, deram origem a um dos mais detalhados levantamentos sobre a agricultura gaúcha que se tem conhecimento. Esses mapeamentos resultaram em uma regionalização do Rio Grande do Sul que dividiu o estado em nove “regiões de programação” (pois o planejamento futuro da ação governamental estava entre seus objetivos mais gerais). Além disso, foram definidos nove “tipos de agricultura” e identificados nove estratos de área que segundo os autores sintetizariam a diversidade de unidades de produção encontradas na agricultura gaúcha da época.

Com base nas informações disponíveis, o Projeto ACIIRS construiu e utilizou três categorias centrais de análise para definir o sistema produtivo da agricultura gaúcha, seja em relação à sua forma de produzir e, também, quanto as relações sociais de produção predominantes em seu interior. Essas três categorias de análise foram explicitadas através das noções de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial". Entretanto, sua construção não foi acompanhada, no texto do projeto, de uma fundamentação teórico-metodológica explícita que tivesse por objetivo adequá-las a uma interpretação da agricultura gaúcha embasada na tradição marxista. É provável, como simples especulação, que o opressivo clima político vigente nos anos de sua elaboração obrigasse os seus autores a manter uma linguagem mais cifrada e, quem sabe, impossibilitasse a explicitação da origem teórica de alguns dos conceitos utilizados. Como se pode observar na análise, o arcabouço teórico implícito no texto do ACIIRS apontou uma abordagem histórico-estrutural, fundada nos parâmetros teóricos da tradição cepalina e, como é notório no caso dessa escola do pensamento econômico então influente, a perspectiva teórica recebia expressivamente a influência da tradição marxista.

O segundo trabalho analisado foi o "25 Anos", caracterizando-se como um marco histórico que, como se comentou anteriormente, sinaliza um momento importante de debate teórico sobre o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha, especialmente porque recebeu ampla divulgação e, de certa forma, entre o final dos anos setenta e a maior parte da década seguinte, representou uma espécie de norte interpretativo sem nenhuma contestação. A releitura crítica do "25 Anos" deve ser feita considerando o momento histórico em que ele foi elaborado, as influências teóricas que sobressaiam do clima de censura político-ideológica vigente naquele início do fim dos governos militares e, ao mesmo tempo, uma produção intelectual a respeito das questões agrícola e agrária que começava a surgir na cena acadêmica.

No "25 Anos" está proposta uma análise do processo de expansão do capitalismo no campo a partir de uma abordagem fundada na tradição marxista. Os autores estabeleceram como objetivo verificar a relação existente entre agricultura e o processo de acumulação de capital, identificando o papel desse segmento econômico na dinâmica de uma economia capitalista. Os autores dos "25 Anos" também repetiram a utilização das noções de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial", construídas e introduzidas no debate pelo Projeto ACIIRS, para montar um referencial para explicar o processo de desenvolvimento da agricultura gaúcha.

O terceiro estudo foi o chamado PERSAGRI, que, como os outros dois, não perseguia o objetivo de efetuar um diagnóstico pormenorizado do setor agrícola, nem propor uma nova visão das relações agricultura *versus* indústria sob o ponto de vista da acumulação capitalista. Entretanto, novamente, fundou-se nas mesmas noções de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial".

O Persagri tinha por objetivo gerar uma interpretação do papel da agricultura gaúcha no processo de desenvolvimento dos anos setenta, que permitisse extrair subsídios para a ação governamental no campo do planejamento das políticas públicas agrícolas. Portanto, nele não estava proposto nem a profundidade da tarefa empírica do ACIIRS e nem a ambição teórica dos objetivos do "25 Anos".

A releitura minuciosa e crítica do Projeto ACIIRS demonstrou que as categorias centrais de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial" não foram, de fato, construídas com pretensões teórico-interpretativas a respeito do processo de desenvolvimento capitalista no campo, mas visaram tão somente encontrar categorias que servissem para operacionalizar o abrangente conjunto de variáveis apontadas pela metodologia. Todavia, essas categorias, ao serem utilizadas posteriormente pelo "25 Anos" e o PERSAGRI, passaram a ter estatuto teórico geral e a compor, quase naturalmente, os arcabouços teóricos sobre o processo de desenvolvimento agropecuário no Rio Grande do Sul.

Na leitura do "25 Anos", essas três categorias deveriam corresponder aos três sistemas de produção fundamentais na agricultura gaúcha e mencionados na introdução deste estudo. Em outras palavras, a "pecuária tradicional" corresponderia à pecuária de corte extensiva; a "agropecuária colonial" deveria corresponder à "pequena produção camponesa" de Ohlweiler, ou à "economia familiar" de Limeira Tejo (ou à "agricultura familiar" de nossos dias). A "lavoura empresarial", por fim, corresponderia à "lavoura capitalista", extensamente mencionada pelos principais autores analisados, mas raramente fundamentada empiricamente em suas características fundamentais. As descrições existentes, entretanto, não são fundadas em elementos empíricos suficientemente elucidativos para referendar o argumento genérico de que as lavouras de sequeiro (trigo, nos anos quarenta e cinquenta, e soja a partir dos anos setenta) configuravam-se, em seu processo produtivo, como "lavouras capitalistas", na acepção fundamentalmente assumida pelo "25 Anos".

A partir dos dados de mão-de-obra disponíveis, dos levantamentos de dados do ACIIRS e das informações censitárias, foi possível demonstrar que as três categorias não se adequavam aos segmentos produtivos aos quais deveriam representar concretamente. A proposta de abordagem teórica fundada na tradição marxista que implicitamente informou a elaboração do modelo teórico do Projeto, levou os autores a construir, de um lado, uma exigência conceitual por demais rígida, que definia uma "inevitável" tendência na evolução da "agropecuária colonial". Essa última, em virtude da impossibilidade de suas condições de acumulação, seria um segmento tendendo ao desaparecimento ou, se tanto, à "subordinação" ao modo de produção capitalista dominante. De outro lado, a noção de "lavoura empresarial",

seguindo a mesma linha de rigidez teórica, foi explicitada como sendo um segmento que se caracterizaria por empregar relações capitalistas de produção que separavam, no processo produtivo, o dono dos meios de produção (proprietário ou arrendatário) dos proprietários da força de trabalho (os trabalhadores), contratados no mercado de trabalho. O proprietário dos meios de produção visaria a "contínua valorização do capital", para levar a diante o processo de acumulação.

As evidências levantadas nesse estudo, entretanto, apontaram que o segmento "agropecuária colonial" não reproduziu a tendência prevista nos textos indicados. Cresceu em termos relativos a absorção de mão-de-obra assalariada entre as unidades de produção componentes desse segmento, indicando a possibilidade de ter ocorrido um processo de diferenciação que, supõe-se, tenha sido a origem da "agricultura familiar" como hoje se define. Além disso, a "agropecuária colonial" parece ter ultrapassado o obstáculo imposto pelo "25 Anos", quando estabeleceu o estrato de 0 a 50 hectares como o limite máximo de área para o mesmo.

Por decorrência, essas evidências levam a concluir que a "agropecuária colonial" não seguiu a hipótese apontada nos "25 Anos", segundo a qual o excedente obtido deveria ter sido aplicado só em bens de consumo não produzidos no estabelecimento. Influenciada pela possibilidade aberta pela intensa mecanização e uso de alguns insumos agroindustriais que eram poupadores de mão-de-obra na gênese do processo e, a partir da produção de excedentes acumulados obtidos no processo de diferenciação, a "agropecuária colonial" ampliou a compra desses e de outros produtos industrializados, muitos dos quais, pelo contrário, firmaram-se como potencializadores da capacidade de trabalho da mão-de-obra familiar. Dessa forma, a "agropecuária colonial" pode ter se transformado em uma pujante agricultura, crescentemente modernizada e envolta em uma ótica de racionalidade tipicamente capitalistas. Então, o mesmo fenômeno (a modernização) que foi utilizado na ocasião para explicar o desemprego em massa no campo, também pode ser utilizado para explicar a expansão do que hoje se abrigaria sob a noção de "agricultura familiar" onde o trabalho é exercido e dirigido fundamentalmente pela família de agricultores, com o auxílio de assalariados temporários em momentos de pico de atividade. Se essa expansão foi possível, também é lícito supor que ela explique o aumento da participação do emprego de assalariados nesse segmento.

Ou seja, a "agropecuária colonial" em expansão necessitou empregar mais assalariados para complementar as necessidades de força trabalho e, no processo de diferenciação, permitir que, à medida em que o excedente se ampliasse, fosse reduzido o tempo de trabalho familiar. Tal fato justificaria o aumento significativo da mão-de-obra assalariada temporária durante o período. Foi uma "agropecuária colonial" em expansão, que contratou mão-de-obra complementar nos momentos de pico de necessidade das atividades agrícolas. Supõe-se, então, que foi justamente a capacidade de adaptação da "agropecuária colonial" que a fez transformar-se na base da lavoura tida como empresarial de soja e trigo. Ou seja, a partir de um processo de diferenciação que se desenrolava durante toda a formação econômica da agricultura gaúcha, fazendo surgir camadas de uma "agricultura familiar" com condições de acumulação.

Como segunda hipótese deste trabalho, pretendeu-se demonstrar que os prognósticos dos autores do "25 Anos", em relação ao suposto predomínio de mão-de-obra assalariada como a típica relação de trabalho que se tornaria dominante no campo (*vis-à-vis* o declínio do uso da "mão de obra familiar"), não se verificaram. Ao contrário, as informações pesquisadas indicaram que a proporção de mão-de-obra assalariada no contingente total de força de trabalho ocupada na agricultura gaúcha inclusive sofreu reduções relativas durante o período 1940 a 1980, embora tenha crescido em termos absolutos.

Demonstrou-se que a lavoura de soja e trigo desenvolvida especialmente na região do Planalto e identificada pelo "25 Anos" como "tipicamente capitalista", não foi a que mais absorveu mão-de-obra assalariada. Utilizando dados do ACIIRS e do IBGE, demonstrou-se que o uso de mão-de-obra assalariada esteve vinculado em primeiro lugar à atividade pecuária de corte extensiva, em segundo lugar à de arroz, e somente depois é que se situou o tipo de agricultura identificado com a "lavoura empresarial" de soja e trigo e, ainda assim, em percentuais baixos e muito próximos ao quarto colocado, que era o "tipo de agricultura 4", identificado com a exploração de gado leiteiro e suínos, atividade típica da "agropecuária colonial".

Desse estudo apreende-se que desde Limeira Tejo, passando por Ohlweiler, até os três projetos principais analisados, a pecuária extensiva sempre foi vista como o seguimento que atrasava a economia gaúcha por concentrar terra, não absorver

mão-de-obra e não gerar renda. Esses autores só vislumbravam o avanço da agricultura gaúcha passando pela adequação do processo de trabalho da pecuária e pelas inovações tecnológicas. Quase três décadas depois, a realidade atual aponta que apesar do avanço ocorrido em alguns sub-setores minoritários da produção de gado de corte no estado, que hoje se alinham ao que há de melhor na pecuária mundial, a "pecuária tradicional" continua a existir, ao mesmo tempo em que a lavoura gaúcha deu saltos expressivos em termos tecnológicos e produtivos. Além disso, os representantes da "pecuária tradicional" continuam a ser um obstáculo à democratização da terra e a impingir à sociedade a renda da terra nos custos de produção dos produtos agrícolas, particularmente em relação à produção orizícola estadual.

Os estudos aqui analisados também apontaram a "agropecuária colonial" como vinculada à subsistência e ao uso de mão-de-obra familiar, eventualmente complementada por força de trabalho contratada, caracterizando-se como um segmento "não capitalista". Prognosticaram sua extinção ou seu enquadramento subordinado ao modo de produção dominante. Dentro de uma abordagem teórica, às vezes contraditória, pois chegaram a admitir o assalariamento temporário, a "agropecuária colonial" seria incapaz de acumular por não contar com a contratação de força de trabalho. Mas a transformação acelerada da divisão social do trabalho era um elemento importante da dinamização da inserção desse segmento na sociedade também em transformação. O avanço da divisão social do trabalho propiciou o avanço das forças produtivas, novos instrumentos de trabalho, novas formas de aproveitamento dos produtos próprios, via renovação da capacidade criativa. A partir daquele momento, as relações de comércio diversificaram-se e tornaram-se crescentemente capilarizadas. Multiplicou-se o número de agentes econômicos envolvidos na "produção social da existência" da "agropecuária colonial". As comunicações também diversificaram-se com o fluir do comércio e o avanço tecnológico. Novos produtos entraram no processo de produção dessa "agropecuária colonial" e no modo de vida dessas famílias rurais, novas necessidades apareceram e se consolidaram. A ampliação da malha inerente à infra-estrutura de transportes aproximou o urbano do rural, tornando difusas tais fronteiras. Em síntese, mercantilizou-se crescentemente a vida social vivida por esse segmento, gradualmente integrado a uma nova lógica de produção.

Tudo isso produziu a "agropecuária colonial" que não foi prevista. Uma nova "agropecuária colonial" que, ao invés de desaparecer, amalgamou-se à sociedade que também se transformava. Tornou-se parte ativa de um todo e a idéia de subordinação, como resultado, tornou-se difusa e analiticamente problemática, passando a depender de extensas explicações de suas especificidades.

O "25 Anos" apresentou, como indicado neste estudo, algumas das "vertentes" dessa "agropecuária colonial". Entretanto, seus autores igualmente caíram na armadilha dos estreitos limites definidos pelo determinismo de sua construção teórica. Ao amarrarem a "agropecuária colonial" à impossibilidade de acumulação e a "lavoura empresarial" à rigidez de uma relação social de produção, em que só a perfeita separação entre o proprietário dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho contratados no mercado de trabalho era possível, cerraram a passagem para a elaboração de uma "lavoura empresarial", cuja noção incluía a adoção de relações de trabalho fundadas no trabalho familiar. Particularmente, também impediram a percepção da extrema diversidade sócio-produtiva do mundo rural e suas possibilidades igualmente amplas de transformação, concretizando processos de diferenciação na ocasião insuspeitados. Dessa forma, não foi possível perceber aqueles estabelecimentos agrícolas que, mesclando força de trabalho do proprietário e sua família com a mão-de-obra assalariada, extrapolavam em muito o limite dos 50 hectares, auxiliados que eram pela mecanização dos processos produtivos.

O mesmo processo de transformações que possibilitou saídas para setores da "agropecuária colonial" e viabilizou a acumulação ampliada para proporções expressivas de produtores componentes desse segmento foi igualmente o vetor que engendrou segmentos que se marginalizaram ou foram banidos da atividade. As diferenças entre esses segmentos, as causas que possibilitaram a uns progredirem e a outros marginalizarem-se, como já se mencionou em outra parte deste estudo, podem ser encontradas na formação histórica da agricultura gaúcha. Posteriormente, os marginalizados organizaram-se e acirraram os conflitos pela propriedade da terra, criando novas formas para angariar poder de barganha ante os segmentos dominantes da sociedade.

Sobre a convergência entre a concepção teórica e as informações contidas na realidade, seria interessante tecer algumas considerações conclusivas em torno da opção dos autores do “25 Anos” quando optaram em escolher o fulcro de sua análise no processo de acumulação de capital na agricultura gaúcha como mecanismo explicativo para entender o papel da agricultura gaúcha na dinâmica de uma economia capitalista.

A primeira consideração surge ao verificar-se o visível descolamento entre as noções de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial" e a realidade das relações sociais de produção que se estabeleciam na agricultura gaúcha da época. Por exemplo, a partir das evidências encontradas nos dados do ACIIRS, o “tipo de agricultura 2” (trigo, soja, milho), que deveria representar a "lavoura empresarial", agregava apenas 16,3% do contingente de mão-de-obra assalariada no estado, naqueles anos. Os dados censitários apontam indícios de que as transformações dos anos setenta não alteraram significativamente tal realidade. De outra parte, a outra "lavoura empresarial", representada pelo “tipo de agricultura 7” (arroz) empregava somente mais 20,1% daquele contingente. Assim, o conjunto das "lavouras empresariais" onde, pressupunham os autores, estaria concentrada a mão-de-obra assalariada, característica básica da "lavoura empresarial" capitalista, nos termos do documento, estaria ocupando somente 36,4% do contingente total de assalariados da agricultura gaúcha. Desses dados infere-se há uma grande possibilidade de que a maior parte (supostamente algo como 63,6%) da mão-de-obra assalariada existente na agricultura gaúcha estivesse em atividades consideradas como "não capitalistas". Se essas evidências traduzem a realidade dos anos setenta, há que se questionar o fato de a maior proporção da mão-de-obra assalariada estar empregada em segmentos considerados como "não capitalistas".

Outro ponto merecedor de consideração é o fato do "25 Anos" ter partido da noção de acumulação para explicar o processo de expansão da agricultura gaúcha. A noção de acumulação é obviamente fundamental na sociedade capitalista, porque ela é a noção que afirma a possibilidade de reprodução do sistema. Entretanto, para que se possa entender o processo de acumulação em uma sociedade e descrever os papéis jogados pelos diversos agentes econômicos e a relação de forças entre eles, definindo claramente suas participações, é preciso que esses papéis estejam

claramente explicitados. No entanto, como se viu ao longo deste estudo, o caráter precário com que foram expressas as noções de "lavoura empresarial", "pecuária tradicional" e "agropecuária colonial", sob o ponto de vista teórico, não permite que se possa afirmar que os argumentos tecidos no "25 Anos" sobre a participação de cada um desses segmentos no processo de acumulação seja aderente à realidade da época.

Tome-se, por exemplo, o caso da "lavoura empresarial" e os respectivos cultivos que a representam no sistema produtivo da agricultura gaúcha (a soja, o trigo e o arroz). Como se pode observar no ACIIRS, a definição dos "tipos de agricultura" foi feita pela soma cumulativa das participações dos agregados de VBP, área ocupada e quantidade de mão-de-obra empregada. Assim, apenas para exemplificar, o "tipo de agricultura 2" (trigo, soja, milho) foi definido porque o somatório daquelas variáveis para as três atividades, na ordem indicada, perfaziam mais de 70% do VBP, mais de 70% da área ocupada e, mais de 70% da mão-de-obra empregada. Dessa forma, o método de definição do tipo de agricultura não permitia, de fato, que se pudesse afirmar o tipo de relação social de produção que estaria prevalecendo em cada um dos tipos de agricultura, nem no caso da "lavoura empresarial" e, tampouco, no caso da "agropecuária colonial". Assim sendo, a afirmação de que tal tipo de agricultura cumpriria um papel como capitalista ou como "não capitalista", interpretados pelo tipo de relação social de produção predominante, acabou por se tornar uma afirmação sem fundamentação empírica. Seguindo o mesmo caminho, para o caso da "agropecuária colonial", observou-se que o segmento "não capitalista" era o maior absorvedor relativo de mão-de-obra assalariada.

O estudo realizado pode assim evidenciar, de um lado, a extraordinária vitalidade intelectual que vigorou, em determinado período da história gaúcha, basicamente compreendendo as décadas de sessenta e setenta. Foi um período quando as "grandes teorias" foram propostas e, corretamente ou não, inspiraram uma atratividade explicativa que norteou fortemente o interesse analítico sobre o meio rural do Rio Grande do Sul. Merece um estudo posterior uma explicação sobre outras razões, sociais, políticas e intelectuais, que justifiquem tais características daquele período histórico, especialmente por não ter sido repetido nos anos

seguintes, quando os estudos sobre o meio rural gaúcho passaram a ser enfocados por lentes cada vez mais setoriais, fragmentadas e restritivas.

Este estudo igualmente evidenciou a necessidade de forte embasamento empírico, quando estudos propõem-se a analisar o desenvolvimento agrário. A extraordinária base empírica do ACIIRS, que permitiu considerável avanço interpretativo, não foi repetida pelos estudos posteriores, que se fixaram em ambições teóricas, que igualmente se mostraram, em alguma medida, inconsistentes.

Finalmente, o presente estudo também ressalta, como parte de uma agenda de pesquisa futura, a necessidade de maior recuperação acadêmica do passado em estudos sobre o meio rural gaúcho, exaurindo a totalidade da produção realizada (o que não foi objetivo maior desta dissertação), assim permitindo uma completa leitura sobre outras contribuições que eventualmente tenham sido propostas. Provavelmente, uma vez realizado tal intento de redescoberta bibliográfica, será igualmente possível propor novas formas de análise sobre as últimas quatro décadas, quando o meio rural do estado transformou-se de forma tão intensa. Uma das principais contribuições deste estudo, portanto, é tornar evidente a fragilidade dos esforços analíticos então realizados, exigindo-se assim, como tarefa posterior, novos esforços de compreensão que, iluminando o passado recente, permitam compreender os impasses e possibilidades presentes da agricultura gaúcha e, em especial, suas possibilidades futuras.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) et alii. A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1980, 445 p.

ACCURSO, Cláudio F./ CANDAL, Arthur/ VERAS, Arnaldo I. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. In Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Assembléia Legislativa. Porto Alegre, Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico, n.16, Ano 1965

ACCURSO, Cláudio F. Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul, In Ensaio FEE, Porto Alegre, Ano 3, n.1, 1982, 41-77.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec; Campinas: Edit.da UNICAMP; Rio de Janeiro: ANPOCS, 1992. 275 p.

AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 179 p.

BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO S.A. Estudo econômico da bovinocultura gaúcha. Porto Alegre: Editado por Banco Nacional do Comércio S.A., 1969, Parte I e II, 501 p.

BENETTI, Maria Domingues. Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul - Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO (1957/1980). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, TESES, n.5, Dezembro/1982.

BESKOW, Paulo Roberto. O arrendamento capitalista na agricultura. São Paulo: Hucitec; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986, 220 p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995. 480 p.

BOSERUP, Ester. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987. 141 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Rio Grande do Sul. Problemas de Base do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Oito volumes. (sem data).

BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Sócio-Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul. Brasília, 1973, 6 Volumes.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Fundação Getúlio Vargas. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Escola Interamericana de Administração Pública. Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Projeto evolução recente e situação atual da agricultura brasileira (1930-1975). Região Sul, Vol. V, Tomo IV, Rio de Janeiro, 1978, 297 p.

CALVA, José Luis. Los campesinos y su devenir en las economías de mercado. México: Siglo Veintiuno Editores, 1988, 664 p.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Editora Cultrix, 1998. 447 p.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. La construcción de conocimientos: Questiones de teoría y método. México: Ediciones Era, 1977. Introdução, Cap. 1,

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, I Parte, Cap. 1 e 2.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Para o conhecimento dos objetos históricos - Para questões metodológicas. CPDA, 1977, mimeo.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. A periodização e a ciência da história - Observações preliminares. CPDA, Junho/1977. Mimeo.

CASTRO, Ana Célia et Alii. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira; síntese das transformações. Brasília, BINAGRI Edições (Coleção Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, 7), Ministério da Agricultura, Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola - EIAP-FGV, 1979, 270 p.

CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 2ª Edição, 1972, Vol. I e II, 441 p.

DE LA PEÑA, Sérgio. El modo de producción capitalista - Teoría y método de investigación. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978. 246 p.

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: Ícone; Campinas Editora da UNICAMP, 1985. 240 p.

DELGADO, Nelson Giordano. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo Federal: do Plano Trienal ao III PND. In Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul - 1957 -84. Porto Alegre, FEE/FIDENE/FECOTRIGO, Apoio CODESUL, 1985, pg. 35-101

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. 1954 - VARGAS: O capitalismo em construção. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, 482 p.

GOODMAN, David et alii. Da lavoura às biotecnologias. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, 192 p.

GRAZIANO da Silva, José. "Do complexo rural aos complexos agroindustriais", in A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas Unicamp, 1996, p. 1-40.

GREMAUD, Amaury Patrick et alii. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997, 247 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Subsídios para a formulação de uma estratégia agrária. In Reforma Agrária, Ano VII, Nov/Dez 1977, n. 6, p. 3 a 1, Brasília.

HARVEY, David. A condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola, 1993, 349 p.

IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977. 316 p.

KAGEYAMA, Angela (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In Agricultura e Políticas Públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Série IPEA n.127, Brasília 1990, pg.113-223.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 351 p.

MARX, Karl. O Capital - Livro I - Capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978. 149 p.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, 185 p.

MÜLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989. (Estudos rurais; 10)

MÜLLER, Carlos Alves. A história econômica do Rio Grande do Sul. Gazeta Mercantil - Rio Grande do Sul, Editora Grande Sul, 1998, p. 137 a 195.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos anos 60. In Rio Grande do Sul: Economia & Política, Organizadores: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. P. 358 a 402. (Série Documentos).

MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia agrícola - Agricultura - uma defesa dos subsídios. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

OHLWEILER, Otto Alcides. Sobre o processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. In Ensaio FEE, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, Ano 3, n.1, 1982, pg.5-40 (Publicado a partir dos originais da Revista Brasiliense, Porto Alegre nos.17, 18 e 19, 1959).

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira. Crítica à razão dualista. In Seleções CEBRAP 1, Questionando a economia brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense/Edições CEBRAP, 2ª Edição, 1976, p. 5 a 78.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comitê Interamericano de desenvolvimento agrícola. Posse e uso da terra e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola - Brasil. Washington, 1966, 649 p.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - o caso de Santa Catarina. Florianópolis Editora da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

RANGEL, Ignácio. (Org. José Graziano da Silva) Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 266 p.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Fundação de Economia e Estatística. Duas décadas da produção e do produto da agropecuária do Rio Grande do Sul - 1964-84. Tomo 3, Anexo estatístico. Série: SIAGRO - Rio Grande do Sul; Volume I, Porto Alegre, Agosto, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Fundação de Economia e Estatística. 25 Anos de economia gaúcha - Uma visão global da economia do estado. Porto Alegre, Vol. 1, 1976. 81 p.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Fundação de Economia e Estatística. 25 Anos de economia gaúcha - A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Vol. 3, 1978. 104 p.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora Globo, 1969, Vol. I e II, 806 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

SCHILLING, Paulo (1959). Trigo. In Ensaio FEE, Porto Alegre, Ano 3, n.1, 1982, pg. 109-136.

SCHILLING, Paulo. Crise econômica no Rio Grande do Sul - I - A crise agropecuária. Porto Alegre, Difusão de Cultura Técnica, 1961, 175 p.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e pluriatividade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Curso de Doutorado, Porto Alegre, 1999, 470 p.

SILVA, Sérgio. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In Capital e trabalho no campo - Estudos sobre: bóias-frias, acumulação capitalista, trabalho feminino, salário, organizações públicas no nordeste e consumo de alimentos. Org. Jaime Pinsky. São Paulo: Hucitec, 1977, pg. 7-24.

SILVA, José Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981. (Série: Teses e Pesquisas/Economia & Planejamento).

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa - Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, José Graziano da (Org). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978.(Série: Estudos Rurais).

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Vera Martins. A regulação do mercado brasileiro de trigo. São Paulo: Editora da USP, 1992, (Campi; 9), p. 29.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro - Ensaio sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, 263 p.

TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia rio-grandense. In Ensaio FEE, Porto Alegre, Ano 3, n.1, 1982, pg 80-108.

TORRES, João Carlos Brum. A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. In Ensaio FEE, Ano 3, n.2, 1983 pg. 67-108.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola - uma visão histórica. Editora da USP:Hucitec, São Paulo -(Estudos Rurais; 11), 1991, 219 p.

VEIGA, José Eli da. Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos. São Paulo: Annablume, 1994, 205 p.

WILKINSON, John. O estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador: Editora Hucitec/Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola-Bahia, 1986.

ANEXOS

ANEXO 1 -GRUPOS DE MUNICÍPIOS

A hipótese central deste estudo assume o pressuposto já levantado pelo ACIIRS, ou seja, de que o processo de ocupação territorial no estado determinou a adoção de diferentes sistemas de produção, em função das características dos diferentes solos existentes.

Assim sendo, admite-se, para efeito deste estudo, a hipótese de que se desenvolveram três sistemas básicos de produção na agricultura gaúcha:

- a) a exploração da pecuária de corte, não raro associada à lavoura, presente na região dos grandes estabelecimentos;
- b) a exploração de culturas intensivas em mão-de-obra, ou lavouras em consorciação, paralelamente à exploração da suinocultura, avicultura ou bovinocultura de leite, nas regiões onde predominam os pequenos estabelecimentos com sérias restrições de uso do solo;
- c) a exploração de lavoura mecanizada em sucessão, às vezes integrada com a pecuária de corte, onde se localizam os médios estabelecimentos com predominância absoluta de solos aptos à exploração de lavouras anuais mecanizadas.

Buscando definir grupos de municípios onde prevaleciam esses sistemas de produção, fez-se uma seleção com base na distribuição de solos de acordo com a potencialidade de uso. A distribuição dos solos por município foi extraída de um trabalho realizado inicialmente entre 1967/73, a partir de um projeto do Ministério da Agricultura¹⁰⁰ e, posteriormente, refeito em um trabalho da Secretaria da Agricultura.¹⁰¹ A seguir apresenta-se a distribuição dos solos de acordo com os trabalhos citados (Tabela 1).

¹⁰⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instituto de Ciências Agrícolas. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura. Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul. Brasília, 1973, Seis Volumes.

¹⁰¹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola. Zoneamento Agrícola - Indicação de Culturas e Disponibilidade de Solo a Nível de Município. Porto Alegre, 1978, 299 p.

Tabela 1 - Distribuição dos solos por classe de uso - Rio Grande do Sul

Classe de Solos	Área (ha)	Percentual
I-II-III	9.216.152	34,88
IVpt	2.791.835	10,56
IVe	478.545	1,81
IVi	2.940.188	11,13
V	363.416	1,38
VI	7.443.749	28,17
VII	2.737.220	10,36
VIII	454.652	1,72
Total	26.425.757	100,00

Fonte: Secretaria da Agricultura do RS.

A distribuição desses solos no estado não é homogênea. Algumas regiões concentram determinados tipos de solo, definindo, como se pressupõe na hipótese central deste trabalho, os sistemas de produção nelas predominantes. Os grupos de municípios aqui propostos (Tabela 2) buscam caracterizar essas concentrações e possibilitar a observação da sua influência no processo de transformações ocorrido durante a década de 1970, sob essas condições de solo diferenciadas e frente às condições conjunturais da época.

Tabela 2 - Distribuição dos solos no estado do Rio Grande do Sul por classe de uso e por grupos de municípios selecionados

Classe de Uso	Grupo I (%)	Grupo II (%)	Grupo III (%)	Estado (ha)
I-II-III	0,00	9,84	33,80	9.216.152
IV-pt	7,78	2,94	7,24	2.791.835
IV-e	0,00	0,00	69,04	478.545
IV-i	0,00	0,00	39,62	2.940.188
V	0,00	0,00	16,95	363.416
VI	5,21	0,22	37,49	7.443.749
VII	14,69	0,09	5,54	2.737.220
VIII	0,00	0,00	12,40	454.757
TOTAL (%)	3,81	3,81	29,79	100,00
TOTAL (ha)	1.007.212	1.011.625	7.873.244	26.425.757

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul

O Grupo I é caracterizado por um conjunto de municípios que não possuem solos da classe de uso I, II e III. Portanto, são municípios que apresentam sérias restrições à exploração intensiva de lavouras anuais. No entanto, as lavouras temporárias são a principal atividade econômica e a pecuária de pequeno e médio portes destacam-se como segunda atividade, caracterizando uma super-utilização do fator terra. Esse grupo apresenta a distribuição de solos observada na Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição dos solos por grupo de municípios selecionados - Grupo I

Classe de Solo	Área (há)	Percentual
I-II-III	-	-
IVpt	217.086	21,55
Ive	-	-
Ivi	-	-
V	-	-
VI	387.909	38,51
VII	402.217	39,93
VIII	-	-
Total	1.007.212	100,00

Fonte: Secretaria da Agricultura do RS

Como se pode comprovar através da Tabela 3 acima, existem severas restrições à exploração de lavouras anuais nos municípios do Grupo I. A totalidade dos solos desses municípios "não se prestam ao cultivo continuado e regular das culturas anuais adaptadas, com produção de colheitas médias a elevadas" (ACIIRS, 1973, Vol. 1, p. 35-39). Contudo, é possível "...a realização desses cultivos

por curtos períodos, ou mesmo esporadicamente, dependendo do fator restritivo e de sua intensidade, exigindo, em alguns casos, a execução de medidas e práticas intensivas e complexas de controle da erosão e da água" (Ibid) Mesmo assim, essa exploração por curtos períodos (ou esporadicamente), somente é possível em 21,5% da superfície total desse grupo, o qual, apesar das restrições por declividade e afloramento de rochas, não tem, dentro da classificação utilizada, restrições de fertilidade. O restante das terras dos municípios desse grupo (78,5%) " não são cultiváveis com culturas anuais devido à intensidade dos fatores restritivos, ou do risco de destruição do solo..." (Ibid).

O Grupo II é composto por um conjunto de municípios que apresentam, no mínimo, 80% de sua superfície total ocupada com solos das classes I, II e III, cultiváveis com lavouras anuais mecanizadas, desde que obedecidas práticas de manejo "...de simples às complexas e intensivas, visando o controle da erosão..." (Ibid), conforme enfatizado no documento metodológico do projeto (Tabela 4). A lavoura temporária mecanizada é a principal atividade econômica, respondendo por mais de 80% do VBP.

Tabela 4 - Distribuição dos solos por grupo de municípios selecionados e por classe de uso - Grupo II

Classe de Solo	Área (ha)	Percentual
I-II-III	907.071	90,02
IVpt	81.980	8,14
Ive	-	-
Ivi	-	-
V	-	-
VI	16.199	1,61
VII	2.375	0,24
VIII	-	-
Total	1.007.625	100,00

Fonte: Secretaria da Agricultura do RS

A estrutura de posse da terra dos grupos I e II possui uma elevada concentração de pequenos estabelecimentos. Enquanto no Grupo I, os estabelecimentos com mais de 100 hectares representavam, em 1980, apenas 0,45% do total dos estabelecimentos do grupo, com uma área média de 191,68 hectares, no Grupo II os estabelecimentos com mais de 100 hectares representavam 6,35% e eram em média 60% maiores, com uma área média de 306,16 hectares.

Tendo em vista que, com essas características, se estaria reportando basicamente às transformações ocorridas nos pequenos estabelecimentos, decidiu-se constituir um grupo de municípios que representasse as transformações ocorridas, no mesmo período, entre os grandes estabelecimentos. Acredita-se que essa decisão enriquece o universo de informações para a comprovação das hipóteses.

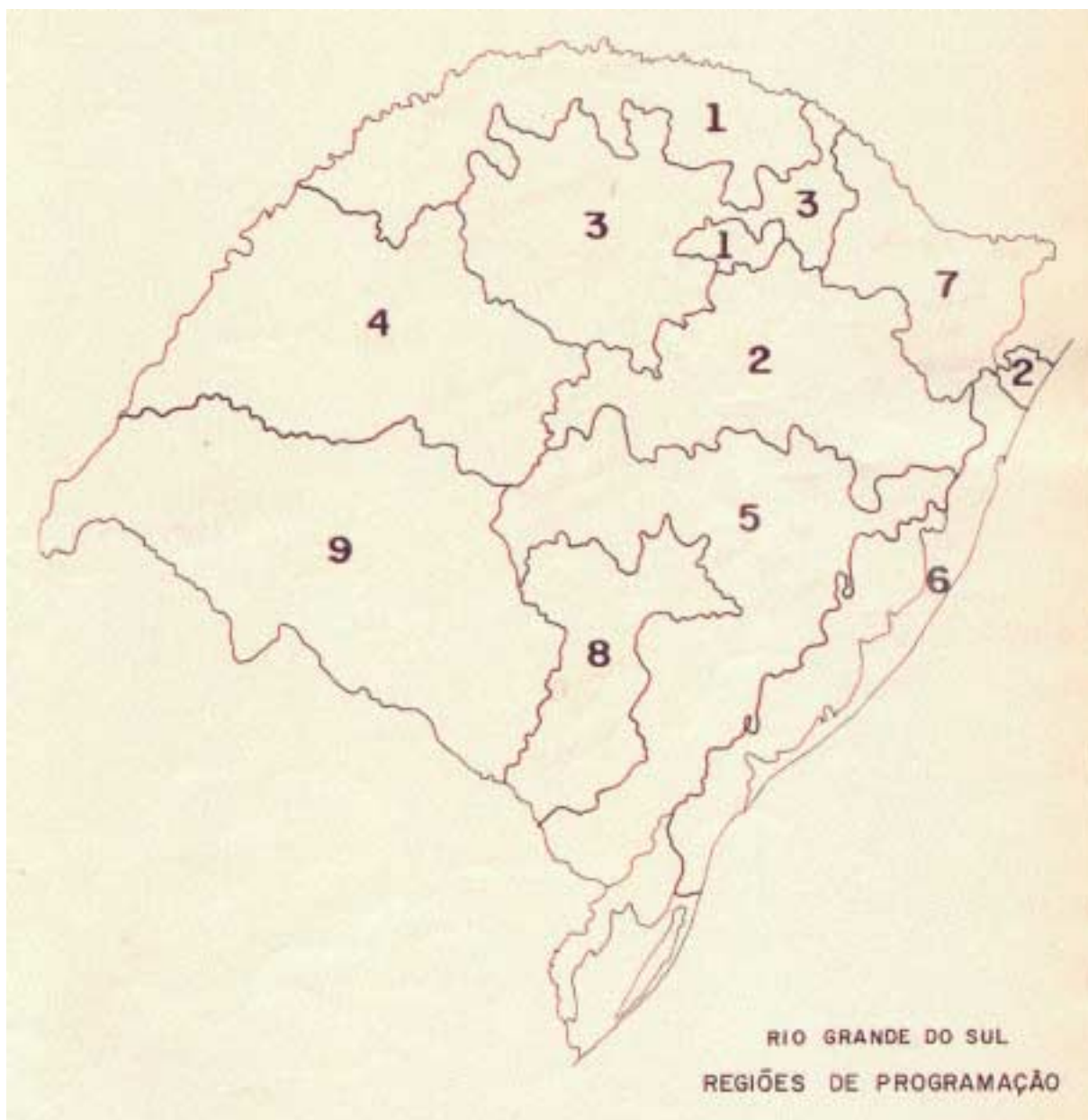
Assim, foi montado o Grupo III, que é formado pelos municípios das microrregiões homogêneas da Campanha e Triticulora de Cruz Alta. Nesses municípios, predominam estabelecimentos onde, apesar da boa disponibilidade de solos aptos à exploração de lavouras temporárias mecanizadas (Tabela 5) e da predominância da lavoura temporária na formação do VBP (cerca de 50%), a pecuária de grande porte tem um peso expressivo na composição desse agregado econômico.

Tabela 5 - Distribuição dos solos por municípios selecionados e por classe de uso - Grupo III

Classe de Solo	Área (ha)	Percentual
I-II-III	3.115.503	39,57
IVpt	202.171	2,57
IVe	330.365	4,20
IVi	1.164.767	14,79
V	61.615	0,78
VI	2.790.802	35,45
VII	151.611	1,93
VIII	56.410	0,72
Total	7.873.244	100,00

Fonte: Secretaria da Agricultura do RS

Como se pode observar pela Tabela 5 acima, aproximadamente 40% da superfície total de solos do Grupo III é passível de ser explorada com lavouras anuais mecanizadas. Ressalte-se que, além daquela parcela, existem cerca de 15% de solos que se prestam ao cultivo da lavoura irrigada de arroz. Cerca de 38% da superfície desse grupo é formada por solos que não se prestam à exploração de lavouras anuais, mas em boa parte são aptos ao uso com pastagens.

ANEXO 2 – Regiões de Programação do Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO 3 – CONCEPÇÃO GLOBAL E INTEGRADA DO PROJETO

